

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

KELLY YSHIDA

**O FALSO CÔMICO E O CIRCO URBANO:
LOURENÇO DIAFÉRIA E O PROCESSO DESENCADEADO
PELA CRÔNICA JORNALÍSTICA *HERÓI. MORTO. NÓS.*
(1977-1980)**

FLORIANÓPOLIS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

KELLY YSHIDA

**O FALSO CÔMICO E O CIRCO URBANO:
LOURENÇO DIAFÉRIA E O PROCESSO DESENCADEADO
PELA CRÔNICA JORNALÍSTICA *HERÓI. MORTO. NÓS.*
(1977-1980)**

Dissertação apresentada ao Curso de
Pós Graduação em História, da
Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito para obtenção
do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz
Duarte

FLORIANÓPOLIS
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

YSHIDA, KELLY

O FALSO CÔMICO E O CIRCO URBANO : LOURENÇO DIAFÉRIA E O
PROCESSO DESENCADEADO PELA CRÔNICA JORNALÍSTICA HERÓI.
MORTO. NÓS. (1977-1980) / KELLY YSHIDA ; orientador,
Adriano Luiz Duarte - Florianópolis, SC, 2015.
284 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Crônica jornalística. 3. Lourenço Diaféria.
4. Folha de S. Paulo. 5. Ditadura militar brasileira. I.
Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

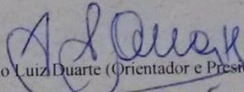
**O falso cômico e o circo urbano: Lourenço Diaféria e o
processo desencadeado pela crônica
jornalística *Herói.Morto.Nós.* (1977-1980)**

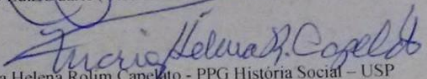
Kelly Yshida

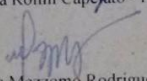
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

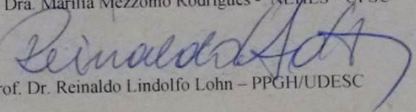
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

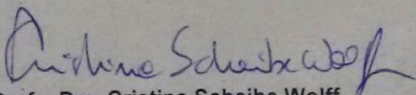

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (Orientador e Presidente) – PPGH/UFSC


Prof. Dra. Maria Helena Rolim Capekato - PPG História Social – USP


Prof. Dra. Marília Mezzomo Rodrigues - NEHLS - UFSC


Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – PPGH/UDESC

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt (suplente) – PPGH/UFSC


Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 30 de julho de 2015.

Aos meus pais, Helena e Yshida.
Ao Cezar.
E aos pequenos que alegram nossos dias.

AGRADECIMENTOS

Ao Núcleo de Estudos História, Literatura e Sociedade (NEHLIS-UFSC). Especialmente ao Luiz A. de Souza, Marília Mezzomo, Guilherme de Castro e Prof. Adriano L. Duarte. Este trabalho não o seria sem os debates sobre literatura e história, a vontade de entendê-las e a disposição em dialogar. Obrigada por terem me recebido neste grupo.

Ao Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte, que acreditou no projeto e aceitou orientá-lo. Obrigada pela seriedade e acompanhamento no processo.

À Marília, agradeço pela leitura atenta desde a qualificação. Ao Luiz, pela atenção e paciência em responder meus questionamentos. Muito obrigada pelas conversas e contribuições sempre inteligentes e bem-humoradas.

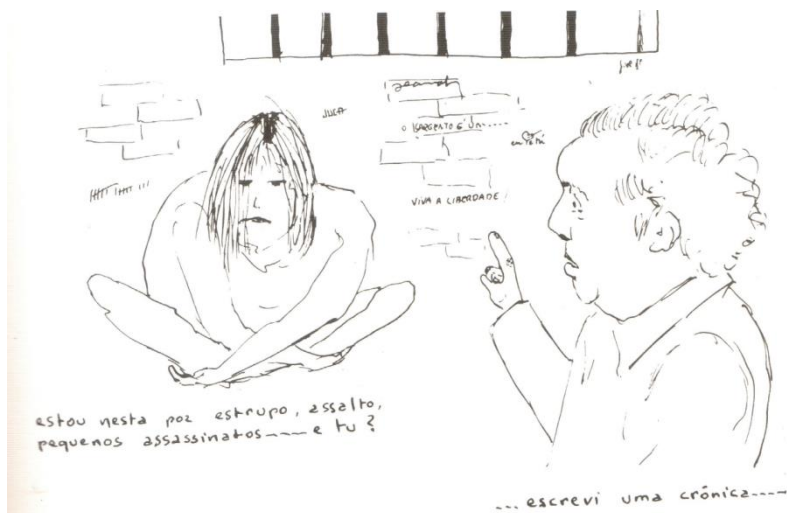
À Sarah Y. dos Santos, Hellen M. Rios, Patrícia V. Schatz, Carolina do Amarante e Marcello de Oliveira e aos demais amigos que, desde a graduação ou antes, estiveram diretamente envolvidos nesta trajetória. Obrigada pela amizade e pelo carinho.

Agradeço aos participantes da banca, Prof^a Dr^a Maria Helena R. Capelato, Prof. Dr. Reinaldo L. Lohn, Prof^a Dr^a Marília Mezzomo e Prof. Dr. Márcio R. Voigt. Obrigada pela leitura e por aceitarem fazer parte deste momento.

Para a realização deste trabalho foi fundamental o apoio de instituições como: a Universidade Federal de Santa Catarina e o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFSC); o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); e o Arquivo Público de São Paulo. A estes, meu agradecimento pela oportunidade de realizar esta pesquisa.

Vamos lá; que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso? Necessito mais que nunca de ti; vê se me dispensas as tuas melhores idéias e as tuas mais bonitas palavras; vais escrever nas páginas do *Futuro*. Olha para que te **guardei**! Antes de começarmos o nosso trabalho, **ouve** amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e **não** te quer ver enxovalhada. Não te envolvas em polémicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos **perdes** o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das idéias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou **censura**, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz.

(Machado de Assis, 1862)



RESUMO

Nesta pesquisa foi analisado o processo contra o cronista Lourenço Diaféria, iniciado em 1977, por conta de *Herói. Morto. Nós.*, uma crônica publicada na Semana da Pátria daquele ano e considerada ofensiva aos militares. O estudo foi feito a partir de uma reflexão sobre a elaboração das crônicas jornalísticas de Diaféria no jornal *Folha de S. Paulo* e as relações do autor no contexto da ditadura militar, especialmente de sua última década. Em meio à reabertura política, diversos personagens de oposição e debates, tanto na imprensa quanto no governo, permearam o caso, que se estendeu até 1980.

Palavras-chave: Crônica jornalística. Lourenço Diaféria. Folha de S. Paulo. Ditadura militar brasileira.

ABSTRACT

This research analyzes the legal case initiated in 1977 against the chronicler Lourenço Diaféria for publishing *Herói. Morto. Nós.*, a chronicle published in the independence week of that year which was considered offensive to the military rulers. The study was done from a consideration of the drawing up of journalistic chronicles of Diaféria in *Folha de S. Paulo* and the author's relations in the context of the military dictatorship, especially in its last decade. Amid the political reopening, several characters of opposition and debate, both in the press as well as in government, permeated the case that lasted until 1980.

Keywords: Lourenço Diaféria. Journalistic chronicle. *Folha de S. Paulo*. Brazilian dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Publicação da crônica <i>Herói. Morto. Nós</i> | 111 |
| Figura 2 - Reportagem sobre o ataque das aranhas, na <i>Folha de S. Paulo</i> | 114 |
| Figura 3 - Reportagem sobre o ataque das aranhas na Revista <i>Manchete</i> | 115 |
| Figura 4 – Publicação da coluna em branco na <i>Folha de S. Paulo</i> | 156 |
| Figura 5 - Acompanhamento da prisão de Diaféria na <i>Folha de S. Paulo</i> | 164 |
| Figura 6 - Reportagem da Associação Brasileira de Imprensa sobre o “caso Diaferia”..... | 186 |
| Figura 7 - Volta de Lourenço Diaféria à <i>Folha de S. Paulo</i> | 217 |

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AESP – Arquivo do Estado de São Paulo
CJM – Circunscrição Judiciária Militar
CP – Código Penal
CPM – Código Penal Militar
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
FSP – Folha de S. Paulo
MSF – Movimento de Fortalecimento Sindical
N-V – Não-Violência
OESP – O Estado de S. Paulo
PM – Polícia Militar
PT – Partido dos Trabalhadores
ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar
STF – Supremo Tribunal Federal
STM – Supremo Tribunal Militar

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 25 |
| CAPÍTULO 1 - LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA E A CRÔNICA JORNALÍSTICA..... | 33 |
| 1.1 PRIMEIROS PASSOS DA CRÔNICA NO BRASIL | 34 |
| 1.2 LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA, UM “CARA DO BRÁS” | 38 |
| 1.3 A CRÔNICA (E A) JORNALÍSTICA..... | 49 |
| 1.4 FERRAMENTAS E ARTIMANHAS DO CRONISTA..... | 58 |
| 1.5 A FORMAÇÃO DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> COMO EMPRESA JORNALÍSTICA | 67 |
| 1.6 APROXIMAÇÕES ENTRE OS MILITARES E O JORNAL NO GOLPE | 73 |
| 1.7 A <i>FOLHA</i> NA DITADURA MILITAR E NA REABERTURA POLÍTICA | 81 |
| 1.8 PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS DE LOURENÇO DIAFÉRIA..... | 92 |
| CAPÍTULO 2 - <i>HERÓI. MORTO. NÓS</i>: ENTRE O ELOGIO E A AMEAÇA..... | 107 |
| 2.1 <i>HERÓI. MORTO. NÓS</i> | 108 |
| 2.3 O INCÔMODO DE SYLVIO FROTA: AS PRIMEIRAS IMPLICAÇÕES DA CRÔNICA | 124 |
| 2.4 A EFETIVAÇÃO DO PROCESSO CONTRA O CRONISTA | 143 |
| 2.5 A COLUNA EM BRANCO DA <i>FOLHA</i> E SUAS CONSEQUÊNCIAS | 154 |
| 2.6 A PRISÃO DE LOURENÇO DIAFÉRIA..... | 161 |
| CAPÍTULO 3 - E AGORA, A NOTÍCIA FINAL: É PRIMAVERA..... | 179 |
| 3.1 ENFIM, PRIMAVERA..... | 179 |
| 3.2 A VIGILÂNCIA DOS MILITARES..... | 184 |
| 3.3 A SAÍDA DE SYLVIO FROTA | 190 |
| 3.4 OS ARRANJOS FINAIS DE 1977..... | 196 |
| 3.5 O AFASTAMENTO E A ABSOLVIÇÃO PELA JUSTIÇA MILITAR..... | 201 |
| 3.6 VOO (NÃO TÃO) BAIXO..... | 214 |

| | |
|---|------------|
| 3.7 A CONDENAÇÃO DE DIAFÉRIA PELO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR | 221 |
| 3.8 UM ATAQUE À IMPRENSA NA REABERTURA | 226 |
| 3.9 <i>HERÓI. MORTO. NÓS</i> NAS ANÁLISES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | 234 |
| 3.10 OBRIGADO, AMIZADE..... | 239 |
| 3.11 DIAFÉRIA E O SINDICATO | 244 |
| 3.12 A CAMINHADA DA ESPERANÇA | 249 |
| 3.13 ENTRE CHUPINS E ANDORINHAS, O CRONISTA SE DESPEDE..... | 251 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 257 |
| POSFÁCIO | 263 |
| AS CARTAS DE TRUDI LANDAU | 263 |
| REFERÊNCIAS..... | 277 |
| FONTES | 282 |
| Arquivo do Estado de São Paulo..... | 282 |
| Arquivo digital do Supremo Tribunal Federal..... | 282 |
| Leis..... | 282 |
| Livros..... | 283 |

INTRODUÇÃO

Em 1977, sob o título *Lágrimas de alegria*, a escritora alemã radicada no Brasil, Trudi Landau, publicou no jornal *Notícias Populares* a seguinte crônica:

Hoje, meu padrinho voltou para sua casa em perfeitas condições, inteirinho, pelo menos de corpo. Não é padrinho no sentido corriqueiro, pois é bem mais jovem que eu. Ficou padrinho de uma fase nova de minha vida, após uma grande queda que levei. Padrinho comum é apontado a nossa revelia pelos pais da gente. Às vezes aceita a incumbência honrosa, por não ter jeito de recusar. Meu padrinho foi escolha exclusivamente minha, entre milhões de seres humanos. Graciosamente, aceitou o convite. Eu tento não abusar dos meus direitos adquiridos. Ainda no dia 28 de agosto festejamos seu aniversário. Bebemos, comemos, cantamos, até de madrugada.

Logo em seguida, padrinho foi acometido de uma enfermidade de difícil diagnóstico. Não mais via, não escutava, não falava nem escrevia. A família, os amigos, atônitos. Cada um dava palpite. Foi a poluição que o envenenou; foi estafa, excesso de trabalho; ficou com as medidas a transbordar: que nada! Foi vítima de um vírus mortífero que grassa no país.

Levaram-no, como se o mal fosse contagioso, numa perua fechada e guardada. Não deixaram que os familiares o acompanhassem. O tio, poeta, opinou que era o coração que se entristeceu demais com a desgraça alheia. Dizem os doutores que o coração não sente. É um pedaço de carne igual ao do boi, exposto nas feiras; é um músculo a bombear o sangue, sem parar, a tantos metros por minuto; às vezes, fica lento demais, atrapalha o trânsito.

O pensamento, dizem, funciona no cérebro. Dizem e provam. Assim mesmo, não conseguem erradicar a imagem milenar de que o coração seja o centro dos sentimentos. Ele se aperta, enche-se de ódio ou de esperança, inflama-se, constringe-se ou pula de alegria.

Pretendíamos visitar o padrinho, mas havia uma placa pendurada na porta: proibidas as visitas (com grafia antiga), assinada pelo médico-chefe. Eu fiz “buuuuh!” nas costas dele e fui juntar-me aos outros amigos na saleta ao lado, para assuntarmos. Em casa, o nenê perguntou pelo pai. Responderam-lhe que tinha viajado. Foi uma viagem e tanto, hein padrinho?

Quando a pessoa está completamente isolada, inconsciente, ela não sofre, não raciocina. Todas as funções parecem paradas. Mas talvez o padrinho tenha ficado, por momentos, em estado de semi-lucidez, tenha sonhado com anjos e com demônios, tenha conversado com seu Criador. Junto de seu pijama, acompanhou-o uma bíblia.

Tenho certeza de que saiu da experiência enriquecido, fortificado, com renovada confiança no Senhor e na capacidade profissional de alguns médicos. Nem todos estão somente interessados em fazer carreira. Alguns se lembram do juramento que fizeram, ao formar-se, de jamais utilizar sua arte para o mal. Eles cometem erros como todo mundo; receitam remédios sem perguntar se a pessoa tem alergia ou não. Por isso, às vezes, o paciente sofre um choque anafilático e cai duro, na hora. Mas a maioria dos médicos quer curar, eliminar dores e salvar vidas.

De repente, o padrinho foi declarado fora de perigo. Quem sabe as rezas, até do bispo, tinham algo a ver com o reestabelecimento. Recebeu alta e voltou para casa. Quando eu soube, comecei a chorar como não tinha feito há muitos anos. O Jeannot disse:

– Boba! Para que chorar agora, que está tudo bem?

Os homens não entendem disso. Enquanto há risco, a mulher deve ficar alerta, pronta para prestar socorro, para tomar providências; tem que mostrar a face sorridente, para dar ânimo aos que tendem a desesperar-se. Na hora do alívio, quando os outros estão sorrindo e dançando, então a gente, escondida, chora de felicidade.

– A benção, padrinho! (LANDAU, 1981, p. 84-85)

O que esse texto diz ao leitor do nosso tempo? Como entendê-lo em meio a outros, sobre assuntos diversos, reunidos em uma mesma obra? Sobre esta crônica, especificamente, a autora colocou uma nota explicativa, quando a republicou, no livro *Crônicas de meu tempo*, em 1980: “em setembro de 1977, um querido amigo nosso, jornalista, foi enquadrado na LEI DE SEGURANÇA NACIONAL e depois preso, por cinco dias, pela Polícia Federal, por causa de uma crônica sua que não agradou ao sr. Silvío Frota”. A charge que abre este trabalho, feita por Jeannot (marido da autora), foi publicada junto ao texto. Mas seria suficiente para o leitor, fora do contexto de elaboração dessa crônica, compreender as relações envolvidas em sua escrita?

Trudi Landau falava de Lourenço Carlos Diaféria (1933 – 2008), personagem central desta pesquisa, e do processo que este sofreu em 1977. O cronista cresceu no bairro do Brás, em São Paulo, num cenário de migração e crescimento urbano. As fábricas e os operários foram alguns dos principais elementos formadores de seu modo de observar e descrever o cotidiano. Era participante ativo no meio católico, grandemente influenciado pelo Movimento de Firmeza Permanente, sendo D. Paulo Evaristo Arns um dos seus principais interlocutores na Igreja. Diaféria foi cronista do caderno cultural *Ilustrada*, do jornal *Folha de S. Paulo*, de 1964 a 1980. Trabalhou em outros periódicos, publicou livros e escreveu para publicidade e televisão.

O que essa gama de informações, nem sempre relacionadas aos embates da ditadura, permite compreendermos sobre a produção de Diaféria naqueles anos? E o que sua produção nos apresenta sobre aquele momento?

Na análise historiográfica, sabe-se que as obras literárias não devem ser tomadas como descrições fiéis ou neutras da realidade, e sim como produtos das relações do autor com o mundo em que esteve inserido. Se compreendemos que é a partir da interação com os demais que cada um se constitui, percebemos que o escritor depende das possibilidades do momento que vivencia; suas concepções se formam a partir do processo social de relações entre sujeitos e, assim, sua obra também é influenciada por este meio.

Lourenço Diaféria foi acusado de ofensa às Forças Armadas pela publicação da crônica jornalística *Herói. Morto. Nós.*, na Semana da Pátria de 1977. O processo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional - pedido pelo ministro Sylvio Frota, postulante à sucessão do presidente Ernesto Geisel - fez com que tivesse visibilidade dentro do debate de liberdade de imprensa e direitos civis, ganhando repercussão no cenário nacional e mobilizando tanto as mídias quanto o governo

militar. Em reação à prisão do cronista, a *Folha* publicou uma coluna em branco como marco de reivindicação contra a ação da ditadura. Quem imaginaria que uma crônica jornalística, vista como uma “escrita sobre banalidades”, seria o estopim de um cenário tão conturbado?

Para entender os meandros deste caso é necessário visualizar alguns elementos, como a própria *Folha de S. Paulo*, entendendo como se configurou num grupo com uma das maiores tiragens e influência no país¹. Além disso, cabe entender as relações de Diaféria como cronista neste jornal e como eram apresentados seus textos no período, com o objetivo de perceber as críticas aos militares, mostrando que ironias e reclames eram correntes na escrita do autor.

Afinal, o que este gênero literário que se aproxima do jornalismo nos permite compreender como objeto de estudo da história? Como esta obra é produzida, dia após dia, no meio em que circula? Cabe analisar a relação desta literatura com o cotidiano, críticas, diálogos e com o próprio jornal, do qual não é apenas uma parte impressa, mas partilha temáticas e características. A efemeridade, a imersão no contexto – voluntária ou não –, as afinidades que estabelece com a política, o público e com o viés econômico são partes de um rol de questões que apresentam a materialidade do gênero e que possibilitam entender sua dinâmica. Nesta leitura, que busca aproximar-se do impresso e do autor, prezam-se as relações com o mundo material que, de certa forma, permitem entender a elaboração literária possível no contexto.

A atuação de Lourenço Diaféria na *Folha* chamou a atenção pelo caráter opinativo e de oposição, num momento em que o país vivenciava um autoritarismo. Entre outros processos contra jornalistas, seu caso desencadeou problemas jurídicos e levantou questionamentos acerca de temas como a situação da imprensa, dos jornalistas e a repressão política. Mais do que isso, o caso integrou parte das disputas do próprio quadro militar na segunda metade da década de 1970.

Meu interesse pela trajetória do cronista se deu durante a graduação. No Trabalho de Conclusão de Curso, em 2012, a *Folha de S. Paulo* e a trama da reabertura política estavam em foco, com atenção ao cenário externo à empresa. Lourenço Diaféria integrava, então, um debate que objetivava compreender as relações mais abrangentes da

¹ Duas obras importantes para compreender a trajetória da *Folha de S. Paulo* são: CAPELATO, Maria Helena; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981 e TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

ditadura com a imprensa e a trama política em relação à sociedade civil². A preocupação dirigia-se às notícias do jornal diário, cuja atuação tem um alcance para além das salas de redação, vinculado ao contexto político, social e econômico. Inicialmente, a crônica era vista como uma possibilidade de entendimento daquele momento político, sem maiores problematizações quanto ao seu caráter literário ou processo de elaboração. Foi importante este passo inicial para entender as possibilidades vividas pelo cronista.

Neste segundo momento, o interesse se volta para a crônica jornalística, o autor e o processo que sofreu. No redirecionamento das questões, Lourenço Diaféria tornou-se central. Além de novas perspectivas, fontes de grande valor para a análise foram trabalhadas, apresentando novos atores e situações. A proximidade com a literatura, em diálogo com o debate do jornal, foi essencial para compreender as crônicas jornalísticas como lugares de embate e objetos de pesquisa³.

Assim, tornaram-se relevantes o inquérito, os livros do cronista, a biografia do ministro Sylvio Frota, a obra da escritora Trudi Landau, bem como a análise mais minuciosa das crônicas de Diaféria e das notícias na *Folha*, o que propiciou o aprofundamento sobre suas relações e o próprio processo. Foram consultados documentos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no Acervo do Arquivo Público de São Paulo e no *site* do Supremo Tribunal Federal. As manifestações públicas de instituições como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados, o Sindicato dos Jornalistas, assim como as de jornais variados, centros acadêmicos e agremiações religiosas também contribuíram para este estudo.

No recorte temporal de 1977 a 1980, Lourenço Diaféria assinou 620 crônicas na *Folha de S. Paulo*⁴. Em 1977, mesmo com o afastamento decorrente dos trâmites do processo, escreveu 187 textos.

² Trabalho de Conclusão de Curso realizado na Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

³ Neste sentido, vale deixar registrado que o debate de literatura desenvolvido ao longo desta pesquisa contou com as leituras e discussões do Núcleo de Estudos de Literatura, História e Sociedade (NEHLIS), da Universidade Federal de Santa Catarina, que foi de grande importância para as elaborações apresentadas neste trabalho.

⁴ O número é referente às crônicas tabeladas pela consulta diária dos exemplares do jornal, uma vez que de acordo com o buscador do *site* do Acervo da *Folha de S. Paulo* nem todas as crônicas são localizadas. Além disso, cabe colocar que esta quantidade não abrange o mês de julho de 1979, pois estão digitalizadas em seu lugar as edições de junho do mesmo ano.

Publicava uma média de quatro a cinco crônicas semanais. Até outubro de 1978, sua coluna se localizava, em geral, na última página do caderno cultural *Ilustrada*, quando passou para a primeira página do suplemento. Era igualmente possível encontrar seus textos no caderno *Esportes* ou mesmo no caderno principal, em quadros especiais sobre futebol ou eventos inusitados do cotidiano.

Mesmo em um momento histórico no qual as evidências são fartas, compreender seus significados e como se constituem é um exercício necessário. Para isso, foi feita a catalogação das crônicas de Lourenço Diaféria, muitas destas transcritas⁵, além das notícias sobre o caso jurídico publicadas na *Folha de S. Paulo*. Quanto às crônicas anteriores ao período analisado, passaram por um levantamento de datas específicas, essencial para compreender o processo, as interpretações e a circulação da crônica *Herói. Morto. Nós.*, compreendida na totalidade da produção do cronista.

O primeiro capítulo traz algumas reflexões sobre a crônica jornalística, o jornal e o autor. A elaboração literária de Lourenço Diaféria foi pensada em relação às especificidades do gênero, em especial, no diálogo com o periódico. A história da *Folha de S. Paulo* ajuda a construir o cenário das relações nesta empresa de comunicação e, posteriormente, as aproximações e os distanciamentos em relação ao governo após o golpe de 1964. O cronista, ali inserido, foi percebido pelo seu ofício e por seus contatos e atuação também fora da redação.

A acusação que Diaféria sofreu em 1977 entrou em cena no segundo capítulo. As reações iniciais de figuras públicas sobre o acontecimento auxiliaram na compreensão de debates vigentes na época. A acusação manejada pelos então ministros Sylvio Frota, do Exército, e Armando Falcão, da Justiça, revelou disputas no quadro militar, que participaram do cenário expressivo de embates daquele momento. Dentro da *Folha*, a publicação de uma coluna em branco como forma de protesto pela prisão de Diaféria também fez com que disputas e descontentamentos emergissem. A cobertura, embora de poucos dias, foi significativa para visualizar a elaboração da crônica jornalística e pensar sobre a reabertura política.

Por fim, o terceiro capítulo acompanhou o final do julgamento até 1980, quando Lourenço Diaféria parou de publicar na *Folha*. Instituições e grupos de grande alcance no período se envolveram na

⁵ Nesse sentido, optei por manter a grafia da fonte, incluindo seus erros ortográficos, para garantir que o leitor tivesse contato com os mesmos textos que tive.

defesa do cronista, deixando perceber na cobertura do processo a crítica ao cerceamento de direitos. Em notícias, crônicas e documentação elaborada pelo próprio governo, veem-se os meandros do projeto de reabertura até a Lei de Anistia.

Lourenço Diaféria permaneceu publicando suas crônicas, mesmo em meio aos eventos decorrentes da acusação. Nesse sentido, seus textos são esclarecedores para compreendermos como autor e contexto se articularam nessa produção.

CAPÍTULO 1 - LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA E A CRÔNICA JORNALÍSTICA

Sou um artesão de variedades, um falso cômico de entreato, mas levo uma desvantagem em relação aos palhaços. Não tenho direito de usar a máscara da pintura. Não posso esconder o meu riso, e não posso esconder o meu choro.

Tenho de aparecer aqui – franqueado, aberto, inteiro.

Em cada linha, em cada letra, em cada sinal, eu me traio e eu me entrego e eu me jogo, como se lança no ar o trapezista no seu salto triplo cotidiano. Sem rede. (DIAFÉRIA, FSP, 10/05/75).

A maior parte das crônicas de Lourenço Carlos Diaféria (1933-2008) foi publicada no caderno cultural *Ilustrada*, do jornal *Folha de S. Paulo*, entre 1964 e 1980. O jornal era seu picadeiro, onde se apresentava à plateia; suas ironias e graça eram falsas comédias que, em meio a risadas, apresentavam críticas; era um palhaço sem máscara.

Inspirava-se, especialmente, nas notícias diárias e memórias que tinha do Brás, bairro paulista onde passou a infância. O lugar era seu principal elo com a cidade de São Paulo, de onde partiram muitas de suas reflexões sobre o dia a dia dos trabalhadores e as mudanças decorrentes da expansão urbana. Era também expressivo seu vínculo com a Igreja Católica, lugar de participação política e social, consolidação de muitos de seus valores e posturas, inclusive frente à ditadura militar. Além disso, Diaféria foi um notório torcedor do Sport Club Corinthians Paulista.

Em sua escrita, foi um cidadão atento aos movimentos do governo, da sociedade civil e um leitor crítico da própria *Folha de S. Paulo*. Sua produção literária apresenta interações sociais, expressões afetivas, ocorrências e leituras das realidades que permeavam a vida urbana – com a especificidade de viver em um período de exceção política e imerso nos debates sobre a estruturação de empresas de comunicação. Seus textos são produções de um homem com participações e percepções dispostas no universo de possibilidades em que se inseria. Sendo assim, compreende-se aqui a literatura como prática social, produzindo significados, sendo formada e interagindo com seu meio.

Para compreender as crônicas jornalísticas de Diaféria foi preciso conhecer suas vivências e relações pessoais, assim como traçar um

diálogo entre a mídia e o momento de produção de seus textos. Com poucos personagens, no espaço limitado de uma coluna de jornal, a narrativa rápida e, aparentemente, despretensiosa, parece dar excepcionalidade a temas e cenários comuns.

A análise historiográfica proposta aqui coloca a relação entre a criação e a realidade não como algo secundário, mas como motivação para a pesquisa. A crônica permite apreender debates políticos e sociais pela literatura. Ela é sensível às articulações do tempo. Conhecer o contexto em que foi produzida e circulou possibilita aproximar-se da apreensão que autor fez do momento vivido e dos motivos pelos quais optou por exprimi-lo de determinada forma literária, bem como seus desdobramentos.

1.1 PRIMEIROS PASSOS DA CRÔNICA NO BRASIL

“O *feuilleton* designava um espaço determinado no jornal – o *rez-de-chaussée* (rés-do-chão)” (GRANJA, 1992, p. 9). Surgiu como gênero dos escritos jornalísticos na França e, com a circulação dos periódicos franceses, alastrou-se pela Europa e pelo Brasil⁶. Apareceu como um atrativo ao público e forma de entretenimento. No *Jornal do Comércio* de 1838 já era publicado o primeiro romance-folhetim traduzido: *O Capitão Paulo*, do romancista francês Alexandre Dumas. Isto logo nos primeiros anos da imprensa no país, iniciada com a vinda da corte portuguesa em 1808 e a circulação do primeiro jornal oficial, *A Gazeta do Rio de Janeiro*. A nova moda europeia das ficções nos periódicos não tardou a ser incorporada à recém-nascida imprensa nacional.

Entre nossos mais renomados folhetinistas estão Machado de Assis, que começou a publicar no periódico *O Espelho*, em 1859, e José de Alencar, no *Correio Mercantil*, em 1854. Em seu ano de estreia, Machado de Assis publicou a série intitulada *Aquarelas*⁷ e, em um dos textos – *O folhetinista* –, tratou da literatura que iniciava sua trajetória

⁶ A trajetória da crônica no país tem suas explicações em diferentes modelos. Dentro da lógica de que a crônica pode não ser necessariamente jornalística, temos a consideração de Jorge de Sá (1987, p.5-7) que coloca Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei português, como o primeiro cronista do cenário brasileiro. O crítico afirma que a carta estabeleceu um dos princípios da crônica, ou seja, o registro do circunstancial.

⁷ Publicado em: ASSIS, Machado. *O Jornal e o livro*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

em terras brasileiras. O escritor afirmava haver aqui certa dificuldade de estabelecimento “sério” dos moldes originários da “planta europeia”:

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno, falo do jornal. (...) O folhetim, disse eu em outra parte, e debaixo de outro pseudônimo, o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação. (ASSIS, [1859] 2011, p.70-71)

O escritor, um dos expoentes deste tipo de ficção em periódicos, discutia o gênero que trouxe como especificidade a relação íntima com o jornal e que, por isto, molda-se, “desenha as saliências fisionômicas”. O jornal, então visto como uma mídia das mais modernas, chamava a atenção pelo alcance. Mesmo considerando-se a alta taxa de analfabetismo, era o meio que fazia circular informações, possivelmente lidas em grupo, e que tornava o folhetinista alguém com voz no espaço público.

Neste sentido, Machado continuava sua análise descrevendo o folhetinista:

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dos elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

(...)

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence; até mesmo a política.

Assim aquinhoadado, pode dizer-se que não há entidade mais feliz neste mundo, exceções feitas. Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e a *bas-bleus* para aplaudi-lo.

O folhetinista, cujo mote seria a relação entre “o útil e o fútil”, que podia falar até mesmo da política, tinha acesso, em seu espaço no periódico, aos diversos assuntos do cotidiano, com a possibilidade de expor suas opiniões. Seria, nas metáforas machadianas, livre como um colibri, capaz de fazer acrobacias e chamar a atenção, aplaudido e até mesmo aguardado. Posteriormente, “a seção ‘variétés’ e os diferentes ‘feuilletons’ (crítica, resenhas, etc) foram deslocados para rodapés internos dos jornais, onde a crônica mundana pôde se desenvolver” (GRANJA, 1992, p.10).

A crônica jornalística talvez encontre uma de suas melhores definições no título atribuído às do próprio Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861: *Comentários da semana*. Dialogando com o restante do jornal, o cronista discutia a semana antecedente, destacava as notícias que considerava mais relevantes e comentava o que lhe fosse interessante. Cabiam nestes textos “a política, os acontecimentos sociais da corte, um pouco das notícias do exterior, as novidades da semana, o teatro, a literatura, entre outros” (GRANJA, 1992, p.15).

Originada na consolidação da imprensa, a crônica jornalística foi se moldando ao leitor e ao cenário nacional. De acordo com o crítico literário Antonio Candido (1992), ela inicia quando o jornal se torna cotidiano, de tiragem relativamente grande e acessível, podendo até ser considerada um “gênero brasileiro”, pela naturalidade e pela originalidade com que se desenvolveu no país⁸. No início, em folhetim, era composta por artigos de rodapé sobre temas políticos, sociais, artísticos – as variedades comentadas anteriormente –, até se tornar a crônica propriamente dita. Apresentava um tom leve, em narrativas ficcionais e diálogos de opiniões relacionados a eventos recentes.

Nesse caminho, a crônica foi se estruturando, adquirindo expressões como o humor, a sátira e a crítica social. Aproximou-se mais da literatura do que da própria argumentação jornalística. Para Candido (1992), isto configurou o amadurecimento do gênero, que foi deixando seu caráter informativo, aproximando-se de uma forma mais coloquial

⁸ Em contraposição, um trabalho interessante para notar o espriamento da crônica jornalística fora das fronteiras nacionais é o artigo intitulado *Lara Filho e Rubem Braga: dois representativos escritores da crônica poetica em Angola e no Brasil*, de Carmen Lucia Tindó Secco, publicado na revista portuguesa *Forma Breve*, em 2010, explorando a obra de Ernesto Lara Filho, considerado fundador do gênero em Angola. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/formabreve/article/viewFile/2317/2177>>

de expressão. Desenhava-se a “fórmula moderna”, próxima da poesia e do humor. Porém, o convívio entre o caráter literário, o aspecto lúdico e a atuação informativa não é, necessariamente, inviável. Afinal, é justamente sua leveza que torna as problematizações que aponta mais acessíveis e procuradas pelo público⁹.

Conhecidos escritores brasileiros passaram por jornais com este tipo de publicação e desenharam suas balizas. É inegável que José de Alencar e Machado de Assis são nomes fundamentais na consolidação do gênero e a possibilidade de dialogar de forma direta com os debates de seu tempo¹⁰. Todavia, desde seu tão estudado aparecimento no século XIX, a crônica jornalística expandiu seu percurso e passou a estar cada vez mais imbricada na literatura. Mesmo assim, a imprensa se manteve como uma das principais partes da rede de interlocução a partir da qual este texto literário é elaborado.

A trajetória da crônica jornalística no país demonstra não apenas a ligação com a literatura nacional, mas também com a constituição de um expressivo meio de comunicação ainda atuante, o jornal impresso. Mesmo aparentemente despreocupada, a crônica abarca críticas sociais, revelando algumas de suas características para a análise: relaciona-se com o mundo por meio do suporte em que é veiculada, traz a apresentação voluntária da leitura que o autor tem da sociedade, é exposta com maior regularidade e produzida na proximidade dos acontecimentos, mais do que, costumeiramente, outros tipos de literatura.

⁹ Temos, por exemplo, cronistas e crônicas atuais que utilizam em maior ou menor escala desta ligação com a informação que a inserção e o diálogo no jornal permitem. Alguns nomes conhecidos, além de José de Alencar e Machado de Assis, são: João do Rio, Raquel de Queiroz, Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Plínio Marcos, Luís Fernando Veríssimo, Lourenço Diaféria, Ferreira Gullar e Carlos Heitor Cony.

¹⁰ De acordo com Lucia Granja (1992), a crônica de variedades como havia se ambientado como entretenimento não tinha grande abertura para considerações mais profundas sobre os fatos comentados. A crônica machadiana, no entanto, trouxe consigo uma reflexão mais acirrada dos aspectos levantados durante a semana ou como crítica política. Fato que o diferenciava de José de Alencar, outro expoente da inserção do gênero no país, ainda antes daquele. Seus comentários contavam com um tom mais leve e imparcial, onde “Alencar vai arrolando simplesmente os fatos, descrevendo-os, conferindo ao leitor a sensação de constatação destes.” (p.18). A ousadia do texto mais opinativo e a análise dos fatos é o que parece prevalecer no quadro dos cronistas brasileiros.

1.2 LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA, UM “CARA DO BRÁS”

Com a coloquialidade que elaborava suas crônicas jornalísticas, Lourenço Carlos Diaféria, apresentou-se no livro *O invisível cavalo voador* (1990)¹¹:

Meu RG é 2.104.840.

Tenho cabelos que já foram castanhos, olhos sonhadores, peso bons 80 quilos, meço 1,70. Servi na Infantaria. Sou reservista de 1ª categoria, com orgulho o digo na paz e na guerra contra o inimigo. Gosto de corresponder-me com subtenentes armeiros, loiras feministas e morenas claras de prendas domésticas. Levo a vida pacata. Do ponto de vista ideológico, declaro sob minha responsabilidade, que sou um cara do Brás. Significa isso que a Central do Brasil embalou minha infância apitando na curva nos fundos do quintal de casa, onde frutificava um pé de caqui-chocolate. As tardes fagueiras destilavam um permanente cheiro de graxa, que eu achava primaveril, puro e igual em todos os bairros. Inocência é isso.

As fábricas, os operários e as telas de arame dos janelões das tecelagens – onde dançavam dependurados fiapos de algodão encardido – são como minhas unhas: por mais que as corte, continuam fazendo parte de mim.

(...)

Brincando de sela e cacholeta, quantas vezes enviesei meu olhar para as marmitas dos ferroviários sentados na calçada rente ao paredão, e saboreei com o pensamento o feijão-mulatinho e o picado de carne temperados com a fome do trabalho. Queijo e banana de sobremesa. A sagrada meia hora para o almoço; ainda sobrava tempo para esticar as pernas no sol do meio dia.

Os vagões descarregavam nos pátios laranjas e granel, bandos de imigrantes e sacos de cimento que soltavam pó fino e faziam coçar o nariz. Oh,

¹¹ Trata-se de uma coletânea de crônicas, porém não foram publicadas durante sua trajetória na *Folha de S. Paulo*. A obra faz parte da coleção *Falas contemporâneas* da editora FTD.

como tudo era belo. Nos ombros esfolados, carreguei o andor do Bom Jesus, esse que ainda hoje suporta na cabeça a coroa de espinhos e disfarça as três lágrimas de rubi sanguíneo na face de cera pálida.

De certa forma, e com bastante modéstia, considero-me um precursor da indústria automobilística nacional. Quando possuir automóvel ainda não era questão de honra pessoal, montei lépidos carrinhos de rolimã com componentes obtidos nos renomados sucateiros da rua Piratininga.

Elementos da trajetória pessoal, como as imagens da capital paulista, o tempo em que serviu às Forças Armadas ou mesmo suas experiências de infância, são recorrentes em seus textos. Ter crescido no bairro do Brás, em São Paulo, foi um fator de grande importância nos debates que se propôs fazer. Ali teria desenvolvido a visão analítica acerca do cotidiano de assalariados urbanos, suas alegrias e dificuldades. Cenário distinto daquele de industrialização e migração romantizadas, onde havia os conflitos e as conformações que perpassavam a vida de homens e mulheres das camadas médias e baixas da sociedade. O desenvolvimento do bairro operário se estendeu ao longo de sua obra. Muitas vezes, demonstrava que o dia a dia de pessoas comuns era, mais do que a ambientação da narrativa, a sua motivação.

Diaféria era “do signo do Brás (...). Do Brás guardo reminiscências, frescuras do coração, cacoetes, sotaque” (FSP, 25/01/80). Em sua memória, tratava-se do lugar aonde “as pessoas que chegavam em bandos, mal trajadas, caminhavam devagar, não muito para não ficar pra trás”, e que viam ali a possibilidade de trabalho e melhores condições para viver. Afinal, “pareciam estar fugindo de alguma coisa, ao mesmo tempo mostravam sinal de surpresa e satisfação de olhar e descobrir, sentados junto do muro, operários de macacão azul almoçando de marmita. Era comida de verdade.” (DIAFÉRIA, 2002, p. 15). Estes gestos eram descritos de forma que o autor se mostrasse como observador próximo, como alguém presente, que compreende e partilha do sentimento do outro.

Dedicou ao bairro a obra *Brás: sotaques e desmemórias*, em 2002. Nela, registrou lembranças sobre o local, sua infância, bem como pesquisas sobre indivíduos que viveram no bairro. Dispôs-se a apresentar, por exemplo, os personagens que deram nomes às ruas e suas trajetórias, muitas vezes esquecidas, as quais o cronista reivindicou.

Ganharam notoriedade aqueles que eram reconhecidos na localidade. No livro de Diaféria, há o mesmo que ele propôs em suas crônicas: as pessoas comuns e seus cotidianos eram protagonistas em cena.

O escritor afirmava que seu trabalho não era pesquisa de um acadêmico:

Em primeiro lugar, advirto que não sou historiador nem sociólogo, nem taxidermista. Enquanto fico nas beiradas, esses profissionais vão fundo. O taxidermista, em especial, como todo mundo sabe, é um sujeito que ganha a vida destripando pássaros, tirando o fígado, o pâncreas, os rins de bichos de pelo e penas, para exibi-los, empalhados, num museu. Longe de mim isso. Nem em pesadelo pretendo mostrar o Brás como animal de museu. (p. 12)

Aproveitando o trecho, vale dizer que os pássaros eram recorrentes nos textos de Lourenço Diaféria, como veremos; o cronista demonstrava grande apreciação pelas aves e muito conhecimento sobre o tema. Isto chama atenção, pois ele se colocava sempre como vinculado ao cenário urbano e suas falas sobre as aves se inserem neste mesmo meio, que não corresponde a um quadro bucólico.

Na obra sobre o Brás, Diaféria compreende sua produção como um “testemunho, nem sempre ocular” (p.12), sem pretensões de apresentar o local como um objeto de estudo, com estatísticas ou dados formais. Esforçava-se para manter uma visão próxima daquela que considerava a de seu tempo de criança, ligada ao comum, ao banal – para ele, uma perspectiva não cética. “Sem falar que vivia no bem-bom, a pouco mais de um metro do rés-do-chão”, em alusão ao modo como era conhecido o fazer do cronista. Era consciente de sua leitura de mundo “completamente limitada” (p.14).

Buscava na história do bairro – e nas crônicas no jornal – uma perspectiva bastante humanizada do cotidiano. O levantar das cancelas do trem estabelecia relações com as pessoas, movimentava o local, assim como os bondes, dos quais muitos saltavam para não pagar o bilhete. O trem se tornou personagem, não era um simples adereço de paisagem, mas sim apresentado como um “animal de ferro perigoso” (p.16), trazendo figuras como o maquinista e o foguista, cuja relação com o desenvolvimento industrial caracterizava o local. Por isso afirmava que “não interessa que todo o mundo, eu ia descobrir isso muito tempo depois, sempre que falava do Brás tinha de lembrar das

porteiras, como se as porteiras fossem o Brás. Mas não.” (p.14). Contudo, nem porteiras nem cancelas eram o principal para o cronista, mas os que faziam o bairro paulista ser o local dos diversos sotaques, como na Hospedaria do Brás, por exemplo, onde vários dos seus personagens se encontravam.

Em vez de tais porteiras, o que via com frequência eram os bandos de pessoas que toda semana passavam pela rua em que nasci. Caminhavam na direção de uma hospedaria, onde seriam acolhidas durante vários dias antes de partir para trabalhar em lavouras de café. Se bem que naquela idade nada disso estava claro no entendimento das crianças, que eram bobinhas, era mais fácil olhar o desfile como um desfile mesmo, uma procissão sem andor, um tipo de piquenique de meninas, meninos, mulheres, homens a caminho de um prédio conhecido como hospedaria. Hospedaria do Brás. É engraçado que a Hospedaria do Brás, sem ter mudado de lugar um centímetro, agora fica na Mooca, que é um outro bairro. Não quer dizer que o prédio tenha mudado de bairro. O bairro é que mudou de hospedaria. Mudou de hospedaria e mudou de um mundo de outras coisas. Isso já é uma questão de burocracia. Burocracia é a capacidade de mudar uma coisa de um lugar para o outro apenas atravessando a rua. É o que acontece na hospedaria, que agora não hospeda ninguém. Do lado de lá do prédio é Mooca. Do lado de cá, é Bras. No meio fica estacionado um bonde antigo, mostrando como eram os bondes antigos. (p.15)

O bairro crescia com a industrialização, Diaféria comentava o crescimento urbano e as modificações da cidade, fossem problemas como a violência, a falta de saneamento, a manutenção dos bens públicos, os limites dos muros ou a forma pela qual o cenário urbano se transformou, como com a “burocracia” que ironizava.

Diaféria não reivindicava um passado junto à natureza, um Brás em seu início rural. A imagem que tinha do bairro já estava relacionada a estrangeiros e nordestinos, ao barulho do trem e às sirenes das fábricas, às características das indústrias e dos operários. Mesmo falando de um tempo em que as crianças podiam brincar nas ruas e as

relações pessoais eram mais afetivas, considerava também as dificuldades sociais de quando cresceu no bairro paulista em expansão. Compreendia o dinamismo do local e dizia não ser saudosista.

Da minha convivência com máquinas velozes e operários de manoplas ficou-me esta espécie de solidariedade trabalhista, que gosto de colocar no meu *curriculum*. Mas não se enganem a meu respeito. Apesar de me vestir às vezes com cara de um sujeito sofrido, nunca fui um deles. Escapei de ser operário – e acho que ninguém pode queixar-se disso num mundo como o nosso. Esta é a razão por que procuro agora também não atrapalhá-los com minhas ideias, meus preconceitos, minhas teorias e manias – hoje mais ou menos disseminada – de querer ensinar-lhes como se aperta parafuso, quando mal se sabe se é o caso de usar parafuso, ou prego, ou nem uma coisa nem outra. Quando a eles me apresento, simplesmente me identifico como um cidadão fiel ao cheiro de graxa do passado remoto.

(...)

Quanto ao temperamento, sou um saudosista do amanhã. Um tímido disfarçado. Um revolucionário que se sente mal carregando faixas em passeatas. Gosto, porém, de ficar ao lado – e até à frente – daqueles que tentam modificar o mundo com gestos pequenos e despercebidos. (DIAFÉRIA, 1990, p. 8-9)

Narrava como a criança que observa os operários e suas marmitas. Quando os trabalhadores se tornavam personagens, não os criticava nem opinava sobre como deveriam agir. Ao contrário, buscou compreender suas ações e as exaltou¹².

¹² Exemplos, dentre vários, são os casos dos personagens Sebastião Moringa Neto, descrito como ganhador do título de “melhor economista” por sustentar quatro filhos com um salário mínimo (FSP, 01/01/1975) e os demais cidadãos que faziam com o salário o mesmo “milagre” com suas rendas mensais (FSP, 29/01/1976). Uma ironia em alusão ao “milagre econômico”, em seus anos finais, que serviu como forma de manutenção de uma expectativa positiva em relação ao regime, demonstrando que o crescimento econômico não alcançava todos, especialmente os menos favorecidos.

Por não ter sido um dos operários e migrantes que buscavam condições melhores de vida na cidade, se comovia com a situação do outro, usando seu espaço na mídia para lhes dar visibilidade.

Por vezes, como agora, finjo que estou escrevendo sobre mim mesmo. É um truque. Aliás, um velho truque. Mas quando falo de mim, quando sobre mim escrevo, nem sempre estou refletindo meus ossos, meus músculos, meu coração, meus afetos, minhas certezas. Ao dizer de mim, muitas vezes narro o eco dos mortos que se anteciparam e abriram as picadas e os caminhos. Outras vezes, ao falar de mim, apenas estou dando um fiapo de força – tão frágil como os fiapos dependurados nas telas de arame do bairro onde nasci – à multidão de mudos e silenciados da cidade onde vivo. É um macete. Nada mais que um macete. (p.10)

Assim, a crônica tornava-se parte dos “gestos pequenos e despercebidos” que buscam modificar o mundo. Nesse sentido é que reivindicava o ofício do cronista, apresentando por outros ângulos e dando visibilidade ao que o jornal nem sempre tratava, casos considerados banais ou que não contemplavam grandes eventos. Situações como a morte de uma família em um acidente de carro, que se tornavam uma pequena nota no periódico, para Diaféria, emergiam como tema central de seu texto¹³.

Se na esfera pública apenas alguns personagens eram ouvidos, um dos objetivos de Diaféria era colocar em evidência os menos visíveis¹⁴. Queria mostrar parte da “multidão de mudos e silenciados”,

¹³ Como na crônica *É isto, menina* (FSP, 17/06/77).

¹⁴ Na tensão entre Estado e sociedade, desenvolveu-se a esfera pública. Ela se tornou parte do setor privado e com relevância no quadro público, ou seja, defendendo os anseios privados diante dos interesses estatais. De acordo com Jürgen Habermas (2003), “pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante” (p.42). Contudo, a ideia de uma esfera acessível a todos não se concretizou plenamente na medida em que o desenvolvimento capitalista tornava a sociedade cada vez mais segregada. Havia neste quadro o desenvolvimento de um elemento importante para a

sem voz no jornal – em oposição às manchetes com figuras de respaldo na cena pública. Isto fazia parte tanto dos valores do próprio cronista e suas relações dentro e fora da redação, quanto da estratégia de tornar a crônica mais ligada ao cotidiano do leitor.

Algumas crônicas apresentam figuras reais, mas crianças, estudantes, trabalhadores e governantes foram representados também em personagens criados pelo autor: a família de Dona Maria do Rosário, pernambucanos que tentavam uma vida melhor em São Paulo, cujo filho foi assassinado por um policial dentro do próprio “barraco”¹⁵; o rapaz que, desempregado, decidiu ser vendedor de bandeiras durante a Copa de 1974¹⁶; Zé da Bóia, considerado o “campeão mundial brasileiro de iatismo fluvial” graças às enchentes e à falta de saneamento em São Paulo¹⁷; o Sr. Henrique Maia, também vítima das enchentes, que reclamava do descaso de políticos com a cidade¹⁸; além de Almeida de Tal, que conseguiu o cargo de “controlador de supérfluos” e acabou despedido por ter sido considerado “altamente supérfluo”, já que seu excesso de trabalho bem feito e seus cortes prejudicaram os interesses em jogo no serviço público¹⁹.

administração política e de uma “peculiar força explosiva: a imprensa” (p.34). Com a transferência de competências públicas para o setor privado, a esfera pública se modificou e a mídia também. Assim, “desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiado interesses privados na esfera pública” (p.218-219). Sem a separação rígida entre setor público e privado, ocorre que “o mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória” (p.202). Ou seja, questões como a ampliação do público e a influência econômica na mídia, demonstram que não há nem efetiva participação no debate político nem neutralidade nesta configuração.

¹⁵DIAFÉRIA, Lourenço. Desculpe o que fizemos, garoto. (FSP, 25/04/74)

¹⁶ DIAFÉRIA, Lourenço. O vendedor de bandeira. (FSP, 20/06/74)

¹⁷DIAFÉRIA, Lourenço. O incrível campeão Zé da Bóia. (FSP, 31/01/76)

¹⁸DIAFÉRIA, Lourenço. A falta que faz um monstro. (FSP, 10/04/76)

¹⁹ DIAFÉRIA, Lourenço. O terrível controlador de supérfluos. (FSP, 12/03/76)

Além de escrever na *Folha de S. Paulo*, Diaféria colaborou no *Jornal da Tarde*, *Diário Popular*, *Diário do Grande ABC* e realizou trabalhos para rádio, televisão e publicidade. Entre seus livros estão *Um gato na Terra do Tamborim* (1976); *Berra, coração* (1977), que o alçou à lista dos mais vendidos (FSP, 05/02/78); *Circo dos cavalões* (1978); *A morte sem colete* (1983); *Empinador de estrelas* (1984); *A longa busca da comodidade* (1988); *O invisível cavalo voador* (1990); *Papéis íntimos de um ex-boy assumido* (1994); *O imitador de gato* (2001)²⁰, na coleção *Para gostar de ler*. Publicou a obra de memórias *Brás: Sotaques e desmemórias*, em 2002, a partir do qual foi produzido um documentário homônimo, em 2006, dirigido por Marta Nehring. Também com foco no exercício de memória e pesquisa, escreveu *Coração Corintiano: Grandes Clubes do Futebol Brasileiro e Seus Maiores Ídolos*, em 1992, e *A caminhada da esperança*, em 1996, sobre a história da Arquidiocese de São Paulo e seus bispos. Trata-se de um conjunto de livros que exploram as três questões recorrentes nas crônicas jornalísticas de Diaféria: o bairro do Brás, a Igreja e o Sport Club Corinthians.

Mesmo enfatizando seus problemas urbanos e sociais, Diaféria tinha grande apreço pela cidade em que viveu. Por isso, afirmou, com recorrente ironia:

Do ponto de vista geográfico, sou puro capitalista – assim entendido o que nasce na capital e talvez daqui jamais escape. Nem faço questão de escapar, posto que a cidade não é de todo má, não é de todo cruel, não é de todo desumana, não é de todo cinzenta, não é de todo agourenta nem repelente. Verdade seja dita, é a melhor cidade deste país. E, se não for a melhor por suas qualidades, será a melhor cidade para se falar mal dela. (DIAFÉRIA, 1990, p. 10)

Ele se via como atuante por meio de sua produção literária, encontrando nela uma forma de participação social. Por isso, entendia que ser cronista era dar ênfase aos atores menos comentados. Ser um “cara do Brás” não era apenas parte da trajetória, mas um

²⁰ Nos livros de crônicas: *Circo dos cavalões* (1978), *A morte sem colete* (1983), *A longa busca da comodidade* (1988), e *O imitador de gato* (2001), encontram-se algumas crônicas publicadas na *Folha de S. Paulo*. Alguns textos são republicados em mais de uma obra.

posicionamento político e crítico. Dentro do espaço opinativo em que atuou, proposto pela crônica na “grande imprensa” – empresarial e com notório alcance nacional –, estas características foram fundamentais em sua obra.

Outra questão cara ao escritor era a família. Foi casado com Geisa Maria e teve cinco filhos. Nas breves biografias que constam em seus livros, seu interesse pelo jornalismo é apresentado como tendo surgido na infância, quando encontrou a carteira de jornalista de seu pai (que desejava que o filho se tornasse advogado). Frequentou a Escola de Jornalismo Cásper Líbero e a Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo, mas não chegou a concluir nenhum dos cursos.

Diaféria foi um fervoroso católico, e da participação na Igreja resultaram muitos de seus valores e relações. Frequentava a comunidade da Igreja Nossa Senhora do Rosário da Pompéia e tinha proximidade pessoal e intelectual com o então Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. A vinculação aos debates deste ambiente é importante para compreendermos o pensamento de Diaféria, na medida em que sua presença nesse âmbito foi recorrente.

Assim, na busca pelo autor, cabe pensar sobre sua posição dentro de determinado campo. Visualizar a trajetória do cronista e suas produções é também compreender a estrutura em que se inseria e reproduzia. Não há tal produção sem a *Folha de S. Paulo*, sem o bairro do Brás, sem a experiência política e social da ditadura militar ou mesmo sem as expectativas que eram forjadas naquele momento. Compreender o indivíduo implica, portanto, conhecer o seu entorno, suas experiências (necessariamente vinculadas às dos demais), o universo de limites e possibilidades frente ao qual estava posto.

Lourenço Diaféria iniciou sua carreira em 1956, na redação da *Folha da Manhã*, jornal que se unificou na *Folha de S. Paulo*²¹. A maior parte de suas crônicas jornalísticas foi publicada no caderno cultural *Ilustrada* – que, ao contrário do *Primeiro Caderno*, cuja intenção de maior veracidade dos fatos se traduz na pretensa omissão da opinião do jornalista, apresenta-se como mais opinativo e com maior abertura às críticas. Em 1962, Diaféria já era um dos secretários do periódico, sob o comando de Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Em 24 de junho de 1964, três meses após o golpe civil-miliár,

²¹ Contudo, no livro *A longa busca da comodidade*, está que começou sua carreira na empresa *Folha de S. Paulo* em 1954.

assinou sua primeira crônica no jornal, intitulada *Recado urgente*²². Exatamente um mês depois, no texto *Peixinhos ao vento*, assumiu as particularidades de seu trabalho.

Falamos, pois, de coisas fúteis e banalidades. O frio fere e o sol brilha acanhado e trêmulo, mas eis que no ar adejam papagaios e pipas, barracas, quadrados e peixinhos. (...) Perguntau aos moleques da rua, sujos e maltrapilhos, ou aos guris que comem à mesa, dormem em camas e vestem roupas. Será acaso por causa do vento, que agora sopra firme e avantajado, ou por causa das férias – o certo é que não há bairro, nem arrabalde, em cujo céu sujo ou limpo não parem um estirante, duas vareias entrelaçadas, formando o curioso ser voador que mergulha e sobe, rodopia e [ilegível], estaca e plana.

Na várzea, na rua, no descampado, na cidade, no campo, entre o casario e as fábricas, em todo o lugar, a garotada vibra e brinca – e os papagaios gozam uma glória imorredoura de papel de seda. (...)

Assim corre a vida, o mundo, os dias, os anos, só resta sorver o instante de ilusão e a gota de alegria, na trilha das crianças. Porque, quando a cabeça encanece, entende-se depressa que é melhor morrer fulminado como Huguinho, tentando arrancar dos [ilegível] o papagaio rosa, do que envelhecer, hirtó e seco, como um galho da terra. (FSP, 24/07/64)

Logo no início, explorou a relação com os trabalhadores do Brás, especialmente as semelhanças entre diferentes grupos socioeconômicos. Os meninos brincam com suas pipas, fossem eles de onde e como fossem. As descrições do bairro de sua infância e as obras dos anos seguintes trazem essa busca por aquilo que os tornava semelhantes.

A construção da crônica *Peixinhos ao vento* não difere das demais, ela surge já imbricada no jornal, sendo o cronista leitor do próprio periódico no qual produzia. Quatro dias antes de *Peixinhos...*, a *Folha* publicara uma pequena nota – *Papagaio mata menino* –,

²² Infelizmente, a crônica está ilegível na digitalização disponível no acervo da *Folha de S. Paulo*.

informando que, ao tentar retirar sua pipa de um poste de iluminação, Hugo Vitor Guimarães Lockmann, de doze anos, morreu em consequência de uma descarga elétrica. Ele “inocentemente subiu ao poste para tirar o brinquedo. Tocou num fio de alta tensão e morreu eletrocutado”(FSP, 20/07/64).

Em análise, estas crônicas são fontes que nos disponibilizam uma chave de leitura sobre o início do regime até a reabertura política, pois não fogem do contexto em que foram produzidas, têm raízes sociais. Na coluna *Música Popular* de 14 de março de 1975, o jornalista Walter Silva escreveu sobre seu colega de redação:

Diaféria é um dos mais lidos jornalistas brasileiros e, sem favor nenhum, dos mais atuais e informados. Não é à toa que, em recente pesquisa, tomou-se conhecimento da sua enorme popularidade principalmente junto ao público feminino. Diariamente somos interpelados com as perguntas:

– Como é o Lourenço Diaféria? Ele é moço? Conta pra gente sobre ele.

E por que não fazê-lo publicamente?

Diaféria é dos mais queridos companheiros deste jornal, onde ele entra diariamente exibindo um imenso sorriso, trazendo sob o braço laudas e laudas de matérias escritas, que ele vem corrigir aqui ao nosso lado.

Tem muito mais de trinta e bem menos do que quarenta anos; nenhum pecado. Já pagou todos, torcendo pelo nosso Corinthians. Diaféria é aquele que, de repente, sabe que sumiu a bola do filho da gente e faz com que ela volte com juro (doces e agradáveis juro) em forma de balas Kid's e outras guloseimas. É aquele mesmo bom sujeito que não deixa um só momento de se preocupar com as coisas de sua classe e com a classe de suas coisas. Como tem linha. É um profissional de fazer inveja a qualquer um. Com certeza dirá o leitor:

– E onde entra a música popular nisso?

Pedindo calma, diremos: Diaféria canta.

Canta sim e muito bem. Só que seu repertório é que é o assunto, e não a mavirosidade (o termo, aliás, está bem de acordo com o Lourenço) de sua voz ou a simpatia de sua interpretação.

Diáféria, naquela hora em que está corrigindo seus escritos, bem aqui ao nosso lado, entoa as mais originais canções da nossa música popular, não negando ser um apaixonado fã de Orlando Silva.

O cronista aparecia como uma figura carismática e com público de leitores consolidado. Além de observador bastante atento, tinha preocupações que levavam ao questionamento dos problemas sociais, pois inquietava-se com “as coisas de sua classe e com a classe de suas coisas”. Justamente por ser um dos “mais atuais e informados” é que fazia críticas em entrelinhas, muitas vezes sutis, nos diálogos recorrentes de suas crônicas²³. Observava com um olhar semelhante ao do jornalista investigativo, mas inserindo suas questões nos acontecimentos corriqueiros.

A crônica, assim, é como uma lupa que se sobrepõe ao cenário e faz o registro de um momento, de forma opinativa e rica em detalhes. Ao invés de se apegar a um cenário grandioso, com linguagem rebuscada e descrições longas, atém-se a uma escala menor, fazendo dela seu objeto de grande valia, do qual emergem vivências, críticas, emoções e singularidades.

1.3 A CRÔNICA (E A) JORNALÍSTICA

A crônica jornalística, assim como outras formas literárias, permite a investigação sobre o contexto em que foi elaborada. Ela faz parte da cultura, não é estática, abrange necessidades e expectativas decorrentes de determinado momento histórico. E, vinculada à vida material, apresenta-se evidente nas contradições e relações estabelecidas nas experiências vividas. Está imersa na vida mundana, não é autônoma em relação à sociedade nem uma esfera distante desta.²⁴

²³ Nesta época, o caderno cultural *Ilustrada* trazia também outros quadros de críticas ao regime militar, além das crônicas de Diáféria, há em diálogo, por exemplo, as tiras da cartunista Ciça. Estas chamam atenção pelo trabalho com o cotidiano apresentando, de forma simples em relação ao vocabulário e aos enredos, seus comentários acerca da situação política, social e econômica do país. Os curtos diálogos da autora com desenhos de animais ganhavam notoriedade por tratarem, com muito humor, dificuldades da sociedade diante do período vivido.

²⁴ Para Raymond Williams (1989), a cultura deve ser interpretada em relação ao sistema de produção subjacente, ela é “todo um modo de vida, e as artes são partes de uma organização social que é claramente afetada de forma radical por

Neste sentido, a crônica jornalística de Lourenço Diaféria é aqui compreendida em diferentes momentos: a partir do autor, na sua leitura do tempo vivido, que dialoga e se desenha pelo que é vigente na sociedade; por seu meio de reprodução, o jornal – empresa midiática próxima ao mercado e enredada em suas relações; pelas contingências que estabeleceram temáticas, questões e subsídios para que o autor dialogasse com o leitor e se inserisse no jornal, além de balizar o que poderia ser dito ou não; e, quando possível, pela atuação e circulação do texto após sua publicação.

Nesta perspectiva, o texto literário não é visto apenas como iniciativa do autor nem somente fruto de processos históricos dentro dos quais artistas e obras estão necessariamente imbricados, mas como forma constituída pelos dois aspectos. Ao historicizar a obra literária, busca-se percebê-la na sociedade e investigar as redes nas quais se insere, perceber como constrói e representa sua relação com a realidade. Considerando que as representações objetivam a ordenação da estrutura social, pode-se compreender que a crônica jornalística – ao ter suas linhas tecidas pelas leituras de mundo do próprio autor e dos que estão presentes no jornal – torna-se um lugar onde podemos analisar representações sociais correntes em determinados grupos e épocas.

Um dos elementos importantes para compreender a produção da crônica jornalística é a “indeterminação” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005. p. 16). Ou seja, é dependente dos acontecimentos com os quais dialoga e a partir dos quais se molda. De acordo com Chalhoub, “o cronista está sempre sujeito ao imponderável do cotidiano, que tanto lhe fornece temas e problemas com os quais discutir quanto modifica e redireciona suas opções iniciais” (p. 17). Porém, esta indeterminação não é um acaso, mas uma estratégia para que a crônica seja cada vez mais atualizada, mais atraente, atendendo aos interesses dos leitores do jornal. A crônica jornalística, pautada pela vida comum e pelas notícias, ganha muito ao ser compreendida na medida de seu diálogo com o meio em que é produzida, pois envolve uma expectativa em relação à vendagem e visibilidade.

mudanças econômicas. ” (p.6). Mas a cultura, vista como esse todo, abrange também as lutas e os signos, contudo não se restringe a eles e, de forma alguma, se fecha em um caráter elitista de cultura burguesa. O autor dá à noção de cultura uma abrangência que não só nos permite olhar com acuidade para diferentes camadas sociais, mas também faz com que a noção perpassasse os diferentes âmbitos – político, econômico, social – que também não são fechados em si.

As crônicas de Diaféria mantêm um diálogo evidente com a notícias, por isso compreendê-las significa aproximar-se de sua leitura de mundo, das contingências do momento, assim como das peculiaridades de um “gênero híbrido” – que se utiliza do texto opinativo, da notícia e da literatura. De acordo com Nanami Sato (2002),

a partir de um evento qualquer, em linguagem que tende para a ambiguidade, para a plurivocidade, o cronista tece um texto que pode atingir a categoria de ficção pura ou confrontar diferentes tempos para fazer uma construção metonímica da imagem do presente por meio de pequenos incidentes (p. 34).

Neste quesito, mistura-se entre a eficiência do texto jornalístico, com sua pretensão de descrição da realidade, e a eficácia poética da literatura, com sua carga ficcional. Apegada à materialidade do mundo, faz com que o autor partilhe seus pensamentos com o leitor, apresenta uma visão do momento vivido, em meio às notícias. Por isso, é necessário estabelecer uma leitura que relacione estes textos literários com o meio em que estavam inseridos. Quando das publicações de Lourenço Diaféria, o jornalismo brasileiro era influenciado por aquele dos Estados Unidos da América, onde, com as transformações após a Segunda Guerra Mundial e o desenvolvimento tecnológico, os impressos aumentaram sua vocação noticiosa.

Mas mesmo que a crônica seja pautada muitas vezes pelas notícias, não são compreendidas aqui como retratos fiéis da realidade. A imprensa, e a mídia de forma geral, constitui mais do que um quadro de informações pretensamente neutras e os jornalistas são, eles próprios, leitores cotidianos, carregando consigo tanto suas opiniões pessoais quanto a necessidade de se manterem no mercado de trabalho. Nenhuma produção midiática é imparcial e livre das subjetividades de quem a produz e das relações dispostas nas empresas. Para Sato – que considera a linguagem como mediadora entre sujeito e mundo real –, “a vocação da notícia é representar o referente, o que torna a notícia, em princípio, verificável” (p. 31). Isso é feito com o uso da linguagem na terceira pessoa para garantir a impessoalidade e o “efeito de objetividade” (p. 31), ou seja, os acontecimentos são expostos de forma que criem a ilusão de constituir a totalidade do real. Mas o próprio relato já insere questões que o distanciam da neutralidade, pois sendo a notícia um

produto, varia de narração de acordo com cada veículo, sua edição é organizada de forma cronológica e possui uma narrativa simplificada para facilitar o consumo²⁵.

Outra característica do gênero crônica é a brevidade do texto, a relação particular que tem com a duração, já que tem o tempo atuando de diversas formas na sua produção. De acordo com o crítico Antônio Dimas esta vinculação está tanto na brevidade dos temas quanto na própria velocidade da demanda imposta pela produção jornalística. A crônica necessita de agilidade, é matéria para o dia seguinte. Os revezes do tempo atuam nela “enquanto interpretação parcial de um fato; enquanto matéria breve; enquanto urgência de elaboração” (DIMAS, 1974, p. 48). Estes textos fazem refletir sobre o instante vivido e as ocorrências cotidianas.

É interessante a consideração do historiador Fernand Braudel (1978), para quem este tipo de produção é exemplar do tempo do evento, da curta duração:

O tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência,

²⁵ Para a autora, “pode-se aceitar a afirmação de que fazer jornalismo é fazer história, a história do cotidiano” (SATO, 2002, p.33), afirmação que implica em diversas questões como o método de pesquisa e dos objetivos da análise historiográfica, em contraposição ao ofício informativo do jornalista. Há uma relativa convergência de interesses entre jornalistas e historiadores. Relativa porque, em um primeiro momento, o interesse de jornalistas é a atuação no tempo em que o evento ocorre e não a reflexão sobre ele, pois o próprio imediato contribui para o *status* de veracidade. Mas mesmo se tratando muitas vezes de objeto de análise semelhante seria um tanto radical considerar que, como afirmou o jornalista Alberto Dines (1986), “jornalismo e historiografia são primos – quando se pratica um deles com proficiência, chega-se, inevitavelmente, ao outro.” (p.19). Como elabora a historiadora Beatriz Kushnir (2004), estas categorias estão “lado a lado na construção dessa *história do tempo presente*, aproximam-se nas temáticas e afastam-se nos métodos” (p.58). Porém, há algo além da inscrição imparcial da notícia, para a autora muitas vezes o jornalista busca construir um olhar crítico sobre o presente, sobre os acontecimentos, visando fazer uma “história do imediato”. É aqui que se inserem os textos produzidos por Lourenço Diaféria, pois o sentido da produção do jornalista consiste em “relatos sobre o tempo vivido”, que “são sempre uma construção biográfica de uma temporalidade, diferente do olhar que um historiador poderá ou não erguer sobre aquele momento.” (KUSHNIR, 2004, p.59).

do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os medíocres acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas de vida, econômica, social, literária. (BRAUDEL, 1978, p. 45)

Diante de tais particularidades, cabe perceber que mesmo os “medíocres acidentes” ou as “rápidas tomadas de consciência” são lugares legítimos de percepção do mundo. A crônica jornalística é uma narrativa que se liga ao factual sob o tom de depoimento. E, muitas vezes, por ter sido entendida apenas como texto curto sobre banalidades, acabou sendo considerada uma “espécie de filha bastarda da arte literária” (CHALHOUB, 2005, p. 11). Em determinados momentos, nem isso: o escritor Paulo Mendes Campos afirmou que escreveu crônicas pois “precisava ganhar dinheiro. Só de poesia, só de literatura não se vive” (DIMAS, 1974.p.47).

O crítico Antônio Dimas (1974) traçou um perfil da crônica, na qual se misturam financiamento e fugacidade, e contra a qual ele detectou uma “má vontade”. Propôs, então, um debate, algo que “nunca se tentou dentro do terreno adequado da crítica literária” (p.48), problematizando o que considerava ser o hábito de desprestigiar a crônica, contrapondo-se à “crítica arrogante” que desdenhava o gênero. Seu caráter utilitário a tornava pouco considerável por alguns olhares, servindo, muitas vezes, apenas como fonte de renda a um escritor. Como indicou Dimas, “inserido numa sociedade em que a divisão do trabalho ainda não atingiu um nível ideal, aborrece ao intelectual-jornalista ser coagido a dispensar seu esforço em benefício da sobrevivência imediata”, mais do que isso, “sua liberdade de criação se vê ameaçada não só pela premência do tempo, que não lhe permite trabalhar o texto, como também pelo inevitável condicionamento da matéria frente à direção do jornal e frente ao gosto do grande público.” (1974, p. 47). Considerada também como um “balão de ensaio”, a crônica era vista como uma possibilidade de testar o que seria, por fim, desenvolvido em uma obra mais elaborada.

Pela singularidade de um acontecimento ou pelo ato repetido do cotidiano, as matérias-primas da crônica a tornam próxima de seu abrangente público leitor do jornal. Na carta de um desses leitores da

Folha de S. Paulo, as crônicas de Lourenço Diaféria são denominadas como “sobremesas” (FSP, 25/04/88), corroborando seu caráter ficcional e leve ou, de acordo com Dimas, o de um “oásis lúdico em meio à aridez das notícias secas” (p. 47), um “descanso para o leitor” (p. 49). Para o crítico, esse tom é tomado pelo escritor uma vez que, “sentindo-se no fundo, degradado, por ter de vender tão indiscretamente sua força de trabalho, o intelectual tenta escamotear a situação, apelando ora para ironia, ora justificando seu labor jornalístico como exercício estilístico” (p. 47). Para Chalhoub e Candido, há na crônica um prazer criativo do escritor, mesmo quando considerada “menor” ou “bastarda da arte literária”. Talvez não seja o caso de colocar todos os cronistas no mesmo sentimento sobre suas produções; o demérito e o orgulho existem, cabe perceber o que cada indivíduo considera sobre sua posição social, em seu contexto, sua atividade intelectual, além de atentar para o debate corrente no próprio ambiente de elaboração da obra. Lourenço Diaféria, por exemplo, orgulhava-se de seu ofício e se assumia profissionalmente como um cronista; mesmo tendo produções em outros formatos, a vinculação da crônica com o cotidiano e a imprensa era algo digno de apreço significativo em sua visão.

De qualquer forma, o questionamento desta valoração acaba por exaltar suas especificidades e potencialidades. A proximidade com o público, o mercado e as redes de informação, fazem da crônica um gênero que deve ser pensado tanto como uma ficção sobre banalidades, vicissitudes diárias ou opiniões sobre quadros políticos e econômicos, quanto como um objeto com notória relevância para a análise de contextos e relações diversas. Não é necessariamente negativo percebê-la nos termos de uma coluna que busca atingir um público específico e, por vezes, auxiliar a vendagem do jornal ou mesmo garantir uma fonte de renda a seu autor. Perceber isso não significa compactuar com a noção de que os escritores a façam por demérito, sem elaboração estética e intelectual, somente pelo retorno financeiro. Foi esse encontro de características que a tornou popular nos meios urbanos, onde os veículos de comunicação se alastraram e se tornaram mais atuantes.

Para Antonio Candido, o *status* diferente em relação às demais literaturas não é mal visto, pois faz parte da função a que se propõe:

A crônica não é um “gênero maior”. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Premio Nobel a um

cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor.

“Graças a Deus”, – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (...) Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo dia. (1992, p. 13)

Essa simplicidade estabelece a aproximação com o público, em grande parte pela acessibilidade da narrativa. Neste sentido, nas crônicas de Lourenço Diaféria, há uma proposta de diálogo quase íntimo com o leitor, certa comunhão que se estabelece em poucas linhas. A crônica fala das sensibilidades comuns e se aproxima do ritmo diário, ajusta-se, por conteúdo e linguagem, ao movimento entre a rememoração do passado e o apego ao presente, sob a reflexão do escritor. A simplicidade não a torna vaga, mas por sua despreensão a humaniza. Para Candido, esta simplicidade permite “recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada, embora discreta candidata à perfeição” (1992, p. 13-4). Isto não se contrapõe ao comprometimento de seu autor e sua atuação na sociedade. Como afirma o crítico literário, é importante insistir na simplicidade, brevidade e graça da crônica, sem imputar a ela uma falsa seriedade. Afinal, “aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas” (CANDIDO, 1992, p. 19). Ir contra isto seria descaracterizá-la e tornaria a leitura de sua materialidade pouco coerente, uma vez que o trabalho sobre a linguagem é parte constitutiva de sua produção, não um acaso.

Lourenço Diaféria afirmou que “as coisas banais não significam coisas desimportantes. São apenas coisas que nunca chegam às manchetes da imprensa e ao horário nobre da televisão” (DIAFERIA, 1988, p. 12). Para Dimas (1974), as crônicas jornalísticas têm como “motor de arranque” o cotidiano (p. 49). E graças a seu caráter de “depoimento sobre o tempo circundante”, elas constituem um lugar precioso para compreender a cosmovisão dos autores, “pois seus (pré)juízos, decorrentes de uma visão de mundo que se estratifica, afloram com espontaneidade ou se deixam surpreender” (p. 48).

Mas cabe questionar igualmente a suposta “espontaneidade” do cronista. Não seria esta uma imagem que o próprio autor se esforça para

construir, uma vez que tal característica configura a escrita do gênero? Mesmo que tenham caráter opinativo, as crônicas se fazem no regime de trabalho do jornal. É difícil estabelecer até que ponto o texto feito em um veículo comercial, que tem uma relação tão próxima com diversos tipos de censura, pode ser um lugar privilegiado de acesso às concepções mais espontâneas. Não se nega que a linguagem coloquial ou o ritmo rápido de produção permitam possibilidades particulares de expressão. Mas coloquialismo e espontaneidade são subterfúgios próprios da crônica jornalística e que, quando bem articulados, permitem que o texto transite entre a reflexão do autor e a notícia. Uma vez publicada em livro, perde parte de sua eficácia. Afinal, como afirma Candido, a crônica é “filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa” (1992, p. 14). Em seus moldes jornalísticos, é feita para ser impressa em um veículo de informação transitório, como o periódico. Sua durabilidade pode se expandir ao ser posta em livro, mas não sem ônus: “como no preceito evangélico, o que quer salvar-se acaba por perder-se; e o que não teme perder-se acaba por se salvar” (CANDIDO, 1992, p. 15).

Diaféria, ao reunir suas crônicas em livros, o fez de forma a agrupá-las por eixos temáticos. Seus sentidos acabam diferindo daqueles iniciais, quando publicadas no jornal, mesmo que suas questões centrais permaneçam. Podem, por exemplo, tratar da violência em determinada coletânea, passível de ser relacionada ao momento político de sua produção, porém, a leitura dificilmente será a mesma proposta no jornal. Contudo, não há consenso sobre ganhos ou perdas de publicar crônicas jornalísticas em livros²⁶. Mas para o historiador, torna-se insuficiente a crônica jornalística em si, posta apenas diante de suas semelhantes.

Fator relevante é a mudança do leitor ou do modo de recepção do texto, no que tange à acessibilidade e tempo de apreensão. Para o crítico literário Jorge de Sá, esta mudança é positiva na medida em que “as possibilidades de leitura crítica se tornam mais amplas, a riqueza do texto, agora liberto de certas referencialidades, atua com maior liberdade sobre o leitor – que passa a ver novas possibilidades interpretativas a

²⁶ Na reportagem de Mario Sergio Conti, intitulada *No epicentro da barafunda* - impressa na edição 82 da revista Piauí, em julho de 2013 -, sobre o cronista Antônio Prata e a crônica jornalística no cenário atual, é afirmado que “individualmente, algumas crônicas têm vivacidade e luz. Recolhidas num livro, jazem mortijas e dão vontade de procurar literatura profunda – o que é uma das funções da crônica, mas devagar com o andor que o santo é de acrílico. Manuel Bandeira estava certo ao dizer que a crônica num livro é um pássaro morto.”.

partir de cada releitura” (1987, p. 85-6). Para o crítico, o livro possibilita maior diálogo entre autor e receptor por conta de uma leitura mais intensa e duradoura. Indo além, pode-se afirmar, por outro lado, que a leitura diária no jornal é que cria um diálogo mais efetivo, pois as opiniões sobre questões contemporâneas se cruzam, permitindo, assim, uma participação do cronista no cotidiano do leitor.

Não se busca aqui apontar se há benefícios ou malefícios com a mudança de suporte de publicação, mas frisar que esta transição é significativa na análise do historiador. Compreender a crônica jornalística em seu suporte original ou em coletâneas permite perguntas diferentes. Em jornal, possibilita o acesso a referências de sua produção, aos embates políticos e econômicos neste meio. Afinal, nem sempre estar “liberto de certas referencialidades” é algo positivo. Por outro lado, é certo que a crônica em um suporte mais duradouro facilita o estudo intertextual, para confirmação de caminhos interpretativos, como defende Jorge de Sá.

Um entre os principais elementos da crônica jornalística que podem ser explorados ao considerarmos o jornal como suporte é a regularidade das publicações. Isto reverbera tanto na análise quanto na pesquisa empírica, uma vez que trabalhar meticulosamente com cada texto ou com cada série do período estudado pode ser algo impraticável quando o recorte é extenso. Contudo, vale compreender o conjunto das crônicas do autor, necessário para dar conta de suas principais preocupações e características de sua escrita²⁷.

A realidade expressa pela crônica jornalística não se reduz às alusões diretas. As relações que ultrapassam os limites da redação do jornal são importantes para fundamentar as próprias referências do autor. Delimitar a compreensão a apenas um movimento de análise torna a abordagem reducionista. Há, para além das notícias de jornal, outras questões das quais lançam mão os autores, sejam de sua própria formação – como gostos ou relações em sua vida privada – ou de cenários externos. É importante lembrar que, mesmo sem experiências

²⁷ No caso de Lourenço Diaféria, embora os eventos narrados sejam muitas vezes convergentes ou o cronista relembre em outra publicação anterior, são poucos os casos em que há crônicas com continuidade completa, como uma série. Em alguns casos, pouco recorrentes, as crônicas de Diaféria são publicadas em sequências contínuas, desde o título até a história narrada. Como ocorre quando o personagem Janjão é correspondente de Amsterdã, em 1975, intituladas *Janjão bancando o holandês*, *Janjão ainda bancando o holandês* e *Janjão para de bancar o holandês*.

próprias, notícias ou outras referências explícitas, a crônica pode ser criada ao sabor da vontade do escritor – embora sempre esteja relacionada às possibilidades de seu contexto.

1.4 FERRAMENTAS E ARTIMANHAS DO CRONISTA

Estas breves explicações são necessárias. A crônica – este banal exercício de dizer bom-dia a quem nem sempre conhecemos – requer despojamento de atitude, um certo tom de familiaridade. Depois disto, creio que estamos conversados. Li uma vez, na traseira de um caminhão na BR 116, esta frase: “Os beijos que te dou não pagam frete”. É uma frase bonita.

Eu a assinaria agora, ao pé destas coisas tolas e fúteis que escrevo, se fosse um cara com autoridade para assinar frases de caminhão. Na verdade, não almejo tanto. Desculpem, mas contento-me em ser apenas um cara do Brás. Ainda, meus beijos também não pagam frete (DIAFERIA, 1990, p. 11).

Lourenço Diaféria foi descrito como um “fotógrafo do cotidiano”²⁸. Ao cronista eram importantes tanto situações triviais quanto fatos políticos e econômicos. Mesmo que suas crônicas fossem construídas com o intuito de caracterizar uma “narrativa de improviso”, eram elaboradas com riqueza de sutilezas, formulações de sentidos e detalhes. Nelas, se inseriam diversos personagens: na vida privada, nos lazeres, nas atividades sociais, no trabalho. Embora qualquer tema pudesse ser tratado, Diaféria se interessava, por excelência, pela vida cotidiana²⁹.

²⁸ Como qualificam os jornalistas Jorge Vasconcellos e Claudiney J. Ferreira, na referência de contracapa do livro *A longa busca da comodidade* de Lourenço Diaféria, publicado em 1988.

²⁹ De acordo com Agnes Heller (1989), o indivíduo participa da cotidianidade com todas suas capacidades intelectuais, sentimentos, paixões, ideias, sentidos; ele é atuante e receptivo. É no cotidiano que são assimiladas e desenvolvidas as habilidades imprescindíveis para as relações sociais. Ele é, acima de tudo, espontâneo. O indivíduo atua em probabilidades, nesta esfera não é possível calcular, com certeza, a consequência das ações. O cotidiano é espaço privilegiado da vida comum, onde questões políticas, sociais, econômicas,

Nesta análise, foram identificados três eixos de crônicas jornalísticas de Diaféria na segunda metade da década de 1970. Mesmo que estes não tratem somente de um tema e que o mapeamento não abarque todas as temáticas debatidas nas crônicas, há algumas que são recorrentes, nas quais é possível visualizar as questões essenciais para o cronista. O primeiro trata da vida dos trabalhadores urbanos, migração do campo para a cidade, violência urbana, desigualdade social e infraestrutura precária. O segundo aborda questões como infância, educação, consumismo, religião, valores familiares, geralmente pautadas por críticas morais, nas quais, em geral, as leituras se aproximam de sua própria trajetória. E, por fim, reclames mais diretos contra o regime militar, que tratam de violência política, inflação, liberdade de expressão, negligência governamental, censura, eleições, possibilidades de atuação, com a constante demonstração de descontentamento com a atuação daquele governo³⁰.

Em 17 de julho de 1976, a *Folha de S. Paulo* publicou *Quem está torta não é a colher. É a situação*, assinada pelo cronista. Aos leitores de hoje, anos transcorridos, o texto apresenta-se como uma crítica ao quadro político e social da ditadura militar. As questões econômicas emergem na narrativa a partir de problemáticas rotineiras:

Entortar colher e garfos?
Ora, minha senhora, isso é fácil.
Difícil é viver com salário mínimo.
Difícil é saber em quem votar nas próximas eleições.
Difícil é descobrir onde está o governador.
Difícil é prever quando vai terminar a censura.
Difícil é informar quando será o próximo aumento da gasolina.
Difícil é arranjar a solução para o problema da habitação popular.
Difícil é atravessar a Avenida 23 de Maio na hora do “rush”.
Difícil é melhorar o nível do ensino nas escolas.

transitam de forma agregada às contingências. Nesse sentido, a importância deste que o cronista busca explorar é que nele se forma a consciência coletiva.

³⁰ Suas crônicas geralmente eram bastante lúdicas e suas críticas ligadas aos acontecimentos dos dias próximos à publicação, necessitando, para um olhar mais apurado, a leitura com o jornal de cada uma. Contudo, tendo em vista a quantidade – 620 textos no recorte proposto- os eixos foram selecionados pelas temáticas mais abrangentes e que aparecem com maior evidência.

Difícil é evitar fraudes nos vestibulares e nos exames supletivos.

Difícil é saber quando o leite não está contaminado.

Difícil é levantar a moral da torcida.

Difícil é fazer andar a burocracia nas repartições públicas.

Difícil é endireitar as filas da Previdência Social.

Difícil é informar quem vai ganhar a corrida armamentista,

Difícil é saber quando será o próximo aumento do dólar.

Difícil é garantir onde vai parar esta inflação.

Difícil é tomar água mineral sem susto e sem preocupações.

Difícil é desentortar o país.

Difícil é contar a verdade ao telespectador.

Difícil é aceitar críticas e sugestões.

Difícil é ter de sorrir.

Difícil é ter de enfrentar o supermercado e a feira-livre.

Difícil é conseguir poupança para botar na caderneta.

Difícil é ter de concluir que nada mudou na casa do Joca.

Difícil é a gente ter de continuar confiando no futuro, porque no presente já não dá mais.

Difícil é viajar nos trens de subúrbio às 6 da manhã.

Difícil é falar aos filhos o que realmente pensamos a respeito disto e daquilo.

Difícil é arrumar um garfo e uma colher que já não estejam tortos.

Difícil é conseguir o que pegar com o garfo e a colher.

Difícil é obter um relógio funcionando.

Difícil é consertar a telha quebrada em cima do barraco.

Difícil é desentortar a folha de zinco da favela.

Difícil é ajustar as antenas do povo.

Difícil é transformar o branco-e-preto da vida num programa em cores.

Difícil é a gente ter de se mancar diante disso que está aí.

Difícil é o povo só ser consultado pelo homem do Ibope.

Difícil (e espantoso) é observar que existem tantos relógios parados, há tanto tempo, na casa de tanta gente.

Ou seja: se não somos sequer capazes de acertar os ponteiros do relógio, imaginem o resto. (FSP, 17/07/76)

Diaféria demonstrou seu incômodo com o descaso do governo e usou da anáfora como forma de enfatizar suas críticas. A imagem do relógio sem os ponteiros acertados mostrava o descontentamento com a acomodação de parte da sociedade diante dos problemas sociais e dos militares. Esta crônica, uma lista de situações pouco elogiosas, funciona como uma apresentação do mundo em que seu autor viveu.

O próprio título mostra a sutileza e a ironia do escritor, no esforço de criar vínculos com o que ocorria naquele momento. Em julho de 1976, era frequente o anúncio sobre Uri Geller, com os dizeres “não se esqueçam de levar objetos de metal, como garfos e colheres, e também relógios enguiçados”. Figura bastante popular na mídia do período, Geller era um israelense que, “com o poder da mente” (FSP, 08/07/76), entortava metais. Para Diaféria, os problemas reais – que não estavam sob o controle da população – não seriam facilmente resolvidos, como o entortar de talheres que fazia a figura midiática.

Pode-se afirmar que há a crítica à censura em uma de suas frases, ao dizer que é “difícil descobrir onde está o governador” por conta do descaso do político. Mas além disto, há referências possíveis de serem encontradas no próprio jornal em que a crônica se insere – afinal, ela não é uma ilha dentro do suporte. Algumas referências são menos perceptíveis em um primeiro olhar e possivelmente teriam outras interpretações, até mesmo mais poéticas, se não fosse a análise conjunta.

Três dias antes da publicação de *Quem está torta não é a colher. É a situação*, a *Folha de S. Paulo* publicou o texto *Afinal, onde se encontra o governador?*. Questionava a ausência de Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo de 1975 a 1979; de acordo com o chefe da Casa Civil, Péricles Eugênio da Silva, Paulo Egydio continuava respondendo pela administração estadual (FSP, 14/07/76). Na mesma edição, a reportagem intitulada *Péricles explica as férias* indicava que o chefe da Casa Civil sequer sabia se o governador estava em férias no Mato Grosso, como informado por um assessor de imprensa. Mesmo que Diaféria deixasse para o leitor a ambiguidade da sua crítica, há nela

uma ligação com os acontecimentos que deve ser levada em conta, pois fez parte da sua construção.

Se também era difícil informar o próximo aumento da gasolina, não foi por acaso que a questão se colocou. A crise do petróleo é uma forma legítima de se entender a crítica, mas ela pode ser mais explorada. Tal crise já havia levado à criação do Pró-Álcool, em 1975, programa governamental para substituição de derivados do petróleo por álcool combustível. No dia anterior à crônica, a *Folha* publicara *Gasolina sobe 19,72% hoje à meia-noite* (FSP, 30/06/76). O que aproximava o texto do cotidiano do leitor era, entre outros fatores, que tanto as considerações positivas quanto suas reivindicações partilhavam de situações vividas por um grande percentual da população.

A manchete *Corrida aos postos de gasolina* tratou das filas nos postos, mostrando o descontentamento dos consumidores: “vou ter que comprar gasolina amanhã, depois de amanhã e assim todos os dias, porque eu preciso dela. O negócio é me acostumar, de uma vez, com o novo preço” (FSP, 01/07/76). Talvez fossem essas as “cousas miúdas” que Machado de Assis buscou explicar ao falar sobre a crônica, embora em uma dimensão menos globalizada que a de Diaféria.

As fraudes nos vestibulares e supletivos ocorreram no período e também foram acompanhadas pelo jornal, com investigação policial e mobilização do secretário de Educação (FSP, 05/07/76). Da mesma forma, para o cronista, “difícil é melhorar o nível do ensino nas escolas”, quando a *Folha* havia publicado, no início daquele mês, matéria sobre o descontentamento de docentes de uma escola na periferia de São Paulo, por falta de condições em oferecer merenda e água na escola, tendo apenas um banheiro e em meio de uma “epidemia de piolho e sarna” (FSP, 03/07/76).

Quanto ao problema do leite, naquele período foi desencadeada a *Operação Leite*, por fiscais da Secretaria da Saúde, que coletavam amostras nas fábricas, pois “400 mil litros de leite do tipo C vinham sendo vendidos diariamente na Capital como se fossem do tipo B” (FSP, 01/07/76). Já a dificuldade de “tomar água mineral sem preocupações” vai além de uma leitura acerca de falhas de saneamento básico decorrentes da expansão urbana, pois naquela mesma semana houve problemas de decantação na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e redução de 30% no fornecimento de água na cidade (FSP, 14/07/76).

Diaféria trazia para seu texto uma gama de recortes do seu tempo, mas não fazia dele uma fotografia, nem mesmo um reflexo. As crônicas que assinava eram pautadas por sua leitura de mundo e seus próprios

valores, para além do jornal. Sua interpretação fez parte de um enredo específico e datado. A crônica jornalística se dirigia, voluntariamente, ao seu momento.

Há referências que transcendem o jornal e notícias próximas: são da bagagem cultural do autor. “Difícil é ter de concluir que nada mudou na casa do Joca”, afirmava, dialogando com o samba de Adoniran Barbosa. Este era um dos interlocutores num tema caro ao cronista: a cidade de São Paulo. Pouca coisa tinha mudado na “maloca” do personagem do samba *Saudosa Maloca*, de 1951, no qual era apresentada a cidade em transformação pelo crescimento urbano da década. Na canção, a morada de Mato Grosso e Joca era derrubada para dar lugar a um “ardificio arto”; sem ser o dono do lugar, Joca acredita que “os home tá com razão. Nós arranja outro lugar”. Duas décadas depois, a população posta às margens era personagem do cronista da *Folha*, que apontava que a dificuldade estava em consertar o barraco, questionando problemas decorrentes da urbanização, como a favelização e a periferização.

Outra questão a ser considerada nas crônicas de Diaféria é o diálogo com outros autores. Por meio do personagem Janjão, que aparece em cerca de quarenta crônicas, entre 1973 e 1980, o cronista fez uma releitura de Janjão Campos Flor, personagem machadiano do conto *Teoria do Medalhão*, publicado em 1881 na *Gazeta de Notícias*. Neste, o pai ensina ao filho, Janjão, como ganhar prestígio em uma sociedade na qual as aparências contam muito. Ao completar vinte e um anos, em conversa sobre o futuro, o pai aconselha ao filho que se torne “medalhão”, desejo que cultivara em sua juventude. Dizia que o jovem, dotado de “perfeita inópia mental”, encaixava-se no perfil, em que ideias não deveriam ser expostas e, mais do que isso, deveria ser cultivado o hábito de não as ter, ou apenas “pensar o pensado” (ASSIS, 1881). O Janjão de Diaféria aparece nas crônicas de 1973 como um homem de renome, com relações políticas (FSP, 21/11/73) e um nome capaz de dar respaldo ao tráfico de influências, com posição de autoridade (FSP, 21/12/73). O personagem de Diaféria seguia a fórmula ensinada pelo pai do texto de Machado: “Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocardos jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento” (ASSIS, 1881). No texto *Janjão se abre*, de Diaféria, o personagem aparece como o “medalhão”, sendo tratado por

“adjetivos”, como desejava seu pai³¹. Na crônica, responde às questões de um repórter de forma vaga, com o mínimo de informações possíveis. Contrariamente ao que estava no título, as falas do personagem caíam no vazio pregado pelos ensinamentos do conto machadiano.

Repórter: - Como é que vão as coisas aí pro seu lado?

Janjão: - Queira ser explícito: que coisas e que lado?

Repórter: - As coisas em geral, a vida, o babado, as transas, a cortição.

Janjão: - Sei, entendi. Menos mal.

Repórter: - Menos mal, como?

Janjão: - Podia ser pior.

Repórter: - Então quer dizer que está tudo ótimo?

Janjão: - Eu não disse isso. Ao contrário.

Repórter: - Então, está tudo ruim?

Janjão: - Também não é bem assim. Depende da posição adotada (FSP, 26/12/73).

Em 1974, aparece, finalmente, sua profissão. Janjão Campos Flor era um filósofo aposentado, cujo trabalho não trazia nada de novo, nem mesmo uma reflexão muito desenvolvida³². *Janjão, esse desconfiado* era uma crítica quanto ao cuidado que se tem com dinheiro e não com pessoas: “Como diria o senhor Janjão Campos Flor, emérito filósofo aposentado, são as contradições do homem – só superadas pelas contradições da mulher” (FSP, 09/02/74). Em 15 de março de 1974, primeiro dia do governo de Ernesto Geisel, a crônica de Diaféria

³¹ No conto, o pai dizia ao filho que, ao tornar-se um “medalhão”, não teria mais que ir atrás de publicidade, mas que todos viriam à ele. “Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesadão e cru de substantivos desadjetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o odorífero das Wores, o anilado dos céus, o prestimoso dos cidadãos, o noticioso e suculento dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.”

³² Na fala do pai machadiano: “Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. ‘Filosofia da história’, por exemplo, é uma locução que debes empregar com frequência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.”

intitulava-se *Retrato – parcial – de J. C. F.*, em alusão às iniciais do personagem e ironizando a figura política. Reafirmava as características citadas anteriormente, expondo a personalidade proposta pelos ensinamentos de *Teoria do Medalhão*, porém, consolidada pela trajetória de Janjão no século XX:

Manancial de bom senso e antiga reserva moral (...), Janjão Campos Flor é um homem que se recolhe cedo ao leito – mas dorme quase um nada – tem hábito frugais, não joga nos cavalos nem para fazer higiene mental, detesta provocações e não recebe comissões de espécie alguma.

(...)

A cada dia que passa acrescenta novas opiniões às que tinha na véspera, o que lhe tem valido não poucas suspeições e várias acusações infundadas. Defende-se na medida do possível invocando a memória de Tiradentes, cujas ideias perfilha, com a devida atualização.

(...)

Ainda não formou opinião definitiva sobre a maxi-saia, o gasogênio, o raio-laser, o serviço de meteorologia, o orix criado em cativeiro, os assaltantes da cidade, a lotação máxima dos ônibus urbanos, o paquímetro.

(...)

Sobre o novo governo que hoje se inicia – acha-o o melhor de todos.

O desejo de não ter pensamentos próprios e as citações vagas, sem posicionamentos que pudessem ser questionados, são referências com o personagem machadiano, que funcionava nas sátiras de Diáféria como um estereótipo sobre os indivíduos com grande visibilidade social.

No conto de Machado, o pai dizia ao filho que, em sua carreira de “medalhão”, uma das características para se ter respaldo era a utilização das palavras de uma forma determinada:

Alguns costumam renovar o sabor de uma citação intercalando-a numa frase nova, original e bela, mas não te aconselho esse artifício: seria desnaturar-lhe as graças vetustas. Melhor do que tudo isso, porém, que afinal não passa de mero adorno, são as frases feitas, as locuções

convencionais, as fórmulas consagradas pelos anos, incrustadas na memória individual e pública. Essas fórmulas têm a vantagem de não obrigar os outros a um esforço inútil.

Em diálogo, o personagem de Diaféria indicava que, para ter sucesso na carreira política, deveria agir de forma bastante semelhante:

O bom Prefeito – disse Janjão Campos Flor – há que ser sóbrio no falar e no vestir. Se souber fazer discursos, tanto melhor: mas não precisam ser nem longos, nem prolixos, nem afetados, nem confusos. De preferência períodos curtos e ideias largas. A clareza é essencial. (...)

A experiência tem demonstrado que os munícipes nem sempre exigem soluções, desde que recebam explicações. (FSP, 19/04/74)

A relação entre os dois personagens demonstra que as referências do autor trazem sutilezas e, mesmo pautadas em grande parte pelas referências do impresso, essencial para sua análise, carregam consigo ligações que ultrapassam o suporte.

Janjão era o pensador dos lugares-comuns. Em 1975, o personagem escrevia músicas com pouco sentido, esperando que fossem entendidas com duplo sentido e tentava carreira na música popular brasileira, buscando ser censurado para ganhar expressividade (FSP, 14/01/75). Tem uma esposa, Dona Mimi Campos Flor, uma mulher que “só toma as grandes decisões ao consultar o marido” (FSP, 27/04/79). E, posteriormente, surge como enviado especial ao exterior, em crônicas nas quais são transcritas “cartas enviadas de Amsterdã”³³.

Essas articulações para a construção dos personagens, das relações com as notícias e o conhecimento prévio do autor são questões-chave para se entender como a crônica jornalística, embora feita para parecer despretenhosa e corriqueira, pode ser vista de forma densa, capaz de expressar o momento vivido pelo seu escritor e seus contemporâneos. Com isso, percebem-se as ferramentas textuais de Lourenço Diaféria, utilizadas para que suas críticas fossem notadas,

³³ Algumas destas são: *Janjão bancando o holandês* (FSP, 17/09/75), *Janjão ainda bancando o holandês* (FSP, 18/09/75); *Janjão para de bancar o holandês* (FSP, 19/09/75).

ainda que muitas vezes sutis, e permitindo que seu diálogo voluntário com o suporte fosse percebido em meio às notícias.

1.5 A FORMAÇÃO DA *FOLHA DE S. PAULO* COMO EMPRESA JORNALÍSTICA

A imprensa não é neutra. A chamada “grande imprensa” é ainda menos, afinal, configura-se em uma empresa de mídia que partilha da lógica de mercado, suas disputas e seus interesses. Expressa aquilo que a legítima, que faz crer a seus patrocinadores e ao próprio meio comercial que a sustenta. Esta configuração parece ter sido atuante durante os anos do governo militar, especialmente quanto aos investimentos, à influência sobre a opinião pública³⁴ e à consolidação de grupos

³⁴ Na obra *Public Opinion* (2004), demonstra-se que o estudo acerca da opinião pública é tão antigo quanto de democracia. Para os autores, a noção de que opinião pública e política são conectadas é óbvia, mas a questão da comunicação ganhou menos atenção acadêmica. Cabe colocar que não há um consenso na definição de opinião pública, um dos motivos é o espraiamento de seus estudos em diferentes áreas de conhecimento. O tema é analisado por motivações diversas: pela sua relevância na política, especialmente na manutenção dos regimes democráticos; também é importante para conhecer a cultura de determinado local ou grupo, seus valores, sentimentos e experiências; pela capacidade de mobilização, como em casos como guerras internacionais ou demandas sociais; além da influência nas decisões de políticos. Dentre as compreensões possíveis, na obra citada são levantadas cinco definições. São elas: a soma das opiniões individuais; a opinião pública como reflexo da visão majoritária na sociedade; como embate dos grupos de interesse, seja partidos políticos, organizações, grupos de ativistas, compreendendo que o conflito é importante na vida política e social; outra de que ela é, basicamente, proveniente da mídia e da elite, como uma projeção da opinião de jornalistas, políticos e outros porta vozes; e, por fim, a ideia mais cética de que a opinião pública é uma ficção, uma construção retórica utilizada indiscriminadamente. Próximo a esta última perspectiva está a crítica de Pierre Bourdieu (1982) às pesquisas baseadas em sondagens de opinião. Quão representativa da sociedade é a opinião pública, torna-se a pergunta central diante destes levantamentos. Afinal a sociedade não é homogênea, relações como as de classe e de gênero atuam na formação de opiniões e reivindicações na medida em que as realidades vivenciadas pelos grupos são distintas. A mobilização desta chamada opinião pública nos discursos da mídia é recorrente quando há a necessidade de apelo à sociedade e criação de uma atmosfera de coesão. Se a mídia contribui na legitimação daqueles que estão no poder e suas manobras políticas, a fala em nome deste público é o principal artefato para divulgar e reforçar as relações

empresariais que estão, até hoje, no cenário da comunicação nacional. Contudo, a atuação e vigilância deste meio não esteve restrita a este período, como afirma Capelato (1994), “desde os seus primórdios, a imprensa se impôs como uma força política. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais” (p.13).

A produção midiática não é imparcial nem livre das subjetividades ou relações políticas³⁵; os jornalistas sofrem influências da realidade na qual se inserem, tanto em suas opiniões pessoais e valores quanto na necessidade de manutenção de seu local de trabalho. Assim, as maiores tiragem e distribuição garantem a possibilidade de atrair bons anunciantes para o impresso, cujos investimentos configuram grande parte do rendimento financeiro.

É preciso apontar que, durante o período da ditadura militar tratado aqui, havia mídias que buscavam se opor a este quadro, ou seja, não estamos diante de um cenário homogêneo ou buscando uma leitura simplista. Houve, por exemplo, o caso da chamada “imprensa nanica” ou “alternativa”, com seus jornais considerados como práticas sociais de resistência. Neles, intelectuais, jornalistas, cronistas, cartunistas se reuniam para discutir temas relacionados ao governo e à participação política fora da mídia tradicional. Um desses títulos era o reconhecido semanário *O Pasquim* que, a partir de 1969, utilizou das sátiras e ironias para criticar o modelo político vigente, alcançando a tiragem de 200 mil exemplares. O próprio Lourenço Diaféria foi colaborador dessas publicações. Contudo, neste jogo, as regras são constituídas de forma a fortalecer os empreendimentos estruturados nos moldes empresariais e por isso, a situação favoreceu a consolidação da chamada “grande imprensa”.

A *Folha de S. Paulo* conseguiu grande expressividade no campo midiático brasileiro. Constitui-se, atualmente, em um jornal de notórios alcance e influência, tanto no espraio de informações quanto na

estabelecidas ou as mudanças propostas. Bourdieu considera que isto dissimula a relação de força, com tal potencial que “o equivalente de ‘Deus está conosco’ é, hoje em dia, ‘a opinião pública está conosco’” (p.140).

³⁵ A situação tende a ficar mais complexa quando notamos a convergência de interesses entre estas empresas e o governo, visando, entre outros fatores, serem legitimadas pela sociedade. Como destaca a historiadora Beatriz Kushnir (2004, p.214), “no Brasil, as empresas de comunicação têm quase sempre no governo suas principais contas publicitárias, tornando esse diálogo, no mínimo, permissivo.” Assim, muitas vezes as tramas dentro da imprensa são paralelas às relações sociais e de poder da conjuntura externa.

formação de opiniões. Com relevância anterior ao período militar, sua consolidação está vinculada à própria modernização dos meios de comunicação. Por isso, é necessário compreender o percurso da *Folha* para, mais do que ilustrar sua formação, dar subsídios para a análise da trajetória de Lourenço Diaféria.

O jornal foi criado em fevereiro de 1921, em um contexto de mudanças, na emergência de novas possibilidades de atuação midiática no país³⁶. Nesse sentido, é simplista considerar que a empresa teve como elemento estruturador apenas a aproximação com o governo durante o regime imposto em 1964. Quando jornalistas d'*O Estado de S. Paulo*, sendo os principais Olival Costa e Pedro Cunha, tiveram a iniciativa de fundar a *Folha da Noite*, contaram com apoio material de seu então empregador, que fazia a impressão e a distribuição do jornal³⁷. Foi o próprio Júlio de Mesquita Filho, filho do fundador d'*O Estado*, que escreveu a apresentação do novo periódico.

O caráter mercadológico do impresso em seu início é inegável, como afirma a socióloga Gisela Taschner (1992), embora a autora considere questionável que tenha sido estruturada naquele período sobre moldes capitalistas. Isto porque se pautava pela lógica de uma “imprensa como missão”, e não a partir do vínculo financeiro. Era o que Taschner denominou de “mercadoria envergonhada”³⁸. A ausência de

³⁶ A década de 1920, trouxe importantes questões para o cenário nacional, tanto políticas e econômicas quanto culturais. Como a transição de uma política oligárquica expressa pela chamada “República Velha” para uma emergência liberal, ainda bastante excludente. O jornal *Estado de S. Paulo*, sob o título *A província de S. Paulo*, foi fundado já em 1875, mas o jornalismo nacional começa a ter contornos empresariais no início do século XX, emergindo como uma imprensa de massa com, por exemplo, o surgimento da primeira agência brasileira de notícias, a *Agência Americana*, de Cásper Líbero em 1913 e a também primeira agência de publicidade, a *Eclética*, contribuindo na organização entre o setor publicitário e o dos meios de comunicação. Posteriormente, nos anos 1920, consolidava-se a imprensa moderna no país.

³⁷ Considera-se aqui como principais por terem permanecido no empreendimento. No entanto, a fundação teria sido realizada por cinco jornalistas: Antônio dos Santos Figueiredo, Mariano Costa, Ricardo Figueiredo, Olival Costa e Pedro Cunha.

³⁸ Gisela Taschner (1992) utiliza, para sua explanação desta posição do jornal nos seus momentos iniciais, entrevistas realizadas com Pedro Cunha e Paulo Duarte, um de seus colaboradores. Além disso, como bem percebe a autora, esta leitura está presente também na obra de Maria H. Capelato e Carlos Mota (1981), ao apresentar a consideração de Olival Costa em ver o jornalismo como

uma linha editorial definida – autodenominada como “oportunista”, por se permitir mudar de opinião – serviu para a autora também como evidência para questionar a inserção, naquele momento, em uma lógica da indústria cultural, sendo que a mensagem seria mais pautada pela opinião do proprietário do jornal do que pela demanda de mercado³⁹.

Com o aperfeiçoamento técnico, o jornal foi se moldando à lógica da indústria cultural⁴⁰. Aumentou a preocupação em torná-lo mais atrativo visualmente, para abarcar um público diverso. Embora a diagramação do jornal na década de 1920 ainda não fosse padronizada, dedicou espaço a “assuntos femininos”, por exemplo, utilizando a fragmentação como uma estratégia de mercado. Em uma época na qual a publicidade não garantia a maior parte dos lucros, a compra do jornal era essencial para a sua manutenção.

Em 1929, após a saída do sócio Pedro Cunha, o jornal passou a ser comandado por Olival Costa. Neste momento, a publicação apoiou a candidatura do paulista Júlio Prestes à presidência da República. Por isso, em 24 de outubro de 1930, dia da deposição do então presidente Washington Luís, as instalações da empresa foram invadidas e destruídas. O jornal voltou a circular apenas em 15 de janeiro de 1931,

a defesa do interesse público, mesmo sem estar posto para defender uma causa específica, na justificativa da elaboração do jornal.

³⁹ De acordo com Mota e Capelato, as posições dos representantes da *Folha* sofreram alterações nesta primeira fase. Eles “iniciam eles suas atividades jornalísticas numa postura de crítica à política dominante e numa tentativa de procurar aproximação com as classes populares. Isto se alterará no final do período (1929), quando esses jornais se colocarão inteiramente ao lado do Governo – a partir desse momento não falam mais em nome das classes populares e mudanças significativas se registram com relação às considerações em torno da questão operária, por exemplo.” (1981, p.29)

⁴⁰ Taschner (1992) compreende a indústria cultural com base nos trabalhos de Adorno e Horkheimer. De acordo com a mesma: “Sinteticamente, a noção de indústria cultural refere-se a um conjunto de complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizado do ponto de vista do capital, que produzem e distribuem em grande escala, empregando métodos muitas vezes (mas nem sempre) marcados por um alto grau de divisão do trabalho, baseados em fórmulas, e tendo em vista a rentabilidade econômica, objetos culturais. A característica-chave de tais objetos nessa vertente interpretativa é que eles são *integralmente* mercadorias (...). Assim, o importante a observar não é simplesmente se se trata de um objeto que vai ser vendido no mercado, ou se ele é elaborado no interior de uma organização que tem forma empresarial e, sim, se esses fatos se tornam o elemento determinante na lógica de sua confecção” (p.18)

quando o fazendeiro e comerciante de café Octaviano Alves de Lima comprou o periódico. Com ele, emergiram a defesa do desenvolvimento agrário e o questionamento da centralização do poder, em favor do liberalismo oligárquico. De acordo com Taschner, a *Folha* se tornaria “anticomunista, antipopulista, como também antipopular” (1992, p. 51). O que interessava para o novo proprietário era a projeção dos interesses dos comerciantes e cafeicultores, muito mais que os fins lucrativos do impresso.

Em 1945, Octaviano Alves de Lima vendeu a empresa para José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles. De acordo com a narrativa oficial do grupo *Folha*, tinham o intuito de defender a democracia e a imparcialidade diante dos partidos políticos⁴¹. Nabantino foi o responsável pela aparência moderna do jornal. Ao contrário da direção anterior, propunha-se a atuar imparcialmente e esteve no comando até a entrada da dupla Frias-Caldeira. De acordo com Mota e Capelato, a importância que deu ao meio de comunicação e à liberdade de expressão caracterizaram sua gestão (1981, p. 99-100).

Com Nabantino e sua preocupação com a eficiência e a consolidação da empresa, o jornal foi conduzido definitivamente aos rumos industriais⁴². Em 1948, foi produzido um Programa de Ação para as *Folhas*; em julho de 1949, foi relançada a *Folha da Tarde*⁴³ e, em 1951, a empresa se tornou a *Folha da Manhã* S.A. Para Taschner, “não se trata mais de um *jornal* cuja organização tem forma de empresa, trata-se de uma *empresa* que tem atividade jornalística. Ela é o *sujeito*, e não mais o *jornal*. Este é o *produto* da atividade da empresa” (1992, p. 67).

O Programa de Ação sustentava a defesa do sufrágio universal, secreto e a garantia da livre iniciativa. Mas também tinha preocupações quanto à formação de uma economia baseada na livre empresa privada, com o Estado capaz de atuar no planejamento e no desenvolvimento, auxiliando-a. Embora se colocasse como imparcial diante dos partidos, a

⁴¹PULS, Mauricio. Getulistas destroem máquinas da Folha. Especial 80 anos. *Folha de S. Paulo*. 2001. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-01.shtml

⁴² Houve a ampliação das instalações do jornal e, em 1947, a fundação de uma subsidiária, a gráfica *Impres*, visando o abastecimento interno da *Folha da Tarde* e a *Folha da Noite*. Embora esta não tenha ficado restrita à prestação de serviços aos jornais. Além disso, de 1948 a 1952 a Rádio Excelsior também foi uma das subsidiárias da *Folha da Manhã* S/A.

⁴³ Título já publicado em 1924, sob comando de Olival Costa.

marca do elitismo esteve presente. No Programa, estimulando “os ‘homens inteligentes e trabalhadores’, protegendo os ‘menos capazes’, aparecia uma tarefa de ‘preparação das classes privilegiadas e do povo em geral, para a progressiva socialização da vida, sem violências ou traumatismos revolucionários” (TASCHNER, 1992, p. 70-1).

No primeiro dia de 1960, os três impressos do grupo foram unificados em torno da *Folha de S. Paulo*. Neste período, a empresa passou por problemas de ordem financeira por conta do processo inflacionário decorrente da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Em 1961, uma greve eclodiu no jornal. Em 1962, este foi vendido a Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Juntos, já haviam participado da criação da Estação Rodoviária de São Paulo, em parceria com a prefeitura da cidade, em 1961. Em relação ao jornal, a dupla apostou na reorganização da distribuição e no fortalecimento empresarial, reformulações que julgavam necessárias, tendo em vista as dificuldades econômicas remanescentes da gestão anterior. O dinamismo do ramo e a relevância dos meios de comunicação no país demonstram que a consolidação da empresa sempre foi, desde a década de 1920, bastante próxima dos interesses privados, contrariando a pretensa neutralidade que pautaria o ofício jornalístico.

No dia quatro de agosto de 1963, o jornal divulgou nota informando que toda a equipe se reunira para comemorar o progresso da empresa e aniversário da administração Frias-Caldeira, empossada em três de agosto do ano anterior. Afirmava que, por conta das mudanças encampadas pela gestão, “a Folha é hoje o jornal de maior circulação paga do Brasil”. Concluía que “a revitalização fez-se sentir em outros setores básicos da organização. Os serviços de distribuição (capital e interior) foram reorganizados, ressaltando-se a renovação da frota de veículos com a aquisição de 47 novas unidades.” (FSP, 04/08/63). Dava-se a ideia de que a empresa saía de uma estagnação e, a partir de então, estaria marcada pelo discurso da modernização. Assim, o jornal era considerado um baluarte do sucesso e do progresso. Contudo, de acordo com Mota e Capelato, “não melhorou substancialmente em termos de qualidade do noticiário ou dos editoriais” (1981, p. 191).

No comando do grupo de comunicação e com influência na Estação Rodoviária, houve a possibilidade de administrar com maior eficácia a distribuição, tornando o periódico muito mais competitivo no mercado. Associando os negócios, garantiram o alcance do jornal ao interior de São Paulo. Deste modo, “os exemplares saíam das rotativas na Barão de Limeira e – em dois quarteirões, já estavam nos porta-malas dos ônibus que seguiram para todas as demais cidades do Estado. O

concorrente *O Estado de São Paulo* chegava horas mais tarde.” (GENTILLI, 2001, p. 3). Mesmo com a crise do papel em 1963⁴⁴, puderam adquirir novos equipamentos para, em julho de 1967, instalar a imprensa *offset*, para a qual já havia preparativos desde 1964. Isto caracterizou um grande avanço tecnológico no processo de impressão⁴⁵. No primeiro mês de 1968, a *Folha* atingiu a tiragem de 200.000 exemplares, e em 8 de dezembro, chegou a 1.675.000 exemplares⁴⁶.

1.6 APROXIMAÇÕES ENTRE OS MILITARES E O JORNAL NO GOLPE

Segundo informações na *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*, a reformulação da gestão Frias-Caldeira contou com três fases. De 1962 a 1967, houve a reorganização financeiro-administrativa, que forneceu subsídios para a segunda fase, de 1968 a 1974, caracterizada pela “revolução” tecnológica com a instalação da imprensa *offset*. Por fim, de 1974 a 1981, período de interesse deste trabalho, definiu-se o projeto político-cultural do impresso.

O momento em que Frias e Caldeira começaram a gerenciar a empresa não foi de estabilidade política. Logo nos primeiros anos,

⁴⁴ Neste momento o preço do papel aumentou de Cr\$ 97,00 o quilo em janeiro de 1963 para mais de Cr\$ 120,00 em dezembro do mesmo ano. Enquanto isso, com o aumento devido aos investimentos em circulação, o uso também era crescente: de 890.000 quilos em janeiro para 1.326.000 em dezembro (FSP, 31/03/64).

⁴⁵ Em 30 de janeiro de 1968, a *Folha de S. Paulo* publicava a reportagem *Nova impressão põe a FOLHA na era eletrônica*, explicando a inserção e a funcionalidade do sistema *offset*, tratando-se do “mais moderno processo de impressão de jornais existentes do mundo”, com melhor qualidade na imagem e, assim, maior valor comercial. Valorizando o investimento do jornal, afirmava-se que o grau de perfeição que se conseguia era muito superior ao do equipamento tipográfico, para isso foi necessário um novo espaço para a instalação dos equipamentos, “uma área de 2 mil metros foi destinada a abrigar as novas impressoras” e, posteriormente, um “financiamento do equipamento que foi adquirido através do Banco do Brasil com aval de banco privado brasileiro”. Finalmente, em maio de 1967, chegavam, de navio, as primeiras caixas de máquinas. Em uma narrativa heroica ia se desenrolando as dificuldades para a instalação e quão grandioso era o esforço da equipe da *Folha*. A *offset* era, certamente, a marca da modernização do jornal e de seu investimento em tornar-se um grande periódico.

⁴⁶ De acordo com dados da própria empresa, em:
http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml

tiveram que se posicionar em relação aos embates que culminaram no golpe de 1964. A dupla assumia-se como “liberal e democrática”, buscando uma mediação entre “dois pontos extremos: o populismo reformista (tipo PTB) e o liberalismo oligárquico (tipo UDN ou PSD)” (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 195). O jornal se desenvolvia bem em 1964, por conta das conquistas em relação ao aumento de tiragens, circulação e melhoramentos tecnológicos. O que não inviabiliza considerações de que a aposta nos militares possa ter sido favorável à empresa.

Naquele contexto, João Goulart liderava um comício dando ênfase às reformas. Realizado em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, contou com cerca de 350 mil pessoas⁴⁷. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis Filho, “o presidente anunciou a assinatura de alguns decretos: o da expropriação de pequenas refinarias particulares e o que previa a hipótese de desapropriação de terras ao longo de eixos rododferroviários em benefício da reforma agrária” (2014, p. 40). Tais decretos simbolizavam a realização de mudanças consideradas negativas por alguns segmentos da sociedade, especialmente os grupos vinculados ao empresariado.

O comício estampou a capa da *Folha* e foi tema do editorial intitulado *Para quê?*, que buscava fazer com que o leitor compreendesse que as reformas propostas não eram feitas com honestidade. De acordo com o texto, o governo havia utilizado de uma mobilização na qual teriam ocorrido “ataques costumeiros à Constituição, que o presidente jurou defender e respeitar, e a afirmação, sem dúvida lamentável, de que a multidão vale mais que a Constituição.” (FSP, 14/04/1964). É irônico perceber que a busca pela mobilização popular foi apropriada, dias depois, por outro grupo político, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Para este grupo, Jango era visto como um “candidato a ditador”, um político cuja fala evidenciava a preocupação com o povo e com a democracia, mas cujas ações estariam demonstrando o contrário. O temor do comunismo era visível. O editorial concluía que “o comício de ontem, se não foi um comício pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio João Goulart”. Ao mesmo tempo, colocava como imagem da ordem e da democracia aqueles que vieram a concretizar o golpe:

⁴⁷ Segundo estimativas dos organizadores, apresentadas por Daniel Aarão (2014, p.40)

basta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traíndo a Constituição e a pátria, ou permanecer fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, eles não haverão de permitir essa burla (FSP, 14/03/64).

E, de fato, não permitiram a continuação do pretense projeto de Jango.

É significativo que este texto tenha sido publicado como editorial do jornal, ou seja, impresso como a opinião do próprio. Isto demonstra que a *Folha de S. Paulo* foi um dos grupos civis que saudou os militares nos primeiros momentos do golpe. Mais do que isso, clamou pela atuação destes. Contudo, isto não se deu apenas por interesses diretos, como os investimentos na estrutura do impresso, por exemplo. Dentro do quadro que supunha existir – o de uma ameaça comunista ou o de perdas para o mercado –, a postura da empresa não esteve distante nem de sua trajetória nem da ação esperada deste ramo de atuação.

Com cobertura elogiosa, a marcha em oposição a Jango foi aclamada pela *Folha*. A manchete do dia 20 de março de 1964 apontava: *São Paulo parou ontem para defender o regime*. A matéria afirmava que uma mobilização envolveu “meio milhão de homens, mulheres e jovens, também de outros estados”.

A disposição de São Paulo e dos brasileiros de todos os recantos da pátria para defender a Constituição e os princípios democráticos, dentro do mesmo espírito que ditou a Revolução de 32, originou ontem o maior movimento cívico já observado em nosso Estado: a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (FSP, 20/03/64).

Um artigo publicado no mesmo dia, intitulado *Multidão deixou os políticos à margem*, buscava opor população e políticos, dando base para legitimar a ação que ocorreu no final daquele mês⁴⁸. Informava que “os políticos ficaram marginalizados. Muitos se incorporaram, mas

⁴⁸ Incluíram nesta edição posicionamentos como o demonstrado pelo título *Lacerda: SP começa a salvar o país*, referindo-se à Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

todos acabaram desaparecendo, engolidos pela multidão”. A reportagem buscou demonstrar que vínculos partidários não existiam no movimento e que os personagens políticos não tinham expressividade. Apontava que pessoas de diferentes opiniões e características se fizeram presentes, “desde a velha senhora, pesadona, de pernas inchadas, passos lentos, difíceis, casaquinho de lã, cabeça branca, sorriso esmaecido, até a menina-moça, de rosto afogueado encantada no primeiro encontro com o fato político”. Contudo, dizia que a multidão se caracterizava, majoritariamente, “pela presença da classe média” (FSP, 20/03/64).

O posicionamento do jornal também fica evidente ao tratar das faixas exibidas, “apresentando mensagens de oposição radical contra o esquerdismo, os comunistas, o deputado Leonel Brizola e o próprio presidente da República”. Algumas das frases foram listadas: “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Reformas sim – Comunismo nunca”; “Queremos governo cristão”; “Se necessário, defenderemos nossa liberdade à bala”; “Renúncia ou impeachment”; “Com Cristo venceremos”; “O rosário é a arma viva contra o comunismo”; “Ruim com o Congresso, pior sem ele”; “Somos cristãos e patriotas – não idiotas”; “Forças Armadas saberão defender a liberdade”; “Aqui não, João”; “Para tornar o Brasil comunista, só passando por cima de paulista”; e “O rosário pode fazer todas as reformas, porque ele pode operar o milagre de reformar os homens” (FSP, 20/03/64).

Trata-se de vontades e sentimentos manifestos naquele março, dos quais tanto o jornal quanto os militares buscaram se apropriar. Nota-se que o golpe se apoiou na disseminação de uma suposta ameaça comunista, que alimentava o medo de segmentos da população informados pela ideologia da Guerra Fria. Receavam que ocorresse no Brasil algo semelhante à Revolução Cubana de 1959. Naquele momento, percebiam uma atuação comunista próxima, em território latino-americano. Mesmo como uma suposição ou como uma construção para a efetivação do golpe, as páginas do jornal demonstram que a crença nesta possibilidade existia, assim como a força dos sentimentos que desencadeava.

Para Daniel Aarão, após os comícios pelas Reformas de Base e a Marcha da Família, o embate já estava declarado. Em vez da efetivação dos projetos da esquerda, “de febris preparativos para um enfrentamento histórico”, a situação permanecia em suspenso, “o barril de pólvora e a mecha estavam lá, à espera de um fósforo aceso” (2014, p. 42). Este veio com os marinheiros e fuzileiros navais, cuja associação se reuniu em prol de melhorias nas condições de trabalho. Encontraram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, contra a proibição do

ministro da Marinha, que ordenou o encerramento da assembleia e a prisão dos participantes. O fato foi decisivo, “a crise da marinha mudou o foco do processo político. (...) Para que a mudança se verificasse, trabalharam com afinco as forças conservadoras, e aí o papel da mídia foi essencial” (REIS FILHO, 2014, p. 43).

A adesão às reformas de Jango andava em paralelo com a defesa da hierarquia, da disciplina e o receio da subversão da ordem, cara não só para os militares, mas para uma grande parcela da população. Assim, o acontecimento foi decisivo para o desfecho dos dias seguintes, ganhando a capa da *Folha*⁴⁹. O general Augusto da Cunha Magessi Pereira ganhou notoriedade ao pedir a punição dos marinheiros que se encontravam no sindicato⁵⁰. Publicada no jornal, sua fala fornecia a justificativa para a deposição de Jango:

Estamos sofrendo atualmente verdadeira crise de autoridade (...). Além disso, ninguém mais ignora a pernicioso evolução sindicalista no Brasil. O sindicalismo é um fenômeno mundial irreversível. Infelizmente, já adquiriu caráter filosófico e político, dividido entre a liberdade, o cristianismo e o comunismo. Como não é possível vivermos isolados do resto do mundo, lembremo-nos de que os povos democráticos civilizados e amigos estão atentos a tais ocorrências. Façamos, pelo menos, com que o sindicalismo pernicioso seja detido e

⁴⁹ Na manchete do dia 28 de março estava impresso: *Em liberdade provisória os marinheiros rebeldes*; no dia 29, *Anistiados todos os marinheiros rebeldes*; e no 30, *Ultimato do clube naval ao ministro da Marinha*. Neste último texto é dado ênfase ao apoio do Clube Militar aos oficiais que pretendiam punir os rebeldes.

⁵⁰ O General foi figura importante no Clube Militar, que presidia no período do golpe. De acordo com o Clube – mesmo considerando que sua narrativa é pautada por posicionamentos políticos evidentes – podemos notar a postura do militar bem como suas relações com alguns que estiveram na presidência durante o regime: “em 1962, foi eleita a chapa apoiada pela Cruzada Democrática, presidida pelo General Augusto da Cunha Magessi Pereira, derrotando a chapa esquerdista encabeçada pelo Gen Peri Constant Beviláqua. O General Magessi contou com o apoio dos Marechais Eurico Gaspar Dutra, Mascarenhas de Moraes, Odílio Denys e Zenóbio da Costa e dos generais Artur Costa e Silva e Amauri Kruel, conforme noticiou o jornal O Globo.”. Disponível em: <http://clubemilitar.com.br/nossa-historia/democracia-em-perigo/>. Acesso em: 07 de setembro de 2014

não persista no propósito de inverter o princípio da autoridade, para desagregá-la (FSP, 30/03/64).

No dia 31 de março de 1964, a manchete *Os Clubes Naval e Militar tomam posição conjunta* dava conta do que o jornal almejava, ou seja, os militares interferiram no processo, e o golpe foi dado. A *Folha* publicou um suplemento especial de quarenta e quatro páginas com a chamada *64 – Brasil Continua*, com trinta e cinco anúncios publicitários. Apresentava como desnecessárias as reformas do governo deposto, afirmando que o país tinha vocação para a ordem e para o trabalho. Isto aparece logo no primeiro texto do caderno, junto à imagem de um bebê, em alusão ao início de uma trajetória prestes a ser construída. A narrativa discorria sobre como estruturar o progresso da indústria e do comércio, atraindo investimentos financeiros.

No mesmo encarte, foi publicada a história da empresa de comunicação, que se colocou como participante daquele processo político em curso, buscando fazer jus ao seu *slogan*: *Um jornal a serviço do país*. Também destacou seu sucesso na peça publicitária com a foto de um carro de entrega, no qual se lê “Pães e notícias da ‘Folha’ são ‘devorados’ com a mesma satisfação, de manhã bem cedinho. E agora, com sua frota acrescida de mais 50 modernas camionetas, a Folha de S. Paulo chega para Você num instante, logo depois de sair do ‘forno’” (FSP, 31/03/64). A imagem é significativa, tendo em vista o orgulho do grupo pelos “esforços do jornal no sentido de conservar-se sempre imparcial e equilibrado” (FSP, 31/04/64).

Quando do golpe de Estado de 1964, parte importante da mídia que se identificava com as ideias do liberalismo econômico alertava para os perigos da intervenção estatal na economia, frisando que restringir o capital estrangeiro teria consequências na indústria e no comércio. Mas mesmo que apoiar os militares significasse, de certa forma, ir contra alguns preceitos liberais, o apoio se tornava uma alternativa para impedir a ascensão de grupos de esquerda, o que lhes parecia ainda mais nocivo, afinal, propalava-se uma “ameaça comunista” que iria contra bandeiras como a da propriedade, que lhes era tão cara⁵¹. Foi logo após o golpe e neste clima de conagração entre a imprensa e os militares que Lourenço Diaféria começou a

⁵¹ Um dos jornais que foi contra a imposição do governo dos militares em 1964, foi o jornal *Última Hora*, que apoiou as reformas de base de João Goulart e os movimentos de esquerda que ocorriam no país naquele período.

publicar suas crônicas na *Folha*, cenário bem diferente do momento em que saiu do jornal em 1980.

Assim, “a ditadura limitou-lhes a liberdade, mas preservou seus bens. Não há, portanto, motivo para arrependimento. O preço era alto, mas compensador” (CAPELATO, 1994, p. 55). Após o golpe, o periódico foi envolvido nas chamadas “malhas do autoritarismo” (CAPELATO; MOTA, 1981, p.191), tendo que suspender editoriais e conviver com as pressões da censura. Na memória elaborada pelo jornal, publicada por ocasião de seus 80 anos, em 2001, destaca-se uma informação que resume sua atuação no período da ditadura: a “Folha apoiou o regime de 64, mas se engajou na redemocratização nos anos 70”⁵².

Taschner considera que neste período a indústria cultural brasileira teve seu maior desenvolvimento até então, abrangendo não apenas o setor dos impressos, com uma notória expansão da televisão. Com base em fatores como a modernização da estrutura produtiva, as ênfases na urbanização, no comércio e o aumento das camadas médias, promoviam-se o consumo dos produtos industriais e uma lógica mercadológica de sustentação do sistema capitalista. A autora cita também a reforma do ensino nos primeiros anos do regime, que visava, entre outras questões, diminuir o analfabetismo e divulgar os valores daqueles que geriam o governo, afinal o ensino “era visto como uma questão de segurança nacional” (1992, p.106). Isto é relevante na medida em que os meios de comunicação promoviam tanto a lógica do consumo quanto eram beneficiados pelo aumento de leitores; a publicidade se ligava aos dois eixos, tanto na divulgação do mercado quanto na do próprio governo⁵³.

As empresas perceberam na mídia um nicho interessante para investimentos publicitários, em uma sociedade na qual a aquisição de bens de consumo passou a ser cada vez mais instigada. Parte da sociedade brasileira viu o mercado crescer desde o final dos anos 1950, por conta da política de substituição de importações e do incentivo à aquisição de bens de consumo duráveis, especialmente de áreas urbanas.

⁵² MAGALHAES, Mario. Militares ameaçam suspender a circulação. Especial 80 anos. *Folha de S. Paulo*. 2001. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02.shtml

⁵³ Além disso, tiveram investimentos mais diretos, como a criação da GEIPAG (Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas), em 1966, que visava estimular o setor dos impressos, atuando especialmente no auxílio à importação de equipamentos.

O aumento da população nestes locais, a partir da migração, também fez com que serviços se tornassem ainda mais acessíveis, mesmo que à custa de baixos salários⁵⁴. Neste processo, a *Folha* tornou-se um conglomerado, em franco crescimento, com a aquisição de outros impressos. De acordo com Taschner, “através de uma estratégia de expansão, via aquisição de empresas em má situação financeira, em cerca de três anos, Frias e Caldeira passaram a dispor de nada menos do que duas gráficas e três jornais, em São Paulo” (1992, p. 145-6). Exemplar foi a aquisição do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, logo após o golpe. Além disso, em 1968, assumiu o comando da Fundação Cásper Líbero e seus produtos, como o jornal *A Gazeta*. Tinham assim cerca de 50% da venda avulsa na Grande São Paulo (TASCHER, 1992, p. 151)⁵⁵.

⁵⁴ Com o grande fluxo migratório e a necessidade que os trabalhadores vindos do interior tinham de se manter na cidade, os serviços disponíveis tornavam-se ainda mais acessíveis aos que tinham condições de uma vida mais estável financeiramente devido aos baixos salários pagos aos prestadores. Ou seja, “(...) a empregada doméstica é barata, o churrasco-rodízio ou a pizza de segunda são baratos porque o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato porque a cabeleireira e a manicure ganham pouco, etc.” (MELLO; NOVAIS, 2000, p. 632). Mesmo com o crescimento econômico expressivo entre 1968 e 1973, anos do “milagre econômico”, não houve uma distribuição homogênea destes benefícios. As periferias das cidades, por exemplo, permaneceram com precários fornecimentos de transporte, saúde, escolas e demandas urbanas.

⁵⁵ É nesta segunda metade da década de 1960 que a *Folha* centraliza o trabalho da redação, com a criação da Agência Folha. Este fato é importante para compreendermos a atuação da empresa após este período, além de criar certa homogeneidade de notícias, a estratégia servia para “centralizar a autocensura dos jornais. Assim, a maior parte dos jornalistas não chegava nem mesmo a tomar conhecimento de certos assuntos, pois as notícias eram cortadas antes de chegarem às redações.” (Taschner, 1992, p.162). Esta medida acarretou a diminuição na contratação dos jornalistas, gerando o descontentamento destes trabalhadores. Porém, ao mesmo tempo em que os custos eram cortados, era afetada a “diferenciação dos produtos” e, consequentemente, a necessidade da novidade para a indústria cultural. Dos poucos que permaneciam na redação de cada jornal, estava o editor, os poucos repórteres para casos locais e colunistas.

1.7 A *FOLHA* NA DITADURA MILITAR E NA REABERTURA POLÍTICA

Os que manejam a arma-jornal têm variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar o rumo. (CAPELATO, 1994, p.13)

De acordo com o IBGE, 63,9% da população do país vivia no campo até 1950; em 1970, 55,92% da população residia em área urbana e, uma década depois, este número cresceu para 67,59%⁵⁶. A migração urbana possibilitou, entre outros fenômenos, que mais pessoas tivessem acesso a bens de consumo e culturais. A informação passou a ser mais presente, trazendo noções de política e reivindicações antes não tão visíveis ou difundidas. Nas cidades, novas necessidades eram criadas, com demandas e acesso a uma cultura que se desenhava como sendo de massa. A população urbana lia a cidade, muitas vezes, através das palavras de jornalistas, e tornava-se mais participativa e presente no cenário político e social.

Bens culturais com propostas diferentes daquelas veiculadas em propagandas do governo, a experiência urbana e a desconfiança do ufanismo fluíam no sentido contrário ao do regime instaurado. O conflito de expectativas criava um cenário de transição. A crise da ditadura militar esvaziou a possibilidade de manter o otimismo baseado nos sonhos de consumo de “um País que vai pra frente”⁵⁷, das camadas médias que estavam no auge até a metade da década de 1970.

Há particularidades em refletir sobre textos - e aqui mais especificamente as crônicas de Lourenço Diaféria - publicados em jornais após a consolidação da grande imprensa brasileira a partir da década de 1960. Seu alcance e modo de operar se tornaram cada vez mais ligados a uma estrutura mercadológica. Compreender a mídia brasileira na segunda metade do século XX significa perceber mudanças que vão além de sua atuação e reprodução, mas que se relacionam com

⁵⁶ Estatística de 1985, referente à “Proporção da população residente urbana e rural, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1940-1980”. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/populacao_residente.shtm Acesso em: 25 jan. 2012

⁵⁷ Campanha da Aerp/ARP de 1976

as transformações nos quadros político, social e econômico. De acordo com Capelato e Mota, “a ‘Folha’ passou os ‘anos terríveis’ reformulando-se a si mesma, com sucessivas modificações na redação, melhorias técnicas, etc.” (1980, p. 215).

Mesmo diante de um processo de transição política iniciado pelo presidente Ernesto Geisel em 1974, mantinha-se um forte aparato repressivo. A censura foi mantida durante os primeiros anos de seu governo, o Congresso foi fechado por quinze dias, com o *Pacote de Abril*, e o saldo foi de “39 opositores desaparecidos e 42 mortos pela repressão” (NAPOLITANO, 2014, p. 234). Casos marcantes como as mortes do operário Manuel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog ocorreram neste período. A oposição continuava sendo perseguida e o Ato Institucional nº 5 só foi revogado no final do período Geisel. A economia nacional, por sua vez, sofria em decorrência da crise do petróleo desencadeada poucos anos antes, o que frustrava as tentativas de promoção do sucesso econômico.

Além do quadro político interno, o cenário internacional demonstrava mudanças significativas. O governo de Jimmy Carter, nos Estados Unidos da América, marcou o estremecimento da relação com um dos principais aliados dos militares brasileiros. O primeiro relatório sobre os direitos humanos, demanda feita aos países que recebiam assistência daquele governo, feito no início de 1977, contava com críticas aos aparatos brasileiros de repressão. Isto gerou animosidade entre os governos⁵⁸. Neste cenário, emergiram debates que colocavam em questão a própria ditadura⁵⁹. Mesmo buscando carregar a bandeira

⁵⁸ De acordo com o brasilianista Thomas Skidmore (1989), ironicamente o caso foi usado em favor do projeto de reabertura. Afinal, o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, posicionava-se contra o governo estadunidense e, como ele, outros políticos, até mesmo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), colocaram-se publicamente em apoio à Geisel (p.383-385). Acordos militares entre os países foram cancelados e parte da estrutura de cooperação militar foi desmantelada. Com o intuito de reparar a relação, a vinda da esposa de Carter, Rosalyn Carter, em junho de 1977 também foi significativa. Um estudante entregou-lhe uma carta denunciando o governo e missionários estadunidenses relataram os maus tratos que sofreram na polícia, fazendo jus a chamada da reportagem da *Folha: Direitos humanos, no desembarque*, onde ela lembrou que o compromisso da política exterior de seu marido estava em torno do tema dos direitos humanos (FSP, 07.06.77).

⁵⁹ Outro exemplo marcante é a Revolução dos Cravos em Portugal que deu à *Folha* a manchete *Em Lisboa, ‘sopra vento democrático’*, em 1974.

de uma suposta democracia, os militares já não tinham a força de outrora.

Internamente, movimentos de origens diversas ganhavam visibilidade no quadro de resistência e formavam um espaço dinâmico de debate. Para Napolitano, “a pressão das ruas talvez tenha sido o elo perdido e esquecido entre a tímida distensão de 1974 e a efetiva agenda de abertura de 1978” (2014, p. 234). Entre outros, tiveram destaque o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja Católica, o movimento estudantil e as greves no ABC paulista. A Igreja Católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ganhou destaque na luta pelos Direitos Humanos e o movimento estudantil se rearticulou, retomando suas mobilizações políticas e realizando, em 1977, as primeiras passeatas de oposição ao regime após 1968. Em 1978, 1979 e 1980, foi a vez dos trabalhadores ocuparem a cena, com a volta atuante do sindicalismo, nas greves paulistas e, de certo modo, na greve dos jornalistas de 1979.

Estes movimentos sociais, mesmo que não levantassem as mesmas bandeiras, fizeram com que diferentes sujeitos passassem a se reconhecer e agissem em conjunto politicamente. A atuação das classes populares ganhou maior visibilidade, ocupando os espaços públicos entre as décadas de 1970 e 1980. Além disso, muitos empresários se colocaram contra o regime, nem sempre por questões sociais, mas em prol do liberalismo econômico. Entre as diferentes reivindicações, “a palavra de ordem que se ouvia nas ruas – ‘Pelas liberdades democráticas!’ – era a frágil argamassa dessa improvável aliança” (NAPOLITANO, 2014, p. 267). Naquele momento, com o crescimento dos movimentos sociais no campo da oposição, era a partir da ideia de “democracia participativa” que se buscava criar uma “zona de convergência entre os conceitos elitistas e formais da democracia liberal e a democratização da sociedade com base na afirmação dos direitos sociais e da participação efetiva” (NAPOLITANO, 2014, p. 243).

As eleições de 1974 e 1978 mostraram um impressionante crescimento da oposição, com a expressiva votação do MDB; demonstrava-se nas urnas a insatisfação com os rumos do governo. Nas eleições de 1974, com uma campanha política voltada às novas demandas, elegeu 16 senadores para as 22 vagas e 48% da Câmara dos Deputados⁶⁰. Para conter este crescimento, Geisel decretou o *Pacote de*

⁶⁰ De acordo com Napolitano (2014), a campanha foi concebida pelos “intelectuais do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), que tinha acabado de sofrer um atentado à bomba perpetrado pela direita em abril”,

Abril, em 1977, fechando o Congresso e promovendo reformas políticas. Era também uma medida para preparar a sua saída da presidência e a eleição do general Figueiredo como seu sucessor. Além disso, se o projeto de reabertura esperava garantir adesão à situação, a ascensão do MDB fez com que os militares se rearticulassem, e que os anos após a posse de Geisel não fossem amenos.

O resultado da eleição de 1974 foi comentado na coluna de Lourenço Diaféria:

Os eleitos são os eleitos e estão relacionados. Os não eleitos são os não eleitos e também estão relacionados. Esperamos que uns e outros cumpram o seu dever. Eu, por exemplo, posso me considerar derrotado nesta última eleição. Derrotado – vejam a ironia – por querer renovar demais e renovar para melhor. Pois não vejo nenhuma vantagem em renovar para pior.

Foi o que tentei fazer, quase com êxito. Dispensei os medalhões e abri mão de programas caipiras, porque uns e outros não são bons conselheiros. E me dei mal, de resto com mais quase vinte mil cidadãos que também pensavam como eu. Isso não quer dizer que abandonamos a arena da luta ou traímos o movimento democrático (perdão, há aqui trocadilhos em excesso. Queiram voltar a fita da gravação). A Democracia é isso mesmo, um penoso jogo, que nem sempre vale pelo final. Mas não é boa prática abandoná-lo pela metade. Tanto que há pessoas sensatas que comparam a Democracia à memória: se você não a exercita, acaba por perdê-la (FSP, 26/11/1974, p. 33).

Ele alertava para a necessidade de se tornar realmente efetiva a democracia participativa e, mais que isso, de agir em função da renovação política. Este era, provavelmente, o desejo de muitos que votavam no MDB naquele período. Nesse sentido, é interessante a observação de Capelato e Mota, em relação à postura da *Folha* nos editoriais:

momento também em que o MDB “dava um novo ânimo à esquerda abrigada no partido, a começar pelo PCB” (p.242)

Em 1975, em seguida e em consequência de uma revisão do futuro imediato do País, da repressão social já existente e do dilema em que se colocara a ditadura, a direção da “Folha”, à luz dos resultados eleitorais de 1974, crítica em editorial a política econômica do Governo, adotando a tática de criticar o Governo, mas elogiar o Presidente (Geisel). Uma tática ditada pela necessidade de assumir uma atitude crítica, mas salvaguardar a imagem do Presidente, no qual se via um “agente preocupado com a abertura”, para quem era necessário desmontar, aos poucos, o incontrolado dispositivo repressivo-militar. (1981, p. 216).

O periódico se colocava nos debates da distensão, embora houvesse o receio em relação aos rumos políticos e econômicos do país. Com o intuito de manter-se próxima ao poder e, considerando que “a ‘Folha’ pressentira a ‘abertura’ e jogaria nela forte cartada”, deixava de denominar o ato de 1964 como “Revolução” e passou a tratá-lo como “Movimento” (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 218-20). Mesmo que inicialmente tenha apoiado o golpe, a ascensão dos militares não trouxe uma convivência sempre pacífica. Na redação da *Folha*, censores não estiveram presentes, o que não significa que a censura não foi sentida pelos jornalistas. Para saber que temas eram proibidos, recebiam indicações da Polícia Federal por telefone, procedendo à autocensura. Em decorrência disto, “o número de chamadas à Polícia Federal, de processos e de ameaças é incontestável” (p. 207). No início da década de 1970, o jornal passou a ter uma relação menos amena com o regime; simultaneamente, era atacada pela extrema esquerda: “dois carros de sua frota chegariam a ser queimados. Nessa perspectiva, a ‘Folha’ se viu entre dois fogos, constituindo-se esse período certamente o mais difícil de sua história” (p. 205). Algumas arbitrariedades eram denunciadas, bem como as reivindicações por liberdades e pela democracia passaram a estar em pauta, especialmente a partir da segunda metade desta década. Casos como as denúncias de censura se tornaram mais conhecidos, com artifícios como impressão de receitas culinárias, poemas, previsões do tempo, espaços em branco.

Concomitante à interferência do governo na mídia, ocorria o financiamento da modernização dos meios de comunicação⁶¹. Censura e

⁶¹ Não há como falar do crescimento do mercado de comunicação, que se expandiu durante o regime, sem considerar a importância da entrada da

desenvolvimento da comunicação eram partes da estratégia governamental. O cenário estava sendo ordenado, de acordo com a socióloga Alzira Alves Abreu, “dentro de um projeto em que o Estado era entendido como o centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos, a implantação de um sistema de informação capaz de ‘integrar’ o país era essencial.” (2002, p. 53). Embora houvesse investimentos na mídia, a crise com o fim do chamado “milagre econômico” era sentida no país. A síntese da autora é esclarecedora quanto aos meandros da economia que reverberavam na imprensa:

Se em 1950 existiam no Rio de Janeiro 22 jornais diários comerciais, entre matutinos e vespertinos, com as mais diversas tendências políticas, em 1960 esse número foi reduzido para 16 jornais diários, e no final de 1970 para sete. A explicação para o desaparecimento de um número elevado de jornais e revistas nos anos 70 está relacionada também à elevação do custo do papel. Com a crise do petróleo em 1973, o papel da imprensa passou de US\$ 171,00 a tonelada, em 1971, para US\$ 320,00 em 1974 – um aumento de 187% nesse período o país importava 60% do seu consumo em papel jornal. O aumento do preço do papel

televisão no cotidiano das grandes cidades. Mesmo a televisão tendo iniciado seu percurso no Brasil na década de 1950, foi a partir da década de 1970 que ela começa a se popularizar. Neste período foi criada a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e o Ministério das Comunicações, ambos em 1965, e a Telecomunicações Brasileira (Telebrás), em 1972. Instituições com o intuito de dar condições para a instalação e crescimento das telecomunicações no país. Neste momento, no âmbito político do governo, já tinha sido notado que poderiam usar os meios de comunicação como recurso de promoção frente à população. Estratégia já usada anteriormente como pelo presidente Getúlio Vargas com o uso do rádio. Afinal, ao emitir suas palavras a mídia acaba por privilegiar determinada versão, o que influi na formação da opinião pública. O próprio regime a utilizava para a difusão de propaganda oficial, como as produzidas pelas agências de propaganda política - Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP) - que sintetizavam ideias e interesses em curtas produções para televisão. Exemplo recorrente da intervenção durante o período é o lançamento da emissora de Roberto Marinho como a maior do país, quando o governo favoreceu a associação entre a *Globo* e a norte americana *Time-Life* em 1969, ainda que fosse inconstitucional segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações.

desencadeou o processo de fechamento de muitos jornais que já enfrentavam problemas financeiros e de gestão, e ao mesmo tempo sofriam restrições de ordem política. (ABREU, 2002, p.18)

Compreender o jornalismo brasileiro neste momento significa dar a devida relevância à inserção que teve no movimento de mercado. Com os investimentos tecnológicos veio a necessidade de venda para a manutenção financeira. Nesse sentido, , o *marketing* se tornou importante aliado na circulação do material impresso, na medida em que se podiam formular com maior clareza as estratégias de alcance, “adequando o meio de comunicação, visto como ‘produto’, ao público consumidor leitor, ouvinte, telespectador, visto por sua vez como ‘cliente’.” (ABREU, 2002, p. 29).

As empresas buscaram estes meios, o que tornou o investimento em anúncios ainda mais expressivo. Embora o período seja constantemente referenciado pela decadência do “milagre”, de acordo com o jornalista e publicitário Ricardo Ramos (1985), os investimentos em publicidade no Brasil giravam em torno de um bilhão de cruzeiros em 1969, com estimativa de que, no final da década seguinte, tivesse chegado a pouco mais que o dobro do valor. Porém, em 1979 os investimentos somavam cerca de 59 bilhões de cruzeiros, que, considerados em dólares, por conta da instabilidade do cruzeiro, iam de 220 milhões a um bilhão e meio, sete vezes a quantia inicial. Os maiores índices de crescimento publicitário até a década seguinte foram registrados entre 1976 e 1977. Para Ramos, “parece que há mais coisas entre o binômio inflação/dívida externa e o resto da economia brasileira, muito mais coisas do que pode supor o nosso vão economês” (1985, p. 100). Assim, na década de 1970, “a velocidade é o nome do jogo, a língua a ser falada é a da emoção, é permitido permitir. Mais do que nunca, se produz o novo, e consome-se o novo. (...) Os anos 70 deverão ser libertários, responsáveis, individualizantes. Vertiginosamente.” (RAMOS, 1985, p. 96).

Com estas transformações, a imprensa se tornou muito mais dinâmica, e a velocidade da produção aumentou. A concorrência se acirrou, pois, para a veiculação de publicidade, é necessário que haja grande circulação. A lógica comercial, inclusive no trabalho do jornalista, agora mais profissionalizado e específico, passa a pautar o próprio ritmo das redações.

Em um momento em que ignorar o mercado significaria a estagnação da própria mídia, as relações entre as duas esferas se

tornavam mais complexas. Por isso, não basta avaliar a imprensa como a favor ou contra o governo apenas, mas vale perceber que crescia um mercado extremamente dinâmico no país, que passava a ter influência na coordenação do discurso que circulava. Não há dúvidas que houvesse jornalistas resistentes na grande imprensa, com espaço reduzido em momentos de tensão diante da censura governamental e dos limites da própria empresa. Mas vale também considerarmos que muitos desses passaram a ter trajetórias romantizadas após o período de ditadura militar.

Cabe refletir também sobre a legitimidade da mídia para que pudesse mudar de postura durante o próprio regime. Embora o apelo mercadológico fosse bastante significativo, havia interesses ideológicos que sustentavam a existência da imprensa na função de instituição, por excelência, da esfera pública. Isto não significa ir ao encontro do lugar-comum segundo o qual a população seria facilmente manipulada, sem que pense, agindo apenas a partir de manejos diários de suas necessidades. Mesmo que seja reconhecido que “os jornais expressam a opinião pública. Só que na grande imprensa (a empresarial) o murmúrio da ‘vox populi’ (voz do povo) ecoa longínquo enquanto ressoa forte a ‘vox domini’ (voz dos dominantes)” (CAPELATO, 1994, p.18).

Começou a haver, paulatinamente, maior semelhança entre as mídias e, conseqüentemente, entre os trabalhos jornalísticos, fenômeno que certamente influenciou a produção dos cronistas, já que tornou as informações cada vez mais similares, devido “às poucas fontes consultadas, à orientação das pesquisas de opinião que revelam índices de leitura e audiência, à estrutura das redações e, principalmente, ao predomínio da lógica da concorrência” (ABREU, 2002, p. 36). A técnica passou a ter papel central na construção da carreira, os editoriais deixaram de ocupar lugar central, em detrimento das informações em si. Nesse movimento, editorial, crônica e coluna opinativa restaram como permanências de uma imprensa com caráter diverso daquela mais voltada aos dados informativos.

Mas a divulgação jornalística pode ser lida de acordo com interesses que vão além da exposição da notícia ou de estratégias do poder vigente. A mídia age, diversas vezes, de maneira autônoma politicamente, a partir do grupo empresarial que a faz circular, mesmo que se torne palco político de outros personagens. O jornal, além de organizar os acontecimentos para a compreensão do público, cria portavozes relevantes, conferindo-lhes legitimidade. Atua na formação da narrativa que organiza os posicionamentos e os eventos no campo

político, quase simultaneamente ao momento em que ocorrem⁶². Os textos presentes no jornal, desde as notícias até as crônicas, mesmo que com curta permanência física, desenham fatos e mobilizam determinada compreensão, ordenam o entendimento e dão sentido a uma gama de informações fragmentadas⁶³.

As mudanças na situação política refletiam-se na mídia, dando condições para que o jornalismo se transformasse:

Se no período pré-64 a credibilidade se conquistava pela fidelidade aos ideais e no período 64-75 à capacidade de resistir, agora, a credibilidade era conquistada na capacidade de expressar os sentimentos da sociedade civil. Talvez intuitivamente, era este o movimento que a equipe liderada por Cláudio Abramo buscava na *Folha* (GENTILLI, 2001, p. 10).

Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, a *Folha de S. Paulo* se moldou a uma nova perspectiva, por meio da reforma promovida por Cláudio Abramo, jornalista experiente que já havia

⁶² De acordo com o cientista político Luiz Felipe Miguel (2000), em sociedades formalmente democráticas ocorre a divisão entre a política de bastidores, feita nos gabinetes e que consiste na tomada das grandes decisões, e o palco, onde é apresentado o “mito da democracia” para a manutenção da estabilidade do sistema. A mídia serve como este palco, é o espaço que se coloca diante do público. Mas não significa considerar uma passividade das massas. Como produtora de porta vozes, tem o poder de reafirmação de posições. Como palco, ela tende a ser instrumentalizada por aqueles que se encontram no poder, assumindo também um forte meio de conquista dele, indo ao encontro da adesão popular. Mas ela não é feita por todos, em geral é pouco ou nada democrática, agindo, na maioria das vezes, de acordo com interesses próprios.

⁶³ O jornal permite ao historiador acessar visões mais ou menos aceitas e difundidas na época sobre os acontecimentos e processos mais relevantes. Cabe aqui percebê-lo, de acordo com a denominação de Tânia Regina de Luca (2006), como “enciclopédias do cotidiano”, com “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.” (p.112). O discurso jornalístico é uma prática social produtora de sentidos que “*capta, transforma e divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legitima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.” (MARIANI, 1993, p.33).

atuado no jornal. Esteve neste quando foi instaurado o AI5, período de maior dificuldade de divulgação das notícias, “o jornal não tinha condições de resistir a pressões do governo, e por isso não provocava. Foi uma política muito sábia que Frias aplicou ao jornal. Se provocasse, o governo cobraria do jornal.” (ABRAMO, 1988, p. 87). A manutenção de relações amistosas com os militares, evitando o conflito, reaparece nas falas de Abramo, opositor do regime, a ponto de dar abrigo para militantes.⁶⁴ Afirmava estar comovido com o desaparecimento, morte e exílio de amigos e outras pessoas, além de estar pessimista em relação à atuação do jornal, cuja possibilidade de crítica era restrita. Em 1972, saiu da redação para se tornar diretor. Em seu lugar, foi posto o jornalista Ruy Lopes, da sucursal de Brasília, que havia sido editor-chefe do jornal de 1973 a 1975, quando Abramo era diretor de redação.

A atuação de Abramo era reconhecida, desde a reforma que promovera no jornal *O Estado de S. Paulo*. Nas palavras do jornalista Mino Carta, contemporâneo de Abramo, “ele foi o primeiro responsável pela transformação de um jornal provinciano e um tanto excêntrico em um órgão digno de contemporaneidade.” (CARTA apud ABRAMO, 1988, p. 8). Para Carta, ele teve papel de suma importância nos jornais em que atuou⁶⁵. Na versão de Abramo, sua contratação pela *Folha* não tinha sido bem aceita. Os jornalistas com mais tempo de casa eram contra sua entrada no jornal, chegando até a entregar a Frias um abaixo-assinado demonstrando o descontentamento: “fui muito sabotado, obstaculizado, porque lá havia muito chefe” (ABRAMO, 1988, p. 86). Na chefia da redação, reelaborou o impresso, suas seções, bem como a atuação dos profissionais. É interessante perceber que, dentro do novo projeto para a *Folha de S. Paulo*, um de seus incômodos era a coluna *Prata da casa*, a qual caracterizou como “uma seção de crônicas de pessoas da redação, um lixo, que foi outra batalha.” (ABRAMO, 1988, p. 86). Era, coincidentemente, a coluna na qual Lourenço Diaféria começara a publicar, em 1964.

⁶⁴ “Nessa época fiquei amigo de José Dirceu, que era presidente da União Nacional dos Estudantes de São Paulo, de Luiz Travassos, presidente da União Nacional dos Estudantes, de Luiz Raul Machado, vice-presidente da UNE, aos quais muitas vezes dei abrigo e escondi da polícia” (ABRAMO, 1988, p.87)

⁶⁵ Reestruturação semelhante havia ocorrido no *Jornal do Brasil*, que a partir de 1961, sob coordenação do jornalista Alberto Dines, foram inseridos editoriais sobre política, economia, problemas urbanos, enfim, seria o principal exemplo para as mudanças nas demais empresas de impressos.

Quanto à mudança a partir de 1975, esclarece que fazia parte de um projeto maior de manutenção do jornal:

Frias decidiu mudar a *Folha* basicamente por razões de competição de mercado. O *Estado* podia ficar na oposição sem perder prestígio, pois era e sempre foi do *establishment*; sobre o *Estado* nunca pesou uma ameaça real. A *Folha* podia obedecer integralmente à censura, mas não era de confiança. Ao contrário de hoje, não fazia parte do poder. Frias percebeu que o jornal só poderia prosperar num regime democrático, e por isso adotou a linha combativa (ABRAMO, 1988, p. 88).

Cláudio Abramo começou a planejar a reforma após passagem pelo DOI-CODI em 1975; havia lidado com os militares da forma menos agradável possível devido à acusação de subversão, e isto orientou a visão de mundo que seria disposta no jornal. Significou para o impresso “uma mudança completa de atitude” (ABRAMO, 1988, p. 89). A *Folha* se propôs a mudanças que visavam a aproximação com reivindicações civis, em um momento no qual os questionamentos acerca da reabertura política se aproximavam do ideal de democracia participativa. Abramo foi, assim, considerado o principal responsável pelo caráter combativo que a *Folha* assumiu nessa sua nova fase.

Foram criadas as páginas Dois, em 26 de junho de 1975, e Três, em 22 de junho de 1976, com a seção *Tendências e debates*, além daquela com editoriais e artigos⁶⁶. Ambas divulgavam opiniões e críticas, com artigos de posições políticas contrárias, além de colunas vindas de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Porto Alegre e demais capitais. Foi inserida a coluna dominical de Alberto Dines, que assinou o inovador *Jornal dos jornais*, uma experiência de crítica à mídia,

⁶⁶ De acordo com a entrevista de Pedro Pincioli Júnior, diretor industrial e administrativo da *Folha da Manhã S. A.*, concedida à Gisela Taschner (1992), esta mudança de posicionamento do jornal afetou inclusive a parte econômica da empresa. Os problemas surgiram, por exemplo, com o aumento da dificuldade para a importação das impressoras, fator necessário para o crescimento da mesma (p.121).

inspirada no jornalismo estadunidense, além da coluna de opinião da sucursal do Rio de Janeiro⁶⁷.

A estruturação da *Folha de S. Paulo* enquanto jornal empresarial e suas consequentes relações com o regime estabelecido em 1964 constituíam o meio no qual Lourenço Diaféria atuava. Sua literatura esteve imbricada em questões bastante pontuais, como a relação do impresso com o mercado, ou seja, o jornal em que atuava não era apenas suporte ou local de diálogo entre notícias e obra literária. Tais fatores são de grande importância para uma leitura da crônica no viés histórico, mas não satisfazem todos os questionamentos. Compreender a crônica de Diaféria como vinculada a um quadro ainda mais amplo é essencial para problematizar as relações e consequências de sua produção na *Folha*.

1.8 PARTICIPAÇÕES POLÍTICAS DE LOURENÇO DIAFÉRIA

Em 10 de março de 1977, nas férias de Lourenço Diaféria, o teatrólogo e escritor Plínio Marcos publicou a crônica *Rápida resposta à freguesia*:

Depois de uma semana aqui neste cantão, já posso dizer que começo a sentir o resultado de se dar o recado num jornal com a tiragem da Folha. São muitas e muitas as cartas que tenho recebido. Aos que mandaram incentivos e tal e coisas e coisas e lousa, meu muito obrigado. Aos poucos paspalhos que gostariam de saber como vim parar aqui,

⁶⁷ Em entrevista, o jornalista narra como ocorreu a inspiração e negociação para a coluna que seria expressiva de um novo momento da mídia: “Então eu disse a ele: ‘Frias, quero lhe pedir uma coisa, e não vou cobrar um tostão a mais. Quero ter uma coluna semanal, pode ser na segunda-feira, no segundo caderno, escondidinha, para que eu faça uma crítica da imprensa’. Ele disse: ‘Dines, não se meta nisso, você só vai fazer inimigos, arrumar dor de cabeça à toa’. Eu, que estava nos Estados Unidos, acompanhei de perto o pós-Watergate, quando a imprensa norte-americana passou a se criticar muito, a criar os antídotos para evitar os excessos de arrogância. Falei isso tudo para o Frias, da importância daquilo nos Estados Unidos. Ele ficou me olhando fixo e disse: ‘Está bem, faça, mas você vai arrumar inimizades, não diga que não lhe avisei’. Qual não foi a minha surpresa quando ele determinou que, em vez de sair na segunda-feira e escondida, a coluna “Jornal dos Jornais” deveria sair aos domingos e no primeiro caderno.” Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq040744.htm>

informo que naturalmente foi pela porta da frente, atendendo ao convite do meu chapinha Tarso de Castro. E pros milhares de fãs e leitores do meu prezado amigo e excelente cronista Lourenço Diaféria, que me escrevem pra saber se ele realmente entrou de férias ou se lhe deram um passa-fora, quero sossegá-los. O Lourenço Diaféria está realmente de férias, aliás, merecidas, que ele andava trabalhando demais da conta, na crônica diária, escrevendo livros, fazendo conferências, participando de noites de autógrafos e sei lá quanta coisa mais. Sabe como é que é. Escritor brasileiro tem que ter mais bico do que fogão a gás pra poder suportar os repuxos da maré brava. Então, senhores leitores do excelente cronista Lourenço Diaféria, podem ficar sossegados. Ele voltará para alegria de todos nós.

Diaféria era atuante nos debates sobre a crônica jornalística, entendia seu ofício como forma de observar e descrever a vida comum e, com isso, dar espaço aos que não ocupavam as manchetes. Circulava nos meios literário e jornalístico, potencializando o hibridismo do gênero com que trabalhava. Seu esforço em criar uma intimidade com o leitor e compreender seu contexto fazia com que se apresentasse como escritor comovido com os problemas sociais e políticos.

Durante a ditadura militar, manteve postura crítica em relação ao governo. Na reabertura, este posicionamento estava favorecido pela ascensão de uma visão questionadora dos problemas socioeconômicos decorrentes da gestão militar e pela própria mudança na estratégia da *Folha de S. Paulo*. Além disso, havia uma estreita ligação entre suas reivindicações e a vinculação do cronista com uma vertente da Igreja Católica que atuava contra o regime. Estes fatores criaram um ambiente propício para uma atuação pública mais enfática. O nome de Diaféria constava no ofício de 12 de janeiro de 1976, da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo enviado à Auditoria Militar do mesmo estado, pedindo informações do inquérito sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. Além de Diaféria, outros 465 jornalistas assinaram a lista.

No relatório de 10 de setembro de 1976, da Delegacia de Presidente Prudente, consta que Diaféria realizou uma conferência na Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino. Na ocasião, falou das dificuldades que encontrava em seu trabalho, apresentou seu livro

*Um gato na terra do tamborim*⁶⁸ e, entre outras questões, respondeu sobre o tema “Liberdade de imprensa”, afirmando que “a mesma melhorou bem a partir de 1964, pois hoje em dia o Governo tem se preocupado em colocar técnicos especializados no assunto”⁶⁹. O documento não discorre mais sobre o evento, contudo, nota-se a ironia na resposta do jornalista. Diaféria sabia da presença de informantes do governo no local.

Tal problematização também aparece na crônica publicada em 1977, na qual o autor expressou a pouca credibilidade que conferia aos censores:

O censor acordou bem-humorado e falou lá pras suas calcinhas: hoje estou no meu dia. Fez as abluções matinais, tomou seu bicarbonato de sódio, conferiu na maleta seu instrumental de trabalho, havia mandado afiar a tesoura na véspera. Com cuidado, escolheu um fio de cabelo das têmporas, puxou-o num arranco. O fio de cabelo agarrou-se entre o indicador e o polegar duros do censor. A seguir, o censor repetiu o treino de todas as manhãs; atirou o fio para o ar e num gesto preciso e rápido avançou com a tesoura engatilhada. O clic das lâminas se encontrando dividiu o fio em dois segmentos. O censor sorriu, estava na sua melhor forma.

(...)

Sem se deixar abater pela calvície no cumprimento do dever, o censor examinou o equipamento de emergência: as lâminas de barbear, o estilete inoxidável (peça insubstituível nas pequenas cirurgias de ablação de linhas ou palavras infeccionadas), a coleção de lápis bem apontados, as esferográficas de bico grosso e bico fino, e, por fim, o estojo de carimbos com almofada de tinta. O estojo de carimbos era uma espécie de amuleto do censor. Sem ele sentia-se desarmado. Os carimbos facilitavam o trabalho: como nenhuma tesoura ou lâmina, por mais afiada, consegue cortar entrelinhas, nos textos em

⁶⁸ Obra com uma reunião de crônicas, lançado em 1976, e primeiro livro publicado por Lourenço Diaféria.

⁶⁹ *Lourenço Carlos Diaféria*. 12/03/81. Arquivo do Estado de São Paulo. Divisão de Informações - Deops. 52-Z-0-28547

que o censor farejava o odor de segundas ou terceiras intenções, não tinha dúvida, aplicava o carimbo sumário *vetado*. Além de tranquilizá-lo, o carimbo poupava a amolação de ter de ler as coisas idiotas que esses palhaços escrevem. (FSP, 27/08/77)

A tesoura afiada, os carimbos como amuletos, o farejar das más intenções, a pouca atenção aos textos, são aspectos que caracterizariam a imagem do censor na narrativa do cronista. O trabalho era descrito como algo técnico, em contraposição ao do intelectual. Neste sentido, nota-se que a fala de Lourenço Diaféria em Toledo não foi elogiosa e nem inocente sobre a atuação dos aparatos militares e da censura, tampouco a considerava melhor por algum desenvolvimento técnico.

Expressiva de sua visão crítica foi a publicação, em 1977, da novela *Berra, Coração*. A história é ambientada em uma cidade fictícia, denominada Mamangaba, que também foi cenário de alguns de seus textos na *Folha*; ali, por conta de uma tentativa de assassinato, ocorriam buscas pelo culpado – o tema aprofunda outros já postos em diversas de suas crônicas. Em relação aos indivíduos inocentes que a polícia tentava enquadrar, narrava:

Convidado a entrar um por vez no cubículo contíguo mais escuro, o cidadão suspeito era apresentado e posto em contato com o delgado aparelho a que o manipulador chamava com entusiasmo de – detector de mentiras. Tratava-se de um dispositivo rudimentar de operação manual, aparentando sensível desgaste do material, ou por ter sido adquirido de segunda mão, ou pelo muito tempo de uso sem adequada assistência técnica. (...) Feita a apresentação, cada cidadão passou a tomar ciência individual de que o uso canhestro do aparelho era o principal responsável por sua má conservação, pois forçava o prolongamento das audiências aos suspeitos, que saíam do cubículo cambaleantes e com sinais de extremo cansaço, como se houvessem sido moídos de pancadas. Todos sem exceção assumiram a culpa e se declararam autores do atentado contra o Deputado Vandão, embora não sabendo explicar as razões do transloucado gesto, mas de qualquer

forma mostrando-se sumamente arrependidos.
(DIAFÉRIA, 1977, p. 56-57)

Um policial aposentado é o narrador da história e, com permanente desconfiança e ironia, apresenta fatos e personagens, mostrando suas ambiguidades e as relações de poder estabelecidas na cidade. Especialmente sobre Seu Napo, o representante político local, um homem autoritário e capaz de usar da violência sempre que julgasse necessário, para a manutenção de seus interesses.

Na cidade, passaram a ser ouvidos gritos misteriosos, lobisomens começavam a atacar nas noites e, como símbolo do progresso, o governo implantou um semáforo de quatro cores. Além disso, houve a imposição de um decreto que expulsava os passarinhos, ao mesmo momento em que era inaugurada uma estátua em homenagem a estes animais. As aves, recorrentes nos textos do cronista, tornavam-se centrais nesta obra.

Se Mamangaba tivesse tido, a qualquer tempo, metade dos passarinhos sugeridos na consulta popular, ocuparia lugar proeminente no país e seria atração turística. Mas os pássaros haviam deixado Mamangaba, pelas razões sabidas – o que de resto acabou inspirando a controvertida idéia de erguer o Monumento ao Pássaro, como se faz às pessoas cujos méritos são reconhecidos só depois que desaparecem. Se ainda existisse um pássaro solitário que fosse, em Mamangaba, dificilmente alguém se lembraria de homenageá-lo com um monumento. Costuma ser assim – com os passarinhos e com os homens (DIAFÉRIA, 1977, p. 42)

As analogias com a ditadura ficavam evidentes. O autor denunciava a violência e o abuso de poder, o cerceamento da liberdade, o progresso pouco benéfico para a população, o clima de instabilidade social e política que se instaurara. A imprensa também entrava no enredo. Com o chamado *Jornal da Terra*, os casos dos pássaros e do abuso de autoridade tinham a divulgação controlada, por interferência de Seu Napo, em parceria com o diretor do impresso, que tinha o sugestivo nome de Chico da Apara.

No *Jornal do Brasil*, em uma crítica sobre o livro, o jornalista João Batista Lemos lembrava que Lourenço Diaféria era caracterizado pelo seu otimismo. Porém, “esse amor e essa nostalgia são os motivos

do sorriso cativante com que trata cada frase que escreve, sem deixar, de qualquer maneira, de evidenciar que esse sorriso é muito mais a mão que apedreja do que a que afaga” (JB, 30/01/77). Relacionando a obra com as crônicas, concluía que a construção do texto em torno de críticas ao momento era algo consciente e cabe ser destacado para a devida compreensão do autor. Em 1978, quando o cronista foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o livro entrou na lista dos mais vendidos da *Folha* (FSP, 05/02/78).

Em 6 de janeiro de 1977, o Serviço Nacional de Informações (SNI) selecionou um recorte de jornal com a crônica *Feliz 77*, publicada na *Folha de S. Paulo* em 30 de dezembro de 1976. É notório que o conteúdo da crônica tem ataques ao regime. Publicada no final do caderno *Ilustrada*, como de costume, descrevia balanços e desejos de Ano Novo. Entre os pedidos mais triviais da data, Diaféria comentava sobre a situação econômica e social do país.

Acredita, meu caro, na força do pensamento positivo!

Põe na testa uma ferradura e nos cascos uma estrela: é o distintivo dos valores invertidos.

Para ter sorte não basta amuleto; é preciso também a arte da ousadia.

Mas não saltes do décimo andar, que é um bocado alto.

Vamos, repete:

Feliz 77!

A frase inicial, “põe na testa uma ferradura e nos cascos uma estrela”, propõe uma inversão: a estrela na testa traria sorte e a ferradura seria utilizada “no casco”, na pata do cavalo. Trocá-las de lugar faria com que o símbolo da sorte ficasse abaixo dos pés, sem a função que outrora teria; bem como a ferradura, algo rústico, na testa, serviria como humilhação, marca de rebaixamento. No mais, os dois símbolos de sorte, estando deslocados, mostrariam, além da pouca funcionalidade, a desvalorização dos usos; ou seja, não adiantaria apostar na sorte em tal situação. Estar com estes “valores invertidos”, sem poder contar com amuletos, tornava necessária “a ousadia”; consciente, acompanhada de reflexão e não de um salto do décimo andar.

Na crônica, há a repetição da frase “Vamos, repete: Feliz 77!”, reforçando a necessidade de crença, ao mesmo tempo em que ironiza as comemorações diante de um contexto pontuado por problemas diversos. A crítica não se referia somente ao momento político, mas também à

sociedade em geral que, para o cronista, invertia o que seria mais caro: seus direitos e liberdades – sem os quais seria menos virtuosa, como as promessas políticas. A crônica abordava outras questões mais diretas:

Que todo mundo tenha seu pilão de tapioca
e sua oca com banheiro.
Que ninguém entre em pua pela porta dos fundos.
E que ninguém invada nossa casa, à noite, sem
bater, pela porta da frente.
Não precise ninguém correr do cassete nem do
porrete.
Vamos, repete:
Feliz 77!
Que cada um siga sua rota
e que a rota não decida nos seguir.
Ou perseguir
por atalhos, com metralhas e
outras tralhas.
Que nos proteja da farda.

Os problemas urbanos e de distribuição de renda eram preocupações notórias nas crônicas de Diaféria; mais do que panos de fundo, constituíam parte importante do debate do autor. Ele também fazia apelos relacionados à segurança pública e ao modo como a polícia atuava, com ações violentas e cerceamento das liberdades.⁷⁰ A menção a rotas remete à ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) de São Paulo, subordinada à Polícia Militar, com o objetivo de “controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana”⁷¹. Em 1975, tivera repercussão o caso *Rota 66*, quando soldados da Polícia Militar foram acusados de matar três jovens. A partir disso, é possível verificar que os textos do cronista dispunham de elementos que impossibilitam considerá-lo como um escritor de amenidades.

Em maio de 1977, Diaféria foi convidado para ser conferencista na *Semana de Estudos sobre Liberdades Democráticas*, na Universidade

⁷⁰ Nesse sentido, em 25 de abril de 1974, é publicado o texto assinado por Diaféria, intitulado *Desculpe o que fizemos, garoto*. Uma crônica bastante expressiva acerca da questão da violência policial, não a vinculada às lutas entre diferentes grupos políticos, mas com ênfase na atuação perante civis, em geral de comunidades carentes.

⁷¹ “Transcurso do 41º aniversário de criação da ROTA - Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, pela Polícia Militar do Estado de São Paulo.”. São Paulo, 05/10/2001.

de São Paulo, em prol da anistia aos presos políticos. Mesmo não estando presente – os motivos da ausência não foram expostos na documentação do Deops –, o próprio convite demonstra que Diaféria estava presente nos debates sobre as reivindicações civis, posicionando-se contrariamente à atuação dos militares no gerenciamento do Estado e da sociedade⁷².

Os temas da violência e da atuação política consciente eram caros a Diaféria, especialmente por partilhar das premissas da não-violência-ativa, propagadas por uma vertente da Igreja Católica brasileira que a denominava Firmeza Permanente. No dia 12 de junho de 1977, no *Caderno de Domingo da Folha*, ele assinou um artigo intitulado *Os Queixadas: a força dos não-violentos*. Neste, divulgava o livro *A Firmeza Permanente: A Força da Não-Violência*, lançado na Frente Nacional do Trabalho, com apresentação de Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo e colaborações como de Dom Helder Câmara, com seus estudos sobre violência. Em sua resenha, Diaféria demonstrou apoio e admiração pela posição política e pela atuação do grupo. Afirmou que o livro “parece querer ser o manual prático de como aplicar a letra e o espírito evangélicos numa ação ordenada e sistemática em favor do operário e do trabalhador em geral.” (FSP, 12/06/1977). Empenhado na luta pela justiça, os seguidores da Firmeza Permanente se dispunham a ir contra os rumos da acomodação e das tentações de resolver os problemas pela luta armada.

Grupos de base, como as CEBs, emergiam em um momento onde religiosos como Dom Evaristo Arns, Dom Helder Câmara, Frei Betto, entre outros, colocavam-se contra o regime imposto pelos militares. Além de estar em debate acerca do método “ver-julgar-agir” que visava desenvolver a consciência crítica dos participantes e, assim, promover a transformação social. Questão que pode ser vista também nas atividades propostas pelo Secretariado Justiça e Não-Violência que acreditava que as lutas deveriam ser sustentadas pelas comunidades de base, aqueles que sofriam com a opressão, em primeiro lugar.

Este movimento é importante para a análise, pois suas premissas assim como o meio do qual emergem são relevantes para compreender a visão de mundo à qual o cronista estava alinhado. Nestas ideias, estabelecidas em consonância com correntes da Igreja Católica e seus fundamentos, Lourenço Diaféria encontrava elementos para a compreensão crítica do sistema político e dos problemas

⁷² Lourenço Carlos Diaféria. 12/03/81. Arquivo do Estado de São Paulo. Divisão de Informações - Deops. 52-Z-0-28547

socioeconômicos. Além disso, teve como um de seus interlocutores Dom Paulo Evaristo Arns, a quem dedicou livros e de quem se aproximou em diversos momentos.

No livro *A Firmeza Permanente: A força da Não-Violência*, foram apresentados os fundamentos teóricos e as propostas do Secretariado Justiça e Não-Violência⁷³. O Secretariado, que não se restringia a religiosos, organizou-se em 1973 ligado, além da Igreja, à Frente Nacional do Trabalho⁷⁴. Com o objetivo de fazer “encontros de formação, procurando esclarecer que a não-violência não é apatia, comodismo, indiferença ou concordância, nem é o oposto à violência física”, estas reuniões serviam para “aprofundar o sentido da ideologia que inspira a não-violência-ativa, para alcançarmos a sociedade comunitária.” (ARNS et al, 1977, p. 9).

A Firmeza Permanente tinha, para além da elaboração de sua ação, um debate teórico bastante desenvolvido. Compreendendo-se como um movimento que dava ênfase à ação humana como essencial para a mudança de sua realidade, dialogava com a Teologia da Libertação, corrente da Igreja Católica com inspiração marxista, e em suas propostas de luta contra as injustiças sociais.

A ação da N-V é dialética no sentido em que vai e vem entre o indivíduo concreto e o universal programático, entre a situação vigente e o esquema concebido para remodelá-la; na medida também em que é confronto entre duas (ou mais) consciências que não ocultam a contradição de suas posições, contradição a ser ultrapassada pela ação da FP bem sucedida. Essa ação é, portanto, dialética no sentido em que se apresenta como superação de uma tese (a ideologia justificadora da ação) e de uma antítese (um modelo de justo concebido pelos representantes da N-V), numa síntese que acolhe o que de bom ou de melhor comportam tese e antítese: não há vencidos. (ARNS et al., 1977, p. 207)

⁷³ Sobre o a prática da “não violência ativa” e a atuação do Secretariado Justiça e Não-Violência são interessantes os estudos do teólogo Roberto Zwetsch.

⁷⁴ O ano inicial tem controvérsias, de acordo com Roberto Zwetsch, o Secretariado foi criado em 1976, mas aqui usa-se o ano de 1973 tendo em vista que, na apresentação do livro publicado em 1977, está que “O Secretariado Justiça e Não-Violência foi criado faz quatro anos, após várias reuniões ecumênicas” (p.9)

O raciocínio carregado de elementos morais, divulgava o alcance da justiça e da paz pela conciliação. Se não há vencidos, como dito ao final do trecho, não há a luta violenta, e a noção de enfrentamento ganha traços mais elaborado. Além disso, embasavam-se em leituras teóricas e científicas aplicáveis que buscavam colocar em prática⁷⁵. Para os adeptos da não-violência-ativa, o modo de ação violenta, mesmo que fosse para a obtenção de um bem maior, não se justificava. Nesta compreensão de que fins não justificam os meios, afirmavam:

A moral não consiste apenas em escolher fins adequados, mas ainda em lançar mão de meios concretos para atingi-los. A banalidade desta proposição não faz esquecer que a prática usa frequentemente de meios opostos ao fim: raramente se faz a guerra sem que se declare perseguir a finalidade da Paz (ARNS et al., 1977, p. 208).

Recusavam o uso da violência, dizendo ao “cristão da Firmeza Permanente” que não deveria consentir com sistemas de opressão ao lutar pela justiça. O método de oposição proposto baseava-se no “poder de comover” e na repressão do impulso de vingança a partir do controle espiritual, ou seja, consistia em “pôr o adversário em situação moral de inferioridade” ao não reagir nem com covardia nem com atos de violência.⁷⁶ Para isto, o adepto dessa não-violência-ativa “não quer a morte, nem física nem moral de seu agressor. Através de um longo treinamento pessoal e coletivo, adquiriu a firmeza e a calma necessária aos conflitos agudos” (ARNS et al, p. 18). Acreditavam que o agressor, surpreso com a atitude, perderia a segurança moral e mudaria seus sentimentos. Tendo como figuras centrais Mahatma Gandhi, Martin Luther King e, principalmente, Jesus Cristo, consideravam que a

⁷⁵ Algumas referências presentes na obra *A Firmeza Permanente* são: Karl Popper em relação à noção de cientificidade, Karl Marx e Althusser no debate sobre a dialética, Gandhi e Martin Luther King sobre a ação não-violenta, entre diversos outros.

⁷⁶ Esta ideia está baseada nas “Cartas a Ashram” de Gandhi, onde apresenta-se uma leitura de mundo em que “o coração mais endurecido e a ignorância mais grosseira desaparecem diante do sol do sofrimento paciente e sem maldade. A fibra mais dura não subsiste ao fogo do amor. Se não fundir será porque o fogo não é bastante forte.” (p.17)

“convicção é que quem vence o opressor pela força das armas alcança uma vitória parcial, pois restam sempre as raízes da injustiça tanto no âmago do derrotado como no do vencedor” (ARNS et al, p. 17).⁷⁷

A ação e os estudos tinham como objetivo “descobrir meios para um socialismo brasileiro.” (ARNS et al, p. 9). Emergia do discurso um debate anticapitalista e um projeto de sociedade pautado nos direitos humanos. A partir das ações coletivas, os três meios elencados para a efetivação da não-violência-ativa foram: o contato, feito sempre no diálogo; a não-cooperação, condenando quaisquer atos de cumplicidade ou covardia; e a desobediência civil, principal parte da ação, que “consiste em desobedecer às leis escritas e impostas por homens que escravizam outros homens” (ARNS et al, p. 28). Desta forma, assumiam não se restringir à legalidade. Cada participante necessitava de um preparo, comparado ao de um soldado ou guerrilheiro. Mesmo os que apenas se submetiam ao sistema repressivo e injusto – exemplificado pelas camadas humildes da sociedade – que praticariam a “não-violência-passiva” –, poderiam se tornar ativos ao tomarem consciência e receberem treinamento para suas ações.

Os conscientes eram denominados de *queixadas*, em referência ao evento mais significativo deste modo de ação no país. Trata-se da luta dos operários da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, em São Paulo, que durou de 1962 a 1969. A greve contra o grupo empresarial Abdalla se deu pelo atraso de pagamento e pelas condições desumanas de trabalho e foi um marco da luta sindical no país (ARNS et al, p. 34). A relação do grupo com aqueles operários ia além do uso da denominação *queixadas*. Na capa do livro *A Firmeza Permanente: A Força da Não-Violência* estava a imagem de famílias de trabalhadores da Perus se reunindo para receber os salários atrasados em 1974, mostrando a centralidade deste evento. Mais que isso, a sede do Secretariado funcionava em uma sala da Frente Nacional do Trabalho, em São Paulo. Geralmente, a forma de organização e os debates propostos se vinculavam à realidade do trabalhador urbano e à luta em prol de seus direitos. A obra utilizada nesta análise fazia esta vinculação, ensinando as técnicas de ação e enfatizando a importância da organização sindical nas lutas sociais.

⁷⁷ A importância do combate à violência se dava, para além dos conflitos gerados pelo próprio regime, pelo receio do desenvolvimento tecnológico, onde o computador seria capaz de acabar com a liberdade e “o átomo pode matar centenas de milhões de uma vez.” (p.16).

Em relação ao momento de sua publicação, o livro trazia críticas às ações armadas e, em especial, ao modo de atuação dos militares. Tendo como ponto de partida o desejo por uma luta coletiva em prol da igualdade entre as pessoas, o grupo afirmava que “para se conseguir uma sociedade justa devem existir meios melhores do que intrigas, complôs, golpes de Estado, tortura, assassinio e terrorismo” (ARNS et al, p. 30). Contudo, diante dos enfrentamentos, o maior problema era ignorar a necessidade da ação; por isso, consideravam que “se você não puder ser um ‘não-violento’, seja violento. O que você não pode é ser omissivo.” (ARNS et al, p. 31). Para a consolidação deste modo de agir, eram sugeridas atividades, como o “sócio-drama”, uma de suas práticas mais importantes, que consistia em uma “representação antecipada, em forma de teatro, do conflito que vai ser vivido na realidade” (ARNS et al, p.122). Para isto, eram encenados supostos casos – como problemas comuns a operários, posseiros, famílias humildes –, com os atores do conflito, o tema do debate e o quadro em que se apresentava. Assim, eram treinados o diálogo e a argumentação, além da tática para que ninguém usasse de ataques físicos. Enfatizava-se a importância de conhecimentos específicos, como médicos, jurídicos e espirituais, como a oração e o jejum.

O grupo Firmeza Permanente condensava as duas importantes influências na obra de Lourenço Diaféria. Os operários, em especial os do bairro do Brás, e a Igreja. A luta sindical era observada e defendida pelo homem que cresceu em meio aos operários e que acreditava na afirmação dos direitos dos trabalhadores. Um dos idealizadores do grupo da Firmeza Permanente, o Arcebispo D. Evaristo Arns, figura próxima do cronista, era conhecido como “o cardeal dos trabalhadores”⁷⁸ e sua atuação ultrapassou a defesa de casos pontuais, já que sua preocupação repousava nos problemas cotidianos da classe trabalhadora. Em 1979, colaborou com o projeto *Brasil: Nunca Mais*, que reuniu processos judiciais contra perseguidos políticos e que se tornou referência de denúncia dos crimes da ditadura. Cronista e cardeal se encontraram politicamente, religiosamente e estabeleceram ligações pessoais. Esta é uma das relações fundamentais para a compreensão da atuação e da percepção sociopolítica do escritor.

⁷⁸ A menção foi lembrada na cerimônia de concessão do título de Doutor *Honoris Causa* ao Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. O discurso proferido pela professora Dóris de Faria está disponível em: http://www.unb.br/unb/titulos/dom_paulo.php

Ainda em setembro de 1977, um texto de Diaféria teve sua publicação vetada. Fora escrito para o jornal *O São Paulo*, da Arquidiocese de São Paulo, e intitulava-se *Tiratis Tirantis Mutatis Matandis*. O que chama a atenção, para além da censura, foi o destino desta crônica. Entre outros artigos proibidos, era distribuída aos sacerdotes por uma religiosa, Irmã Maria Stella, da Cúria Metropolitana. De acordo com o relatório da Polícia Civil de São Paulo, de 13 de setembro, “nele se observa a forma de sublimar visando colocar a população contra as autoridades, quando Lourenço Diaféria traduz máximas Latinas.”⁷⁹ A religiosa em questão, Maria Stella Coelho, em 1981 integrou a diretoria escolhida para a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em São Paulo. O encontro teve como tema *O processo de formação no “libertar para comunhão e participação”*. Seu nome também aparece na revista *Convergência*, da CRB, com textos que estimulavam a participação pública e que promoviam, a partir da organização da Igreja, projetos de mudança. Exemplar ali é o texto assinado pelo Frei Leonardo Boff e pelo Frei Clodovis Boff, intitulado *Povo, Comunidade Eclesial de Base, Libertação*⁸⁰.

Em 1978, o jornal *O São Paulo* noticiou que Lourenço Diaféria havia sido escolhido para participar do Conselho Consultivo do Secretariado da Não-Violência de São Paulo, pela própria diretoria da organização⁸¹. Estas informações não contemplam todo o trânsito político de Diaféria, mas são importantes para perceber como algumas

⁷⁹ Lourenço Carlos Diaféria. 12/03/81. Arquivo do Estado de São Paulo. Divisão de Informações - Deops. 52-Z-0-28547

⁸⁰ Um trecho exemplar deste artigo sobre as propostas das Comunidades Eclesiais de Base apresenta que: “Traz-se para dentro das CEBs toda a problemática que o povo sofre: desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho, falta de condução e outros serviços básicos. Então questiona-se no grupo as causas e as consequências de toda essa problemática. A CEB tem uma inegável função crítica, desmistificadora. Aprende-se aí a viver na verdade. Impossível continuar escondendo a verdadeira realidade social. Aí chamam-se as coisas por seus nomes. Exploração é exploração. Tortura é tortura. Ditadura é ditadura. As comunidades nesse sentido têm-se apropriado dos instrumentos de análise que até pouco tempo eram monopólio de grupos e grupelhos de iluminados: acadêmicos ou militantes. A grande Igreja institucional exerceu uma diacronia de maior qualidade conscientizando o povo de seus direitos e denunciando as injustiças.” Disponível em: http://crbnacional.org.br/acervo/1981/03_1981.OCR.pdf

⁸¹ Lourenço Carlos Diaféria. 12/03/81. Arquivo do Estado de São Paulo. Divisão de Informações - Deops. 52-Z-0-28547

de suas críticas, acessíveis a diversos públicos, eram entendidas pelos militares. Além de sua relação com os segmentos da Igreja Católica contra a ditadura, a relação com outros jornalistas, políticos e organizações civis possibilita uma leitura mais consistente do modo pelo qual o cronista compreendia o mundo, o governo e a própria produção de seus textos.

CAPÍTULO 2 - *HERÓI. MORTO. NÓS: ENTRE O ELOGIO E A AMEAÇA*

A atuação de Lourenço Carlos Diaféria foi além da redação da *Folha de S. Paulo*, e suas críticas à ditadura militar não passaram em branco. Em meio à reabertura política, o cronista se tornou alvo de um processo que durou três anos e mobilizou diversos grupos civis e militares. Em setembro de 1977, foi acusado de ofensa às Forças Armadas, por conta da crônica *Herói. Morto. Nós*, publicada durante a Semana da Pátria daquele ano.

Naquele contexto, a prisão de Diaféria não foi um caso isolado. A acusação de violação da Lei de Segurança Nacional – pois a crônica criticava a figura heroica do patrono do Exército, Duque de Caxias –, se encontrava na trama que visava o estabelecimento de liberdades democráticas no Brasil a partir de uma transição política lenta e controlada. O caso se tornou emblemático, contemplando debates sobre a liberdade de expressão, os direitos humanos e os rumos do país diante da reabertura.

A *Folha de S. Paulo* buscava evitar conflitos com o governo, mesmo que se propusesse a questioná-lo. Mas as mudanças e a própria figura de Cláudio Abramo não foram bem vistos pelos militares. No governo, o general Sylvio Couto Coelho da Frota, ministro do Exército, considerou-se diretamente afetado com a publicação da crônica, tornando-se o principal acusador de seu autor e aproveitando o caso para expor seus descontentamentos com o presidente em exercício, o general Ernesto Beckmann Geisel.

Entender a crônica *Herói. Morto. Nós*. fornece subsídios para compreender as acusações feitas por Frota e o pedido de prisão do cronista ao general Armando Falcão, ministro da Justiça⁸². O processo permite acompanhar os acontecimentos dentro do quadro governamental, em um momento de embates entre os próprios militares. A publicação da crônica de Diaféria desencadeou debates sobre o

⁸² Armando Falcão foi peça chave no governo de Geisel, do qual foi ministro da Justiça e também havia exercido o mesmo cargo na presidência de Juscelino Kubitschek. Embora suas falas chegassem à imprensa, ficou marcado pela resposta que dava aos jornalistas: “nada a declarar”. Em 1976 tornou-se protagonista da Lei Falcão, uma regulamentação das propagandas eleitorais no rádio e na televisão, evitando o debate político e as críticas ao regime em um momento onde a adesão ao MDB era expressiva e nociva aos encaminhamentos políticos da situação.

cerceamento da liberdade de expressão e as demandas para a reabertura política, dando a oportunidade de perceber em que medida aquele texto configurava, de fato, uma ameaça.

2.1 *HERÓI. MORTO. NÓS*

Nas crônicas assinadas por Lourenço Diaféria, em sua coluna no caderno cultural *Ilustrada*, eram recorrentes as leituras pouco elogiosas do modelo político vigente e a preocupação com os problemas urbanos, sociais e econômicos com os quais o autor se deparava. O caráter contestatório era presente. Nesse sentido, a crônica que serviu como estopim para o enquadramento do cronista na Lei de Segurança Nacional não estava muito distante de suas produções anteriores.

Durante a Semana da Pátria de 1976, Diaféria assinou uma crônica jornalística na qual as Forças Armadas eram postas em descrédito. *Reminiscência altamente cívica e ligeiramente militar* traçava a trajetória de um garoto que, após ter se tornado soldado, notou que “não passou nunca de um simples paisano que apreciava apenas desfilar ao som da banda”. Antes, a mãe do rapaz já havia pedido a um sargento, morador na vizinhança, que o filho não fosse recrutado. A respondado sargento, “deixe seu filho mostrar que não é um patife”, convenceu o jovem a servir ao Exército. No desfile do Dia da Pátria, destacava-se o quão incômodo era o peso do fuzil que o novo soldado carregava, com a ambiguidade que “peso” possibilita – tanto físico quanto moral. Contudo, agradavam-lhe os olhares das moças e os aplausos dos que assistiam. Mas notava que estar ali e servir às Forças Armadas não modificava aquelas pessoas; eram os mesmos que antes do fardamento.

A glória não percorria mais de quinhentos metros, embora devêssemos caminhar ainda outro bom pedaço, já sem aplausos e sem meninas, até alcançar os caminhões onde o armeiro nos recolhia os fuzis e os sorrisos, e todos voltávamos a ser o que sempre fôramos: rapazes de cabelo curto e alma cheia de sonhos. (FSP, 07/09/1976)

No texto, não há indício de promoção ou busca por cultivar um sentimento de simpatia pelas instituições militares, mesmo diante da comemoração da Independência. Se havia algum elogio, certamente era feito aos meninos que se dispunham a carregar os fuzis. O próprio

cronista havia sido um deles em sua juventude. A visão exposta não compactuava com a hierarquização pretendida por aqueles que estavam no poder.

Já em 31 de agosto de 1977, dia anterior à publicação de *Herói. Morto. Nós*, sob o título *Poetas? Olho da rua!*, Diaféria criticava o cerceamento da liberdade de imprensa e sua relação mercadológica. O poeta, descrito como alguém com capacidade intelectual maior do que as habilidades descritivas dos jornalistas, não tinha espaço no jornal comercial. Isto se agravava diante da censura política, por seu hábito de fazer questionamentos e, assim, necessitar de liberdade para se expressar. Vale lembrar que este também era o momento em que a notícia passava a ser o produto de maior interesse.

Em uma história na qual um poeta de Mauá, interior paulista, pedia ao cronista que publicasse seu texto sobre a bandeira nacional, Diaféria concluía que “a bandeira nacional, que tremula ao vento, meu caro, muitas vezes não passa de simples rima para palavras como momento, memento e desalento” e que “prova em contrário a praça não mais do povo e no céu o condor foi substituído por aviões de metal”; o desabafo final: “faça-se poesia com um barulho desses!”. O pessimismo em relação ao contexto, em que o nacionalismo se vinculava à exaltação dos militares, fazia parte de um rol de críticas correntes no período.

No dia 1º de setembro de 1977, a *Folha de S. Paulo* publicou a crônica *Herói. Morto. Nós*. Na mesma edição, havia uma propaganda da Semana da Pátria, patrocinada pelo governo; na página da crônica em questão, apenas a divulgação do Segundo Leilão Atalla, de bovinos reprodutores e matrizes, e duas reportagens. A crônica ocupava uma coluna inteira na extensão vertical direita da última página do caderno, sendo de fácil acesso (Figura 1).

A primeira reportagem da página dialogava com o cenário da mídia durante o regime. Sob o título *Os desafios da televisão*, o escritor Paulo Alberto Monteiro de Barros fez declarações sobre aquele meio, que ele “considera o principal fenômeno da década de 70”. Promovendo seu livro *Mevitevendo*, para o qual produziu crônicas críticas a este meio, o autor debatia o caráter mercadológico da televisão, tendo como alvo especialmente a *Rede Globo*. Afirmou que a televisão brasileira foi vitoriosa pela conquista de mercado, e que seria o momento de ser “questionada sobre o que fazer com esse mercado além da função de vender mercadorias”, fazendo-a contemplar outras necessidades. Indicava, para ampliação dos debates apresentados, que fosse “um sistema misto privado-público, complementando-se na tarefa de atender a expansão do mercado e na de produzir programas que as limitações de

mercado não permitem”. Sugeria debates políticos e culturais mais variados, como a questão da música, de interesse do autor, podendo-se expor não apenas as que faziam sucesso mercadológico⁸³.

A segunda reportagem publicada ao lado da crônica, *O preço do Brasil de Thomas Ender*, divulgava o livro do historiador Gilberto Ferrez, intitulado *O Brasil de Thomas Ender: 1817*. Além de criticar o alto preço do livro, elogiava a reunião das aquarelas do pintor austríaco,

⁸³ Nascido em 3 de janeiro de 1936, no Rio de Janeiro, Paulo Alberto Moretzsohn Monteiro de Barros utilizava o pseudônimo “Artur da Távola” em suas obras. Foi advogado, jornalista, político e escritor. Escreveu crônicas para jornais e as publicou também em livros. Produziu e apresentou programas sobre música erudita para televisão e rádio. E, em sua carreira política, foi Deputado Estadual do Rio de Janeiro, Deputado Federal de 1987 a 1985, e Senador da República entre 1995 e 2003.

que viveu apenas dez meses no Brasil. A promoção da obra era utilizada também para questionar o crescimento urbano do Rio de Janeiro e de São Paulo. O autor afirmava que, depois de observar as pinturas, há uma “sensação de tristeza”, decorrente da mudança da paisagem, e a necessidade de manter o que ainda havia de patrimônio histórico das cidades, “‘se as imobiliárias e alguns prefeitos deixarem’, como comentou uma jovem ao olhar os desenhos”.

Nesta página, entre críticas ao processo de modernização e mercantilização tanto dos meios de informação quanto da própria estrutura urbana, estava o texto de Lourenço Diaféria. Neste, elogiava um sargento que havia pulado em um fosso de ariranhas, no Zoológico de Brasília, para salvar uma criança, enquanto questionava a figura de herói de Duque de Caxias – Patrono do Exército e símbolo caro aos militares –, descrito como um objeto estático e sem aparente função social. Este foi o estopim do processo que mobilizou, além da empresa de comunicação, militares que estavam no governo e outras instituições civis. A *Folha de S. Paulo* teve a atenção não dos censores, mas do próprio ministro do Exército, General Sylvio Frota, naquele momento, possível sucessor do presidente Ernesto Geisel.

A literatura tem relações com o real, sejam elas mais ou menos diretas. Isto ocorre não apenas com personagens, cenário, falas; seu diálogo está em todos os aspectos. A crônica jornalística de Diaféria, por sua vez, referencia fatos. Cabe verificar onde e em que medida estão os diálogos com o jornal, para que não se caia em reducionismos que impossibilitam uma visão mais apurada da relação entre a crônica, o autor e os vínculos com os acontecimentos.

Em 31 de agosto de 1977, a *Folha* estampou na capa a notícia da morte de um militar, fotos dele e de um menino ferido, junto à chamada *Um drama no zoo de Brasília* (FSP, 31/08/77). O texto relatava que no zoológico de Brasília, o menino Adilson Florêncio da Costa, de 13 anos, havia sido atacado por uma ariranha, quando brincava perto do fosso dos animais, ali caindo. Foi salvo pelo sargento do Exército Silvio Delmar Hollembach, que passeava com a esposa e os filhos. O sargento faleceu, pois “sofreu mais de 100 dentadas e sua morte decorreu de infecção dos ferimentos (levou ponto em quase todo o corpo)”. (ver Figura 2).

A história trágica, apresentada com fotos do homem e do menino feridos, não teve repercussão apenas na *Folha*. A *Revista Manchete* trouxe, no dia 17 de setembro de 1977, a reportagem *Um herói no poço das ariranhas*, com as imagens do sargento morto e do menino ferido no hospital ocupando mais da metade da página, além de pequenas fotos de

familiares e do velório de Hollembach (Figura 3). O texto explicava, com detalhes, que um grupo de meninos visitava com frequência o lugar onde ficavam as ariranhas; entre eles, Adilson, que atravessou a grade do viveiro, em meio às brincadeiras. Seus colegas balançaram a grade, ele

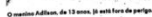
Diretor-Presidente: Octavio Frias de Oliveira • Ano LVI — N.º 17.682 • Um jornal a serviço do Brasil • São Paulo, quarta-feira, 31 de agosto de 1977 • Al. Barão do Limeira, 425 • Cr\$ 4,00

Morreu então no Hospital das Forças Armadas em Brasília o sargento Sílvio Delmar Hollebach, vítima de dentadas de seis aranhas de Zoológico local, quando salvava o garoto Adilson Florêncio da Costa, de 13 anos, que caíra no fosto dos mamíferos. O sargento sofreu mais de 100 dentadas e não conseguiu escapar da infecção dos ferimentos (levou pontos em quase todo o corpo).

O menor Adilson estava brincando no fim de semana à beira do fosto quando foi puxado por uma das aranhas, sendo imediatamente atacado pelos seis animais. O sargento Delmar chegou a socorrer o menino, mas não conseguiu salvá-lo, ficando-se com os mamíferos e conseguindo salvar o menino. Mas teve ainda que permanecer durante longo tempo em luta contra os bichos, até que escapou com a ajuda de funcionários do parque.

Adilson ficou no Hospital com ferimentos graves, mas está fora de perigo.

As ariranhas não são animais ferozes, mas atacaram o menino porque uma fêmea tinha dado cria a cinco filhotes e se sentiu ameaçada. Esta espécie de mamífero habita a Região Amazônica e se alimenta de peixes.



Com seu campus ainda tomado por forças policiais, apesar do ambiente de normalidade, a Universidade de Brasília encerra hoje o primeiro semestre letivo deste ano, permanecendo com as atividades acadêmicas suspensas até o próximo dia 12, quando as aulas serão reiniciadas.

Ontem, admitia-se na Reitoria da UnB que os policiais deixarão hoje o campus, em virtude das férias, sendo improvável sua volta no reinício das aulas, já que a situação na Universidade "é normal em todos os seus 35 departamentos, registrando-se elevada frequência de alunos".

Passados menos de três anos, o Corinthians volta ao campo do Morumbi (hoje, às 21 horas) para disputar, mais um título regional contra o mesmo Palmeiras que o derrotou na decisão do Campeonato Paulista de 1974. Só que agora, para esta final do 2º turno do campeonato desta ano, não são apenas os jogadores do Corinthians que fazem questão de afirmar que as coisas no clube estão bem diferentes. Há um otimismo que vem sendo apresentado fora de campo como a união de uma grande família e no campo com um futebol viril (segundo seu técnico Oswaldo de Oliveira, **ESQUEMA**).

A partir de amanhã, a passagem dos ônibus municipais estará custando mais caro: de Cr\$ 1,80, a tarifa subirá para Cr\$ 2,10. E já prevendo a falta de troco, a CMTC recomenda que o usuário utilize os passes, que valem tanto em seus ônibus como nos ônibus de empresas particulares.

A recomendação, no entanto, chegou um pouco atrasada: desde o início do mês, quando foram anunciados os aumentos de tarifas dos ônibus e do Metrô, as agências bancárias que vendem passagens receberam um afluxo de pessoas 50% maior que o normal.

O Campeonato Brasileiro está cada vez mais confuso. Ontem, no Rio, os presidentes de federações reunidos com o almirante Helene Nunes, da CBD, conseguiram chegar a um acordo quanto ao número de clubes que vai disputar o torneio.

Mas foi difícil: o número flutuou entre 62 e 66, no meio de muitas discussões. Acabou definido em 62, com a inclusão do Bangs, do Rio, e de XV de Novembro de Piracicaba. Surgiram comentários a respeito de soluções simplesmente políticas e os dirigentes paulistas limitaram-se a não gostar.

A alta de 0,4% registrada ontem pelo Índice Bovespa refletiu apenas a valorização dos principais papéis de segunda linha, já que as blue chips tiveram comportamento estável com mercado esfriado. No open market a liquidez voltou a níveis satisfatórios a partir da fácil negociação com cheques BB. A taxa para o overnight, ontem, foi em média de 2,7%.

“Creio na intenção democrática do processo revolucionário, mas me preocupa que os movimentos atuais possam servir de pretexto para retardos. Esse pretexto serviria a quem? A quem talvez estivesse interessado em provar que era uma lameridade qualquer tipo de aber-

Sucesso estadual
Em São Paulo, o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, espulso-se do cardinal, porém firmemente de oposição ao governador. Ele editou um jornal suscitando sua candidatura ao governo de São Paulo: "Não interpreto, não examino, não comento, não aprecio, apenas lêo", disse. PAG.

"Geisel é favorável ao pluripartidarismo"

Geisel deverá encaminhar hoje ao Congresso duas propostas, do orçamento da União para o próximo ano e do Orçamento Plurianual de Investimento para 1978/79/80.

Informou-se em Brasília que o total da receita orçamentária da União para 1978 deverá se situar em torno de Cr\$ 400 bilhões, dos quais aproximadamente Cr\$ 360 bilhões provenientes da receita do Tesouro e o restante de "outras

A despesa da União em 1978, em relação à lei orçamentária de 1977, cujos valores serão reajustados em setembro, deverá crescer 18 por cento para todos os ministérios, com exceção das áreas de saúde, educação e agricultura, que tiveram suas despesas reajustadas em torno de 22 por cento (exclusivo pessoal). PAG. 10

A legislação que restringe o direito de greve poderá ser utilizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema para pressionar a entidade

Rasale-se o sindicato dos empregados em que a lei considera ilegal a greve que vise a alterar condição de acordo ou convenção coletiva. "Salvo se tiverem modificados substancialmente os fundamentos em que se apolaram"; e considera que os "erros de cálculo" dos índices inflacionários de 1973/74 que serviram de base para os acordos daqueles anos alteram profundamente a situação.

O limite de abatimento com despesas de instrução vai "pelo menos dobrar" no próximo ano, segundo revelou ontem em Brasília o secretário da Receita Federal, Adilson Gomes de Oliveira, com o que deverá passar no mínimo Cr\$ 16 mil por pessoa. PAG. 1

Successão estadual
Em São Paulo, o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, esquiva-se — cardinal, porém firmemente — de comentar notícia publicada em um jornal sobre sua candidatura ao governo de São Paulo: "Não interpreto, não examino, não comento, não aprecio, apenas leio", disse. PAG.

O presidente Ernesto Geisel se mostrou favorável ao pluripartidarismo, chegando a assinar um manifesto que não deve ser considerado agora, não antes das eleições", disse ontem o Deputado Antônio Dias, da Acremista, depois de audiência de 20 minutos com o chefe da Nção no Planalto. Dias, que presidente da Assembleia Legislativa de Minas, fora convidar Geisel a participar da abertura de um fórum de debates.

Beguin não

**negocia
com a OLP**

* Ninguém pode acusar o sr. Menem de não falar claro. O sr. Menem, ele declarou que não negocia com os palestinos em hipótese alguma via OLP, Liga Árabe, delegação árabe conjunta, ou o que for, e que está disposto a ir à guerra para preservar a segurança oeste do Jordão e Gaza. Nenhum

Argumentável que a OLP também recuso a proposta americana de que cessasse a Resolução 242 do Conselho

proposta partiu de Jimmy Carter, um papo informal com a imprensa. Plains, Georgia. O Departamento Estado, confirmei hoje numa pergunta direta ao porta-voz de Vance, Hodd Carter III, propôs apenas que a OI aceitasse a 242 inteira (sic), ou se mantendo os palestinos na condição

De qualquer forma, deve ser óbvia essa altura que, se a OLP aceitar ou não a 242, a existência de Israel ou não, o Beguin considera incorporadas definitivamente a Israel o que ele chama "Judéia e Samaria", a margem ocidental do Jordão e Gaza, e que está disposto a desafiá-lo o presidente dos EUA, de qualquer maneira.

Cartier, até o momento, não deu menor indicio de que o raciocínio Beguin está errada. De jeito que ele será lembrado como o presidente mais fraco do país desde Coolidge, que, equivalência brasileira, seria Washington Luís.

O presidente da Iugoslávia, Josip Broz Tito, foi recebido ontem com uma manifestação como há muito não se via em Pequim para a recepção a chefes de Estado estrangeiro. O próprio presidente

O presidente iugoslavo ficará mais dias na China.

Figura 3 - Reportagem sobre o ataque das ariranhas na Revista *Manchete*



Fonte: Revista *Manchete*, 17 de setembro de 1977, p. 26.

caiu, e as seis ariranhas que estavam no local o atacaram. Atraído pelos gritos, o sargento, que passeava de carro pelo zoológico com sua família, quebrou um galho de árvore, salvou o menino, mas foi mordido e puxado à água do tanque. Quando Joel da Mota Oliveira, o técnico agrícola do zoológico, chegou para afastar os animais, Hollembach já estava muito ferido. O sargento ainda teria fornecido o endereço do Hospital das Forças Armadas, perguntado pelo menino e falado: “Não posso compreender – disse ele – como tanta gente ficou assistindo à minha luta desesperada sem prestar socorro”. O texto contava também com afirmações de políticos e um quadro sobre as características das ariranhas.

O acidente com o sargento, que não estava em horário de trabalho, chamou atenção de Diaféria, tornando-se o mote para sua crítica, ao considerar o sargento mais heroico que o patrono do Exército. O sargento aparecia na crônica como um herói morto entre nós, fazia jus ao título do texto e à construção feita pela mídia da época em torno de sua figura:

Não me venham com besteiras de dizer que herói não existe. Passei metade do dia imaginando uma palavra menos desgastada para definir o gesto desse sargento Sílvio, que pulou no poço das ariranhas, para salvar o garoto de catorze anos, que estava sendo dilacerado pelos bichos.

O garoto está salvo. O sargento morreu e está sendo enterrado em sua terra.

Que nome devo dar a esse homem?

Escrevo com todas as letras: o sargento Sílvio é um herói. Se não morreu na guerra, se não disparou nenhum tiro, se não foi enforcado, tanto melhor.

Podem me explicar que esse tipo de heroísmo é resultado de uma total inconsciência do perigo. Pois quero que se lixem as explicações. Para mim, o herói -como o santo- é aquele que vive sua vida até as últimas consequências.

O herói redime a humanidade à deriva.

Esse sargento Sílvio podia estar vivo da silva com seus quatro filhos e sua mulher. Acabaria capitão, major.

Está morto.

Um belíssimo sargento morto.

E todavia.

Todavia eu digo, com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias.

O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel - onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer- oxidou-se no coração do povo.

O povo está cansado de espadas e de cavalos.

O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar.

O povo quer o herói sargento que seja como ele: povo. Um sargento que dê as mãos aos filhos e à mulher, e passeie incógnito e desfardado, sem divisas, entre seus irmãos.

No instante em que o sargento -apesar do grito de perigo e de alerta de sua mulher- salta no fosso das simpáticas e ferozes ariranhas, para salvar da morte o garoto que não era seu, ele está ensinando a este país, de heróis estáticos e fundidos em metal, que todos somos responsáveis pelos espinhos que machucam o couro de todos.

Esse sargento não é do grupo do cambalacho.

Esse sargento não pensou se, para ser honesto para consigo mesmo, um cidadão deve ser civil ou militar. Duvido, e faço pouco, que esse pobre sargento morto fez revoluções de bar, na base do uísque e da farolagem, e duvido que em algum instante ele imaginou que apareceria na primeira página dos jornais.

É apenas um homem que – como disse quando pressentiu as suas últimas quarenta e oito horas, quando pressentiu o roteiro de sua última viagem – não podia permanecer insensível diante de uma criança sem defesa.

O povo prefere esses heróis: de carne e sangue.

Mas, como sempre, o herói é reconhecido depois, muito depois. Tarde demais.

É isso, sargento: nestes tempos cruéis e embotados, a gente não teve o instante de te reconhecer entre o povo. A gente não distinguiu teu rosto na multidão. Éramos irmãos, e só

descobrimos isso agora, quando o sangue verte, e quanto te enterramos. O herói e o santo é o que derrama seu sangue. Esse é o preço que deles cobramos.

Podíamos ter estendido nossas mãos e te arrancando do fosso das ariranhas – como você tirou o menino de catorze anos – mas queríamos que alguém fizesse o gesto de solidariedade em nosso lugar.

Sempre é assim: o herói e o santo é o que estende as mãos.

E este é o nosso grande remorso: o de fazer as coisas urgentes e inadiáveis – tarde demais. (FSP, 01/09/77)

A repercussão foi além do que usualmente se esperaria de uma crônica diária, ou seja, de um texto para ser lido no dia de sua publicação, sem maiores continuidades. Iniciava tratando o ato do sargento como uma ação que deveria ser louvada. Em tom de revolta, no diálogo com o leitor, apresentava sua reflexão acerca do ato daquele militar. Repetia a palavra *herói*, que acreditava ter seu significado bem colocado na atitude de Hollembach – embora a considerasse desgastada por ser utilizada também para qualificar figuras com pouca atitude em prol do bem comum. Ser caracterizado de tal forma ganhou relevância pelo fato de o personagem não estar armado, participando de guerras ou em ações militares. Tornava-se um herói justamente por sua atuação não ser vinculada à sua posição no Exército, mas pela atitude de coragem do homem comum diante de um semelhante.

Evidenciando e justificando sua preferência pelo sargento, Diaféria colocou heroísmo deste que salvou o menino diante de um comparativo. Ao elogiá-lo, criticava o herói institucionalizado representado pelo Patrono do Exército, Duque de Caxias. “Reduzido a uma estátua”, este não contemplava os anseios de uma população que vivenciava, em seu cotidiano, dificuldades econômicas e sociais em um período político de ditadura. Dificuldades das quais o Duque, por ser estático e supostamente superior, não partilhava com o “povo”. Por isso este “desgosta o herói de bronze, irretocável e irretorquível”, que não simbolizava possibilidades de esperança e mudança.

A partir desta questão, Diaféria descreveu a degradação física da estátua de Caxias, que passou a servir para a reunião de “ciganos e pombas ao entardecer”. A deterioração estava ligada ao esvaziamento do heroísmo. O povo, conclamado e defendido pelo cronista, era agente do

descaso, ele “urina nos heróis de pedestal”, afinal, “quer o herói sargento que seja como ele: povo”. O sargento Silvio, ao contrário, era o sujeito “incógnito”, cuja vida se assemelhava à de grande parcela da população. Ele havia salvado o menino que não era seu filho e agiu para um bem maior – seu sacrifício estava para além de um ofício. Como moral, o cronista apresentou o ato como um exemplo a um “país de heróis estáticos e fundidos em metal”, onde o heroísmo se vinculava às posições hierárquicas, e o próprio Duque servia como representante dos demais militares no poder e seu distanciamento dos problemas populares.

O homem comum também podia ser herói. Porém, o exemplo de que “todos somos responsáveis pelos espinhos que machucam o couro de todos” servia como crítica à acomodação, não em relação apenas à ação armada ou no âmbito da política, mas na ação cotidiana; Diaféria reivindicava que a sociedade agisse criticamente, tanto com políticos quanto com relação a outras instâncias, como o mercado.

Em defesa do sargento, afirmou que ele “não é do grupo do cambalacho”, que não estava entre os militares que assumiram o poder político. Assim, compreendia que as críticas deveriam ser voltadas não às Forças Armadas em geral, mas a determinado grupo dentro delas. A comparação e a forma de se expressar do cronista podem ser consideradas bastante ousadas, especialmente se levarmos em conta o fato de a crônica ter sido publicada em um dos meios de comunicação mais influentes do país. O herói de verdade seria o de “carne e sangue”, pois, além de presente, simbolizava esperança e igualdade, em oposição a uma hierarquia que não servia às necessidades da população e que não assumiria posturas como a do sargento.

A própria linguagem utilizada para enaltecer o sargento acaba por definir como seriam os outros militares: o “grupo do cambalacho”, de “revoluções de bar, na base do uísque e da farolagem”. O termo “revolução” tornava a qualificação diretamente dirigida àqueles que atuaram no que denominavam de “revolução de 1964”. O estabelecimento desta diferenciação torna-se nocivo, na medida em que o governo gerido pelos oficiais de alta patente, diferentes do sargento, vivenciava um momento de transição política e de ascensão dos questionamentos sobre seu desempenho. Na medida em que a atuação de um militar que se põe em pé de igualdade com um civil é louvada, a hierarquia necessária para a manutenção no poder passa a ser problematizada.

A crônica termina com o incômodo em relação à morte do sargento, como no início. Diaféria questionava aqueles que esperam que

a ação venha sempre do outro. O comodismo da sociedade – especialmente em “tempos cruéis e embotados” – era apresentado permeado pela revolta do cronista, desde a reclamação pelo reconhecimento do herói. Via na ação deste um exemplo da mudança que almejava, pois mesmo sendo militar, o sargento era considerado “povo” e, como tal, atuara em prol do bem comum. A não acomodação, elogiada e divulgada pelo movimento da Não-Violência, era importante para Diaféria.

Por outro lado, o texto servia como reflexão quanto à noção de uma sociedade com civis e militares integrados em defesa de um mesmo objetivo, ideia enfatizada no lema da Semana da Pátria daquele ano: *O Brasil é feito por nós*. Ocorria também que, na proximidade da comemoração, a propaganda da Semana dividiu, algumas vezes, a página com os textos de Lourenço Diaféria. Nela, ensinava-se a fazer um cata-vento verde-amarelo a ser utilizado no Sete de Setembro, para “girar livre como símbolo do dinamismo, do amor e da esperança desta grande nação.”⁸⁴. É provável que as ideias de “povo” bem como o “nós”, utilizadas na crônica tenham recebido influência da comoção que a propaganda oficial tentava imprimir. Percebe-se que a crítica da segregação entre civis e militares feita por Diaféria baseava-se no questionamento desta ideia.

A crônica dialogava com um evento de grande repercussão. No entanto, o uso que o cronista fez do ocorrido transformou seu texto em um ataque aos militares no poder, o que tinha grandes chances de se tornar um problema, tanto para o escritor como para a empresa de comunicação em que o texto foi veiculado – o que de fato ocorreu. Mesmo em se tratando de um texto literário, sua circulação e a leitura crítica que apresenta tiveram reverberação social, não apenas no que tangia aos problemas jurídicos pelos quais o cronista passou, mas em relação ao próprio uso político do texto, o que contribuiu para fosse alvo da denúncia.

⁸⁴ Inclusive era recorrente avisos da “Loja da China”, um comércio paulista, anunciando a venda de cata-ventos, “símbolo dos festejos comemorativos da Semana da Pátria.”. Na cobertura dos festejos, um dia após a comemoração da Independência, há um quadro dedicado ao idealizador do símbolo escolhido naquele ano. Explicava, inclusive, que a escolha era decorrente de um concurso promovido pela Assessoria de Relações Públicas, cujo ganhador era o capixaba Alfredo Marins Filho, um “ex-indianista e atualmente secretário particular do deputado José Cardoso Dutra, líder do MDB no Amazonas” (FSP, 08/09/77)

No mesmo dia, na página dois da *Folha*, o editorial também se referia ao ataque das ariranhas. Com o título *O Humilde Grande Exemplo*, o texto apresentava uma compreensão do sargento semelhante à de Diaféria. O heroísmo, contudo, era visto de forma diferente:

O sargento que, em Brasília, sacrificou a própria vida para salvar um menino que caíra num fosso de ariranhas, merece um preito especial de reconhecimento. Não se trata apenas de enaltecer a memória de um humilde soldado que se lançou a uma tarefa muito acima da linha do dever, em horas de folga em que passeava com a família. O importante a salientar é o exemplo de solidariedade humana que o modesto servidor das Forças Armadas nos dá a todos.

Esse episódio, aparentemente pequeno, em que pese sua dramaticidade, ocorre a apenas alguns dias do início das comemorações da Semana da Pátria, quando os brasileiros são chamados a confraternizar, sob o lema “O Brasil é feito por nós”. Ocorre também em meio a momentos difíceis, nos quais a Nação busca seus rumos e quando não falta quem, impatrioticamente, procure antagonizar civis e militares. Ao perder a vida, salvando outra, o sargento Silvio Delmar Hollembach transformou-se em personagem de um ato de heroísmo que muitos de seus camaradas praticam, às vezes obscuramente, no dia-a-dia da vida profissional e que nos fazem credores do respeito e da consideração de todos os concidadãos.

Antes de morrer, no Hospital das Forças Armadas de Brasília, o sargento Hollembach não lamentou sua atitude. Lamentou apenas que dezenas de pessoas tenham assistido à luta mortal que travou com os animais, sem nada fazer.

Seu sacrifício adquire, portanto, neste momento, uma dimensão maior, na medida em que morreu fazendo um apelo à união em torno de um sentimento que está acima de eventuais divergências e ressentimentos: um apelo à solidariedade humana, tantas vezes esquecida na conturbada sociedade brasileira (FSP, 01/09/77).

Diferentemente da crônica, o editorial do jornal defendia uma possibilidade de conagração entre civis e militares ou, mais do que isso, um “apelo à união”. Nesta leitura da situação, não havia divergências entre agrupamentos militares, e o sargento servia como exemplo do todo. Enquanto na crônica era criticada a acomodação, no editorial alertava-se contra aqueles que “impatrioticamente, procurem antagonizar civis e militares”⁸⁵.

Chama atenção o fato do texto utilizar o *slogan* da Semana da Pátria como forma de justificar a integração entre as duas esferas. É interessante notar que o governo financiava os espaços nos periódicos nos quais eram veiculadas as propagandas, em geral com destaque.⁸⁶ Nesse sentido, compreendemos que, mesmo diante da reestruturação do jornal, a aproximação com o governo era algo presente. Afinal, determinadas mudanças como as apresentadas não transformavam o caráter político e todas as relações do jornal, mas declaravam seu descontentamento com determinados aparatos, em um momento de questionamento, pautado pela reabertura política.

Ainda sobre a reverberação nas páginas da *Folha*, o caso repercutiu nas cartas dos leitores. No dia 2 de setembro de 1977, o jornal imprimiu a carta de Artur César Bastos, da cidade de Santos, em São Paulo, intitulada *Exemplo raro*. Nela, o leitor do jornal, não fugindo à comoção corrente, elogiava a atuação do sargento:

O teor da misantropia do meu sangue baixou quase a zero quando li, nessa “Folha”, a notícia do ato heroico praticado pelo sargento Silvio Delmar Hollembach. Jogou-se num tanque onde se

⁸⁵ Neste momento, além de críticas como as do cronista que questionavam a atuação militar, aconteciam também casos que evidenciavam a clivagem entre reivindicações civis e gerenciamento militar. Exemplo significativo é a invasão da Universidade de Brasília, sendo que o policiamento esteve presente no campus desde julho de 1977, quando estudantes pediam liberdades democráticas e o fim do cerceamento ao movimento estudantil. (FSP, 07/07/77).

⁸⁶ Vale apresentar que, demonstra Beatriz Kushnir (2004): “O que se nota algumas vezes, contudo, é que as relações no interior da imprensa e sua expressão externa (o jornal, a revista, o periódico etc.) refletem as tramas sociais e de poder intrínsecas àquela conjuntura. É claro que esse tipo de “conversa” da imprensa com o poder de Estado vem desde remotos tempos tanto no Brasil como forra dele. Vale destacar que, no Brasil, as empresas de comunicação tem quase sempre no governo suas principais contas publicitárias, tornando esse diálogo, no mínimo, permissivo.” (p.214)

encontravam seis ariranhas, mamífero semelhante à lontra, de enormes e pontiagudas presas, para salvar a vida de um desconhecido, o menino Adilson, de 13 anos, que brincando muito perto dos animais, acabou sendo abocanhado por um deles e teria sido dilacerado não fora o ato de suprema abnegação do sargento Silvio Delmar. Lutou bravamente com os seus animais, salvou o menino, mas só pôde ser retirado do tanque depois de ser violenta e mortalmente mordido. Sacrificou sua vida em venerável holocausto de algo que no mundo moderno, cada vez mais de apaga: solidariedade humana! Por maiores que sejam as honrarias póstumas que lhe forem prestadas pela sua corporação, nenhuma se poderá comparar o sentimento de nobre orgulho com o que seu ato galardoa os corações de sua esposa e de seus filhos. Concitamos o MEC, os clubes de serviço, as associações filantrópicas e a imprensa a fazer com que o ato profundamente humanitário do Sargento Silvio Delmar seja celebrado em todas as escolas do País como uma grandiosa lição de Moral e de Civismo. Concitamos o Governo, por intermédio do órgão competente, a conceder à viúva uma pensão suficiente para poder educar seus filhos e viver com a dignidade a que a esposa de um herói faz jus (FSP, 02/09/1977).

A carta, mesmo reivindicando a qualificação de herói ao sargento, como fez Diaféria, parte de uma noção semelhante à do editorial. Vale considerar que esta passou por uma seleção da própria direção do jornal e se firmava como parte de um discurso que não compartilhava da leitura do cronista. Apresentando o ato como representação de uma almejada “solidariedade humana” e sem incitar quaisquer modificações ou contraposições que pudessem ser lidas como críticas ao regime, demonstrava-se crente no sistema do governo ao afirmar que o salvamento do menino fora “uma grandiosa lição de Moral e de Civismo”.

O fato foi apropriado de formas diferentes, no mesmo impresso, servindo a duas interpretações com implicações políticas distintas. Na primeira, o sargento era diferente dos militares que assumiram o governo, representava não as altas patentes, mas o povo, pondo estas duas esferas em contraposição e deixando evidente a negatividade da

hierarquização. O ato heroico seria, assim, uma ação independente do uso da farda. Na outra leitura, o sargento era equiparado aos militares de forma geral, que estariam a serviço da população e, mais do que isso, eram povo. Tentava-se manter uma relação pacificadora e positivar a atuação dos militares na política, ao mesmo tempo em que a crônica propunha um rompimento e uma visão crítica da estrutura social e política do momento.

2.3 O INCÔMODO DE SYLVIO FROTA: AS PRIMEIRAS IMPLICAÇÕES DA CRÔNICA

A inserção de novas perspectivas na *Folha de S. Paulo*, sob o comando de Cláudio Abramo, bem como questionamentos sobre as ações e a legitimidade dos militares no poder, colaborou para que *Herói. Morto. Nós.* se tornasse o estopim de uma crise entre o jornal e o governo. Isto ocorreu quando, por pedido do ministro do Exército, general Sylvio Frota, foi aberto um inquérito para o enquadramento de Lourenço Diaféria na Lei de Segurança Nacional.

Uma das fontes mais significativas sobre a trama é o livro de memórias de Frota, intitulado *Ideais Traídos*, publicado em 2006. Nele, os encaminhamentos decorrentes da publicação são apresentados como uma das atuações finais de sua trajetória no governo e, mais do que isso, como ato que reiterava a quebra de expectativas com os propósitos da chamada “Revolução de 1964”. A crítica do cronista ao Duque de Caxias, Patrono de sua Arma, não passou impune, e o desencadeamento do processo fez emergirem seus descontentamentos com as mudanças no cenário político, com as liberdades da mídia e com a atuação de Geisel na presidência.

Sylvio Frota foi um dos expoentes do que veio a ser denominado “linha-dura”. De acordo com Thomas Skidmore:

Fora também ativo conspirador contra o presidente João Goulart, e em dezembro de 1968, foi um dos principais defensores do aumento da repressão. Em 1972 assumiu o comando do Primeiro Exército, onde, curiosamente, foi um infatigável adversário da tortura, atitude pouco comum para um comandante militar naquele período. Em maio de 1974, foi nomeado ministro do Exército, em substituição à escolha original de Geisel, o general Dale Coutinho, famoso linha-

dura que morreu dois meses após assumir o posto (1989, p. 385).

Mesmo diante de questões voltadas ao campo político, acreditava que se portar como militar era o caráter mais importante nas ações. Segundo seu filho, “achava que o pensamento do Exército era um espelho das aspirações de nosso povo e que sua intervenção na vida política do país, quando as grandes causas nacionais estavam ameaçadas por maus governantes era válida e necessária” (FROTA, 2006, p. 22). Por isso, apoiou os movimentos militares de 1930, 1945, 1954 e 1964, sendo, ainda segundo seu filho, um “democrata convicto”, que reconhecia que “muitas das bandeiras levantadas pelos marxistas, contra as injustiças sociais principalmente, fossem procedentes”, mas “não concordava com as soluções por eles apresentadas” (FROTA, 2006, p.22-3). Sua oposição se dava em relação ao estabelecimento do comunismo como forma de governo.

Nesse sentido, Sylvio Frota demonstrava receio em relação a qualquer movimento considerado subversivo. A crença em estar defendendo a ordem era evidente e, em consequência disto, assumia os conflitos de forma passional.

Frota acreditava que o Brasil corria perigo iminente de subversão comunista. Considerava a liberalização uma artimanha para facilitar a vida dos subversivos, muitos dos quais, segundo o ministro, já haviam infiltrado o MDB, a Igreja e todas as demais instituições básicas. Dessas idéias nunca fez segredo, já que as enunciava publicamente sempre que se apresentava a ocasião (SKIDMORE, 1989, p. 385).

Na década de 1970 o momento de transição para a reabertura foi imediatamente malvisto pelo então ministro do Exército. Denominava, pejorativamente, os que estavam no exercício do poder, vinculados ao presidente Geisel, de “grupo palaciano” e “grupelho” (FROTA, 2006, p. 428). Sua crítica se dava por acreditar que não honravam os valores “revolucionários” e que, especialmente naquele momento, agiam como políticos em jogos de interesse, o que não condizia com a postura militar.

Devido ao seu vínculo com a chamada “linha-dura”, recebeu certo apoio à sua candidatura à presidência. Enquanto isso, Geisel acompanhava seus movimentos políticos por meio do Serviço Nacional

de Informações (SNI), que estava sob o comando de João Batista Figueiredo. Segundo Frota, o ímpeto de ser o presidente não foi algo pessoal:

Nunca disse a ninguém que me julgava presidenciável – nenhum homem de dignidade afirmaria o oposto, porque mentiria – no entanto fui assediado, sob uma série de argumentos, por amigos, colegas e políticos, para que me manifestasse favoravelmente neste sentido. Jamais veleidades presidenciais sensibilizaram-me. Mas, poderia agasalha-las, sem que isto constituísse um crime; outros o fizeram (2006, p. 452).

A questão da sucessão teria lhe causado grande incômodo; confiara na palavra de Geisel, que o assunto não seria tratado naquele ano (1977), destinado à administração. Afirmou que Geisel teria feito “insistentes declarações de que o problema sucessório seria tratado em 1978” (p. 431), chegando a desautorizar o lançamento de nomes, como foi exposto na própria *Folha de S. Paulo* (FSP, 20/07/77). Mas isto não ocorreu e o ministro considerou que, “com habilidade e hipocrisia”, as intenções foram disfarçadas com o objetivo de manter aquele grupo no poder. Para isso, teriam usado de ligações com políticos, da relação amistosa com a imprensa e outros meios de favorecimento. Na narrativa de Frota, no “ambiente de intrigas e ambições”, o esforço se concentrou em atacar os possíveis candidatos.

Caso exemplar foi a festa do deputado Amaral Netto, em maio de 1977, à qual compareceu, da mesma forma que outros ministros, como Hugo Abreu e Armando Falcão. Mas foi sobre Frota que a reportagem da revista *Veja* afirmou que circulava no salão com “ar presidenciável” – situação que o ministro considerou não ter sido posta em vão em tal veículo, e que, mesmo negando a veracidade, criou uma situação conflituosa com o presidente (FROTA, 2006, p. 429-30).

A *Folha* indicou que as candidaturas de Frota e Figueiredo seriam as mais exequíveis entre todas, pois, de acordo com parlamentares, representariam “duas pontas do iceberg sucessório” (FSP, 19/07/77). Mesmo mantendo a disputa entre militares, havia projetos e compreensões de política distintas. Frota estaria mais inclinado a ter apoio de grupos mais conservadores e do partido da Aliança Nacional Renovadora (Arena). As simpatias que angariava teriam sido incômodas aos planos de Geisel. De acordo com Skidmore:

A campanha de Frota estava em pleno andamento, com uma ala de parlamentares rufando os tambores do Congresso, procurando atraí-los para sua candidatura. Em julho, criticou publicamente a estratégia do governo Geisel, especialmente em relação aos subversivos. Em setembro, o general Jayme Portella, ex-chefe da Casa Militar de Costa e Silva, juntou-se às forças de Frota para ajudar a coordenar o apoio militar. A esta altura, informava-se que pelo menos 90 parlamentares estavam comprometidos com a candidatura do ministro do Exército. Os jornais especulavam até quando Geisel toleraria aquele espetacular desafio à sua autoridade (1989, p. 386).

Naqueles dias, a *Folha de S. Paulo* publicou: *Correio Braziliense suspende pesquisa sobre a sucessão*. Vinda da sucursal de Brasília, a notícia relatava a suspensão da enquete entre deputados e senadores para verificar a preferência quanto ao próximo presidenciável. Já haviam sido entrevistados 267 dos 422 congressistas, através de uma lista com 15 nomes, entre eles, os de João Figueiredo e Sylvio Frota. O corte ocorreu por “razões de Estado que ultrapassam a nossa compreensão e forças que vão muito além da nossa capacidade de decisão, obrigam-nos a desistir da pesquisa (...). As urnas contendo os votos de 267 parlamentares foram recolhidas a local que nós mesmos ignoramos.” (FSP, 08/08/77). O diretor do jornal, Edilson Cid Varela, comunicava que a suspensão decorrera de decisão interna, por conta da repercussão e da possibilidade de desencadear uma crise, não denunciando qualquer ação do governo.

Para Sylvio Frota, João Figueiredo não estava entre os mais populares nesta pesquisa. A colocação rememorada pelo ministro do Exército era: “na primeira colocação, Magalhães Pinto, na segunda, os votos em branco, na terceira Frota, na quarta, se não me engano, Euler, na quinta Figueiredo, com muito poucos votos” (2006, p.442). Para Frota, a divulgação destes dados seria muito prejudicial à manutenção política esperada por Geisel, justificando sua proibição.

Voltando à reportagem, destacava um diálogo entre o repórter e o ministro da Justiça, Armando Falcão, publicado dois dias antes da nota de desistência de publicação da pesquisa:

- Ministro, o que o sr. acha da eleição simbólica que está sendo feita pelo “Correio Braziliense”?
- Não falo em eleições. Só daquelas em que eu votar. E sucessão só depois de janeiro.
- Mas ministro, há comentários de que o sr. está tomando providências para proibir a divulgação do resultado?
- Nego. Não pensei nisto. É boato.

Em meio a esta situação, quando *Herói. Morto. Nós.* foi publicada, em 1º de setembro de 1977, Frota relatou que estava no Rio de Janeiro, para receber as relíquias do Duque de Caxias. Como fosse a Semana da Pátria, disse ter tomado conhecimento do texto apenas no dia 5 de setembro, em Brasília, quando oficiais lhe informaram, “em polvorosa”, sobre a publicação. Julgou-a demasiadamente provocante e elaborada por uma “mente doentia, transbordante de frustrações, ferina em relação aos militares” (FROTA, 2006, p. 475-6). A reação negativa, diz, era coletiva dentro do Exército, onde a indignação em relação à publicação havia se espalhado e tornado necessária uma resposta imediata.

Devido a esta comoção e ao poder político e militar que tinham, Frota constatou que “ânimos aquecidos no Exército são perigosíssimos, especialmente nos casos em que a instituição é achincalhada, como o foi. Qualquer faísca criará a labareda inicial do incêndio, que pode alastrar-se pela floresta” (2006, p. 477). Os militares tinham ciência de seu potencial violento e de que sua atuação neste âmbito não era rara nem restrita. No mais, o ministro deixava explícito que tais posturas não necessitavam de respaldo jurídico, justificando-se apenas pelos “ânimos aquecidos”. Defendia, no entanto, que a solução seria tomar medidas enérgicas para resguardar a instituição e a manutenção de sua respeitabilidade, afinal, o caso já tinha grande repercussão. Vendo em sua ação acusatória uma forma de conter os mais exaltados, Sylvio Frota não se considerava radical.

Foi de comum acordo com seu consultor jurídico, Nelson Pecegueiro do Amaral, que decidiu efetivar o processo contra o cronista da *Folha de S. Paulo*. Para isto, entrou em contato com o Ministro da Justiça, Armando Falcão, que disse não conhecer a referida crônica. Frota mantinha forte desconfiança, tanto de jornalistas, quanto com qualquer possibilidade de fuga dos valores que haviam orquestrado o ato de 1964. O caso de Diafêria não era a primeira crítica pública que estava prestes a passar impune juridicamente e o Exército era muito caro ao seu

ministro, tanto que afirmava, em tom de ameaça, que, “se não surtisse efeito mais esta tentativa de atuar através dos tribunais, eu me considerava liberado para seguir outros caminhos, porquanto não poderia permitir que se enxovalhassem o Exército e seus chefes impunemente” (2006, p. 477). Caminhos que iriam de encontro à faísca que se tornaria fogo, tomando proporções maiores e sem controle.

Sylvio Frota, figura bastante emblemática do regime, deu o primeiro passo no encaminhamento do processo de acusação do cronista e enviou aos comandos do Exército um telegrama, logo que soube da publicação de *Herói. Morto. Nós..* Encaminhou as providências para coibir a “cavilosa campanha de desmoralização e responsabilizar, perante a lei, seus autores”. Além disso, pedia para os que receberam o comunicado que dessem “conhecimento deste telex a todos os seus comandados, recomendando-lhes mantenham-se serenos e disciplinados, porquanto o ministro saberá, como o primeiro atingido, repelir qualquer ofensa ao Exército” (2006, p. 484) Frota se postou como se fosse o “primeiro atingido”, considerava-se a personificação do Exército. Aparentava ver na publicação de Lourenço Diaféria a síntese de seu descontentamento com o cenário de reabertura.

O presidente Geisel foi comunicado apenas no dia seguinte, 6 de setembro de 1977, que o processo seria efetivado. Naquele momento, Sylvio Frota, incomodado pelo fato de o presidente não ter se manifestado sobre a publicação no jornal, perguntava sobre a possibilidade perniciosa de que a crônica tivesse incitado a opinião pública contra o Exército. Considerando as diferenças entre os dois militares, a confirmação de que o presidente havia lido o texto, sem ter iniciado uma ação de inibição, deixou o ministro visivelmente descontente e reiterou suas divergências políticas. Nas suas palavras:

Aguardei que o presidente dissesse algo a respeito, pois além de general era o comandante supremo das Forças Armadas – entre as quais, logicamente, estava o Exército –, título que alardeava sempre que queria auferir vantagens. Entretanto, manteve-se em silêncio. Caxias era uma figura do passado, não havia por que criar problemas com a imprensa. Assim deve ter pensado ele, um adepto do pragmatismo responsável, nada infenso às esquerdas conforme, em certa ocasião, declarou-me (FROTA, 2006, p. 478).

Frota viu um descaso com a manutenção da imagem dos militares; afirmou, inclusive, que os jornais eram lidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e que o cronista deveria ter sido autuado logo que viram seu texto. Como isto não ocorreu, acreditava que os próprios partícipes do governo permitiram a difusão da publicação. Consequentemente, sentia-se atacado, perseguido e traído, já que a “revolução” lhe era de suma importância. Concluía que a liberação ocorreu por “insensibilidade cívica ou pelo interesse incontido de gerar problemas no Exército” (2006, p.478). Ao final, avisou o presidente de sua pretensão sobre o processo e se retirou, sem aguardar resposta.

Na mesma data em que comunicou o presidente, Frota solicitou ao ministro Armando Falcão que o cronista fosse enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Em sua correspondência, disse que a crônica publicada na *Folha* tratava “com maior desrespeito e ironia o vulto insigne do Duque de Caxias e conclamando a opinião pública a menosprezar os heróis nacionais e as Forças Armadas” (2006, p.485); além de participar de uma gama de publicações depreciativas e insultuosas sobre o Exército.

Nesse sentido, preocupado com os propósitos do movimento militar, compreendia que tais fatos, julgo, configuram uma solerte campanha de desmoralização do regime, cujos atos, passados e presentes, são deformados no talante dos seus disseminadores, a maioria dos quais comprometidos com o processo, em curso, de descrédito da Revolução (FROTA, 2006, p.485).

O texto de Diaféria foi usado como alvo de um problema maior, pois a mobilização em torno da crítica negativa ao regime era corrente naqueles anos, bem como a preocupação em manter sua margem de legitimidade. Por isso, o ministro Sylvio Frota se mostrava empenhado em promover a continuidade do governo militar. Assumia que esta não era a primeira denúncia que encaminhava ao ministro da Justiça e que as anteriores não tinham se efetivado da forma como desejava. O caso de Lourenço Diaféria aparecia, desta forma, como representante de um escopo maior de descontentamentos com uma liberdade de expressão que, aos olhos de Frota, expandia-se. A impunidade lhe era inadmissível, por isso, criticava Geisel, que “obliterara as sensibilidades militares, se é que as teve realmente algum dia, em proveito de seu prestígio político” (2006, p. 478). Esta “sensibilidade militar” tornava os

propósitos de manutenção da ordem tão essenciais para ele. E isto era problemático, na medida em que, no momento de reabertura, via a reafirmação da “revolução” como mais importante do que qualquer legitimidade pública ou possibilidade de transição para uma democracia participativa.

Sua postura – e a que cobrava daqueles que estavam no poder – deveria ser a de militar antes de político. Não havia, para ele, como estar sintonizado totalmente com os dois perfis e o embate travava-se a partir do momento que aqueles se consideravam mais aptos que estes. Foi nesse sentido que apresentou o cerne de sua crítica a Geisel:

O político e o militar – formados para viver em ambientes profissionais dessemelhantes – têm, forçosamente, de usar técnicas de vida diferentes. Seus instrumentos de ação, não raro, são antagônicos e suas formas de solucionar questões, bem diversas. A conciliação integral entre as duas mentalidades, encarada num sentido lato, sempre me pareceu irrealizável.

O político instala-se na acomodação para resolver seus conflitos; cede aqui, porém invariavelmente tomará algo ali, em compensação.

O militar obstina-se na dominação e, normalmente, não transige.

Seus problemas resolvem-se pela imposição.

O sofisma – mentira eufêmica ou verdade desvirtuada – tem largo emprego na acomodação, ao passo que é repelida nas soluções castrenses. No choque desses valores e concepções realça-se o desajuste de procedimentos.

O militar político defronta-se, pois, com o dilema: ou decide de acordo com os preceitos de sua educação militar ou, abandonando-os, adota solução política vantajosa (FROTA, 2006, p.479).

Para o ministro do Exército, o presidente tinha uma conduta pouco condizente com a de um militar. Deixar impunes os que criticavam a instituição ou mesmo buscar acordos com civis iam contra a resolução pela imposição. Para Frota, tais acordos e a própria irrelevância com que tratou a publicação da crônica de Lourenço Diaféria vinculavam-se a uma postura mais maleável – por isso, aparentemente pouco confiável – como a de um político, que considerava pautada pela acomodação e jogos de interesses. Mas esta

conclusão tinha implicações para além diferenciação entre os dois perfis. Para ele, a crônica de Diaféria tinha dupla implicação: agia contra os militares e contra o governo, duas esferas diferentes, mesmo que naquele momento estivessem unidas. Como nenhuma autoridade manifestou indignação em relação à crônica, concluía: “pensavam todos como políticos” (FROTA, 2006, p. 479).

O caso ganhou maior dimensão por conta dos acontecimentos daquele momento. Perpassou os embates dos projetos militares na reabertura política, representados por Geisel e Frota; e as tensões estabelecidas em uma das maiores empresas de comunicação, em decorrência tanto do processo político quanto dos interesses econômicos em jogo. O percurso decorrente da denúncia do ministro mostra um quadro rico de informações e conexões entre civis e militares, diante de uma transição política bastante contraditória. Além de expor o potencial de um texto literário que, mesmo supostamente efêmero, tem notória expressividade na medida em que evidencia relações e experiências de seu contexto.

No dia 7 de setembro, Lourenço Diaféria assinou a crônica intitulada *As pedras, as flores, o povo na rua*⁸⁷. Nela, trazia a resposta de dois leitores à situação decorrente da publicação de *Herói. Morto. Nós..* Entre um elogio e uma crítica, o cronista apresentou as duas formas mais evidentes de compreender o embate daquele momento. A primeira era a carta do leitor José, que o acusou de usar o evento com Hollembach de forma negativa: “teve até a coragem de explorar a morte do sargento do Exército no poço das ariranhas, fazendo um elogio com a mão direita e com a esquerda (que é comum nos jornalistas) cutucar o governo com vara curta. Isto é de amargar.”. Continuou dizendo que o governo era benéfico enquanto os jornalistas apenas mentiam e alarmavam a população, “somente para vender jornal, coitado do povo” (FSP, 07/09/1977).

Na sequência, a carta de Francine, comovida com o que foi escrito sobre o sargento, preocupada com sua família após o acontecido e elogiosa em relação à qualificação de herói usada por Lourenço Diaféria. Ele terminou a crônica com sua conclusão sobre estas duas cartas:

Veja como são as coisas, José: apesar de você não acreditar que o Corintians será campeão, sua carta não foi para o cesto. Uma das lições que a vida

⁸⁷ Alguns trechos estão ilegíveis na versão disposta no acervo.

nos ensinou é que o sol da liberdade não se tapa com peneira. Foi para que suas ideias e seus pontos de vista, como a generosa mensagem de dona Francine, possam ser publicados numa coluna de jornal, é que Dom Pedro proclamou a independência por coincidência nesta Cidade onde se misturam os sonhos de todo o País.

Costuma-se dizer que a liberdade é uma chama. Pois bem: não há chuva ou mau tempo que apague essa chama, quando ela está acesa em nosso peito, e puder arder como fogo vivo. De modo que assim como o povo, ao sair hoje às ruas, pretende viver a liberdade, nós a cultivamos todos os dias, às vezes sob a intempérie, para que a voz do leitor não murche.

É o que eu penso, é o que desejo (FSP, 07/09/77).

Mesmo que a primeira carta tivesse uma posição contrária ao cronista e à própria atuação dos jornais, Diaféria demonstrava que a apresentação de críticas fazia parte da liberdade de imprensa. O evento do Sete de Setembro deveria servir à reflexão nesse sentido. A Independência, naquele contexto, significava a liberdade e a manutenção de um espaço em que a voz da sociedade fosse ouvida, em oposição aos aparatos repressivos do regime.

Na *Folha* do dia seguinte às comemorações, foi publicada uma manchete com a frase do general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército: “*São Paulo está em pé pelo Brasil*”. No interior, a reportagem sobre o 155ª dia da Independência: *Dia da pátria, recorde de público nas ruas*. 11.500 civis e 3.000 militares, de acordo com os dados oficiais, marchavam juntos em comemoração ao dia cívico, na Avenida Tiradentes. Com a tentativa de criar uma imagem de união, a Parada Militar aceitava a participação de civis, fazendo jus ao título *Desfile da integração*. Estudantes universitários, por exemplo, receberam “agasalhos esportivos e abono de faltas” para participar. Mesmo com o tom de congregação e paz, uma foto de um tanque de guerra chamava atenção, com a legenda – ou aviso: “o Exército mostrou suas poderosas armas blindadas”. Na sequência, sob a chamada *A cidade e o País em dia de grande festa*, o cata-vento e fotografias do desfile ganhavam espaço. Em meio às festividades, eram desenhados os primeiros traços do processo contra Lourenço Diaféria (FSP, 08/09/77).

No dia 9 de setembro – três dias após enviada a carta para Armando Falcão, véspera do Dia da Imprensa –, a *Folha de S. Paulo*

publicou um comunicado de Sylvio Frota sobre a atuação dos jornais. Além da exposição do ministro, o jornal se pronunciou por meio do editorial. Seguindo esta ordem, temos, sob o título *As acusações aos jornais, na nota do ministro Frota*, a seguinte leitura dos acontecimentos:

O Ministério do Exército divulgou ontem em Brasília a seguinte nota oficial à imprensa:

“O Ministério do Exército, ante as públicas e notórias aleivosias lançadas aos militares, vê-se na contingência de expedir a seguinte nota:

“Os jornais têm divulgado, constantemente, matéria que, direta ou indiretamente, visa a atingir o Exército, emitindo referências depreciativas e, não raro, insultuosas, contra seus integrantes de todos os níveis da hierarquia, deformando fatos e enodoando-lhes a imagem, construída ao longo de um passado de lutas e idealismo pelo bem do país.

“À aproximação da Semana da Pátria, e mesmo no seu início, intensificaram-se publicações, sob formas diversas, configurando uma campanha de agressão às Forças Armadas e de descrédito da Revolução. Procuram seus promotores, em última análise, denegrir a reputação do Exército para incompatibilizá-lo com a Nação.

“Entretanto, tal propósito jamais será alcançado, pois somente a fé púnica ou o desconhecimento de sadia formação do militar, podem conduzir alguém a admitir tenhamos atitudes desumanas ou reprováveis” (FSP, 09/09/77).

A nota foi redigida no dia 7 de setembro. Para Frota, era perigosa e irresponsável a atuação da mídia. Tendo em vista seu potencial de formadora de opinião, o esforço durante a reabertura política em questionar o governo era um problema a ser enfrentado. Desde a publicação da crônica *Herói. Morto. Nós.*, esta foi a primeira vez que aparecia publicamente uma sugestão da acusação ao jornalista na *Folha*.

A preocupação com a manutenção da legitimidade dos militares era algo preocupante, pois, por ser um regime instaurado após um golpe de Estado, não tinha a aceitação da maioria pelo voto. Tentava-se criar, ao menos, uma ideia de que estava sendo coerente com algumas demandas da população, mesmo que não tivesse sido formalmente escolhido. A própria reabertura política e o suposto afrouxamento da

censura surgiram também com o intuito de gerar uma positividade em relação à situação política.

Sylvio Frota prosseguiu sua declaração afirmando que:

“É contristador, por isto, que periódicos de reconhecidos conceito e equilíbrio, agasalhem declarações de indivíduos condenados por delitos previstos na legislação, comum e especial, dando-lhes publicidade para acusar militares que se sacrificam no sentido de proteger a família brasileira e a segurança geral.

“Esta escalada de divulgação de injúrias e falsidades tomou caminhos inaceitáveis, enveredando pela afronta – pública e clara – à cultuada figura do Duque de Caxias, acinte vomitado sobre a farda e a espada, símbolos da honra do Exército Nacional. Os militares repelem, indignados, tais ultrajes e provocações descabidas, certos de que a Nação, também, os repele, pois o Exército é o seu próprio povo em armas.

Em circunstâncias como esta, o ministro, na qualidade de comandante superior do Exército e de seu defensor natural, adota a providência legal para responsabilizar, criminalmente, os ofensores, com o objetivo de aguardar, confiante na justiça, abata-se sobre os detratores o rigor da lei. Acaba portanto de encaminhar representação a quem de direito em defesa da honra da nossa instituição, tão vilmente atingida (FSP, 09/09/77).

Sem citar o nome do cronista, expressava seu conhecimento e incômodo com a publicação de *Herói. Morto. Nós*. Referindo-se a Duque de Caxias, Frota apresentava a difamação ao Exército como uma crítica estendida aos civis, uma vez que se referiria ao “seu próprio povo em armas”. Ou seja, via como nociva a interpretação de Diafêria pelas suas implicações, tendo em vista que o ministro buscava colocar o sargento Hollembach como elemento de semelhança entre civis e militares. Criava um discurso em prol da acusação do cronista e qualquer forma de deslegitimá-lo deveria ser punida.

Cabe perceber que a fala não foi, em momento algum da nota oficial, encaminhada diretamente à *Folha de S. Paulo*. Quando fez o pedido de punição do cronista, como dito antes, Frota escreveu que a crônica integrava uma série de publicações depreciativas ao Exército.

Naquele momento, era provável que a irritação de Sylvio Frota se desse pelos recentes embates travados com jornalistas.

Entre diversos casos, dois são emblemáticos para compreender o cenário naqueles dias. O primeiro foi a comoção em torno da apreensão dos exemplares da obra *Aracelli, meu amor*, de 1976, do jornalista José Louzeiro, sobre o assassinato da menina Aracelli Cabrera Sanchez Crespo⁸⁸. A morte tornava-se ainda mais expressiva por envolver figuras próximas dos militares no poder e por haver uma mobilização pela apuração dos culpados. A capa da *Revista Manchete* de 17 de setembro de 1977 – a mesma que trazia a reportagem sobre o ataque das ariranhas –, tinha a chamada *Aracelli: a face oculta de um crime*. Os dois acusados de matar a menina de oito anos, Paulo Helal e Dante Michelini Junior, eram de famílias influentes do estado do Espírito Santo. Na reportagem *Pai de suspeito da morte de Aracelli acusa a subversão*, o pai de Dante Michelini, “exportador de café, comerciante bem-sucedido, de família das mais tradicionais do Espírito Santo”, dizia que o caso era absurdo; Constantino Helal responsabilizava a “subversão internacional e a ação comunista no Brasil”, que teriam como objetivo “desmoralizar famílias que trouxeram o desenvolvimento” (FSP, 28/08/77). Demonstravam, assim, sua postura política. Além de ter recebido grande cobertura investigativa dos jornais, o assunto foi debatido em editoriais e colunas levantando questionamentos sobre a atuação da justiça e as

⁸⁸ “Na quarta-feira, finalmente, revelaram os jornais as identidades dos autores do assassinato da menina Aracelli, de nove anos, ocorrido em Vitória em 1973. A barbaridade do caso em si – drogagem, estupro e assassinato de uma menina por gente ‘fina’ – merece considerações especiais. A nós interessa apenas um aspecto da questão e, não menos grave: o acobertamento, a tentativa de impedir a apuração da verdade proibindo-se a circulação de um livro em que se revelavam com um ano de antecedência as evidências às quais só agora se chegou. ‘Aracelli, meu amor’, do jornalista-escritor José Louzeiro, é um admirável trabalho de investigação e de amor à justiça e à verdade que, tão logo publicado (agosto de 76), foi apreendido por determinação do Ministério da Justiça. Alegou-se atentado aos bons costumes e imoralidade neste extraordinário esforço de um jornalista, sem apoio de nenhum jornal ou entidade para reconstruir e apurar aquilo que cabia ao Ministério Público fazer. (...) Os supostos assassinos da menina estão no cárcere. Falta agora apurar quem os protegeu por tanto tempo.” DINES, Alberto. *A obstrução da verdade*. In: *Folha de S. Paulo*, 28 de agosto de 1977 p.8

influências nas relações de poder estabelecidas para salvaguardar determinados grupos sociais⁸⁹.

Outro caso envolvia denúncias sobre maus tratos a presos políticos feitas por Manoel Henrique Ferreira, Aldo Arantes e Haroldo Lima. Arantes e Lima eram militantes do Partido Comunista do Brasil e deram ao jornal *O Globo* um relato sobre a tortura nos Departamentos de Informação, em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que rendeu reportagem de quase uma página no dia 2 de setembro de 1977 (GASPARI, 2004, p. 451). Ferreira fora militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); havia participado do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, sido condenado a cinquenta e sete anos e três meses de reclusão e também havia feito uma carta sobre maus tratos. Podemos considerar a denúncia na imprensa como algo bastante significativo, na qualidade de marco de luta contra o regime naquele momento político e também como um ataque. O texto afirmava que “a grande abertura, no entanto está ocorrendo no campo da consciência. O documento publicado pelo ‘Jornal do Brasil’ (Rio) (...) é uma demonstração inequívoca do novo estado de espírito dominante na sociedade brasileira” (FSP, 06/09/77). Este modo de pensar é que era nocivo para a manutenção dos militares no poder.

A carta de Manoel Henrique Ferreira havia circulado nos seguintes jornais: *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*. Para o jornalista Alberto Dines, havia estreita relação entre esta publicação e aquela nota de Frota sobre a atuação da imprensa:

Através de nota oficial rigorosa, o ministro do Exército anunciou punição para jornais que insultarem as Forças Armadas. Denunciou igualmente campanha articulada com o fito de desmoralizar os militares na temporada de festejos

⁸⁹ O caso da morte de Aracelli gerou considerável debate na imprensa. Em 1973, aos oito anos, após seis dias de desaparecimento, seu corpo foi encontrado em um terreno baldio, sem roupas e desfigurado com ácido. Havia sido drogada, estuprada e assassinada. Durante três anos o corpo ficou no Instituto Médico Legal. Exigia-se a apuração do caso e era questionada a censura sobre a obra de José Louzeiro. Os principais suspeitos eram os jovens Paulo Helal e Dante Michelini Júnior, ambos de famílias ricas, influentes e próximas do poder político vigente. A questão da omissão policial entrou em cena diante do prestígio dos acusados. Estes foram condenados e posteriormente absolvidos.

iniciada no Dia do Soldado. Referia-se o ministro Frota, sem mencionar às denúncias veiculadas pelos diários cariocas “O Globo” e “Jornal do Brasil” (respectivamente 5ª e sábado da semana passada) sobre maus tratos a presos políticos. A matéria de quase página inteira de “O Globo” relatava violências sofridas por Aldo Arantes neste ano (v. JJ da última semana). A do JB posteriormente ecoada por “O Estado” consistia em carta do preso político Manoel Henrique Ferreira, onde pormenorizava os métodos utilizados para convencê-lo a arrepender-se publicamente dos atos subversivos, fato ocorrido em 71-72 (FSP, 11/09/77).

Tais denúncias foram muito embaraçosas para os militares. Para Dines, o fato de os jornais que publicaram as demais reportagens não assumirem suas ações demonstrava a impossibilidade de reivindicação real por mudanças. Diante da denúncia do ministro, que se estendeu a diversos grupos de mídias, a *Folha* teria sido a única a responder a nota por meio do editorial. Dines descreve o cenário:

E como se comportaram estes intocáveis jornais cariocas que veicularam denúncias sobre maus tratos a presos políticos ante a nota do Exército? Simplesmente como se não fosse com eles. O portentoso “O Globo” escapou do caso, dizendo: “Exército repele ‘ataques e insultos aos militares’”. E o JB, no mesmo tom escorregadio, sentenciou: “Frota quer processar ofensores do Exército”. Deste modo, assumindo a acusação, os dois escafederam-se da possibilidade de serem enquadrados como ofensores e injuriadores. O mundo é dos vivos. Ficaram sozinhos na lição o cronista Diaféria e seu bravo jornal. Contentam-se brios ofendidos, intramuros passa-se um pito nos dois outros e emascula-se a imprensa justamente no campo e no momento em que judiciosa e responsabilmente iniciava uma revisão objetiva de questão dos direitos humanos (FSP, 11/09/77).

Em São Paulo, no dia 10 de setembro, o jornal *O Estado de S. Paulo* - que publicou a carta de Manoel Ferreira e, por isso, estava também sendo criticado -, fez um editorial que, posteriormente, seria

usado na acusação de Lourenço Diaféria. No texto, intitulado *A defesa de Caxias*, enfatizava a legalidade da acusação do cronista da *Folha*:

A nota do ministro Sylvio Frota é defesa legítima da honra do Exército nacional, na medida em que a representação encaminhada provoca a Justiça a pronunciar-se sobre a ofensa feita à instituição na figura de seu patrono, o Duque de Caxias; e não apenas à instituição, mas ao próprio sentimento nacional, que vê, na figura de Luís Alves de Lima e Silva, além do herói militar, patrono do Exército, o estadista do Império, de quem se disse “que as províncias do Império estreitando, a unidade da Pátria salvou”. O iconoclasmo praticado, de uma forma ou de outra, sobre heróis da Pátria é esbulho de nosso patrimônio espiritual, é fraude contra todos nós que, carentes de um longo passado, estamos tanto mais cientes de não poder sobreviver sem alguma história.

Defesa legítima ainda, porque submete a avaliação da ofensa recebida aos critérios da lei: uma lei reconhecidamente controvertida e reiteradamente criticada por draconiana, como a lei de Segurança Nacional baixada em 1969; mas, não obstante, lei, e não arbítrio e exceção. A Justiça saberá, pois, pesar a ofensa pelo bem atingido e na reta medida em que tiver sido ofendido (OESP, 10/09/77).

Compreendendo a crônica como ofensa, o editorial d’*O Estado* mostrava a leitura que Frota fez do texto como correta. Mas que a atuação no processo poderia ser exacerbada. Utilizando a própria trajetória do Duque de Caxias, traçava uma série de críticas ao ato de Frota. Nesse sentido, é importante reiterar que o jornal estava sendo vigiado por ter publicado a carta-denúncia e buscava, em seu editorial, amenizar sua atuação e se preservar da acusação. Por isso, afirmou que:

Divulgar tais denúncias é um dever. A maneira sub-reptícia e dolorosa com que tais desmandos são praticados – todo crime tem suas precauções – faz da divulgação o único meio de apurá-los. A injúria à incolumidade física de um cidadão é crime de ação pública. Mais ainda a injúria cínica, a porventura praticada “nos porões da

administração”. Pode, então, uma petição de advogados, sem injúria ao Direito, ser chamada de declaração de “indivíduos condenados por delitos previstos na legislação, comum e especial”?

Ninguém compromete a hierarquia militar ao encaminhar denúncias contra subordinados, ou ao divulgá-las. É, ao contrário, pretender preservá-la; e preservar a Pátria, que não é uma celebração efêmera, mas um sentimento e projeto constante, sustentado num arcabouço, respeitável e respeitador, de instituições. A nota do sr. ministro Sylvio Frota extravasou da defesa legítima de uma ofensa caracterizável para uma suspeição difusa e que nos atinge na consciência de patriotas e cidadãos (OESP, 10/09/77).

As estratégias para manter uma relação amistosa com o governo não vinham apenas destes jornais. A saída de Abramo da *Folha*, mesmo considerando que o não cumprimento da exigência governamental poderia implicar em sérios problemas, era sintomática da postura política e econômica conciliadora do periódico. Em resposta ao quadro citado, Dines ironizou: “ora, a ameaça contida na nota oficial foi tornada pública na antevéspera do Dia da Imprensa (10 de setembro). Se a Imprensa, porventura, empanou o brilho das festas militares – o que não é verdade, como verá abaixo – pode-se dizer que foram empanados os festejos do Dia da Imprensa” (FSP, 11/09/77).

No mesmo dia da publicação da nota oficial, 9 de setembro, o editorial da *Folha* trouxe o texto intitulado *À Luz Apropriada*, em que dialogava com o pronunciamento de Sylvio Frota. Naquela altura, a acusação a Lourenço Diaféria, mesmo não tendo sido formalizada, já era conhecida. Na narrativa sobre a *Folha de S. Paulo*, como dito no primeiro momento, estava posto que, neste período, a reestruturação do jornal o tornava mais próximo de uma visão crítica ao regime, o que não implicava um ataque direto nem uma atuação romantizada em defesa da liberdade de expressão. O jornal, neste primeiro momento do processo de acusação, colocou-se como baliza importante na estruturação dos governos dos militares, de forma que esta proximidade ou apoio não lhes parecia incômodos, mesmo diante da reabertura.

Esta relação amigável entre a empresa de comunicação e os militares era reiterada a partir do que o editorial chamou de “profunda mágoa e não menor perplexidade” diante da acusação do ministro; além de tecer elogios à atuação das Forças Armadas como defensoras da

honra da Pátria e mantenedoras da soberania nacional. Para a *Folha*, a proximidade se justificava diante “da consideração especialíssima votada pela Imprensa ao Exército e às Armas irmãs como mantenedoras da soberania nacional e como defensoras permanentes da honra da Pátria.”. O exemplo citado de proximidade era a própria cobertura das comemorações cívicas do Dia da Independência pelos jornais, afinal, tinham como objetivo comum integrar as forças que “sustentam a unidade da Pátria” (FSP, 09/09/77).

Na mesma página do jornal estava o artigo *Notícias e afrontas*, da sucursal de Brasília, assinado por Ruy Lopes com a sigla R.L., que dizia “merecer aplausos a decisão do sr. Silvio Frota”, especialmente por sua ação ser intermediada pelo judiciário. Neste espaço do jornal, criado para pôr em cena falas de situacionistas e oposição, o texto aparecia como suporte do editorial, em uma tentativa de mediação entre a imprensa e o Governo. Lopes dizia compreender a ação de Frota diante das notícias que atingiam a honra de membros Forças Armadas. Contudo, defendia a mídia, concluindo que não havia uma “campanha organizada, com vinculações ideológicas evidentes”, porque “os grandes jornais, hoje, são empreendimentos que se medem em centenas de milhões de cruzeiros. A menos que houvesse uma tendência para suicídio coletivo, seus proprietários jamais defenderiam proposta socializantes, quanto mais comunistas” (FSP, 09/09/77). O caráter mercadológico da mídia e a ascensão de uma proposta de neutralidade, crescente naqueles anos, tornavam-se parte da defesa do jornalismo.

Lopes continuou, na coluna da sucursal de Brasília do dia seguinte, suas análises sobre o ocorrido. Sob o título *Uma penosa lição*, reafirmou a inexistência de uma campanha promovida pela imprensa, dizendo que a decisão de encaminhamento jurídico do caso de Lourenço Diaféria levaria os jornais a um maior policiamento de suas publicações. O autor verificou dois tipos de matérias publicadas com potenciais de afronta: a primeira, referente às acusações dos prisioneiros torturados, veiculadas por mais de um jornal, e a segunda, *Herói. Morto. Nós.*, considerada “acintosa à honra” e exclusiva da *Folha*. A acusação ao cronista, neste sentido, servia de exemplo para que “a imprensa brasileira se desse conta da falta de ética implícita na publicação de uma acusação gratuita” e, concluía que, “se deste incidente resultar um respeito maior pela honra alheia, o preço não terá sido alto” (FSP, 10/09/77).

É irônico perceber que o editorial deste mesmo dia, posto também na *Página 2*, trazia o texto *Procuração de Direitos*, com tom diferente do anterior. A liberdade de imprensa era colocada como direito

que ultrapassava o âmbito jornalístico. Neste sentido, o controle sobre ela deveria ser “social e comunitário, e não estatal”, entendendo a mídia impressa como ator político relevante e parte dos embates de uma época, não apenas como veículo de difusão de informações. Como afirma Luís Felipe Miguel, “a mídia não se limita a amplificar iniciativas da elite política, mas age muitas vezes de maneira autônoma na arena política” (2000, p. 197).

Ao defender a liberdade de investigar, informar e comentar, o editorial focava a atividade do jornalista investigativo, mas podemos considerar que a atuação do cronista estivesse em “comentar”, opinando sobre algo corrente na sociedade. O texto afirma que cercear tal liberdade seria infringir o “direito do leitor” de ser informado, que a censura era característica de Estados totalitários, o que significava assumir a impossibilidade de um governo democrático. Além disso, a liberdade de expressão seria o direito mais importante:

Sustenta os demais direitos contra o Estado, de participação na gestão do Estado e de influência na extensão dos direitos que provêm do Estado. Anulado o direito de ser informado, está afastada a probabilidade de distribuição correta dos recursos políticos da sociedade. Esses recursos passam a ser monopolizados pelo Estado, e nenhuma classe ou grupo social pode sequer pensar em participar e influir, de modo ostensivo e efetivo, no processo decisório (FSP, 10/09/77).

A posição ocupada pela mídia moderna era enfatizada na medida em que “como as sociedades de massa são caracterizadas pela superorganização da vida, a informação transforma-se diretamente em poder, a informação é poder” (FSP, 10/09/77). Por isso, em uma sociedade formalmente democrática, sua liberdade deveria ser preservada e ampliada para garantir o diálogo. Isto justificava os receios em relação à sua atuação e ao modo como se configurava, por exemplo, a Lei de Segurança Nacional, diante de difamações postas em circulação por meios de comunicação, aumentando as punições quando os crimes cometidos fossem divulgados.

Mas afirmar que o posicionamento do jornal mudou de um dia para o outro não satisfaz a análise. As leituras sobre a acusação a Diaféria eram divulgadas frequentemente; nestes primeiros dias após a publicação da nota do ministro Frota, as exposições sobre o caso eram recorrentes e formavam um amálgama entre diversos indivíduos,

instituições e opiniões. Configuravam-se polos distintos de posicionamento políticos, de visão do momento e de projeto de país. A mudança do editorial mostrava que os interesses em jogo estabeleciam posicionamentos passíveis de serem repensados e realocados.

Para Sylvio Frota, sua nota foi bem aceita e até recebeu felicitações de diversos setores – embora rumores no Planalto tivessem dito que teria ultrapassado o presidente, o que reiterava a relação conflituosa e desagradava o ministro. Mais do que isso, considerava que se o presidente não havia comentado sobre o processo, seria por querer fazer-se de ofendido e reafirmar a crise entre os dois. Frota ficaria como o autor da iniciativa do processo, o que lhe agradava. Afirmou que recusou solicitar a opinião de Geisel sobre isso, deixando que Falcão o fizesse. O que não esperava era ser exonerado pouco tempo depois.

2.4 A EFETIVAÇÃO DO PROCESSO CONTRA O CRONISTA

Em 10 de setembro de 1977 – dia seguinte à publicação da nota oficial de Sylvio Frota sobre a atuação imprensa –, o ministro Armando Falcão determinou a instauração do inquérito para averiguação da responsabilidade sobre a crônica e a violação da Lei de Segurança Nacional. Enquanto isso, a *Folha de S. Paulo* apresentava a acusação sofrida por Lourenço Diaféria, com a chamada: *Jornalista da 'Folha' acusado de violar a LSN*. No interior do jornal, o caso ganhou destaque com a reportagem: *Ministério da Justiça determina inquérito: jornalista da Folha é acusado de violar a LSN* (FSP, 10/09/77). Neste momento, ainda era incerto em quais dispositivos da Lei o cronista seria enquadrado e quem seria responsável pela apuração das denúncias. Entretanto, esta primeira apresentação do processo já mostrava questões e disputas latentes naquele período.

Na reportagem, foram apresentados alguns dos embates decorrentes do inquérito, como as divergências sobre sua necessidade e as consequências para o quadro de apoio à reabertura e ao governo Geisel. Políticos da Arena tenderam a demonstrar apoio à atuação de Sylvio Frota. Eurico Rezende, líder do governo no Senado, considerou que o caso não afetaria negativamente o diálogo político entre governo e oposição. Ao contrário, melhoraria, na medida em que mostrava que o Exército não era passivo diante de ofensas, ou seja, pautava-se em uma leitura na qual a atuação firme dos militares serviria para conter as críticas e estabelecer um cenário menos conflituoso. Considerava que posturas como a de Lourenço Diaféria configurariam atos abusivos e que era importante que as Forças Armadas recorressem ao Judiciário

para denunciá-las. Concluiu, compartilhando das considerações de Frota e relacionando-as com as cartas de denúncia, que “casos de torturas devem ser realmente denunciados, mas o que a Nação e o governo não podem tolerar é aquele tipo de denúncias em que se busca usá-las com o fim exclusivo de incompatibilizar uma com o outro” (FSP, 10/09/77).

Para o presidente da Arena, Francelino Pereira, o diálogo com a oposição também não estava comprometido. Pereira afirmou, quanto à repercussão na transição política, que a ação de Frota não modificava o itinerário para as reformas e que a nota oficial feita pelo ministro se pautava na “defesa de uma instituição, de que está impregnada a alma popular”, referindo-se ao Exército. O deputado Jorge Vargas, líder do partido na Câmara, compactuava das mesmas considerações, e o líder do governo na Câmara, deputado José Bonifácio, via a nota como “muito oportuna”. Em consonância com boa parte de seus colegas de partido, dizia que as Forças Armadas representariam a “defesa da tranquilidade”, eram “guardiãs da honra nacional” (FSP, 10/09/77).

Quanto à oposição, o posicionamento iniciava timidamente. O líder do MDB, senador Gilvan Rocha, disse que não se sentiam envolvidos pela nota oficial, considerando que a atuação da imprensa nada tinha a ver com o partido. Mas julgava válida a ação de Frota por ter atuado com a mediação de um poder desarmado, a Justiça, um contraponto às criticadas atuações violentas dos militares. O líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, embora afirmasse que seu partido não tinha condições de analisar as acusações da nota, disse que “a oposição não defende a impunidade dos crimes contra a honra, esperando que o Poder Judiciário pronuncie sua decisão dentro dos princípios democráticos do contraditório processual” (FSP, 10/09/77).

Ambos reiteravam a importância de haver o encaminhamento jurídico e a ideia de um julgamento justo, sem atos de excesso ou de medidas de censura que estivessem aquém da legalidade. No mais, dentro da apresentação do partido, seu líder no Senado, Franco Montoro, tinha um posicionamento mais cético em relação aos demais. Para ele, eram desconhecidos os motivos que davam margem à nota de acusação, e o procedimento de recorrer à justiça para apurar as responsabilidades não era algo elogiável, mas apenas um “procedimento normal dentro da ordem jurídica” (FSP, 10/09/77).

Além dos partidos, duas organizações foram consultadas: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado de São Paulo. O presidente do Conselho Federal da OAB, Raimundo Faoro, colocou a Ordem à disposição do cronista para a defesa. Disse que a denúncia, naquele momento, deveria ser

apenas uma “verificação isenta e superior”. Somente depois poderia ser confirmada sua veracidade, por meio da atuação do Poder Judiciário, com direito de defesa. Diferentemente dos participantes do partido da situação, Faoro colocava a responsabilidade de ser julgado não apenas ao cronista processado, mas “se for verdadeira, os acusados de maus tratos serão punidos, mas se for caluniosa o autor da calúnia responderá por ela” (FSP, 10/09/77), com certa desconfiança dos acusadores.

Quanto ao Sindicato dos Jornalistas, um comunicado foi emitido sobre o estranhamento com a abertura do inquérito por conta da crônica. Além do mais, protestava contra a invocação da Lei de Segurança Nacional e não da Lei de Imprensa, que seria específica para publicações nessa mídia. Da mesma forma que a OAB, se dispôs a auxiliar juridicamente Lourenço Diaféria. As duas instituições estiveram presentes e tiveram papel relevante no decorrer do processo e nos debates que se seguiram.

A mobilização em torno do descontentamento do ministro Sylvio Frota com a crônica de Lourenço Diaféria teve grande repercussão desde seu início. Se o tempo de produção da crônica é curto, a duração do processo que desencadeou não foi. A forma como se relacionava com o momento em que foi produzida fez com que se tornasse exemplar de um debate já corrente no quadro político. A reabertura dava espaço para a expressão de oposição, embora bastante restrito. Mas os descontentamentos tanto de militares quanto de críticos em relação ao governo, ampliaram os debates envolvidos no caso.

No dia da instauração do inquérito e da publicação dos primeiros posicionamentos em relação à acusação, Lourenço Diaféria assinou a crônica intitulada *Ainda bem que existem os irerês*. O texto trazia um de seus objetos de afeição, os pássaros. A temporada dos irerês – aves que migram em bandos e comuns em quase todo o país – servia como analogia aos descontentes que atuavam contra o regime militar, que se colocavam ao seu lado após os efeitos da publicação do dia 1º de setembro.

Esta foi sua primeira crônica após a divulgação da efetivação do processo encaminhado pelos ministros. Iniciava contando que:

Se vocês prestarem atenção, mas bastante atenção mesmo, vão perceber que os irerês estão chegando. Para sentir a revoada dos irerês é necessário perder algumas horas de sono e vigiar o céu da madrugada, porque os irerês chegam nessa hora solitária em que os operários

estremunham de sono e mulheres de lenço na cabeça vão para o fogão requeentar o feijão do marido e ferver a água do café (FSP, 10/09/77).

A chegada noturna das aves era descrita como um evento de grande importância, ocorrendo sem alarde e nas “horas solitárias”. A vinda era despercebida em meio à rotina daqueles que trabalham nas cidades, surgiam como uma esperança silenciosa, mas notória.

Lourenço Diaféria descreveu a ave e mostrou que o que importava era o que anunciava. A primeira vista, o irerê flutua na água, contudo “o importante é que todos saibam que o irerê voa”. Voar é ser capaz de ir além das fronteiras para chegar ao destino, é ter a garantia de poder transitar livremente em busca dos seus ideais. E assim eles vinham em bando, confirmando que “nesta semana, sem despertar a atenção de ninguém, milhares de irerês chegaram por via aérea a esta Cidade, e estão hospedados nas moitas, nos arbustos e nos lagos protegidos do parque como migrantes cansados que vêm em busca do repouso e da tranquilidade” (FSP, 10/09/1977).

Eis que aparecia a ameaça aos irerês; em alusão aos militares, estavam os caçadores. Diaféria denunciava a perseguição. Falava dos tiros dos caçadores e de como eram capazes de amedrontar. A insegurança e os exílios estavam presentes na trajetória migratória dos irerês, que, diante das ameaças, se mudavam para lugares mais seguros.

Quando o sol pinta no horizonte e borda filigranas de sangue na represa, os irerês adventícios já estão perfeitamente integrados a seus novos amigos, e um assobia para o outro, e piscam-se, e fazem aquela grande festa de confraternização, como se todos fossem antigos conhecidos (FSP, 10/09/77)

Ao final de sua narrativa, comentou sobre a acusação de infringir a LSN. Dizia que poderia escrever sobre coisas tristes, respondendo à curiosidade daqueles que leram as notícias. E justificou seu texto sobre os irerês afirmando que, diante de seu “vício de despertar os leitores com um sorriso”, fazia questão que todos se tranquilizassem. É evidente, a partir das analogias, a relação entre a crônica, a mobilização que se formava em sua defesa e seu posicionamento em relação aos aparatos do governo.

Nesse sentido, prosseguia, “no jardim de minha alma abriu-se ontem à noite um grande bosque de amizades, e eu acho que não tenho o

direito de ocultar isso a todos vocês que, dia após dia, me suportam e me recebem” (FSP, 10/09/1977). Não eram apenas amigos pessoais, mas personagens e instituições que se posicionavam ao seu lado, muitas vezes, como forma de reivindicação quanto à atuação dos militares. Esta questão, especialmente, aumentou a repercussão do caso.

Diaféria fechou seu texto dirigindo-se ao leitor, esperançoso no futuro da oposição e na ação da justiça:

Levem seus filhos para vê-los.

E se seus filhos perguntarem qual é a graça e o significado do irerê, expliquem-lhes com palavras claras e pausadas, que o irerê é uma criatura acima de nosso entendimento rasteiro, é o símbolo de nossa liberdade e a garantia de que mesmo na madrugada mais turva existem criaturas que se alçam.

Em suma: enquanto houver irerês, a gente sempre dá um jeito de arranjar uma bonita notícia para vocês (FSP, 10/09/77).

Diaféria respondia em suas próprias crônicas sobre a situação que vivia; o caso continuou a ser acompanhado pela *Folha*, que a esta altura estava, inevitavelmente, envolvida no processo. O desenrolar da publicação de *Herói. Morto. Nós.* poderia ser tanto positivo, devido à sua disposição em publicá-la, quanto pernicioso, ao fazer com que o governo a considerasse uma mídia opositora.

Em 11 de setembro, a página de *Opinião* trouxe dois artigos das sucursais, que debatiam diretamente a tentativa de enquadramento do cronista na LSN. De Brasília, veio o texto intitulado *Explicações inconvenientes*, de Ruy Lopes, (R.L.), que fazia acusações ao grupo que estava manejando o processo ao cronista e mostrava que os problemas desencadeados naquele período eram diversos, nos quais a crônica era apenas um exemplo. Para o jornalista, a nota oficial do ministro condenava os noticiários e especulações sobre as “barganhas políticas” daquele momento, como a sucessão presidencial. Permanecia a ideia exposta por Lopes anteriormente, de que não havia uma campanha organizada da mídia contra o governo e, assim, o ataque ao cronista não seria plausível.

Para Lopes, “embora o cronista também fosse visado, não era ele o alvo principal da manobra. Antes de decidir-se por sua inclusão, os militares examinaram sua folha de antecedentes, que melhor o qualifica como candidato à sucessão de Paulo VI que como infrator consciente da

Lei de Segurança”. Este perfil de Lourenço Diaféria, do homem sem vinculações políticas, foi reiterado em todo o processo, bem como a ideia de que não configuraria uma ameaça. Ou seja, “tem-se que a caçada às baleias resultou, por enquanto, no fígamento de um lambari, que acidentalmente nadava naquelas águas” (FSP, 11/09/77).

Na sequência, o texto vindo do Rio de Janeiro, assinado por Alberto Dines, sob a sigla A.D⁹⁰, intitulado *Um Recuo*, mostrava a acusação ao cronista como algo sem razão. Reiterava que o texto literário objetivava louvar o sargento Delmar Hollembach e, por isso, a acusação teria intenções maiores diante do que denominou, ironicamente, de “miniabertura”. Esta leitura trazia algo novo diante do que estava sendo comentado sobre o caso, mesmo sem aprofundá-lo, Dines afirmava que “a detecção da injúria – tão imprecisa está – só poderia ser feita por crítico literário ou linguista”, de modo que era a primeira vez que se conferia caráter próprio à literatura, deixando implícitas questões como a relação entre autor e narrador e em que medida seria a crônica uma opinião daquele.

Alberto Dines também questionou a forma como o governo se portava diante do ocorrido. Falava sobre a reação do coronel Toledo Camargo, assessor de imprensa da presidência da República, que

nada sabia sobre a nota que, àquela altura, já estava nas redações dos jornais. Mais tarde, na capital baiana, onde a imprensa o cercou com um bombardeio de perguntas, teria sugerido aos jornalistas que fossem procurar o ministro Frota, também hospedado na cidade (FSP, 13/09/77).

Este momento é revelador da relação conflituosa de Frota com Geisel. O próprio Sylvio Frota escreveu em suas memórias que havia procurado o presidente e que esperava uma atitude em relação aos ataques da imprensa. O embate travado entre estes dois personagens foi regularmente comentado.

Para Dines, “aparentemente, a ação do ministro do Exército não foi nem prévia nem posteriormente apreciada pela Presidência.”. A animosidade entre os dois, comentava, era algo conhecido. Para o

⁹⁰ Assim como a relação entre a sigla R.L como assinatura de Ruy Lopes, pela participação do jornalista e pela sigla, A.L trata-se de Alberto Dines. Este, convidado a escrever na sucursal do Rio de Janeiro por Cláudio Abramo, como mostrado na exposição sobre a reestruturação da *Folha de S. Paulo* na década de 1970.

jornalista era evidente o abalo no processo de distensão, pois punha em xeque a liberdade de expressão, importante para a efetivação da abertura. De forma pessimista concluía que “de olho em janeiro de 78, de repente, fomos expelidos para o passado, provavelmente para 1975, quando não apenas assuntos mas estilos eram fortemente vigiados” (FSP, 11/09/77).

Os embates travados com a tentativa de punição legal de Lourenço Diaféria fizeram com que o projeto político de Geisel e Golbery fosse questionado, de forma que é uma baliza possível para a análise desta conjuntura. O quadro opinativo de diferentes personagens é rico em detalhes que possibilitam compreender a complexidade do caso, como a mediação da presidência diante da tentativa de um ministro em manter seus interesses e a relevância da imprensa neste momento. Civis e militares afirmavam-se em campos opostos, diferentemente do que a leitura simpatizante ao governo em relação à ação do sargento Hollembach buscava desenhar. Neste sentido, para Dines, “uma ação do ministro do Exército contra um jornalista de um grande diário transcende a área militar e naturalmente tem conotações políticas. (...) A abertura ou a fechadura (apoio do endurecimento) são opções nítidas. O ziguezague, além de confuso para quem o observa, pode provocar tonteiras nos participantes” (FSP, 11/09/77).

No mesmo dia, Alberto Dines, na coluna semanal *Jornal dos Jornais*, na qual fazia sua crítica dominical à imprensa, reafirmou a ideia de que a nota oficial se dirigia a outros periódicos, demonstrando que a responsabilidade não era apenas da *Folha*. Em defesa, este jornal comentava a cobertura das comemorações de Sete de Setembro, a comoção popular, enfatizando o serviço prestado como justificativa para reivindicar a liberdade de imprensa. Considerava que o esforço em divulgar eventos do governo foi o que, efetivamente, teria levado o povo às ruas.

Isto demonstraria que “a imprensa está atenta a seu papel de deflagrador da opinião pública e sabe acolher com extrema desenvoltura e eficiência sua responsabilidade como motor do conagraçamento comunitário”. Para Dines, a imprensa tinha capacidade de mobilização e era ciente de sua potencialidade diante da formação da chamada opinião pública. Considerava que desta “independência e isenção” que vinha sua credibilidade. Por isso, “para participar da vida nacional, nas alegrias e nas horas graves, os jornais devem estar livres e vivos” (FSP, 11/09/77).

O caso de Lourenço Diaféria e sua expressividade em outros jornais foi pontualmente comentado pelo jornalista:

Ontem, a atitude dos jornais ao noticiar a abertura de inquérito para processar o jornalista da “Folha” não foi das mais solidárias. O JB foi o que deu mais destaque (título principal da 1ª página) e mais informações ofereceu aos leitores, inclusive com dados biográficos. O “Globo” publicou ridícula nota de 10 linhas em perdida página interna. Esta “Folha” portou-se com discrição, evitando provocações e não se estendendo demasiadamente. Mas o seu editorial sobre liberdade de imprensa, em tom elevado e refletivo, sugere a profunda reação que o ato do governo provocou no jornal. O “Estado de S. Paulo” aproveitou para esquecer sua tradicional elegância e no noticiário da 1ª página omitiu o nome do jornal e do jornalista punidos. Gente fina é outra coisa (FSP, 11/09/77).

Tendo em vista o descontentamento demonstrado com as outras empresas de comunicação em relação às reportagens consideradas ofensivas, o jornalista defendia a *Folha* e a apresentava como uma imprensa distinta. Em tom de ironia, a pouca cobertura era vista como “discrição, evitando provocações”, enquanto a atuação de *O Globo*, por exemplo, foi lida como uma “ridícula nota de 10 linhas”. O editorial d’*O Estado* foi utilizado até mesmo pelo promotor que encaminhou a acusação, tratado no próximo capítulo. Há uma notória tentativa de construção da *Folha de S. Paulo* como diferente dos demais e mais próximo de uma postura crítica em relação ao regime.

A Associação Brasileira de Imprensa se colocou em defesa do cronista desde o início do processo. A ABI, assim como a OAB, não se contrapôs aos militares nos anos iniciais da ditadura. A Associação, que se constituía em um grupo bastante diverso de opiniões políticas, defendeu a liberdade de imprensa e os jornalistas presos, mas também fez reverências aos militares no poder em atos como nas comemorações do 60º aniversário da ABI, em 1968, quando recebeu o presidente Costa e Silva (ROLLEMBERG, 2010)⁹¹.

⁹¹ O entendimento da autora sobre a ABI é interessante para pensarmos sobre diversos agrupamentos civis durante a ditadura. Afirma que: “Inspirada em Laborie, diria que a ABI não foi, primeiro, defensora dos militares e, depois, resistente à ditadura, como o foi Ulysses Guimarães, a recuperação das discussões e embates, cujo eixo foi a liberdade de expressão e de jornalistas, até o desencantamento do projeto de abertura política Geisel-Golbery, indica que

Em 14 de setembro, a *Folha* publicou a nota emitida pela Associação discordando da acusação contra Lourenço Diaféria, especialmente sobre ter sido com base na LSN e não na Lei de Imprensa. No texto, a ABI expôs sua atividade, dizendo atuar em prol da liberdade de imprensa e dos jornalistas. Em nota, defendeu que:

A ABI não compreende a imprensa sem o acesso à informação, sem o direito de informar, sem o direito de opinar, e, opinando, sem o direito de criticar. O papel da imprensa não é apenas dar conta aos cidadãos do andamento da vida do País. É, da mesma forma, o de alertar o poder público sobre possíveis excessos ou erros, como a melhor forma de conduzir à sua eliminação ou reparação. Por outro lado, a ABI não advoga a imprensa sem responsabilidade nem aceita o princípio da impunibilidade dos seus representantes. Quer, no entanto, definir em termos precisos essa responsabilidade e basear a apuração das infrações na legislação própria para tais casos (FSP, 14/09/77).

Trazia a função da imprensa para o debate, de modo a defendê-la. O projeto de reabertura política e os planos de liberdade de imprensa eram postos em pauta, neste momento que o cronista se tornava um caso exemplar, para expor a tensão com os militares.

Episódios recentes, que culminaram com a decisão de processar pela Lei de Segurança o jornalista Lourenço Diaféria, por artigo publicado na “Folha de S. Paulo”, tornam necessárias estas reafirmações de conceitos por parte da ABI. Assinale-se, desde logo, a postura legalista de chamar à responsabilidade, perante a justiça, o autor do artigo incriminado. Em oportunidades outras, o revide foi diferente: direto, à margem da lei, desajustado aos preceitos jurídicos. Mas, ao assinalar essa atitude, legalista como um avanço, a ABI dela discorda por haver o chamamento à

esteve bem mais próxima do *penser-double* do que da *trincheira inexpugnável*. Não era coesa, abarcava embates que desapareceram na memória, mas, sobretudo, era ambivalente, capaz de ser a favor e contra os governos militares ao mesmo tempo” (ROLLEMBERG, 2010, p.131-132)

responsabilidade sido encaminhado através da Lei de Segurança Nacional e não da Lei de Imprensa, como cabe (FSP, 14/09/77).

Se, por um lado, o Poder Judiciário foi chamado e isto demonstrou um avanço em relação às ações anteriores – como a relativa ao jornalista Vladimir Herzog, cuja reabertura do processo, por pedido de sua esposa, dividiu em diversos momentos as páginas com as notícias do cronista –, por outro, o enquadramento na LSN era algo muito incômodo aos defensores de Diaféria. Era esta a principal reivindicação exposta na nota da ABI: a Lei de Imprensa conferiria um julgamento mais ameno, por não se tratar de uma questão de Segurança Nacional. Além disso, fazia-se uma segunda solicitação para que fosse preservada a liberdade de Lourenço Diaféria.

Raul Ketter foi indicado para ser o delegado a presidir o inquérito. Na mesma reportagem em que foi feito o anúncio, no dia 15 de setembro, informava-se que, de acordo com “fontes da Justiça Militar”, a nota da ABI discordando do enquadramento na LSN não surtiria efeito no processo. Um dos motivos era o fato de o Ministério da Justiça já ter decidido os detalhes com sua consultoria jurídica. Explicava o motivo pelo qual o cronista não fora denunciado unicamente na Lei de Imprensa, que poderia ser utilizada com outros dispositivos militares.

Ainda segundo essas fontes da Justiça Militar, Lourenço Diaféria poderá ser denunciado por crime militar – ofensa às Forças Armadas – e o enquadramento se daria no Código Penal Militar. Levantou-se também a hipótese de seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional por ofensa a autoridades, considerando-se ainda que o jornalista poderá responder por crime de imprensa (FSP, 15/09/77).

O delegado Ketter encaminhou o processo para a Auditoria Militar, onde foi formalizada a denúncia. Na edição de 16 de setembro, foi noticiada a prisão de Lourenço Diaféria na Superintendência do Departamento de Polícia Federal da cidade de São Paulo. O jornalista foi para lá enviado por volta das 17 horas, como noticiou a *Folha de S. Paulo*. Sua situação tornava-se cada vez mais exposta e menos aceita, diminuindo, de certa forma, as manobras de um governo que era cada vez mais criticado. A repercussão foi imediata, não apenas nos veículos

de comunicação, mas em outras instâncias, que se mobilizaram em torno do caso, como a OAB, a ABI, o Sindicato dos Jornalistas, os estudantes, a Igreja e membros dos dois partidos legalizados.

Ainda em 14 de setembro, reiterando a ideia exposta na nota da ABI, o relatório do Deops sobre as “ocorrências registradas” no “campo político” apresentava que, na Assembleia Legislativa Estadual, o deputado Hélio Cesar Rosas, do MDB, criticou as “autoridades federais que, a seu ver estão cometendo violências contra o jornalista Lourenço Diaféria, enquadrando-o na Lei de Segurança Nacional (LSN) e não na Lei de Imprensa”⁹². Além disso, o texto *Observações junto ao campus da Universidade de São Paulo*, analisava diversos centros de ensino, constatando que no mural de Engenharia Civil, estava o recorte da crônica “com diversas críticas de estudantes pelo fato do referido repórter ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional”⁹³. Em 16 de setembro, no mesmo tipo de documento sobre a universidade, constava – além de outros assuntos como o apoio ao movimento sindical dos metalúrgicos do ABC – que nos murais dos cursos de História e Geografia, “havia várias faixas e mural fazendo referência à prisão do jornalista Lourenço Diaféria, sendo que os demais já é de notório conhecimento”. No caso, os demais centros da instituição⁹⁴.

O processo continuou, bem como sua cobertura diária neste início. Um personagem importante no caso surgiu em cena neste período: o advogado Leonardo Frankenthal, contratado para defender o cronista. O jurista paulista era um reconhecido criminalista, e sua atuação não era vinculada apenas àqueles que se colocavam contra o governo. Curiosamente, além da defesa de Lourenço Diaféria pela sua crítica aos militares, Frankenthal também havia advogado em prol do delegado do Deops/SP, Sérgio Fernando Paranhos Fleury, figura conhecida por perseguir opositores ao regime, principalmente por ter coordenado a emboscada na qual foi morto Carlos Marighella.

⁹² *Ocorrências registradas: campo político*. 15/09/77. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 21-Z-14-3649

⁹³ *Observações junto ao Campus da Universidade de São Paulo*. 15/09/77. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-C-0-3960

⁹⁴ *Observações junto ao Campus da Universidade de São Paulo*. 16/09/77. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-C-0-3961

2.5 A COLUNA EM BRANCO DA *FOLHA* E SUAS CONSEQUÊNCIAS

O desenrolar do caso mostra que as crônicas jornalísticas de Lourenço Diaféria dialogavam com um cenário mais amplo do que o próprio jornal, e que o pessimismo era recorrente nas visões acerca do governo. O processo em questão configura um interessante quadro para a compreensão da reabertura política iniciada na década de 1970. Enquanto o ministro do Exército a julgava como ofensa aos militares, exaltando também seu descontentamento com os rumos da política, a *Folha de S. Paulo* utilizava-a para enfatizar um apelo diferente do de outrora.

No dia seguinte à prisão do cronista, 16 de setembro, o jornal publicou a coluna de Lourenço Diaféria em branco, com apenas uma nota sobre a prisão (Figura 4). Era sua forma de protesto. Cabe lembrar que não foi apenas este jornal que reagiu à censura: o jornal *O Estado de São Paulo* publicou trechos da obra de Camões, *Os Lusíadas*, no lugar das matérias censuradas a partir de 1973; receitas culinárias estiveram no *Jornal da Tarde* pelo mesmo motivo⁹⁵. Contudo, o ato da *Folha* não se dava por uma matéria censurada nos moldes conhecidos, mas como forma de protesto específico contra a prisão do cronista.

O espaço vazio da coluna se tornou uma marcante atitude contra a repressão nos editoriais da *Folha*. O silêncio simbólico diante do ocorrido serviu como forma de apoio ao jornalista e também um meio de chamar a atenção do leitor para o acontecimento. Ao final do espaço em branco, uma nota da redação com a observação: “N. da R. – A crônica diária de Lourenço Diaféria deixa de ser publicada em virtude de o cronista ter sido detido às 17 horas de ontem, pela Polícia Federal, conforme noticiamos na primeira página” (FSP, 16/09/77).

A partir desta atitude, a relação com o governo, já delicada após a publicação de *Herói. Morto. Nós*, passou a ser mediada por ações mais agressivas do grupo de militares interessados em delimitar o discurso a ser divulgado ao público. Em *História da Folha de S. Paulo*, afirma-se que foi a maior crise do jornal desde o início da distensão, e que a proposta de publicar a coluna em branco vinha de Ruy Lopes. Em decorrência deste ato, houve a intervenção na redação do jornal:

⁹⁵ Com certa semelhança, em 1973 o *Jornal do Brasil*, cujo editor era Alberto Dines, impedido de publicar uma manchete sobre a morte de Salvador Allende, deixou a primeira página com o espaço da chamada em branco, “ludibriando a censura e denunciando-a de maneira surpreendente” (CAPELATO, 1994, p.17)

A publicação da coluna de Diaféria em branco desencadeou uma pressão insuportável de Brasília. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar de Geisel, e ex-comandante das forças de repressão às guerrilhas no Brasil Central (posteriormente dissidente do sistema, tendo-se bandeado para a oposição), deu um telefonema intimidatório a Octávio Frias de Oliveira, ameaçando suspender o jornal por um mês – o que seria praticamente mortal para o periódico – ou mesmo fechar a “Folha” (CAPELATO; MOTA, 1981, p. 235).

A partir do contato do general Hugo de Andrade Abreu, ameaçando a suspensão do jornal, Octávio Frias solicitou que Claudio Abramo pedisse demissão. Neste momento, o Secretário da Segurança, Coronel Antônio Erasmo Dias, já havia acusado o jornal de ter “elementos subversivos”. Quando ocorreu o processo contra o cronista, a *Folha* foi ameaçada de enquadramento na LSN, com suspensão inicial de trinta dias (JB, 21/09/77). O jornalista Mino Carta, em sua coluna no jornal *Carta Capital*, considera que o incômodo com a crônica esteve relacionado à reestruturação da *Folha*. Nesta compreensão do evento, o texto literário foi utilizado como motivo para o desencadeamento de uma crise dentro na empresa. Para Carta, o que incomodava era a “*Folha* de Claudio”, ou seja, as mudanças de perspectiva e a inserção da crítica, como a inclusão da fala de oposição, e a própria figura questionadora de Abramo (CARTA, 2012).

—Lourenço Diaséria—

“Katoei desenvolveu seu trabalho muito sob a luz mas com uma integração completa e equilibrada de divulgar seu trabalho também e é usual. Um dia, resolveu que iria expor suas fotos na parede de um bar - o de Arnaldo, na Rua da Glória, e teve uma ótima recepção da parede” que logo ganhou muito adeptos. Sendo o hábito realizado por artistas esportivos e intelectuais, a ideia de Edson foi se espalhando e hoje já é uma realidade. Atualmente, Agneta se pretende levar seu trabalho para as lojas Paulin, Paulo Klein, Albert Menezes, Mauri Gramado, Mario Spínola, e para a loja de Maria Simeonetti para expor suas pinturas.

“Quero manter essa ideia viva, procurando uma abertura dentro do mercado da foto”

Seu atual trabalho é a "Antropologia visual".
 "A Antropologia carece de imagem, ela
 muito textual. O homem é imagem. No Brasil
 você tem um campo antropológico fantástico
 onde muita coisa precisa ser documentada".
Erica Knap



Márcia Harrore do Amaral expõe telas e múltiplos na Galeria de Arte Ipanema, rua Oscar Freire, 100, até o dia 30. Das 10 das 21h, ela apresenta abstratos em linhas retas que se entrelaçam formando nos, ou com curvas nas telas; a forma tem predominância sobre a cor, definida com tonalidades pastéis. "Ilúzia materiais como tintas acrílicas, chapas de tuxinas e de sericão. Os múltiplos de Márcia são feitos em sericão e metal, telas em série. É mais uma maneira de trabalhar, querendo sua proposta de "popularizar a arte". No Brasil, entretanto, o múltiplo é raro devido ao processo artesanal da produção. Os múltiplos custam 2 mil cruzeiros e os trabalhos abstratos vão de 10 a 15 mil cruzeiros.

Zélio Alves Pinto expõe seus trabalhos de hoje a 30 de setembro, no Antiestro Caciada Becker do Paço Municipal de São Iternardo do Campo. São charges publicadas em jornais paulistas, em revistas e publicações brasileiras e estrangeiras como as capas da revista suíça Graphis especializada em artes

gráficas e alguns cartazes. É uma boa parte do trabalho desse desenhista que "não gosta de individuais e que não faz arte para paredes, prefere ser múltiplo trabalhando em todas as áreas onde caibam seu desenho".

A exposição é promovida pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Bernardo e será inaugurada às 20h30.

Para Quem Vai Ao Rio de Janeiro

Fim-de-semana com jeito bem-riteiro, pois o sol está garantindo a brisa, que pode ser um bom programa. Desde que se consiga estacionar o carro. Apesar desse ser um problema crônico nos verões do Rio normalmente, se perde mais tempo procurando uma vaga para o carro do que girando as delícias marinhas e o Detran ainda não se di-

Na noite, não sendo nada movimentada, com exceção da área teatral: esta semana, estrearam duas peças muito esperadas — "Dor de Amor", Teatro D'Alcântara; e "Triz de volta ao palco Paulo César Perillo, que é de dirigir e o principal intérprete desse texto de Arnaldo Jabor — no elenco, Nêlia Tavares e Scarlett Moon. A outra estreia é — "WM: Na Boca de Tuiet", Teatro da Galeria, de Carlos Eduardo Neves, que vem concentrando as atenções por causa do tema, pouco utilizado em teatro — Futebol. Nelson Xavier e Carlos Krukowski são os principais intérpretes da peça, que enceta a luta de um jogador em fim-de-carreira. Os preços dos ingressos variam de R\$ 10 a R\$ 150. Para mais informações sobre as duas peças entrar em contato com o telefone 333-1111.

Essa é, também, a média dos preços para se assistir ao concerto de guitarra flamenco Pedro Soler, que faz uma única apresentação no Ilti, no sábado às 21 horas, na sala Cecílio Meirires. Mas, quem não quiser gastar com um programa cultural, não deve hesitar: a "dica" é a III Exposição Mundial de Fotografia - "A Caminho do Paraíso" na Escola de Artes Visuais, no Parque Laje.

Na paraça, os jovens não de "rock rural" brasileiro, um pratinho e o "show" de São Paulo e Guarulhos, que estressa esta semana, no Museu de Arte Moderna, os jovens a sessenta e quarenta cruzeiros (centavos): Ne teatro Teresa Crujeiro e Pagner continuam mostrando a sua estética, no "show" que incluem de "Drum" (crítica divertida e preçosa a 50 de 35 cruzeiros).

Não cinema, "Dress U' Sala" (no Novo Piaz) e "O Refúgio de Rainer Hauer" (Carum e Tjaka-Palace) continuam sendo os grandes vedetes, principalmente de depois das estréias das semanas frequentadas. Para convencer nos a olhar os filmes "Os Anos da Primavera", e fracasso de um insucesso não das coisas de supostos e "Circulo da Fênix", procura exclusiva para o cinema de qualidade.

Trens Para o Rio
Saída Estação da Luz nos seguintes horários: Rhs. 17h10, 20h20
Preços Diurno: C's 70,50. Noturno: por trem: C's 81,00, cabine individual C's 160,00, cabine dupla C's 325,00

Em 1º de setembro, muito brasileiro escutou pela primeira vez na vida uma rádio brasileira. A Rádio Nacional de Brasília começou a transmitir para toda a região amazônica, em ondas curtas, faixa de 25 m, frequência de 11.780Khz.

Foi a retomada do que é nosso.

Um terço do Brasil, que só ouvia espanhol, inglês, francês etc., passou a ouvir o Brasil.

Ouvir, conhecer,
festejar, cantar, amar.
Milhares de brasileiros
se encontraram com
milhares de brasileiras,
através do rádio.
Passaram a conversar,
trocar idéias, contar suas
histórias, seus
problemas, suas
esperanças.
Agora, todos
os dias, dos 16
às 21 horas,
a região toda é
inundada
por uma

programação popular, comunicativa, inteligente e profundamente nacional. Cada brasileiro da Amazônia pode participar dos programas, informando, dando o seu recado, fazendo amigos em todos os cantos da região. Alguma coisa de novo

no ar da imensa região amazônica, além dos aviões de carreira e das emissões estrangeiras. É a reconquista de um fantástico espaço geográfico e cultural que pertence aos brasileiros por direito histórico. É a retomada do que é seu.



N. da R. - A cronista Maria Lourenço Diasferia deixa de ser publicada em virtude de o cronista ter sido detido às 17 horas de ontem, pela Polícia Federal, conforme noticiamos na primeira página.

Em 1988, no prefácio que escreveu para a coletânea póstuma dos textos de Abramo, Mino Carta relatou que Abramo e Frias tinham “uma estranha relação, tensa, conturbada, e, ao mesmo tempo, muito afetuosa” (ABRAMO, 1988, p. 12). Para Carta, esta relação e o desfecho com a saída do diretor em 1977 demonstravam que o jornal atuava como uma empresa e, por isso, os objetivos iam, majoritariamente, ao encontro da sua manutenção no mercado:

Os baronatos têm de ser liquidados, mesmo que se trate de derrubar os amigos. Os senhores vão em frente, às vezes sentindo-se vítimas, eles próprios, da razão superior. Em diversas oportunidades, eles experimentarão uma sensação de medo, ao desamparo da experiência do barão rebaixado ou demitido. Frias não deve ter maiores queixas dos seus jornais e tampouco dúvidas sobre o seu êxito empresarial. Sabe, porém, tudo o que deve a Cláudio Abramo (ABRAMO, 1988, p.12).

Esta crítica evidencia o descontentamento de Carta com o modo como se encaminhava o jornalismo empresarial. As inovações postas por Abramo não poderiam ser negligenciadas, mesmo que a *Folha* conseguisse dar continuidade ao projeto após sua saída. No mais, considerava que os que trabalhavam com tal espírito crítico e conhecimento do campo jornalístico viviam uma “contradição brutal”. Afinal, tendo em vista que seu trabalho era “de fiscalizar o poder, de controlá-lo, de criticá-lo, de denunciar os seus abusos e mazelas”, teriam que considerar que “as empresas jornalísticas gravitam na órbita do poder, são o próprio poder” (ABRAMO, 1988, p.13).

Segundo o próprio Cláudio Abramo, o motivo de seu afastamento em 1977 foi decorrente de uma convergência de fatores. Como explicado anteriormente, ele já havia sido preso, e seu projeto para a *Folha de S. Paulo* trazia temáticas que não condiziam, necessariamente, com as ideias do governo, fosse por suas próprias convicções, fosse pelas mudanças desejadas por Frias. Embora acreditasse na necessidade de renovação de jornalistas na empresa, fora surpreendido com o pedido de demissão.

Estou convencido de que, nesse episódio, houve uma mistura de vários componentes. Um deles era a necessidade que o jornal tinha de abrir caminho

para o pessoal novo que vinha chegando, que no fundo também foi o que acontecera no *Estado*, e que é normal. Só achei ruim o Frias não ter discutido a questão comigo, pois eu teria compreendido perfeitamente. O general Silvio Frota, que era ministro do Exército do presidente Geisel, estava preparando o golpe. Se ele vencesse, eu seria fuzilado e Frias preso; e, se Frota tentasse o golpe e perdesse, o herói seria eu. De modo que a situação não interessava a Frias, de um jeito ou de outro. Pode-se dizer também que, no projeto de abertura, houve um acordo tácito entre os militares e os donos de jornais. Creio que eles não chegaram a falar no assunto, mas deve ter havido um entendimento implícito de tirar os chefes de redação que eram *trouble-makers*. Subitamente, num prazo de dois ou três anos, fomos quase todos eliminados. Jânio de Freitas já estava fora da direção, mas em sucessão saímos Alberto Dines, Mino Carta, eu (ABRAMO, 1988, p. 89).

Para ele, a relação entre a empresa e o Estado era próxima o suficiente para que a decisão de um repercutisse no outro. Em sua fala, há certa indisposição pessoal com os dois lados. Quanto a atitude de Frias, compreendia que foi um dos prejudicados pelo fato de o empresário ter buscado contornar a situação com os militares⁹⁶. Foi em decorrência desse episódio que, em 17 de setembro de 1977, Abramo foi substituído pelo jornalista Boris Casoy. Este apresentava efetiva participação na vida política, havia sido Assessor de Imprensa do ministro da Agricultura do governo Médici, Cirne Lima, e do prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz.

⁹⁶ Similar à demissão de Mino Carta da revista *Veja*, que começou sua trajetória com uma posição política contrária ao governo e, anos depois, tornou-se mais próxima do mesmo. Em sua coluna na Revista *Carta Capital*, o jornalista, naquele momento diretor de redação da revista, afirma que em fevereiro de 1976, Roberto Civita confessou que “o então ministro da Justiça (Justiça?) Armando Falcão pedia a minha cabeça como condição do fim da censura e de um empréstimo de 50 milhões de dólares pela Caixa Econômica Federal.”. *Carta Capital*, 18/05/2012, disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/lampada-ou-lanterna/?autor=42>

O *Jornal do Brasil* noticiou que a *Folha* havia cancelado os editoriais, que não mais emitiria suas opiniões e que Octávio Frias retirava seu nome do expediente dos periódicos da empresa, devido à crise após a publicação da coluna em branco. Colocava ainda que a *Folha* “vem desgostando autoridades com a linha editorial imprimida ultimamente”, cujo estopim havia sido a crônica de Diaféria. Comentava-se, a respeito dos bastidores do jornal, que Frias teria chamado todos os editores, junto com Alberto Dines e Ruy Lopes, diretores das sucursais do Rio de Janeiro e Brasília. Falou que substituiria Cláudio Abramo – reconhecendo-lhe como “um irmão” – e que Dines não publicaria mais aos domingos. Recomendava que escolhessem alguma sede no exterior para atuarem como correspondentes (JB, 21/09/1977, p. 26).

A publicação de *Herói. Morto. Nós.* tem papel secundário na narrativa do diretor que fora demitido. Abramo menosprezava a produção de Lourenço Diaféria, bem como teria afirmado anteriormente que um dos entraves do jornal antes da década de 1970 era o quadro de crônicas *Prata da casa*. Como era de se esperar, aquela crônica, mesmo com o apoio de muitos, não teve aceitação unânime na redação. No relato de Abramo, o processo decorrente da crônica foi apenas um pretexto para seu afastamento.

foi uma crise criada com a publicação de uma crônica de Lourenço Diaféria que o Exército julgou ofensiva à memória do duque de Caxias. Diaféria foi preso. Mas qualquer jornalista médio sabe que não se mexe com o duque de Caxias, e ele sabia disso. Minha interpretação é que ele agiu como provocar, ou foi manipulado. Por conta da publicação da crônica, colocou em risco um projeto muito maior. Por isso acho que agiu como provocador policial. (ABRAMO, 1988, p. 90)

É notório certo ressentimento em relação ao cronista, afinal, o projeto maior que ele pôs em risco era justamente a mudança da *Folha de S. Paulo*, que estava sendo encaminhada por Cláudio Abramo. Este pareceu ignorar que o processo contra Diaféria foi além de suas implicações iniciais e abrangeu mais personagens e debates que sua saída da direção do jornal. Abramo deixava evidente o descontentamento com a publicação e sua indisposição com o cronista. O decorrer não foi diferente; sobre a publicação da coluna em branco, conta que:

(...) o jornal decidiu publicar a coluna em branco, numa reunião de que participaram Frias, seu sócio Carlos Caldeira Filho, Ruy Lopes e eu. Fez-se uma votação, na qual Frias, Caldeira e Ruy votaram a favor da coluna em branco. Eu me opus, votei contra, dizendo que eles não tinham nenhum tanque para resistir e fatalmente seriam forçados a recuar. Mas nessa altura eu já estava no chão. No dia seguinte, o general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar de Geisel, ligou para o jornal e Frias pediu que me demitisse; e me demiti. Ele não me demitiu, pediu que eu o fizesse (ABRAMO, 1988, p. 90).

A publicação sem seu aval foi a justificativa para sua crítica a Lourenço Diaféria. Defender o cronista não era algo válido diante de sua perspectiva de não manter uma relação conflituosa com os militares, ideia que norteava a lógica da empresa jornalística. Percebendo-se como principal prejudicado – como Sylvio Frota, em outra esfera –, sua oposição à publicação da coluna em branco foi reiterada mesmo diante da polícia.

Dias depois, fui interrogado por um inspetor especial, na Polícia Federal, sobre a tal coluna de Diaféria. Expliquei que a coluna havia sido mandada para a oficina à minha revelia, e que eu não a publicaria, se tivesse sabido de seu conteúdo. E que, por mim, demitiria Diaféria, um cronista muito medíocre; ele tentou fazer algo que demandaria o talento de um grande escritor. Eu teria tirado a alusão ao Duque de Caxias, não porque ela não devesse ser feita, mas porque para isso seria necessário alguém que manjasse muito bem a língua, que manipulasse bem as palavras. O que não era o caso de Diaféria (ABRAMO, 1988, p. 90).

A reafirmação de seu descontentamento com a publicação de *Herói. Morto. Nós.* serviria como aval diante dos policiais e demonstraria seu ressentimento em relação a Diaféria. Chegava a adjetivá-lo como um “cronista muito medíocre” e com pouco talento para seu ofício. Em sua leitura, se o escritor tivesse mais habilidade, as

ambiguidades e críticas provavelmente não seriam tão evidentes como eram em suas crônicas, especialmente naquela. Posteriormente, Abramo foi convidado por Frias para trabalhar como correspondente em Londres, mas recusou, permanecendo no jornal como membro do Conselho Editorial, até sair, durante a greve dos jornalistas de 1979. Trabalhou com Mino Carta no *Jornal da República* e, ao final deste, aceitou o convite para morar na capital britânica.

Entretanto, o desencadeamento do processo com os militares acarretando em sua realocação dentro da *Folha de S. Paulo*, fazia com que além de considerar Lourenço Diaféria como uma figura pouco elogiável, analisasse sua própria participação na *Folha* de forma pessimista.

Se tivesse que repetir toda a experiência da *Folha* não o faria de novo, porque foi muito frustrante profissionalmente. Mesmo considerando que contribuí para a organização do jornalismo brasileiro e que, na *Folha*, ajudei um pouco a apressar o processo democrático, a experiência não foi boa (ABRAMO, 1988, p. 90).

Diante do ressentimento, Abramo não levava em conta as publicações correntes naquele período que incomodavam os militares ou mesmo o próprio acompanhamento da ação contra o cronista até a década de 1980. Seus embates com a publicação das crônicas, a impressão da coluna em branco e os arranjos que isso promoveu fizeram parte de uma narrativa em que a crônica e suas demais implicações apareciam como menores, secundárias.

2.6 A PRISÃO DE LOURENÇO DIAFÉRIA

No dia 16 de setembro, o Centro Acadêmico 22 de Agosto, da Faculdade Paulista de Direito (PUC/SP), emitiu a nota:

O canto direito da última página de um conhecido jornal da capital, onde muitos de nós estamos acostumados a ler diariamente as crônicas de Lourenço Diaféria, estava hoje em branco.

Ao pé da página uma nota da redação explicava: “A crônica diária de Lourenço Diaféria deixa de ser publicada em virtude de o cronista ter sido detido às 17 hs de ontem, pela polícia federal...”

O jornalista se transformou, assim, em mais uma vítima de uma aberração jurídica intitulada “Lei de Segurança Nacional”, um dos instrumentos de uso e abuso do Regime Militar, destinado a perseguir os importunos, aqueles que insistiam em defender um regime democrático para a nação.

De uma elasticidade incrível, a LSN é suficientemente obscura a ponto de o mais abalizado dos juristas não conseguir nos definir quais atos humanos constituem crime contra a Segurança Nacional, ou mesmo o que vem a ser Segurança Nacional.

Repudiamos a prisão arbitrária do jornalista e nos solidarizamos a todos que, como Diaféria, foram vítimas daqueles que não contando com o apoio popular, necessitam de Leis de Segurança Nacional, Atos Institucionais e Complementares, Leis falcão, Decretos Tipo 477 e a força das armas, para se manterem no poder ⁹⁷

Lourenço Diaféria aparecia não apenas como alguém injustiçado, mas um caso demonstrativo do perigo da livre interpretação da LSN. Incluindo nisso a crítica aos aparatos legais elaborados durante o período para subsidiar as ações de repressão. Tornava-se referência para lutas por direitos humanos e um sistema político mais democrático. A PUC foi invadida pelos militares, chefiados pelo Secretário de Segurança Erasmo Dias, seis dias após a publicação da nota.

A *Folha de S. Paulo* publicou a manchete *Presos 1.000 na PUC*, sobre o momento em que os que festejavam a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) foram surpreendidos com “cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral”. A reitora Nadir Kfourri foi contra a ação violenta e o vice-reitor, Edênio Vale, questionou a ação: “vários alunos estavam assistindo aula. Como é que vocês querem que eu me sinta com a Polícia invadindo assim o campus? Como é que pode?”. Contudo, o Secretário afirmava que a dissolução da manifestação que ocorria era legal pois “o ato público está proibido” e todos seriam enquadrados na LSN (FSP, 23/09/77).

Não é o caso de estabelecer relações diretas entre a invasão na PUC e a defesa à Diaféria, isto esvaziaria a mobilização e os debates dos

⁹⁷ *Nota à Imprensa*. 16/09/77. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-C-0-5088

estudantes que vinham de momentos anteriores. Porém, o cenário nos permite perceber a forma como foi apropriada a crônica e a amplitude dos questionamentos que desencadeou o debate. Neste entorno, estão questões como a circulação de informações na mídia e sua capacidade de influência.

A prisão de Loureço Diaféria ocorreu no dia 15 de setembro de 1977 e foi noticiada no dia seguinte. Embora o jornal seja vinculado com o tempo presente, as notícias de um dia são, geralmente, expostas no próximo, devido ao tempo necessário para elaboração e impressão do meio. Assim, foi a edição do dia 17 que contou com uma das coberturas mais completas e significativas, exibindo o pronunciamento da *Folha de S. Paulo* e dos primeiros apoiadores e críticos da prisão do cronista (Figura 5).

O editorial da *Folha* apresentou o texto intitulado *Nós*, em alusão ao título da crônica que fora alvo dos militares, situação que qualificou como “chocante e lamentável episódio”. Contudo, o artigo tinha como objetivo principal a defesa do próprio jornal. O texto informava que a *Folha* era, naquele momento, o assunto dos noticiários em um mal-entendido que ia contra a trajetória de prestação de serviços ao país e ao governo. Por isso, admitia perplexidade ao ver um “companheiro dotado de extraordinárias qualidades de ser humano, de cristão e de brasileiro, alvo de iniciativas que acreditamos só possam ser fruto de um deplorável, de um enorme mal-entendido” (FSP, 17/09/77). A defesa do jornal foi uma das mais enfáticas, se deu com base nos editoriais que publicou no primeiro e terceiro dias de setembro, sobre a morte do sargento Silvio Hollembach e as comemorações da Semana da Pátria, respectivamente.

No primeiro editorial – intitulado *O Humilde Grande Exemplo* e publicado no mesmo dia que *Herói. Morto. Nós.* –, buscava-se dar o reconhecimento ao ato do sargento, assim como o fez o cronista, mas com um desfecho diferente. Na opinião do jornal, o fato ocorria em um momento delicado dos rumos da Nação em que havia tentativas impatrióticas de opor civis e militares. Esta ideia permaneceu em outros editoriais, bem como a consideração de que

Hollembach representava a instituição militar, que respeitava e cuidava da sociedade, aproximando-os dos civis. Diferente do antagonismo que Diaféria descrevia.

No dia três de setembro foi publicado o outro editorial que o jornal utilizou em sua defesa, intitulado *Festa de Unidade*, dedicado à Semana da Pátria. Nele, colocava-se como apoiador da ordem estabelecida, embora fizesse a ressalva que apoiar eventos como este não significava ser cooptado com determinado regime político.

Os brasileiros de todo o País, ao se reunirem para os festejos, deles participando, não são vistos nem se vêem como atores políticos aderindo à Pátria em sua situação no tempo presente. A adesão dos brasileiros à simbologia da Independência tem significação mais profunda e mais permanente porque se focaliza na Pátria do passado, do presente e do futuro. A Pátria de sempre, que não se confunde com um instante da Pátria. Ao longo de sua História, a Pátria continua sendo ela mesma, um valor de referência e de identificação para cada brasileiro, não importa que regime político predomine ou que organização do Estado prevaleça. Acima das contingências está a coesão com uma identificação intemporal de valor essencial e portanto não suscetível de interpretações e de comportamentos movidos por paixões políticas transitórias (FSP, 03/09/77).

Nesta perspectiva, a comemoração pela Independência não deveria ser assumida por um agrupamento político, nem da situação e menos ainda da oposição, que poderia gerar quaisquer desordens. Isto era entendido como “insanidade impatriótica a ser repelida preventivamente pelos que estejam sendo seduzidos entre os estudantes e populares menos avisados”, assim, “intenções e ações divisionistas da unidade dos festejos devem ser tratadas com forte senso de proporção a revelar também maturidade de mando”. Pois, de acordo com o editorial, “violenta o sentimento de confraternização qualquer iniciativa que procure romper a unidade apolítica e não corporativa dos festejos da Independência” (FSP, 17/09/77).

Neste apelo pela unidade e adesão aos símbolos nacionais, a *Folha* se colocava em consonância com os objetivos do governo, ao

mesmo tempo que compreendia que eventos como a Semana da Pátria não deveriam ser tomados como apropriações dos militares apenas. Os dois textos serviam como justificativa para que o jornal fosse visto como parte importante para a formação de uma nação unida e próxima dos valores militares. Retornando ao editorial do dia 17, que remetia a estes, referente à prisão de Diaféria, nota-se que a tentativa de não entrar em conflito era a que o regia.

A coluna em branco era explicada não como forma de resistência, mas em “demonstração de respeito e apreço”. Pois sua ação não buscava “o recurso das escaramuças inúteis, de hostilidades permeadas de estratégias pueris, que a nada levam e que, sobretudo, nada constroem, deixando um triste saldo de ressentimentos e desgastes mútuos” (FSP, 17/09/77). Assim, a *Folha*, mesmo ao tentar defender o cronista, não se posicionava claramente contrária ao governo e buscava, em sua trajetória de proximidade, respaldar sua confiabilidade.

Em um momento no qual a própria sobrevivência da empresa estava em jogo, não nos cabe julgar a atitude dos diretores da *Folha de S. Paulo*. Porém, esclarecer que a relação com o governo era complexa o bastante para que as manobras fossem sutis e que tanto as contraposições ao governo quanto a adesão aos seus valores traziam benefícios e ônus para a sustentação no mercado. Por isso, vale considerar a delicada relação entre o apoio ao cronista e a manutenção do quadro de funcionários dentro de determinados limites que eram postos tanto pelos aparatos do regime quanto pela questão empresarial.

Além do editorial, a edição do dia 17 trazia diversas reportagens interessantes para compreendermos os desdobramentos do caso e seu contexto. Neste sentido, duas notas merecem ser exploradas: a primeira sobre a revisão do laudo de autópsia de Vladimir Herzog, pedido por sua viúva Clarice, que acusava o médico Harry Shibata de falsidade ideológica, por ter assinado o documento sem participar da autópsia. Este dizia que a morte do jornalista era decorrente de suicídio nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. O caso teve notória repercussão no período, especialmente pelo simbolismo da morte do jornalista, como denúncia da violência do regime e fortalecimento da luta pelos direitos humanos.

O pedido de revisão levantou questionamentos acerca da atuação do estado e da imprensa que, de certa forma, relacionavam-se com a prisão do cronista ao colaborar na criação de um ambiente propício para os desencadeamentos tanto da produção da crônica e suas reivindicações, quanto para a sensibilização pública para defesa de Lourenço Diaféria.

A outra nota versava sobre o sargento que havia salvo a criança no zoológico de Brasília. Silvio Delmar Hollembach, morto pelas ariranhas, era uma figura em disputa. Era noticiada a homenagem que o sargento recebeu dos militares, reafirmando a demonstração de que o trabalho destes não era incompatível com a comoção em relação aos problemas sociais e como forma de negar a excepcionalidade que Lourenço Diaféria descreveu na ação do sargento. Hollembach ganhou promoção póstuma em um processo defendido pelo próprio general Sylvio Frota. Tendo em vista a importância que tinham para Frota os valores norteadores dos militares, a própria manutenção dos heróis nacionais tornava-se relevante, como demonstrou na defesa do Duque de Caxias.

Enfim, com a chamada *Advogado faz visita a Diaféria*, iniciou-se a série de reportagens, no dia 17, sobre a prisão do jornalista. Dividido em tópicos, diversos personagens se pronunciaram. Primeiramente, o advogado Leonardo Frankenthal comentou que, mesmo sem acesso ao inquérito instaurado pelo ministro Armando Falcão, conseguiu com o delegado Raul Ketter permissão para entrevistas sempre que necessário. Disse ter notado que o cronista estava sendo bem tratado e que provavelmente seria liberado antes dos trinta dias que cabia no Artigo 59 da Lei de Segurança Nacional, pois sua reclusão era apenas para averiguação da acusação⁹⁸.

Por conta da forma como eram tratados os presos durante o regime, especialmente diante das cartas de denúncias citadas anteriormente, chama atenção a forma como foi descrita a primeira visita a Lourenço Diaféria.

As 13h50 de ontem, o agente que zela pela prisão de custódia da Polícia Federal, abriu a porta que dá para o porão e chamou por Lourenço Carlos Diaféria, para conversar com seu advogado e dois de seus familiares. Foi o primeiro encontro do jornalista com pessoas alheias à Polícia Federal, desde sua prisão.

⁹⁸ No Artigo 59 do Decreto-Lei nº898, de 29 de setembro de 1969, consta que “Durante as investigações policiais o indiciado poderá ser prêso, pelo Encarregado do Inquérito até trinta dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Êste prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou.”

Em passos rápidos, Diaféria surgiu sorridente no amplo salão onde ficam alguns agentes e o delegado de plantão. O jornalista recebeu uma bandeja de sanduíches enviada por sua esposa, dizendo que iria dividi-la com seus companheiros de cela. Afirmou que estava sendo bem tratado e em seguida conversou durante meia hora com seu advogado.

O jornalista está numa cela com banheiros, televisão, biblioteca, e beliches com colchões de espuma. Seus objetos pessoais continuam em seu poder. Na mesma cela de Diaféria estão outros presos da Polícia Federal, geralmente considerados de nível mais elevado que a maioria dos presos comuns (FSP, 17/09/77).

Parece irônica a caracterização do cronista como “sorridente” e o foco em questões secundárias como a “bandeja de sanduíches” que dividiria com companheiros de cela ou seu quarto com “beliches com colchões de espuma”. Por meio destes floreios e caricaturas, a reportagem dava margem para a dúvida do leitor. Por outro lado, parece haver um esforço em tratar da prisão de forma amena o suficiente para não comprometer a empresa jornalística. A cena, quase que um enredo teatral, destoa das demais notícias da página.

Em contraposição, o ato de prisão foi descrito de forma cética, sem a positividade da visita. A família do cronista e os vizinhos perceberam, no período da manhã, a movimentação dos agentes na rua em que moravam – rua Ministro Sinésio Rocha, no bairro Pompéia. Os policiais, que rondavam com um Ford Corcel, teriam feito ligações nos cabos telefônicos para criar um posto de escuta. Durante a tarde, um deles foi até a casa da família e disse que Lourenço Diaféria deveria acompanhá-lo para evitar uma “situação desagradável”. O cronista, que não estava em casa no momento, ao chegar dirigiu-se ao Departamento de Polícia com os agentes. Pelo exposto – considerando que a narrativa da imprensa não era livre dos desmandos e aparatos repressivos do governo – ele não resistiu e não houve violência física por parte dos policiais.

Posteriormente, de acordo com a reportagem, formou-se uma rede de solidariedade: “na residência do jornalista, o telefone praticamente não para de tocar. São amigos, parentes e um grande número de leitores e admiradores que querem oferecer solidariedade à família” (FSP, 17/09/1977). Na redação da *Folha*, “quase uma centena

de telefonemas também foram recebidos”. Isso fazia jus à crônica sobre a temporada dos irerês, publicada dias antes.

Em defesa do cronista preso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais procurou o coronel Benedito Félix, superintendente do Departamento Regional da Polícia Federal, para obter mais informações sobre o caso. A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, presidida pelo jornalista Airton Luís Baptista, distribuiu nota de apoio afirmando sua “posição firmada de luta permanente em defesa da liberdade de imprensa” e pediu para que o julgamento se desse a partir da Lei de Imprensa e não da LSN. A ABI também distribuiu um comunicado acerca do evento, manifestando “preocupação diante da violência de sua prisão” (FSP, 17/09/1977), que havia sido efetivada antes de qualquer depoimento de Diaféria perante as autoridades e também lamentando que o Ministério da Justiça não tivesse acionado a legislação para imprensa.

Na *Folha de S. Paulo*, os jornalistas elaboraram um memorial em apoio ao cronista, reunindo 167 assinaturas.

Nós, da Redação da “Folha de S. Paulo”, cumprimos um dever de consciência dando testemunho público em favor de um companheiro. Lourenço Diaféria, acusado de haver violado dispositivos da Lei de Segurança Nacional em crônica publicada a 1º do corrente.

Lourenço Diaféria é um dos mais dignos funcionários desta Casa. Como pessoa e como profissional, goza, na mais alta escala, da estima e do respeito de todos nós. Moderado, cordato, padrão de honradez, tem demonstrado, por sua ação dentro e fora do jornal, não compactuar com radicalismos e não tem compromissos ideológicos com extremismos. Nele reconhecemos, por longo convívio, o cidadão comprometido tão-somente com a sua consciência de brasileiro e cristão.

As convicções de Lourenço Diaféria são expressas em seu trabalho – de maneira especial as crônicas que, há mais de 10 anos, publica neste jornal. E na convivência diária com seus colegas e amigos, sempre pautada pela mais absoluta retidão.

Tão bem quanto nós, seus amigos, podem julgá-lo os paulistas, seus leitores. O pungente sentido de humanismo que perpassa os escritos de Lourenço Diaféria identifica-o como homem comum, o

homem da rua, principalmente os sofridos e humildes, os “gatos pardos” de que ele fala no seu primeiro livro de crônicas.

Identifica-o também, e por isso mesmo, com os mais legítimos sentimentos de nacionalidade brasileira – que repelem antagonismos entre irmãos, discriminações contra qualquer segmento da nossa sociedade.

Nesta hora difícil da vida pessoal e profissional de Lourenço Diaféria, não lhe poderia faltar a solidariedade de seus companheiros da Redação. Solidariedade não a um acinte – que, estamos certos, ele não cometeu -, mas a solidariedade mais ampla a um homem digno, exemplar cidadão, profissional consciente (FSP, 17/09/77).

A caracterização como um jornalista acessível, comprometido e amigável estava presente antes mesmo do desencadeamento do processo. Buscou-se, reiteradamente, nas defesas do cronista, apresentá-lo como um cidadão exemplar e consciente de suas ações, com fortes sentimentos de nacionalidade e sem desejos de afrontar os militares, compondo o sujeito oposto ao escritor de injúrias. Esta compreensão da personalidade de Diaféria, adicionada à leitura da crônica como elogiosa às Forças Armadas foi, no plano discursivo, o que seus apoiadores usaram para defendê-lo.

Quanto ao quadro político, entre MDB e Arena, as posições tenderam a permanecer como as expostas no momento da acusação de violação da LSN. Contudo, como os indivíduos não são facilmente explicáveis apenas por uma característica ou por uma postura política, não basta afirmar que todos se posicionaram da mesma forma em cada grupo político. A declaração de Cláudio Lembo é exemplar neste sentido. O então presidente da Arena Paulista afirmou que: “através de amigos comuns, tenho as melhores referências a respeito do jornalista Lourenço Diaféria. Desconheço qualquer posição extremada de sua parte. A crônica hoje objeto de análise pelo Judiciário, que foi publicada no dia 1º de setembro, parece não refletir o pensamento constante de Diaféria” (FSP, 17/09/77). Lembo se colocou em defesa do cronista, embora arenista. Um contato em comum, entre Diaféria e Lembo, que poderia ter dado referências positivas do cronista ao político, era Dom

Evaristo Arns. O cardeal foi, provavelmente, o principal articulador em defesa de Lourenço Diaféria⁹⁹.

Ele se pronunciou neste dia com um espaço maior e relações mais elaboradas que os demais personagens. Defendeu Lourenço Diaféria, reafirmando que este tinha um contato bastante próximo com a Igreja Católica em São Paulo. A última conversa entre eles, contou, foi um encontro “casual” na sede do jornal *O São Paulo*, da Cúria Metropolitana paulistana. Estranhamente, o encontro ocorreu na quinta-feira anterior à reportagem, dia da prisão do jornalista. Era provavelmente na sede do jornal, com Arns, que Diaféria estava quando os policiais bateram na porta de sua casa.

O cardeal reafirmava a interpretação de que a crônica “até enaltece o Exército”. De certa forma, este tipo de leitura parece tentar divulgar uma determinada interpretação do texto literário - que por ser propositalmente ambíguo facilita este tipo de defesa - mostrando que não havia injúria em *Herói. Morto. Nós*. O jornal *O São Paulo* publicou em editorial, junto a uma crônica de Diaféria, que “Lourenço, o nosso bom companheiro, cronista da simplicidade e do bem querer, dos sonhos muito sentidos de um povo em busca da felicidade, Lourenço não pode ser uma questão de segurança nacional. Ele, por projeto de vida, se opõe ao “Animus injuriandi”. Resta o equívoco.” (FSP, 17/09/77).

O cardeal Arns retomou o pedido de outros defensores do cronista, afirmando que ele deveria ser julgado a partir da Lei de Imprensa e não da LSN, que, a seu ver, seria fundamental para “a liberdade dos meios de comunicação e para a imagem interna e externa do país”, considerando que o cerceamento das liberdades vigente na ditadura estava sendo questionado até mesmo pelo próprio governo estadunidense. Após saber da prisão, procurou o Padre Alfonso Pastore, da comunidade eclesial da Pompéia, onde Diaféria participava, para estudar providências para o caso. Vinculado a este quadro, estava também o Professor Dalmo Dallari, Presidente da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz - vertente da luta pela não-violência -, que disse estudar as providências que a Comissão poderia adotar.

No dia da publicação destas notícias, Lourenço Diaféria prestou depoimento. A *Folha* de 18 de setembro noticiou que o delegado Raul Ketter havia enquadrado o jornalista na LSN, após duas horas e meia de

⁹⁹ A informação acerca da proximidade entre Cláudio Lembo e Evaristo Arns foi encontrada em reportagem sobre a autorização de Cláudio Lembo, quando Governador de São Paulo, para que fossem indenizados 174 ex-presos da ditadura.

interrogatório. A mesma edição, ironicamente, estampava na capa a chegada dos irerês: *As aves chegam, floresce o café*. O cronista, de acordo com a reportagem, defendeu-se afirmando que a crônica não era injuriosa e que buscava apenas elogiar o sargento Delmar Hollembach (FSP, 18/09/77). Seu advogado avisou que pediria a revogação da prisão ao juiz auditor Nelson Guimarães, da 2ª Auditoria Militar¹⁰⁰.

O artigo mais comentado no processo foi o 39 da LSN. Nele, consta que é crime incitar guerra ou subversão da ordem político-social, desobediência coletiva às leis, incitar também paralisação do serviço público ou demais atividades essenciais e o ódio ou discriminação racial. O caso da publicação da crônica estaria ligado à incitação de animosidade entre Forças Armadas e civis, Inciso III do Artigo, cuja reclusão prevista era de 10 a 20 anos. Além deste, na acusação feita pelo promotor, eram apresentados mais duas leis usadas pelo delegado Raul Ketter. Além do Artigo 39, descrito acima, Lourenço Diaféria foi autuado no Artigo 16, no qual consta que seria punido aquele que “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituída”. E também no inciso V do Artigo 45, sobre a atuação em propaganda subversiva “injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido fôr órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições”¹⁰¹.

O Artigo 16 vinculava-se diretamente aos meios de comunicação, enquanto o 39 informa que “se os crimes previstos nos itens I a IV

¹⁰⁰ O Juiz Nelson Guimarães foi um dos atuantes no regime militar que prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em julho de 2014, onde afirmou ter conhecimento de casos de tortura nas dependências do DOI-CODI. Bem como deixou clara sua convicção da relevância de seu trabalho prestado à Justiça Militar diante de uma ameaça externa. Nas palavras do Juiz aposentado: “Naquela época fazia-se no Brasil a luta armada, esta luta armada pretendia a imposição de um regime antidemocrático contrário à alma brasileira. Brasileiros enganando-se, estavam seduzidos por uma ideologia intrinsecamente má e perversa, como muitas outras aliás, diferentes apenas em alguns detalhes. Mas todos com total despreço pelos direitos humanos fundamentais, eram treinados e apoiados pelo governo cubano, por governos da Europa oriental e pela China ainda maoísta, tentando transformar nosso país em um outro Vietnã, como está dito com todas as letras por Carlos Marighela no Mini Manual do Guerrilheiro Urbano. Era sim uma guerra com origens em potências estrangeiras, o que justifica, plenamente, a ingerência das forças armadas.”.

¹⁰¹ Presente no Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969

forem praticados por meio de imprensa, rádio difusão ou televisão”, como o fato ocorreu, a reclusão seria de 15 a 30 anos. A preocupação com o controle de informações era algo tão importante na LSN que ainda constava que, se a responsabilidade fosse do “diretor ou responsável de jornal, periódico, estação de rádio ou de televisão, além da pena, privativa da liberdade será imposta a multa de 50 a 100 vezes o valor do maior salário-mínimo vigente à época do delito”¹⁰². Ou seja, havia uma vigilância expressiva diante destes meios devido à capacidade de atuação na sociedade.

O pedido de julgamento do cronista a partir da Lei de Imprensa e não da Lei de Segurança Nacional foi recorrente. Não há sugestões quanto a qual artigo Diaféria poderia ser enquadrado na legislação específica para imprensa, contudo há semelhantes ao da LSN que podemos usar como comparativo. A Lei de Imprensa, instaurada a partir da Constituição de 1967 contava com o Artigo 24, que garantia a punição diante da difamação e injúria contra a memória dos mortos, podendo ser utilizada diante da considerada ofensa ao Duque de Caxias. A pena seria de detenção de um mês a três anos ou multa de até vinte salários mínimos, penalidade mais branda do que aquela na qual o cronista foi enquadrado. Outros que poderiam ser considerados vinculam-se a qualquer tipo de ofensa, como o Artigo 16, que afirma que é crime “publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados”. O Inciso I se enquadraria na acusação, pois dirigia-se à “perturbação da ordem pública ou alarma social”. De qualquer forma a pena continuaria consideravelmente menor que a julgada pela LSN, caindo para até um a seis meses de detenção e multa de cinco a dez salários-mínimos.

O jornal *Notícias Populares*, de São Paulo, trouxe uma reportagem com o advogado criminalista Heleno Cláudio Fragoso, que analisou aspectos jurídicos do “caso Diaféria”. O jurista considerou a prisão “abusiva e ilegal”, e o processo, um “abuso de poder”. Além disso, interpretando o Artigo 39, o advogado afirmou que a forma como o Duque de Caxias foi desrespeitosamente aludido não constitui incitação subversiva, pois a “incitação constitui forma dinâmica da manifestação de pensamento, através da qual se procura conduzir os destinatários da mensagem a empreenderem uma ação” (NP, 17/09/77). Além disso, afirmou não haver incitação uma vez que não havia como perceber no texto escrito nada capaz de provocar animosidade entre militares e civis. E, por fim, relatou não se tratar de crime, já que faltaria

¹⁰² Presente no Decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969

o propósito elementar aos crimes políticos: o de atentar contra a segurança do Estado.

Posteriormente, havia notas na *Folha* sobre as visitas recebidas por Lourenço Diaféria, que seriam suspensas no dia seguinte¹⁰³. Os que o visitaram estavam esperançosos de que ele, um homem sem “tendência subversiva”, não tivesse o processo levado adiante. Um destes encontros foi com o jornalista e político Freitas Nobre – líder do MDB na Câmara dos Deputados e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do estado de São Paulo –, “compadre” de Diaféria, de acordo com a notícia (FSP, 18/09/77). Nobre contou ao jornal que Diaféria estava lendo *Pensamentos de Santo Agostinho*, a Bíblia e *Um Pássaro em Pânico*. Esta foi uma obra lançada naquele ano e escrita por Elias José¹⁰⁴, uma reunião de contos sobre a morte, a sexualidade, as faltas humanas e a solidão, em que, em meios às fantasias do autor, era apresentada a inquietante vida íntima dos personagens.

Suas leituras são bastante significativas, além da Bíblia, o que mostra sua vinculação com os preceitos religiosos, a obra de Santo Agostinho também permite compreensões relevantes¹⁰⁵. Os escritos do

¹⁰³ Exposto na notícia *Suspensas visitas a Diaféria*, de 19 de setembro de 1977, seguida pela reportagem *Representação*, afirmando que “O procurador-geral Milton Menezes da Costa Filho, se pronunciará amanhã sobre a representação da viúva do jornalista Vladimir Herzog contra o médico Harry Shibata, diretor do IML de São Paulo, que acusou o médico de crime de falsidade ideológica, por ter constado que ele assinou o exame necroscópico do jornalista sem ter participado da necropsia”. Como dito, este caso seguiu em paralelo à acusação do cronista.

¹⁰⁴ O escritor de contos, romances e poesias, nascido em 1926 em Minas Gerais, foi professor de literatura brasileira e teoria literária, por isso considerava importante conhecer e ler o trabalho da crítica. Em *Um pássaro em pânico*, defendia a preocupação com a linguagem, sem cair na “esterilidade formal” (p.6) e que os meios de comunicação divulgassem a literatura nacional e fosse regulamentada a produção do livro, para estimular sua produção no país. Anteriormente, Elias José recebeu o prêmio Jabuti de melhor livro de contos e o Prêmio Governador do Distrito Federal com a obra *Inquieta Viagem ao Fundo do Poço*, em 1974. Além deste, escreveu mais de uma centena de livros, muitos dos quais para o público infanto-juvenil. Faleceu em 2008, no mesmo ano que Diaféria, também no estado de São Paulo.

¹⁰⁵ As ideias agostinianas eram retomadas nas lutas contra a ditadura, servindo à reflexão crítica em relação à justiça social, “especialmente frente ao grande sistema de dominação e exploração econômico-político-social, no qual uma pequena minoria, rica e poderosa, oprime e massacra, historicamente, uma

religioso tinham importância também na construção dos debates da Teologia da Libertação na América Latina¹⁰⁶. O próprio Dom Paulo Evaristo Arns era um estudioso do tema. Com relação ao livro, Diaféria afirmou estar “surpreendendo-se com as descobertas que faz no texto do livro que lhe proporcionaram” (FSP, 18/09/77).

Quanto aos usos do caso de Diaféria no debate político, o advogado se pronunciou.

Após a visita, o advogado disse à imprensa que “se pudesse recomendar algo, seria apenas confiança e tranquilidade, absolutas e sem quebra”.

E acrescentou Frankenthal: “Este é um processo delicado, em que meu constituinte não é, e não deseja definitivamente, ser bandeira de quem quer que seja, oposição ou situação. Nenhuma atividade outra, que no exercício pleno e sem restrições de seu direito de defesa, será recomendável ou bem-vinda. Meu constituinte não se beneficiará com manifestações que visem envolvê-lo em problemas de grupos sectários, ou torná-lo exemplo, motivo ou pretexto”.

Afirmou ainda que “a Justiça compete pronunciarse e pessoalmente reputo prejudiciais manifestações que não sejam de ajuda moral, conforto e solidariedade humana de seus companheiros, amigos leitores, solidariedade sem cor política, sem alvos recônditos, sem agressões ou provocações.”

grande maioria da população, pobre e oprimida” (COSTA, 2006, p.78). Santo Agostinho tinha como algumas de suas questões o problema da felicidade do homem, “segundo Agostinho -, o caminho para se alcançar essa ‘Verdadeira felicidade’ é a Virtude, que consiste na ‘*Vera Pietas*’, ou seja, em amar a Deus, em primeiro lugar, e ao próximo, como a ti mesmo, em segundo.”(p.90). Além disso, estava presente em seu pensamento a crítica à mentira, falsa retórica, como instrumento de dominação e manipulação a serviço das estruturas de poder.

¹⁰⁶ No que tange a produção nacional, o autor Marcos Roberto Nunes Costa, cita os trabalhos de Clodovis Boff intitulados *A via da comunhão de bens: a regra de Santo Agostinho comentada na perspectiva da teologia da libertação e Pastoral e Teologia da Libertação em Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho*.

“Este é o caminho para a demonstração, plena e inarredável, de sua inocência”, concluiu o advogado (FSP, 18/09/77).

A fala de Frankenthal, na tentativa de não colocar seu cliente como bandeira de luta – porque achava inválido ou para preservá-lo perante os militares –, foi mais uma reação ao movimento que ocorria nesse sentido do que uma prevenção, na medida em que jornalistas, religiosos e estudantes já haviam se expressado. Muitos deles, inclusive, próximos do cronista. Além disso, relações como sua vinculação com o movimento da Firmeza Permanente e a crônica *Ainda bem que existem os irerês*, de 10 de setembro, deixavam expostos, nas palavras e atitudes de Diaféria, que este apreciava estes apoios e almejava mudanças no quadro político.

Diferente do que desejava o advogado, a repercussão do enquadramento perpassou diferentes lugares. Trouxe à tona a questão da liberdade de imprensa, dos limites da atuação do governo instituído e seus aparatos de manejo da ordem e da própria relação entre a informação jornalística e a crônica. A *Folha de S. Paulo* e o quadro militar que tinha o poder político foram diretamente afetados pelas consequências da publicação de *Herói. Morto. Nós*. Lourenço Diaféria transitava entre a imagem de malfeitor com injúrias aos militares e aquele que tratava de amenidades, em uma interpretação na qual seu texto louvava o Exército. Diante de um evento recente, coberto pela mídia empresarial e em que as informações são numerosas, a análise da primeira quinzena após a prisão é capaz de formar um quadro detalhado do processo.

A prisão transcorreu em poucos dias e em meio a muitas notícias. Na edição do dia 20 – a mesma em que o jornal parava de publicar seus editoriais – era noticiado que o juiz Nelson Guimarães decidiria sobre o pedido de suspensão de prisão feito por Frankenthal e sobre o parecer do promotor Dácio Araújo, representante do Ministério Público, acerca do processo instaurado para apurar a responsabilidade de *Herói. Morto. Nós* (FSP, 20/09/77). Mesmo noticiada no dia anterior à suspensão de visitas, Diaféria recebeu um familiar e integrantes da comissão do Sindicato dos Jornalistas, incluindo seu o presidente, Audálio Dantas. Afirmou a eles que “tem assistido a novelas todas as noites, pediu para que ‘os colegas se mantenham tranquilos’”, provavelmente como dizia o advogado.

O juiz do caso, Nelson Guimarães, indeferiu o pedido feito por Frankenthal, declarando não ser a autoridade competente para isso.

Afinal, o jornalista estava preso com base no Artigo 59 da LSN, que versa sobre o recolhimento para investigação, e a responsabilidade seria, então, do encarregado policial do inquérito. O pronunciamento do juiz foi exposto no jornal, justificando a impossibilidade de atuar na libertação do cronista, contando que o delegado “capitulou o fato como ofensa ao artigo 39 da Lei de Segurança e, assim, teria demonstrado que ‘nenhuma prova mais seria necessária para a classificação do delito, pois tudo o que necessitava encontrara na crônica’ (sic) do que decorre a desnecessidade da prisão” (FSP, 21/09/77), pois esta era para a averiguação.

Às cinco horas do mesmo dia – cinco dias após sua prisão para averiguação –, Lourenço Diaféria foi posto em liberdade. A notícia apareceu na edição da *Folha* de 21 de setembro, em que era explicada a libertação, determinada pelo delegado da Raul Ketter, que dirigia o inquérito. Estes foram apenas os primeiros passos de uma trama que se desenvolveria até 1980 e que marcou a trajetória de Lourenço Diaféria, assim como a da *Folha de S. Paulo* e do próprio manejo dos militares durante a reabertura política.

Diaféria fez uma declaração sobre seus dias na Polícia Federal, uma de suas poucas exposições que não se dava por meio das crônicas.

Depois de solto, Lourenço Diaféria esteve por alguns minutos no escritório de seu advogado, onde deixou a seguinte nota, escrita de próprio punho:

“Fui tratado com decência e dignidade. O apoio moral recebido muito me confortou. Estou feliz por terem sido apenas humanitárias as manifestações a um homem que quer provar que nunca tentou ofender ninguém, que ama sua pátria, sua profissão, seus irmãos, sua esposa e seus filhos: São Paulo, 20 de setembro de 1977” (segue no documento a assinatura de Lourenço Diaféria). (FSP, 21/09/77).

A nota era mais coerente com as falas do advogado, que estava junto com o cronista no momento da redação, do que com o que havia publicado até então no caderno *Ilustrada*. Contando que o processo estava em andamento e que sua libertação não significava o fim, mas o início da efetivação da acusação, a própria nota haveria de contribuir para criar uma imagem mais conciliadora do cronista. A esperança era a de que houvesse uma mudança no processo e que este fosse julgado de

acordo com a Lei de Imprensa, o que transferiria o caso para a Justiça Civil. Até 1980, o processo do cronista foi acompanhado pela imprensa e, diferente do que pedia Frankenthal, a prisão de Lourenço Diaféria tornou-se uma bandeira.

CAPITULO 3 - E AGORA, A NOTÍCIA FINAL: É PRIMAVERA

Com a crônica intitulada *E agora, a notícia final: é primavera*, no dia 29 de setembro de 1977, Lourenço Carlos Diaféria retornou ao seu trabalho na redação da *Folha de S. Paulo*. Sua prisão não foi muito longa, porém, bastante significativa, tanto pelo modo como marcou sua trajetória, quanto pelos debates que levantou na mídia, em um momento em que emergiam expectativas e possibilidades em torno da promessa de reabertura, impulsionadas por demandas sociais como o fim dos atos institucionais, a liberdade de imprensa e a participação política.

O acompanhamento pela imprensa possibilitou uma percepção mais detalhada dos encaminhamentos jurídicos e seu alcance. Temas como censura e liberdades democráticas permaneceram sendo mobilizados pelas instituições que se colocavam ao lado do cronista. Representantes da oposição, da Igreja, dos estudantes, leitores e parte da própria mídia se colocam em sua defesa. Na trama de reabertura política, a acusação ao cronista chegou ao período de instauração da Lei de Anistia, de 1979, afetando a conclusão do inquérito.

Em 1980, Lourenço Diaféria parou de publicar regularmente na *Folha*. Seus anos finais no jornal não foram muito comentados, embora os primeiros momentos do inquérito e suas consequências iniciais sejam reiteradamente lembradas. Entre 1977 e 1980, Diaféria permaneceu com sua coluna no caderno *Ilustrada*. Isto possibilitou o acompanhamento da produção literária do cronista durante o processo e da relação deste com diferentes esferas políticas e sociais atuantes no momento.

3.1 ENFIM, PRIMAVERA

Em 29 de setembro de 1977, a *Folha de S. Paulo* noticiou na capa: *Lourenço Diaféria volta, a partir de hoje, a escrever sua coluna na FOLHA ILUSTRADA*. Era o retorno do cronista, nove dias após ser libertado da Polícia Federal, visto como símbolo da luta pela liberdade de expressão e cuja imagem era apropriada por diversos grupos que questionavam o regime imposto. Sua trajetória no jornal ficou marcada tanto por aqueles cinco dias em que esteve preso, quanto pela coluna em branco que lhe demonstrou apoio.

Naquela edição, assinou o texto falando da estação que havia começado seis dias antes; foi o meio pelo qual expôs sua esperança em relação ao futuro. Este sentimento não era somente de alívio por estar livre, uma vez que os trâmites jurídicos apenas haviam começado com a

instauração do inquérito. A primavera a que se referia relacionava-se mais a um entusiasmo do que à própria estação:

Bom, conforme a gente estava conversando outro dia, as previsões se confirmaram – e eis que aconteceu a Primavera.

A Primavera parece coisa simples mas não é. Ela tanto pode ser assunto para o Homem do Tempo como um perfeito estado de espírito. Conheço pessoas que fazem até cálculos sobre a Primavera. Cálculos complicados. Tais pessoas falam em paralaxes e coordenadas equatoriais, traçam elipses, e acabam descobrindo, para meu espanto, que o eixo da Terra está inclinado vinte e três vírgula cinco graus em relação ao plano de sua órbita, o que em princípio me parece coisa bastante grave, quase tão grave como o que ocorre com o crepúsculo.

No interior, o crepúsculo é o grande momento do sol das almas; eu, que sou pouco mais urbano, já acho que o crepúsculo é o cinemascopo que divertiu o primeiro casal no avant-première da criação. Mas hoje já existem os crepúsculos enlatados, sem falar no crepúsculo náutico e no crepúsculo astronômico.

Não estranho mais nada. Se me disserem que tem um elefante tocando saxofone lá no quinto andar do prédio da esquina, prometo não me espantar.

Depois dessa adquiri o direito de acreditar na Primavera.

Se existem ou não flores, isso são outros quinhentos. Neste país as estações do ano se caracterizam mais por um tácito consentimento interior e unanime, e menos por indícios climáticos ou meteorológicos.

Por exemplo: qualquer carapicu sabe que neste ano não vigorou o Inverno. Apesar de toda a propaganda e de todos os incentivos, não se registrou sequer um dedo de neve para assanhar o turismo interno.

Do ponto de vista hoteleiro, é lamentável: mas quanta gente não ficou feliz graças ao inverno quente? Não duvido que mais um pouco e chegaremos à perfeição de dispensarmos até mesmo as campanhas de agasalho para os pobres.

Todavia, nas folhinhas e nos calendários, contou: Inverno.

Quem tem razão: a natureza ou as folhinhas?

Prefiro ficar com a natureza.

É o que me anima a olhar ao redor: vejo que do fundo da terra alguma coisa maravilhosa começa a brotar, há um verde-esperança pintando nas folhagens. Estarei tendo visões? Estarei imaginando um impossível gramado onde as crianças possam correr sem pedir autorização aos pais? Devo me amargar na contemplação dolorosa dessas árvores cheias de seiva que o vento açoitou, ou devo antes confiar que os destinos se traçam à custa de experiências e feridas?

Serei eu um irremediável otimista?

Faz muito tempo, numa fábrica da Zona Leste, vi um operário que soprava um tubo. Na outra extremidade do tubo adensava-se uma pasta de fogo rubra, que aos poucos tomava a forma de uma pequena garrafa. Fazia ali dentro um calor de brasa viva. O operário que modelava a peça com o folego de seus pulmões trazia amarrado ao rosto um pano encardido, uma tipoia para o queixo. Ele disse: estava com uma dor de dente de cão.

Tinha um molar aberto, cariado como o olho de caveira. Suponho que o homem de cara inchada se aproximava do fogo para aliviar a dor maior do nervo latejante. Esse operário não tinha escolha.

A meu lado, neste momento, está a lembrança daquele homem suado. Não gostaria de ter estado em seu lugar. Resta-me ser o operário deste ofício, peregrino desta sina, caminhante desta senda, garimpeiro de batéia furada por onde escapam tantos sonhos e tantas ilusões. Faço o que o coração apertado dita: estico os olhos e recolho a Primavera. E se não houver Primavera, eu invento uma e toco em frente. Pior era a situação do homem de dente poder, que alongava a vista e duas pupilas ardiam no calor da fornalha.

Como costumamos dizer nós, os do ramo, batemos a sola do cotidiano, remendamos as botinas do dia-a-dia, passamos uma graxa e uma flanela nos pisantes da vida, e tentamos dar um pouco de lustro nos borzeguins da Cidade.

Como a flauta e o bandolim, pedimos licença para transformar o chorinho num ritmo alegre.

Embora mofina e talvez inútil, é esta a única forma que tenho de mostrar o respeito pelos meus companheiros e a saudade dos leitores, que já estava pegando no meu pé. (FSP, 29/09/77)

De fato, o inverno de 1977 não havia alcançado as expectativas nem do turismo e nem do mercado. O jornal informava que “mulher nenhuma tem coragem de investir em trajes quentes de inverno quando o sol brilha forte” (FSP, 26/06/77). Estas informações faziam parte do cotidiano de Diaféria, o que influenciava, se não uma análise meteorológica, a elaboração de suas reflexões e diálogos com outros temas. Mas sua preocupação não era nem uma análise mercadológica e nem uma interpretação bucólica – afinal Diaféria se reconhecia como observador do cenário urbano e, a partir disto, produzia suas crônicas –, tampouco demonstra não partilhar de cálculos e compreensões técnicas sobre o evento.

Para o cronista, a mudança de estação marcava a renovação de vida e da forma de compreendê-la. Tentava ser otimista em relação ao futuro, em oposição à negatividade do quadro político e social do país e do processo que sofria. A primavera era um paralelo entre a estação e a retomada de suas atividades, o fim do inverno como tempo de não florescimento e a iminência do fim da ditadura. Diaféria estava voluntariamente inserido nas lutas que o utilizaram como bandeira, o que põe em questionamento, mais uma vez, a afirmação de seu advogado de que não desejava ser símbolo de oposição. Há, nestas questões, um otimismo característico do cronista e que, de certa forma, respondia ao quadro de tensões que se estabelecia em torno da acusação que sofria.

Mostrando que os problemas sociais iam além de seu processo, trazia para sua narrativa outro personagem. A história era exemplar de como as situações corriqueiras continuaram com grande importância. O trabalhador urbano continuou o seu personagem mais admirável, cujas dificuldades eram diárias e sem a mesma visibilidade: o “operário não tinha escolha”. Por isso, considerava que seu ofício, mesmo com os revezes, como a pouca liberdade de expressão e a inspeção militar que lhe custara o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, não era mais árduo do que dos demais. Aproveitava o momento em que os debates giravam em torno de seu processo para fazer com que seus

leitores notassem a dimensão dos problemas sociais maiores, mais duradouros e menos reivindicados que o seu.

Entendia que seu trabalho no jornal era também de fazer com que o leitor tivesse um momento de esperança. Isto fazia parte de sua crença na mudança através da sensibilização do outro, ideia norteadora do Movimento da Não-Violência. Continuava a refletir sobre o escrever crônicas e sua postura diante da tensão com os militares. O cotidiano, a proximidade com o leitor, as situações corriqueiras, o trabalhador foram apresentados no primeiro texto de sua volta à redação. Marcaram seu retorno a saudação ao público e o agradecimento aos que estiveram ao seu lado no primeiro momento da acusação.

Na semana de sua volta à *Folha de S. Paulo*, participou do I Encontro com a Literatura Brasileira, cujo objetivo era “fazer com que a literatura brasileira seja mais conhecida no exterior”, a partir da profissionalização do escritor para que estes “tenham uma visão menos amadorística da literatura” (FSP, 26/09/77). A presença do cronista em eventos desta natureza não era excepcional. Neste, em especial, buscava-se refletir sobre o desenvolvimento de um mercado editorial e a atividade dos escritores, considerando que “a comercialização depende do esforço do editor e também do escritor. A editora como indústria ainda é nova no Brasil, está começando”, afirmava Raul Wassermann, diretor da editora Summus (FSP, 26/09/77).

Diaféria estava como debatedor, junto com o também cronista Fernando Sabino, na comunicação *A crônica brasileira*. Mesmo com o processo em andamento, a preocupação com a discussão sobre seu ofício permanecia, bem como sua circulação neste meio. O propósito do encontro mostrava que a literatura produzida naquele momento era marcada pela expansão mercadológica. O tema havia sido comentado no livro *Um pássaro em pânico*, de Elias José, que Diaféria lera quando esteve preso.

No dia de sua participação, quando debateu a crônica brasileira, em 30 de setembro, assinou sua segunda publicação após o retorno ao jornal, intitulada *Como inventar uma crônica*. Tratava o trabalho como algo técnico, ditado pelo ritmo da datilografia e os modos de redigir o texto, a forma e os espaçamentos. A questão do conteúdo foi posta apenas no final, onde dizia:

Opa, vamos ao trabalho.

As teclas da máquina encaram o prezado com seus olhos redondos, e o prezado tem de escolher, com mão miúda, o assunto do dia: a rusga, o musgo, a

sombra, o assombro, o muro, a trolha, o tijolo, a cal e a pedra, o faro e a fresta. Como o marceneiro que apanha a madeira grossa e a imagina mesa e ara, berço e catre, cabe ao cronista verter no papel branco a emoção indizível de dizer, ao menos: madame dormiu bem esta noite? (FSP, 30/09/77)

Marcava, assim, o retorno à sua função, mantendo a mesma premissa, de transformar notícias e fatos corriqueiros em crônicas, em diálogos com leitores.

3.2 A VIGILÂNCIA DOS MILITARES

Longe do otimismo que buscava aparentar em seus textos, o estremecimento das relações decorrentes do processo que sofria era visível. Na *Folha de S. Paulo*, as mudanças eram correntes, bem como no quadro militar. O inquérito tramitou sob a atenção pública, enquanto as mudanças de perspectiva sobre a ditadura ocorriam mesmo dentro deste jornal. Diaféria era visto enquanto vítima, mas também como um bode expiatório de algo mais amplo. Uma penalização exemplar de uma ação que se inseria em um espectro maior de descontentamentos expostos em impressos e outras ações civis. No impresso mensal da ABI (Figura 6), foi relatado com destaque na edição:

Os antecedentes da crise que envolve o jornalista Lourenço Diaféria indicam que toda a imprensa esteve sob risco. E a mudança editorial na ‘Folha de São Paulo’ confirma que Diaféria pagou caro – inquérito, prisão por cinco dias, ameaça de condenação a 10/20 anos de reclusão – por uma situação em que a sua crônica ‘Herói. Morto. Nós’ é apenas ligeiro pormenor de um quadro mais amplo. (ABI, 1977)

O caso foi considerado uma demonstração da vigilância e risco a que a imprensa esteve submetida. A mudança na postura da *Folha de S. Paulo* – na tentativa de se posicionar como crítica, em consonância com o cenário nacional de emergência de descontentamentos e reclames por novas estruturas políticas –, marcava o embate com as Forças Armadas. Dentro da redação, não apenas o cronista foi afetado.

Ao processo contra Diaféria seguiram-se uma mudança editorial e um expurgo na FSP, cujo proprietário, Octávio Frias de Oliveira, foi chamado mais de uma vez a Brasília e nos últimos meses teve encontros áspers com o Secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Antônio Erasmo Dias, que já o acusara de ser “um dos principais líderes políticos da oposição” (ver *O secretário ataca jornalistas*, Boletim ABI, agosto de 77, p.5). Além de suprimir artigos e até os editoriais, a *Folha* afastou o editor-chefe Cláudio Abramo, substituído pelo jornalista Boris Casoy, e suspendeu as colaborações do jornalista Alberto Dines, que assinava uma coluna política na segunda página e a seção *Jornal dos Jornais*, publicada aos domingos. Em seu primeiro dia de trabalho, segundo revelou o *Jornal do Brasil*, do dia 21 de setembro, Casoy chamou editores e redatores para uma ‘conversa franca’:

- Ninguém pediu a cabeça de ninguém. Já me perguntaram de manhã se haveria uma varrida ideológica na redação. Não vai haver nada disso, mas vocês sabem que o jornal estava a ponto de ser fechado na semana passada. Vamos tomar cuidado. É preciso se auto-fiscalizar. (ABI, 1977)

Sob o comando de Boris Casoy, a *Folha* perdeu de sua direção o jornalista Cláudio Abramo. Foi um corte que se estabeleceu na trajetória do jornal que, inegavelmente, estava ligado à publicação de *Herói. Morto. Nós.* e suas consequências. Marcadas pelo cenário conturbado, de cerca de vinte dias, desde a publicação da crônica, o enquadramento na LSN, a prisão preventiva, até a libertação do cronista.

A acusação elaborada pela Polícia Federal sobre o cronista logo foi para a Justiça Militar, seguindo a determinação de Armando Falcão, a pedido do general Sylvio Frota. Na *Folha*, neste mesmo dia, foi noticiado que o inquérito estava na 2ª Auditoria. Avisava-se que

Figura 6 - Reportagem da Associação Brasileira de Imprensa sobre o "caso Diaferia"

LIBERDADE DE IMPRENSA

ABI

PARA ENTENDER CASO DIAFERIA

Os antecedentes da crise que envolve o jornalista Lourenço Diaferia indicam que toda a imprensa esteve sob risco. É a mudança editorial na "Folha de São Paulo" que confirma que Diaferia pagou caro — inquérito, prisão por cinco dias, ameaça de condenação a 10/20 — uma situação em que a sua crônica "Herói, Morto, Não" é apenas ligeiro pormenor de um quadro mais amplo.

N O COMEÇO da noite de 8 de setembro, os redatores da "Folha de São Paulo" passaram a viver um clima de suspense. Uma nota oficial, cuja redação era muito simples, dizia: "A Folha de São Paulo não se responsabiliza pelas opiniões emitidas neste jornal".

Logo depois, a notícia de que o diretor da Folha, Armando Monteiro, havia sido afastado de suas funções, com ampla divulgação dos fatos, levou a uma situação de tensão. A Folha estava sendo tomada por uma situação de crise, com a possibilidade de uma intervenção governamental.

Após alguns dias, a situação se acalmou, e a Folha voltou a trabalhar normalmente. No entanto, a crise não acabou, e a situação permaneceu tensa. A Folha continuava sendo alvo de ataques e ameaças, e a situação permaneceu tensa.



FOTOS KEIJI KOBAYASHI/VEJA

Diaferia, por uma opinião, cinco dias afastado da Folha e sua ameaça de uma pena de até 10 anos caso não se recuasse.

Uma das razões da tensão foi a publicação de uma crônica de Diaferia, intitulada "Herói, Morto, Não", que criticava a atuação do Exército Brasileiro. A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

relativa, envolvendo uma pessoa — o nome não é mencionado — e a situação da Folha de São Paulo. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia. A situação da Folha de São Paulo foi mencionada na crônica de Diaferia.

Dentro da lei, não há como condená-lo

Considerado um dos maiores autores de crônicas no Brasil, Lourenço Diaferia foi acusado de ter publicado uma crônica que atacava o Exército Brasileiro.

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

A crônica de Diaferia foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo". A crônica foi publicada na edição de 10 de setembro da "Folha de São Paulo".

Fonte: Jornal da Associação brasileira de Imprensa. Ano XXVI. Rio de Janeiro, setembro de 1977.

“não ficou em cartório, sendo imediatamente entregue ao procurador Dácio A. Gomes de Araújo, para oferecimento de denúncia” (FSP, 18/10/77).

Mas o caso do cronista não ocorreu isoladamente naqueles dias. Havia, por exemplo, os processos movidos pelo Ministério Público contra o jornalista Ruy Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde* e contra Carlos Chagas, também d’*O Estado*, ambos na Lei de Imprensa¹⁰⁷. A ABI e políticos como Freitas Nobre e Franco Montoro posicionaram-se também contra estes processos. De acordo com o deputado emedebista André Pescarini:

As notícias dos processos movidos contra os jornalistas Ruy Mesquita, Lourenço Diaféria, Carlos Chagas e outros, muito nos entristecem e preocupam. Novamente a imprensa livre é atacada neste País. Tenta-se intimidar aqueles que defenderam a liberdade de pensamento e expressão (FSP, 12/10/77).

Estes acontecimentos eram entendidos como medidas de perseguição, coação e intimidação da imprensa. Ao lado de uma reportagem sobre a denúncia de Mesquita, em 21 de outubro, estava a notícia: *Processo contra Diaféria depende do procurador*. O procurador Dácio de Araújo havia recebido os autos do processo e sua análise decidiria pelo arquivamento ou não do caso. A página mostrava os trâmites jurídicos, de forma que a declaração do deputado, corroborada pela imprensa, fosse verificada pelo leitor. Ou seja, demonstrando que era um ataque à atividade jornalística de forma mais ampla.

Assim como no caso do cronista da *Folha*, em 25 de outubro, foi anunciada a apresentação de recurso à acusação a Ruy Mesquita, e continuava o julgamento. Ao lado, estavam os pedidos de revisão sobre

¹⁰⁷ Mesquita era processado pela publicação de um editorial no *Jornal da Tarde* criticando o Ministério Público como “uma instituição que vem se deteriorando”, considerado ofensivo à dignidade da instituição. No editorial falava do afastamento da promotora Luzia Galvão, pelo Procurador Geral, Gilberto Quintanilha Ribeiro. Isto ocorreu pois a promotora absolveu Pedro Batista Lima, acusado de homicídio em 1969. Ela considerou o caso como uma farsa policial, mencionando nomes de outros procuradores. Contudo, o juiz Roberval Baptista Sampaio entendeu que não houve ofensa, não recebendo a denúncia de Gilberto Quintanilha Ribeiro, Procurador Geral da Justiça. (FSP, 21/10/77)

a morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, acompanhamento que, em diversos momentos, esteve na mesma página do processo de Diaféria. A acusação de falsidade ideológica do médico Harry Shibata conduzia a reabertura de um caso que gerava desconforto aos militares e que reafirmava a crise com a imprensa. Noticiava-se também a ocorrência de um culto ecumênico em homenagem ao jornalista, celebrado pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Também na mesma página, coroando a cobertura daqueles eventos pouco elogiosos ao governo, ao lado de uma reportagem intitulada *Mães intervêm por presos políticos*, estava uma pequena nota, porém bastante significativa, sobre a honraria póstuma conferida ao sargento protagonista de *Herói. Morto. Nós*. Informava que o presidente Geisel havia sancionado “a lei que promove pelo princípio de bravura, ao grau hierárquico imediato, o segundo sargento Silvío Delmar Hollenbach” (FSP, 25/10/77).

Na *Folha de S. Paulo*, o processo de Lourenço Diaféria não foi o único¹⁰⁸. Plínio Marcos sofreu um inquérito por conta de um artigo publicado no jornal e por proferir palestras sobre “necessidades culturais do povo brasileiro” (FSP, 20/09/77). Em 5 de outubro de 1978, o jornal publicou: *Promotor recusa denúncia contra Plínio Marcos*. Na reportagem, foi apresentada a posição do procurador da Justiça Militar, Henrique Vallati Filho, pedindo o arquivamento do processo. O jornalista era acusado de infringir a LSN por conta da publicação que, de acordo com o inquérito, tinha o objetivo de “indispor o povo contra as autoridades constituídas” (FSP, 05/10/78). Acusação semelhante à de Diaféria e, igualmente, o acusado defendeu-se negando a intenção de ofensa.

O texto usado no inquérito, de 2 de maio de 1977, era *Quando o sol brilhar de novo, irei a Cruzeiro*. O título parecia uma referência ao uso da meteorologia feita pelo *Jornal do Brasil* que, logo depois do decreto do AI-5, em dezembro de 1969, publicou:

¹⁰⁸ Nesta época, o caderno cultural *Ilustrada* trazia também outros quadros de críticas ao regime militar, além das crônicas de Diaféria, há em diálogo, por exemplo, as tiras da cartunista Cica. Estas chamam atenção pelo trabalho com o cotidiano apresentando, de forma simples em relação ao vocabulário e aos enredos, seus comentários acerca da situação política, social e econômica do país. Os curtos diálogos da autora com desenhos de animais ganhavam notoriedade por tratarem, com muito humor, dificuldades da sociedade diante do período vivido.

Previsão do tempo:
 Tempo negro.
 Temperatura sufocante.
 O ar está irrespirável.
 O país está sendo varrido por fortes ventos.

Plínio avisava à população da cidade de Cruzeiro que não apresentaria mais o espetáculo *Humor Grosso e Maldito das Quebradas do Mundaréu*, com texto seu e músicas de sambistas paulistas. Dirigia sua crítica aos censores e ao aparato militar. Contava que não lhe forneceram o alvará para a apresentação e solicitaram que fosse, da cidade de São Paulo à cidade de Lorena, apresentar-se ao censor local. Esta situação o motivou a escrever o texto.

Dirigido aos leitores, Plínio dizia: “Respeitável público de Cruzeiro, o meu show ‘Humor Grosso e Maldito das Quebradas do Mundaréu’ não vai ser apresentado aí na terça-feira por motivo de força maior. Aliás, de força muito maior: a Censura”. Considerava-se perseguido pelos censores, pelo fato de outros artistas terem se apresentado na cidade sem precisar de “ensaios” anteriores.

E eu até estava disposto a cooperar. Mas, como iria fazer? Eu deveria ir por conta e risco até Lorena, alugar uma casa de espetáculos e então convidar o censor local pra me ver contar umas anedotas. Aí, ele assistiria a tudo e provavelmente não gostaria e não deixaria eu fazer o show em Cruzeiro. Ele, só ele, sabe o que o povo de Cruzeiro pode ou não assistir. (FSP, 02/05/77)

O pedido de uma apresentação prévia e a necessidade do aval do censor que, para ele, não era preparado para tal atividade, o desagradava. Por isso, questionava a arbitrariedade: “é meio constrangedor. Eu sei lá, de repente conto minhas piadinhas, não agrado e já fico lá” (FSP, 02/05/77). Dizia que abriria mão da apresentação, uma vez que a demora da burocracia faria com que, de qualquer forma, ela não ocorresse como previsto. Por fim, narrou um evento, cuja elaboração foi bastante ousada:

Cheguei até a ver um dia a proclamação da Independência do Estado de Goiás, por um chefe de polícia.

Fui a Goiânia levar minha peça “Dois Perdidos Numa Noite Suja”, no ano de 68. E logo que botei o pé lá, fui convidado gentilmente a ir até a presença de um chefe da Polícia Federal local.

Ele estava sentado, de cueca, em cima de uma mesa e a seu lado tinha um revólver. Ai ele me disse:

– Você não vai fazer espetáculo aqui.

Eu perguntei humildemente:

– Por que não?

E ele não fez cerimonia em explicar:

– Porque você é comunista, cigano, artista, amigo de estudantes e de homossexuais e eu não gosto de nenhuma dessas raças.

Eu ate tentei argumentar, mesmo achando que corria o risco de levar um tiro:

– Mas doutor – quando me sinto com as costas no paredão de fuzilamento, chamo todos de doutor. – Meu alvará permite meu espetáculo em todo o território nacional.

Aí, o zeloso censor bradou:

– Então Goiás não é mais território nacional.

E eu não pude mesmo fazer espetáculo em Goiânia, assim como não vou poder fazer agora em Cruzeiro (FSP, 02/05/77).

Assim terminava, com uma anedota bastante crítica, irônica e com potencial para ser tão ofensiva quanto a de Lourenço Diaféria em *Herói. Morto. Nós*. Foi justamente em 1977 que Plínio Marcos passou a assinar uma coluna no caderno *Ilustrada*, embora seu trabalho no teatro seja mais expressivo e a censura, naquele âmbito, também recorrente.

Mesmo fora da prisão, o cenário em torno do processo de Lourenço Diaféria não era mais ameno. Embora tentasse marcar uma leitura otimista do contexto, os acontecimentos daqueles dias apresentavam arbitrariedades que não podiam ser negligenciadas. A perseguição à imprensa demonstrava que o caso não era isolado, embora isto não diminuísse as particularidades da acusação ao cronista e dos seus desdobramentos.

3.3 A SAÍDA DE SYLVIO FROTA

No dia 12 de outubro de 1977, Sylvio Frota foi exonerado pelo presidente Ernesto Geisel. Foi um dos momentos mais tensos dos anos

de distensão. Na *Folha de S. Paulo*, a situação não foi comentada naquele dia, mas havia uma reportagem informando que os supostos apoiadores da candidatura de Frota demonstravam, naquele momento, posicionamento contrário. Jayme Portella negou o apoio. Sob o título *Ex-ministros negam manifesto pró-Frota*, o ex-chefe da Casa Militar do governo Costa e Silva classificou de “‘fofoca’ a notícia segundo a qual estaria articulando um manifesto de apoio à candidatura do ministro do Exército” e concluiu estar “estarecido com os rumores envolvendo seu nome” (FSP, 12/10/77).

De acordo com a biografia de Frota, Portella apoiou sua candidatura, ele teria dito não se conformar com o modo como o presidente Geisel queria impor um sucessor. Afinal, não desejava a continuidade no “poder do grupo palaciano, inimigo de Costa e Silva”. Sobre este apoio, afirmou que “tudo isso, admitia, tinha sido feito por sua iniciativa, em virtude de julgar-me um excelente candidato, pelas minhas convicções democrático-revolucionários.”. Contudo, a postura de Portella, aderindo a Figueiredo, foi parte de uma série de interesses como a manutenção de seu lugar no campo político. Para o ex-ministro do Exército: “ou o general Jayme Portella agiu sempre ligado aos meus inimigos do palácio do Planalto (...) ou entrou na confusa fase da arteriosclerose, agravada por impulsos de paranoia.” (FROTA, 2006, p. 442- 5).

Na capa da *Folha* no dia seguinte, 13 de outubro, estava a manchete: *Frota exonerado; Bethlem assume*. O general Fernando Belfort Bethlem era comandante do III Exército. A substituição foi descrita em nota oficial do Palácio do Planalto como uma “decisão pessoal” do presidente, “sem qualquer vinculação com o problema político da sucessão presidencial” e ainda reafirmando que “nunca autorizou qualquer gestão focalizando nomes de futuros candidatos. Considera as especulações que se fazem sobre o assunto prejudiciais aos interesses do País” (FSP, 13/10/77). Ficava evidente que a demissão passava pela visibilidade que Frota ganhava naquele momento como baluarte da chamada “linha-dura”.

O general encaminhou uma nota à imprensa. Contudo, de acordo com um aviso da própria *Folha*, na coluna *Painel*, houve uma ordem de censura para não lhe dar ênfase.

Por volta das 15 horas, as emissoras de rádio e televisão receberam ordem da Censura para não divulgar a nota emitida pelo general Sylvio Frota. Já os jornais de Brasília foram solicitados, por

pessoas identificadas como do Governo, a não darem destaque aquela nota, se possível limitando-se a publicação de trechos isolados (FSP, 13/10/77).

Porém, o jornal publicou a nota na íntegra. Nela, o ex-ministro comentava sua trajetória no Exército, além de pontuar críticas ao governo que considerava desajustado em relação à “conduta revolucionária”. Para ele, “o Exército só tem sido lembrado nos períodos de crise, quando dele se precisa para manter a ordem pública e o regime, este, hoje, muito debilitado pela acomodada tolerância com os grupos reacionários e subversivos”. Continuava comentado que havia estranhado, ao longo dos três anos que esteve no ministério, os comportamentos dos governantes militares, verificando que “não se coadunavam, absolutamente, com os propósitos revolucionários” (FSP, 13/10/77).

Ao se dispor a apresentar os acontecimentos que lhe desagradaram, falou do estabelecimento de relações com a China, que “constituiu o primeiro passo na escalada socialista que pretende dominar o país” e o voto de abstenção sobre o ingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos, com a mesma crítica anterior. Na sequência, listava acontecimentos relacionados com a defesa do socialismo, o que lhe era extremamente nocivo, assim como a propaganda esquerdista no país. Nesta nota - de grande importância no momento de sua exoneração e na estrutura central do poder político nacional -, estava também um comentário sobre a crônica de Lourenço Diaféria.

Sobre seu problema com a imprensa, anunciava que houve “a tentativa de incompatibilizar as Forças Armadas com a opinião pública, realizada abertamente pelos órgãos da imprensa, que atingiu proporções inaceitáveis, quando visou a impoluta figura do patrono do Exército” (FSP, 13/10/77). Quem havia usado a figura do Duque de Caxias naqueles dias era o cronista da *Folha de S. Paulo*. O que nos demonstra que o desenrolar do caso não se deu apenas pela mudança na empresa. Diaféria estava imerso em uma conjuntura que o fazia ser visto e alvejado, mas sua trajetória e seu texto tiveram méritos e críticas próprias.

Para Frota, estes acontecimentos e a falta de uma ação coercitiva do governo, demonstravam existir “uma evidente intenção de alienar as Forças Armadas dos processos decisórios do país, açambarcados por um grupelho, encastado no Governo”. Esta consideração de que as Armas

estariam sendo afastadas das decisões políticas era temerária na sua leitura. Terminou o texto com um aviso e um apelo:

Que os quadros do Exército reflitam sobre o grave momento que atravessamos e meditem na magnífica tarefa que lhes atribuo, de preservar, para seus filhos, um Brasil democrático. E se, por uma fatalidade, isto não acontecer, quando as pesadas algemas do totalitarismo marxista fizerem porejar o suor da amargura, nas fontes pálidas de suas esposas, não quero que em seus lamentos de desespero acusem o general Silvio Frota de omissos e de não lhes ter apontado o perigo iminente.

(...)

O Exército, digo-lhes com emoção, nas últimas palavras de ministro, esta instituição sublime e incomparável, não serve a homens mas à Nação. Nascido com a Pátria e identificado com o povo, com ele saberá marchar, ombro a ombro, nas grandes crises da nacionalidade. (FSP, 13/10/77)

De acordo com o jornal, a nota contendo acusações ao governo Geisel tinha chance de ser enquadrada no regulamento disciplinar do Exército, item 65, que punia quem provocasse discussões sobre assuntos políticos através de meios de comunicação. Frota sabia deste perigo, contudo a situação pareceu tão ofensiva ao militar que optou por expor sua opinião ao público.

Bethlem partilhava de posicionamentos de Frota. Ainda na edição de 13 de outubro, que contou com ampla cobertura da mudança no ministério do Exército, foi dito que a opção por aquele surpreendia mais do que a exoneração deste, já esperada devido aos desacordos com o presidente. Bethlem era um “homem afeito à vida de quartel, de vida espartana e, dentro do contexto nacional, a partir de 1964, um general perfeitamente enquadrado nos princípios que orientaram a Revolução”, assim como Frota. Afirmava-se ainda que partilhava do receio de uma ameaça de esquerda e que era “atrelado a uma corrente que se poderia chamar de ‘linha dura’” (FSP, 13/10/77). Nesta publicação, diversos personagens se pronunciaram, nenhum enfaticamente favorável ao ministro exonerado.

Na capa de 14 de outubro, falava-se do apoio dos comandos militares à decisão do presidente Geisel. Dilermando Gomes Monteiro,

comandante do II Exército, expunha no seu Boletim Interno que a substituição do ministro não interferia na disciplina da instituição, agora sob ordem de Bethlem. O comandante do I Exército, general José Pinto de Araújo Ribeiro, informou apenas estar esperando ordens, sem mudanças na rotina de seu quadro. Jayme Portella, por sua vez, mesmo se eximindo de ter apoiado a candidatura de Frota, defendia-o dizendo que sua nota não configurava um ato de indisciplina.

Enquanto isso, o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Toledo de Camargo, afirmava ao jornal que a exoneração era um caso “inteiramente encerrado”, recusava-se até a responder sobre a nota de Frota, somente dizia que Geisel havia lido sem comentar a respeito. Ao lado da reportagem com este conteúdo, estava o título “*Frotistas creem em terceiro nome*, na qual defendia-se a rearticulação dos nomes para a sucessão de Geisel. “Perdemos o jogo e não o campeonato reafirmando que o grupo acredita num terceiro candidato à Presidência” (FSP, 14/10/77). Esperavam que outro militar estivesse no lugar, com as mesmas aspirações políticas, e que também fosse modificada a candidatura de João Baptista Figueiredo. Muitos arenistas estavam ao lado das convicções do ministro exonerado; embora seu apoio não fosse colocado no jornal na mesma proporção que os desentendimentos com o grupo de Geisel, ele existia.

Mesmo que alguns nomes fossem apontados como candidatos, o MDB apostava no general Euler Bentes Monteiro e, ao final de 1977, alguns frotistas aderiram à candidatura de Magalhães Pinto. Este, um civil, presidente do Senado, ex-governador de Minas Gerais, um dos fundadores da União Democrática Nacional, em 1945, foi também um dos conspiradores contra o governo de João Goulart (FSP, 08/12/77). Era ele o primeiro colocado, de acordo com Frota, na pesquisa do *Correio Braziliense* em que Figueiredo ficava em quinto lugar. Contudo, mesmo querendo que seu nome fosse escolhido para suceder Ernesto Geisel, perdeu a indicação para Figueiredo, quem efetivamente se tornou presidente.

Magalhães Pinto, apesar de ter sido um dos nomes do golpe, colocava sua candidatura como “pacificação nacional”. Por ser um civil no jogo político, apresentava-se como um candidato diferente. Ganhou até a simpatia do presidente estadunidense Jimmy Carter. Tancredo Neves, então deputado pelo MDB de Minas Gerais, considerava positivo o apoio ao nome de Magalhães (FSP, 15/08/77). Aparecia como uma possibilidade de restauração da democracia representativa. Para o jornalista Luiz Alberto Bahia, colunista da *Página 2 da Folha*:

Insistimos por isso na importância da candidatura democrático-representativa de Magalhães Pinto. Ela significa a primeira ruptura nos quadros revolucionários civis com a ordem corporativa vigente porque Magalhães Pinto propugna a restauração plena do sufrágio universal e da devolução de poderes ao Congresso. (...) Em conclusão, perguntamos: haverá alguma candidatura militar que se disponha, como a de Magalhães Pinto, a abolir o Estado corporativo e reinstalar o estado democrático representativo? A pergunta é importante porque liberalizações limitadas não restaurarão a democracia brasileira (FSP, 28/11/77).

Se Lourenço Diaféria não teceu comentários diretos sobre a saída de Frota, a candidatura do senador mineiro não foi esquecida. O debate acerca da política nacional continuava a ser tratado pelo cronista, mesmo durante seu processo. Demonstrava simpatia ao falar do mineiro e tratava da candidatura como um ato de coragem, uma boa iniciativa, embora desacreditado de seu sucesso por conta dos interesses políticos em jogo e da pretensão do governo em manter-se no poder com militares. Escrevia, na crônica de 2 de dezembro de 1977, *O ser mineiro*:

Se é fato que existem resíduos de ouro nas sobras e refugos de ferro das minas de Itabira, acho que ninguém tem mais o direito de duvidar de que Deus, se não é brasileiro, pelo menos favorece escandalosamente os mineiros. Não digo isso movido pelo encantamento que me assalta cada vez que penso – e penso baixo, só com meus botões – que é possível existir um candidato a candidato civil para a presidência de um país. É que os Magalhães, para mim são um fenômeno tão inexplicável – vejam, não disse inviável, longe de mim tal proceder – como se me garantissem que na horta de minha casa tivesse de repente brotado um poço de petróleo refinado. Simplesmente na minha casa não existe horta. Por tanto...

Sim, os Magalhães só podem ser mineiros – da mesma forma que ouro no lixo de minério de ferro só pode acontecer num espaço que tenha sido

condenado a não ter praia, nem guarujás, nem ubatubas, nem cabos frios. Os mineiros não dizem, o que sem dúvida faz parte da mineirice, mas no fundo da alma são marinheiros empedernidos, comandantes de embarcações de vasto calado, senhores de proa que manipulam invisíveis timões e sabem, melhor que a maioria dos praieiros, onde jogar a âncora. (FSP, 02/12/77)

Magalhães aparecia como uma esperança, e sua candidatura representava a possibilidade de uma renovação política e a efetivação da reabertura para aqueles que, como o cronista, se postavam criticamente em relação aos militares no poder. Para outros, ele era uma escolha melhor do que a do “grupo dos palacianos” próximos de Geisel. Mesmo que considerasse suas propostas melhores do que a candidatura de Figueiredo, sabia que sua escolha para presidência era algo incerto e pouco possível.

Na disputa, Sylvio Frota desencadeou a acusação contra o cronista, mas acabou por ganhar tanta visibilidade, que foi um dos maiores afetados. Os embates com o quadro militar próximo a Geisel e, conseqüentemente, no poder, fizeram com que fosse afastado da vida política. O processo com *Herói. Morto. Nós.* foi um de seus últimos encaminhamentos antes de sair do cargo de ministro do Exército. Aqui, sua participação foi emblemática, tanto pelas disputas sobre a manutenção do regime e a divisão do quadro militar, quanto por demonstrar o incômodo gerado pela crônica em contraposição aos seus valores. Isto tudo diante da imagem de sua instituição militar em tempos de questionamentos civis.

3.4 OS ARRANJOS FINAIS DE 1977

Com o processo em andamento, o cronista ganhava cada vez mais visibilidade. Tornava-se um personagem frequente na mídia e símbolo de reivindicações e enfrentamento com os militares. Mas não se limitava aos processos ou debates acerca de sua literatura ou da conjuntura. Assim, no Natal de 1977, uma crônica de Lourenço Diaféria foi interpretada por Paulo Autran, no especial da *Rede Bandeirantes*, junto a um elenco de artistas como Nara Leão e Milton Nascimento, “todos mostrando como é o verdadeiro Natal brasileiro” (FSP, 24/12/77).

Durante o mês de dezembro, a *Folha* trouxe o informativo “Terra Viva apresenta: Sérgio Ricardo, Lima Duarte, Armando Bogus, Lourenço Diaféria”. No dia três, havia a chamada *Texto de Diaféria no show de hoje no Municipal*:

Hoje e amanhã, às 21 horas, no Teatro Municipal, um espetáculo especial feito por Lourenço Diaféria, Sérgio Ricardo, Lima Duarte e Armando Bogus. O nome escolhido inicialmente era “Lá Vem Pedra”, modificado depois para “Sabor da Liberdade”, mais tarde “Quem Possa Ouvir” e “Cartaz de Rua”. No final, decidiu-se eliminar qualquer título. O texto é de Lourenço Diaféria, Sérgio Ricardo apresenta novas composições ao piano e violão. Lima Duarte e Armando Bogus cantam e interpretam flagrantes biológicos, paleontológicos e patológicos (FSP, 03/12/77)

Armando Bogus e Lima Duarte já tinham carreira consolidada na dramaturgia e, naquele final de 1977, atuavam em novelas da *Rede Globo*¹⁰⁹. Além disso, tinham estado recentemente em cartaz na peça *Bonifácio Bilhões*, de João Bethencourt¹¹⁰. Sérgio Ricardo também era conhecido no meio artístico, sendo um dos nomes importantes do cenário da Bossa Nova.

Em 1978, Lourenço Diaféria publicou uma crônica com um dos títulos sugeridos para a peça. Este texto, pela temática, parece ser a base da peça de teatro, uma vez que, enquanto a peça tratava de “flagrantes biológicos, paleontológicos e patológicos”, a crônica intitulada *Cartaz de Rua*, tratava de suposições do que encontrariam os “arqueólogos do futuro”. Começava dizendo:

Um dia, quando os arqueólogos
do futuro próximo remoto
– digamos em mil novecentos e lá vai pedrada
escavarem o passado remexido

¹⁰⁹ Armando Bógus estava em *Sem lenço, sem documento*, escrita por Mário Prata e dirigida por Régis Cardoso e Dennis Carvalho. E Lima Duarte estava em *Espelho Mágico*, de Lauro César Muniz, dirigida por Daniel Filho, Gonzaga Blota e Marco Bagno.

¹¹⁰ A história gira em torno do personagem Walter Antunes, um economista que ao jogar na loteria, promete dividir o dinheiro com Bonifácio Brilhante, um vendedor de goiabas.

do verbo calado ou consentido,
 na tentativa de recompor
 o retrato três por quatro
 destes tempos caricatos;
 quando os arqueólogos do futuro
 descobrirem no monturo
 os fósseis do progresso (FSP, 07/11/78).

Esta crônica é rica em detalhes. Relacionava-se com a ditadura e questionava a violência física e as constantes proibições. Como a censura, ao falar do “livro branco do escritor e um disco long-play riscado de silêncio”; o uso da força pelo Estado e os problemas sociais em “com tanto presunto abandonado nas baixadas, enquanto uns passam fome, outros fazem regime (e que regime!)”. Contudo, mesmo com o processo em andamento em um período de ditadura, esta não era a única questão vivida pelo cronista. Havia, para além disso, as relações que estabelecia e seus outros interesses, que nem sempre se reduziam aos debates de contestação da política nacional, afinal, foram vinte anos de regime.

Tratava no texto da vida cada vez mais individualizada, “dos isqueiros descartáveis, amores idem”. Das modificações internacionais, da globalização e do avanço tecnológico, da “bomba king-size, o elixir encurta-vida do napalm”. Da interferência disto no lugar do trabalhador, onde imaginava “a máquina finada da usina falida do operário braçal, com sua vidinha insossa e amarga, sem açúcar e sem sal” e “quem perdeu um dedo não se queixe”, remetendo ao sindicalista Luís Inácio da Silva. Refletia sobre um suposto progresso com altos custos para as relações pessoais, “da cidade grande, tão suor e lágrimas construída, onde tudo se consome, a começar pelo homem” (FSP, 07/11/78).

Mas sua última crônica naquele ano foi publicada em seis de dezembro, sob o título *E suas goiabas, como vão?*. Como de praxe, fazia um balanço sobre o ano.

Tenho ouvido de várias pessoas muito sensatas esta afirmação extraordinária: este ano de setenta e sete voou. Não sei se é uma boa notícia para todos. Afinal, um ano a mais é um ano a menos; o que não se fez não se fará; o que se fez por isso se responderá; e cada um, acredito, sabe como gastou esses trezentos e tantos dias que não nos foram dados em vão (FSP, 06/12/77).

Comentava a situação política e social do país através da comparação com o Império Centro-Africano, que vivia sob a ditadura de Jean-Bédél Bokassa. A relação chamava atenção pela violência praticada, tanto que Carter, presidente estadunidense, havia cortado a ajuda ao Império, “em consequência da situação dos direitos humanos nesse país” (FSP, 07/12/77).

No país de Bokassa deve haver pessoas aflitas e no apogeu da lona, pessoas pastando, mas o país é rico em urânio e na hora do almoço as crianças menos abonadas comem paçoca de urânio. Já o imperador Bokassa está numa outra: em vez de paçoca de urânio, é mais dado a saborear iguarias finas, vinhos de boa safra e assim vai levando sua dura vida de imperador. As mordomias são endêmicas; em sã consciência, a gente não pode criticar este ou aquele.

Por essas e por outras é evidente que não posso ficar prestando atenção no Carter e no Bokassa; conheci um cidadão que ligava para caras importantes e o infeliz, sem mais aquela, se machucou sabem onde? Na avenida Vinte e Três de Maio. Portanto, tenho por mim que as pequenas coisas também contam; às vezes compensa você prestar atenção no fusca que vem ali prá cima de você no país do Bokassa. Afinal, o mundo está cheio de imperadores pequenos e cheios de discursos (FSP, 06/12/77).

Diaféria mostrava que os problemas do país africano, grandes, e que chamavam a atenção na imprensa, não eram os únicos aos quais deveríamos nos atentar. Uma ditadura também era vivida no Brasil e, mesmo que o imperador Bokassa tivesse atitudes extravagantes o suficiente para chocar o público, as consequências políticas e sociais também eram visíveis com a gestão brasileira. Mais uma vez, o cronista se colocava como questionador da forma como determinados temas ganhavam relevância no jornal, fazendo com que outras demandas, muitas vezes mais próximas do público e urgentes, fossem postas à margem.

Continuava comentando sobre casos corriqueiros e quão significativos eram. Afirmava: “o que falta hoje em dia para melhorar o humor e mesmo a qualidade de vida – para usar uma expressão tão cara aos discursos – é uma singela goiabada feita com tranquilidade e

competência”, porém, havia “pequenos imperadores que nem sequer sacaram o que é uma boa goiabada”. Ou seja, criticava que tanto Bokassa como os militares brasileiros não tinham conhecimento da dimensão dos problemas vivenciados pela população. Como também não tinham noção de uma vida simples, cara ao cronista – em contraste com os absurdos de Bokassa, que gastou “um terço do orçamento de um paupérrimo país, colocado entre os 25 mais miseráveis do mundo, para concretizar o sonho demente de ser coroado imperador”, chegando a usar “velho estádio esportivo reformado para a suntuosa ocasião e todo adornado em púrpura e ouro” (FSP, 05/12/77). No limite, nossos ditadores se posicionavam tão distantes quanto o imperador africano.

A partir de analogias, refletia sobre a situação nacional, reivindicando a participação política:

Não faz diferença se a goiaba tem ou não tem bicho. O bicho da goiaba faz parte dela. Mas gostaria que as goiabas do Projeto Plante Goiabas produzissem dos dois tipos de fruta: com bicho e sem bicho. Seria uma espécie de goiabal bipartidário, cada um pegaria a fruta de que mais gostasse.

(...)

Acho que a vida é movimentada principalmente por coisinhas minúsculas, imperceptíveis. Afinal de contas, qualquer cidadão, mesmo sem nenhuma instrução, conclui que se a nossa plantação de goiabas vingar, a gente não precisa se preocupar tanto com imperadores distantes, nem com seus caprichos infantis. E tem mais: pode-se reduzir sensivelmente o consumo de marmelada que, além de ser mais cara, quase sempre é falsificada, feita de chuchu (FSP, 06/12/77).

A goiabada era a referência ao saber popular, ao legítimo, e a marmelada traz consigo a imagem da fraude. Se a população se tornasse menos dependente do governo – isso implicaria se organizar e elaborar uma leitura crítica das notícias, da censura, do contexto –, na leitura do cronista, seria capaz de mudar o quadro político e social. Esta ideia vai ao encontro dos preceitos do Movimento da Não-Violência, da Igreja Católica, no qual permanecia, cada vez mais atuante. Como antes do início do processo, Diaféria demonstrava acreditar que a população não deveria ser passiva, que necessitava intervir no processo político.

3.5 O AFASTAMENTO E A ABSOLVIÇÃO PELA JUSTIÇA MILITAR

Em 11 de fevereiro de 1978, a capa da *Ilustrada* trouxe a chamada *Nosso novo colaborador: o poeta Drummond*:

As crônicas de Carlos Drummond de Andrade, o Poeta Maior, começam a partir de hoje – e sempre aos sábados, terças e quintas – a ser publicadas na “Folha”. Drummond dispensa apresentações. Para este jornal, é motivo de orgulho contar com um dos espíritos mais lúcidos, e combativos da cultura brasileira, um homem que, tendo se consagrado ao longo dos seus 75 anos pelo seu talento e sua criatividade, recusa-se a assumir uma posição acomodada diante dos fatos. E por isso que Drummond tornou-se também um jornalista importante numa época crítica da nossa história, ajudando a manter o público consciente das coisas encobertas pelo obscurantismo ou pela superficialidade, dando-nos sempre um toque de humanidade num mundo onde os clichês teóricos e filosóficos predominam sobre a investigação, a observação sutil e a opinião corajosa. (FSP, 11/02/78)

No início de 1978, não foram publicadas crônicas de Lourenço Diaféria na *Folha de S. Paulo*. Carlos Drummond de Andrade passou a participar do caderno *Ilustrada*. Flávio Rangel e Paulo Francis, embora já publicassem no jornal, passaram a fazê-lo de forma mais recorrente, revezando-se na última página do caderno.

Neste momento, o processo de Diaféria foi encaminhado à Justiça Militar, de acordo com o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Neste, foram definidos os crimes contra a Segurança Nacional e seus procedimentos, em cujo Artigo 56 constava que “ficam sujeitos ao fôro militar tanto os militares como os civis”. Isso era decorrência do Ato Institucional nº 6 – editado em 1º de fevereiro de 1969, alterando dispositivos da Constituição de 1967 – que, entre outras questões, colocava como competência da Justiça Militar o julgamento em foro especial, que “poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional, ou às instituições

militares”. O processo contra o cronista ocorreu, então, sob o Código da Justiça Militar, comandado por seus juízes e promotores.

Assim, em 1978, o caso ainda permanecia em trâmite. O processo encontrado no acervo do Deops/SP apresenta parte de sua circulação na Justiça Militar Federal – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) – de São Paulo, em 17 de janeiro de 1978, referente à resposta da denúncia contra o jornalista¹¹¹. Isso foi noticiado pela *Folha de S. Paulo*, que transcreveu o documento citado (FSP, 19/01/78). O relator das decisões do juiz Nelson Guimarães descreveu a acusação feita pelo representante do Ministério Público, promotor Dácio Araújo, contra Lourenço Diaféria:

- a) com maldosa ironia, empregado expressões chulas e grosseiras e OFENDIDO A DIGNIDADE DAS FÔRÇAS ARMADAS, ATINGINDO EM SUA HONRA O EXÉRCITO BRASILEIRO, que as integra, simbolizado no texto mendaz pela figura histórica do seu patrono, o Duque de Caxias.
- b) teria, igualmente, ofendido a cada um dos integrantes do Exército, de modo a desacreditá-los perante a opinião pública (sic)
- c) teria, também, propalado fatos inverídicos (sic)
- d) teria, comparando a figura do Duque de Caxias com o Sargento Silvío (que morreu, vítima do feras do Zoológico de Brasília, quando penetrou no viveiro delas para salvar uma criança que lá caíra), apresentado a figura do Patrono do Exército “de forma insignificante e desprezível, como um homem a cavalo reduzido a uma estátua de praça pública, como um herói de pedestal no qual o povo urina.”
- e) teria menosprezado o Exército, com as insinuações deixadas claras no artigo, de que a instituição não é formada do homens de porte do referido sargento, capazes de atos tão meritórios, identificados com o povo, que, como o Sargento Silvío, “não fizeram revoluções de bar, na base de uísque e da farolagem, não pertencem ao grupo do

¹¹¹ *Justiça Militar Federal* – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) 17/01/78. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-Z-9-42152

cambalacho, do qual fazem parte os omissos, prevaricadores, os que falcatruam, os covardes, os traficantes, os que corrompem”, segundo o próprio acusado esclareceu à fl.85 (sic)¹¹²

As palavras escolhidas e a forma como foram empregadas pelo cronista - como “urinam”, “cambalacho”, “farolagem”, “desprezível”-, vistas como “expressões chulas e grosseiras”, adensaram a acusação de “maldosa ironia”. Além disso, se o que foi escrito consistia em fatos, se eram inverídicos e até que ponto seriam capazes de mobilizar a opinião pública, foram questões importantes no desenrolar tanto da defesa quanto da acusação.

O delegado Raul Ketter havia enquadrado a publicação nos crimes previstos nos artigos 16 e 39 inciso III e 45 inciso V da LSN, como apresentado no capítulo anterior. *Herói. Morto. Nós*, para o promotor Araújo, era ofensiva às Forças Armadas e trazia fatos inverídicos. Mas, em relação aos artigos da Lei, “afasta tal possibilidade, entendendo que não ficou caracterizada a motivação reveladora do inconformismo político-social ilegítimo”, ou seja, não entendia aquele ato como subversivo. Por isso, julgou de acordo com o delito previsto no Artigo 219 do Código Penal Militar¹¹³, referente aos crimes de ofensa às Forças Armadas. O texto é muito semelhante ao do Artigo 39 da Lei de Segurança Nacional, descrito anteriormente com, inclusive, o aumento da pena para aquele que atuasse por meio da imprensa, rádio ou televisão.

Ironizar os militares foi considerada a afronta maior. A consequência, deslegitimá-los e desacreditá-los, era o cerne da acusação. O item 6 do documento dizia que o acusado confirmava a autoria da crônica e, sabendo da importância do Duque de Caxias, reconheceu-o “como militar, tribuno, estadista, pacificador, exemplo de bravura, e que dedicou cerca de setenta anos de sua vida a honrar as Forças Armadas, acrescenta ainda que serve de paradigma a todos os elementos do Exército, inclusive como exemplo”. Diaféria teria se defendido dizendo que não escolheu o 1º de setembro por ser a Semana do Exército, mas pelo fato de o corpo do sargento Silvio estar sendo sepultado naquela

¹¹² *Justiça Militar Federal – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) 17/01/78.* Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-Z-9-42152

¹¹³ Art. 219. Propalar fatos, que sabe inverídicos, capazes de ofender a dignidade ou abalar o crédito das forças armadas ou a confiança que estas merecem do público.

data. Sobre o uso da palavra “herói”, disse que “o excesso de uso desgasta e deteriora as palavras, e essa palavra é usada para certos indivíduos que nada têm de heróis, tal como heróis das pistas e herói do futebol”¹¹⁴.

Respostas que (lidas hoje), parecem uma continuação da ironia que levou a crônica a desencadear todo o processo. Contudo, a negação de suas considerações, e até mesmo de suas possíveis motivações, eram compreensíveis em justificativas dadas nas circunstâncias de um inquérito policial, ainda mais em um momento em que as margens para manobras e a efetivação dos direitos civis eram reduzidas.

Afirmava que sua preferência por Hollembach ao Duque de Caxias se dava pelo fato de aquele estar mais perto de sua própria emoção e porque escreveu impulsionado pelo sentimento da tragédia, em solidariedade ao sargento e sua família. Disse também que a fala sobre o cansaço do povo em relação a cavalos e espadas dava-se, pois “o povo não mais se emociona ou se sensibiliza tanto com estátuas”, por falta de conhecimento em relação à história. E sobre “o povo urina nos heróis de pedestal”, afirma ter pensado sobre a falta de respeito e compreensão dos monumentos e bustos, também por falta de informação sobre os heróis representados.

Sobre a “revolução de bar”, disse que se referia aos que queriam resolver seus problemas no conforto das mesas de bar e em conversas fiadas, sem estabelecer se seriam questões políticas. O sargento não era do “grupo do cambalacho”, os “omissos, os prevaricadores, os que falcitruam, os covardes, os traficantes e os que corrompem”, omitindo se sua crítica era aos que sustentaram o golpe de 1964. E que, por fim, sua crônica “teve o objetivo de, ressaltando o feito dêsse soldado, lançar uma ponte de compreensão, afetividade e ternura entre civis e militares e todos os brasileiros”¹¹⁵.

O juiz da Justiça Militar afirmou que, ao examinar a crônica e o processo, era possível constatar que o jornalista tivesse sido apenas “muito infeliz” no propósito que almejou. Sem a intenção de ofensa, tendo apenas errado na forma como se expressou, possibilitando outras interpretações. Por isso, considerava que, de fato, o texto abria margem para que não só o Exército, mas qualquer cidadão, se sentisse ofendido pelo ataque aos símbolos nacionais.

¹¹⁴ *Justiça Militar Federal* – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) 17/01/78. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-Z-9-42152

¹¹⁵ *Ibidem*.

Mesmo que o argumento tenha funcionado durante a tentativa de absolvição, a trajetória política de Diaféria não deixava dúvidas de que suas palavras não tinham sido escritas em vão. Mas, o juiz não via “como possa tipificar-se um crime, militar ou comum, eis que, para que se afirme praticado um crime, é mister que se julgue segundo critérios jurídicos, com base nas leis vigentes.”. E, nesta perspectiva, “o artigo 219 do Código Penal Militar, invocado pelo Ministério Público, não está, nem em tese, tipificado em tudo o que foi apurado pelo inquérito policial e narrado na vestibular”¹¹⁶.

Assim, considerou que apenas a crônica como prova não configurava delito. Para isto, seria necessária a propalação dos fatos, que o agente soubesse que sua fala era inverídica e que estas inverdades “sejam capazes – objetivamente – de OFENDER A DIGNIDADE ou ABALAR O CRÉDITO ou a CONFIANÇA que as Forças Armadas merecem do público”. Para ele isto não se concretizava, uma vez que “o único fato propalado na crônica incriminada foi o que se refere à morte heroica do Sargento Silvio, no viveiro das ariranhas, no Zoológico de Brasília, e esse fato é verdadeiro”¹¹⁷. Neste sentido, suas recorrências às referências do jornal foram importantes para a absolvição.

O juiz considerou também o caráter literário da crônica e não sua pretensão de verdade, como aconteceria com uma reportagem. Assim, se o que se buscava era a intenção do autor, a justificativa dele deveria ser levada em conta. Afirmava que

o mais, que consta na crônica, são comentários, juízos subjetivos, opiniões pessoais do autor, imagens literárias, expressões dúbias, presumidas insinuações, tudo, entretanto, devendo, por força da lei, ser entendido segundo as posteriores explicações do acusado, que as prestou livremente¹¹⁸.

Sendo um texto literário aberto à interpretação, o juiz considerava o que o autor havia se justificado. Se Diaféria havia propalado fatos inverídicos ou apenas expressado opiniões pessoais, era uma questão a ser retomada nas próximas instâncias do processo.

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ Ibidem.

Assim, com base no artigo 221 do Código Penal Militar¹¹⁹, se o acusado fosse chamado para dar explicações e estas fossem satisfatórias, a questão seria encerrada sem instauração de ação penal. Foi constatado que não houve qualquer intenção de difamação, *animus injuriandi*. Naquele momento, a denúncia foi rejeitada com fundamento em artigos do Código de Processo Penal Militar. Nos itens “a” e “b” do Artigo 78, afirmava-se que a denúncia não seria recebida pelo juiz, se não contivesse todos os requisitos necessários e se o fato narrado não fosse de competência da Justiça Militar. Já os itens “e” e “f” do Artigo 77 versavam sobre a necessidade da denúncia conter a exposição do fato criminoso e suas circunstâncias, bem como suas motivações. Além disso, o juiz ainda colocava no processo que “como, pois, pretender-se a instauração de uma ação penal e a inflicção de pena privativa de liberdade ao acusado, com base, exclusivamente, nas pelas que constituem esse inquérito?”. E rejeitava a denúncia, dizendo que o fato não constituía, “evidentemente, crime de espécie alguma”¹²⁰.

Na capa a *Folha* de 1º de fevereiro de 1978, a chamada *Procurador vai ao STM contra jornalista*, mostrava o descontentamento do promotor que havia encaminhado a acusação ao cronista. O representante do Ministério Público, Dácio Araujo, pediu a reforma da decisão do juiz Nelson Guimarães. Não aceitava a rejeição da denúncia, pois considerava ser “indubitável que tais fatos são ofensivos às Forças Armadas, pois atingem a honra do Exército Brasileiro, que traduz um valor social que deve ser preservado” (FSP, 01/02/78). Para ele, as acusações não foram equivocadas e a justificativa do juiz era insuficiente para tal rejeição.

Sobre a falta de provas para a acusação, defendia que “a lei não exige prova manifesta de autoria e do fato criminoso, bastando apenas a suspeita ou a ‘opinio delicti’”. Colocava, ainda, que o caso tipificava crime militar e não crime comum de imprensa devido à ofensa que via na crônica. Utilizava como objeto para balizar sua acusação o editorial publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* que se tornou, naquele momento, peça chave para a legitimação do discurso do promotor.

¹¹⁹ Art. 221. Se a ofensa é irrogada de forma imprecisa ou equívoca, quem se julga atingido pode pedir explicações em juízo. Se o interpelado se recusa a dá-las ou, a critério do juiz, não as dá satisfatórias, responde pela ofensa.

¹²⁰ *Justiça Militar Federal* – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM) 17/01/78. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 50-Z-9-42152

Justificando a imputação ao jornalista de crime previsto no artigo 219 do CPM, diz a petição: “...parece-nos incontroverso “data venia” que o acusado, ainda que de modo figurativo, mas ultrajante e pejorativamente, (a) propalou pelo menos um fato sabidamente inverídico, ao lado de um acontecimento verdadeiro e aplaudível e de outras assertivas injuriosas aos integrantes das corporações militares do país, (b) capazes de ofender a dignidade (ou abalar o crédito) das Forças Armadas (ou a confiança que estas merecem do público), quanto ao que basta atentar para o aludido editorial publicado em “O Estado de São Paulo” (FSP, 01/02/78).

O referido editorial, de 10 de setembro de 1977, foi feito logo no início dos rumores da acusação. O promotor fazia uso deste, mas não comentava as críticas presentes no mesmo texto sobre os encaminhamentos da denúncia. *O Estado*, utilizando da trajetória do próprio Duque de Caxias, colocava que “a restauração da honra se comprometeu de antemão com excessos com que jamais Caxias poderia compactuar” e que “certamente Caxias não execraria como inimigo o compatriota, antes de ser este pronunciado como réu, pela Justiça” (OESP, 10/09/77). O editorial fazia uma defesa dos direitos humanos e da cautela necessária à justiça.

Outra questão foi salientada no texto. Como a nota de Frota trouxesse generalizações sobre a atuação da imprensa no período, o jornal *O Estado de S. Paulo* deixava evidente sua defesa. A explicação parecia ser, especialmente, em relação à publicação da carta de denúncias das torturas sofridas pelo militante de esquerda Manoel Henrique Ferreira:

ao invés de arguir de “fé púnica” jornais que divulgaram denúncias de ofensas graves à incolumidade física dos cidadãos e a outros direitos humanos, deveria o sr, ministro do Exército atender ao profundo zelo que vai em tudo isso, da opinião pública até a imprensa, pela honra nacional. E perguntar-se se é suficientemente reta sua compreensão do papel e missão da imprensa. (OESP, 10/09/77)

A preocupação da empresa era com a manutenção de seu espaço e, de certa forma, em evitar o conflito com os militares, como em um primeiro momento a própria *Folha de S. Paulo* fez em editorial. Em determinados períodos a circulação dos jornais esteve em jogo. Terminava dizendo:

Ninguém compromete a hierarquia militar ao encaminhar denúncias contra subordinados, ou ao divulgá-las. É, ao contrário, pretender preservá-la; e preservar a Pátria, que não é uma celebração efêmera, mas um sentimento e projeto constante, sustentado num arcabouço, respeitável e respeitador, de instituições. A nota do sr. ministro Sylvio Frota extravasou da defesa legítima de uma ofensa caracterizável para uma suspeição difusa e que nos atinge na consciência de patriotas e cidadãos (OESP, 10/09/77)

Este foi o texto devidamente recortado para servir de base ao promotor em sua demonstração de que a opinião pública, de fato, seria afetada com a crônica de Lourenço Diaféria. O início do editorial encaixava-se perfeitamente às suas justificativas, afirmando que “evidentemente a ofensa irrogada pelo acusado na indigitada crônica [visava] atingir o próprio sentimento nacional, tendo sido por isso mesmo alvo de oportuna contradita em editorial do jornal ‘O Estado de São Paulo’” (FSP, 01/02/78). No dia seguinte, a *Folha* noticiou que o Supremo Tribunal Militar aguardava o recurso do procurador Dácio de Araújo para dar-lhe prosseguimento (FSP, 02/02/78). Mas que o caso poderia demorar a ser julgado, pois era dada prioridade aos réus que estavam presos¹²¹.

Dias depois, em 16 de fevereiro, sem notícias sobre o processo e sem as crônicas de Lourenço Diaféria, a *Folha* publicou a carta de uma leitora sobre o cronista.

Bem sei que não foi somente para mim, assinante da “Folha” de tantos anos, um grande choque emocional, de ver hoje, 11/2, o nome de Carlos Drummond de Andrade encimando o espaço da coluna, ocupado anteriormente, e por muito

¹²¹ Nesta mesma semana, a novela de Lourenço Diaféria, *Berra Coração*, estava na lista de livros mais vendidos, no oitavo lugar.

tempo, pelo bem-amado Lourenço Diaféria. Fazia falta mesmo, uma crônica, e não por poderia haver pessoa mais bem-vinda do que o grande mestre Drummond de Andrade. Nosso espírito abre-se, com todo prazer, a suas matérias, quaisquer que sejam, enquanto em nosso coração continua albergado o meu, o nosso, o universal amigo Lourenço Diaféria, onde quer que ele esteja. – Trudi Landau – (Capital)

Trudi Landau, uma leitora que frequentemente mandava cartas ao jornal, mostra que, para além da visibilidade pelo processo sofrido, Diaféria era um reconhecido cronista. Permanecia lembrado como aquele que falava dos problemas e belezas de São Paulo, do cotidiano, do futebol. Mesmo que se tornasse bandeira de determinadas lutas e que isto eventualmente aumentasse sua circulação, não era apenas uma síntese do chamado “caso Diaféria” ou das tensões com o governo.

Em 21 de fevereiro foi dada entrada da ação contra Lourenço Diaféria no STM (FSP, 22/02/78). O procurador da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho, passou a trabalhar no processo, defendendo que o texto deveria ser enquadrado no crime previsto no Artigo 219 do CPM (FSP, 29/03/78). Nesta fase, o STM determinou que o inquérito continuasse, acatando a reforma da decisão do juiz da 2ª Auditoria de São Paulo, Nelson Guimarães (FSP, 11/04/78).

Se 1977 apresentou mudanças importantes dentro e fora do quadro militar, 1978 foi marcante pelo anseio pela reabertura política e o estabelecimento desta demanda. Foi o ano em que a luta civil pela redemocratização se ampliava e explicitava suas demandas ao governo. Assim, “estudantes, intelectuais, profissionais liberais, enfim, a nata da classe média que, supunha-se, deveria apoiar o regime já tinha rompido com o governo” (NAPOLITANO, 2014, p. 276). Quando o golpe completou catorze anos, ou “o 14º aniversário da Revolução”, em 31 de março de 1978, eram notórios estes desejos de mudança. “Está próximo o fim do AI-5”, anunciava o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Thompson Flores (FSP, 31/03/78). Contudo, eram reiterados os “ideais da revolução”, o que demonstrava que a transição manteria vinculações com o poder vigente. A nota encaminhada às três Armas dizia:

Enganam-se os que julgam que estamos vivendo, à semelhança dos estados totalitários, onde o herói de ontem é o inimigo público de hoje. O que

vislumbramos, agora, são as condições propícias para a consolidação dos ideais primeiros e permanentes do movimento democráticos de março de 1964 (FSP, 31/03/78).

A reabertura estava posta nas falas dos militares do poder político como parte do desenvolvimento do compromisso da “revolução”. Não como uma possível perda do poder de governar, mas um processo gerido e desejado por eles, especialmente dos próximos à Geisel. Enquanto isso, Figueiredo, que era promovido ao posto de General de Exército, o mais alto da instituição, disse, quando da homologação de sua candidatura: “vai ser duro deixar esta farda, mas serei o mais civil possível” (FSP, 01/04/78).

Enfim, as comemorações ocorreram, festejando o aniversário do governo militar. Neste mesmo momento, o jornal cobria a visita do Jimmy Carter, e suas reuniões com a situação sobre as pretensões políticas e com a oposição sobre suas reivindicações. Dom Paulo Evaristo Arns ganhava cada vez mais visibilidade, chegando a acompanhar Carter na despedida no aeroporto, além de ter discutido com ele questões sobre os direitos humanos, a censura, a situação política do país e os presos políticos (FSP, 01/04/78).

Pouco foi noticiado no primeiro semestre de 1978 sobre o caso que continuava a ocorrer judicialmente. Além do exposto, constava apenas que, no dia 4 de julho, seria iniciado o julgamento, com a denúncia recebida pelo juiz Waldir Silveira Melo (FSP, 28/06/78). Em julho, parte de um editorial, com Boris Casoy como editor responsável, foi dedicado ao caso do cronista. Cabe lembrar que, neste momento, Diaféria não estava publicando na *Folha de S. Paulo*, por isso, não era tratado como um colaborador da empresa. No editorial *O todo, não as partes*, criticava a forma como a crônica foi tomada como ofensiva pelos militares do Exército ao falar sobre o Duque de Caxias, “por antonomásia”, como se a este significasse aquele. Em defesa do cronista, foi considerado que “um escritor (Lourenço Diaféria escreveu na ‘Folha’ durante 22 anos) deve ser julgado pelo conjunto de sua obra; não apenas por uma crônica, ou mesmo por uma frase – que isolada, e consequentemente exagerada, poderia dar margem a interpretações ambíguas” (FSP, 06/07/78).

Esta ideia também foi recorrente na defesa do cronista. Foi um ponto em disputa a compreensão sobre em que medida o autor partilha da fala exposta na crônica, mesmo que fosse um gênero tão voltado para a questão opinativa e para os comentários dos acontecimentos. Afinal,

mesmo tendo na sua obra muito do contexto em que foi elaborado, o compromisso do autor não era produzir descrições da realidade.

O veículo através do qual Lourenço Diaféria se expressa – e pelo qual ele está sendo julgado – não é um veículo poético ou panfletário, mas sim um gênero jornalístico-literário, a crônica, cuja característica essencial é o exercício do imaginário, a busca da coerência ficcional, que transcende o mundo real e muitas vezes eclipsa a referência à História (FSP, 06/07/78)

Em 3 de agosto daquele ano, a Justiça Militar julgou o cronista. A *Folha* noticiou o depoimento de três testemunhas: a esposa e outros dois jornalistas - Emir Macedo Nogueira e Orlando Lopes Fassoni. O processo era posto como “um dos últimos atos do general Silvio Frota como ministro do Exército” e “uma das manifestações significativas de um período político conturbado”. Lembrava também da nota enviada por Frota, em 1977, como uma “advertência à imprensa mais ousada, que à época abria consideráveis espaços ao noticiário sobre direitos humanos e sobre o processo sucessório” (FSP, 03/08/78). O jornal colocava-se como parte da crítica ao regime, fazendo jus à imagem que buscava desde a metade da década de 1970.

Houve a permanência da justificativa de que *Herói. Morto. Nós.* visava estreitar os laços entre civis e militares. De acordo com o jornal, a humanização dos heróis nacionais foi a interpretação do amigo de Diaféria, jornalista e editor da *Folha*, Emir Nogueira, também professor de Língua Portuguesa e Técnica Redacional da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Reconhecendo que algumas passagens possam ter sido desnecessárias, defendeu que “o cronista é um homem que se arrisca diariamente, ao expor sua emocionalidade numa obra quase artística a ser interpretado de forma diferente daquele que foi sua intenção” (FSP, 04/08/78).

O outro jornalista que testemunhou, Orlando Fassoni, disse que Diaféria seria “incapaz de ofender a qualquer pessoa e que jamais comentou assuntos políticos, sendo pessoa dedicada mais às suas atividades profissionais, culturais, religiosas e domésticas”. Neste mesmo sentido foi o depoimento de Geisa Diaféria, que informou que o esposo não simpatizava com “ideologias estrangeiras”. Além disso, “revelou que, desde 1975, a garagem da residência do casal tem servido, por muitas vezes, de local para missas semanais. Acrescentou que

ambos participam regularmente de atividades cristãs e comunitárias por intermédio da paróquia de N. Sra. da Pompéia”. Ironicamente, era a Igreja um dos principais lugares de debate político que Diaféria participava. O próprio juiz Waldir Melo disse gostar das crônicas do autor e que estava sendo julgada apenas a intenção de um único texto (FSP, 04/08/78).

O julgamento de Lourenço Diaféria ocorreu no dia 14 de setembro, em uma fase do processo com notórias mudanças (FSP, 13/09/78). O próprio procurador militar que antes formulou a acusação, Dácio Araújo, fez o pedido de absolvição. Fazia referência ao pronunciamento do comandante do I Exército, general José Pinto de Araújo Rabelo, que afirmou que o Exército “já havia perdoado”. Mas concluía que

O dolo existe ainda que seja por leviandade e sem uma particular intenção maligna. A crônica incriminada, lavrada sem dúvida em termos infelizes – como também pareceu a duas testemunhas ouvidas que, se tivessem lido antes de publicada, teriam ponderado sobre isso ao acusado – resulta de culpa por imprudência decorrente de precipitação, insensatez e inconsideração do articulista na sua elaboração, haja vista, inclusive, as circunstâncias em que isto ocorreu (FSP, 14/09/78).

Considerava que Diaféria havia agido de má fé ou sido imprudente na elaboração da crônica. Mesmo assim, o representante do Ministério Público demonstrava seu descontentamento com o que aparentava ser o desfecho do caso.

Após uma sessão de duas horas, o Conselho Permanente de Justiça Militar absolveu Lourenço Diaféria, por 4 votos a 1. O veredicto foi transcrito na *Folha de S. Paulo*, iniciado com: “A inconsequência é a mãe dos problemas”. Afirmava que “a ação do denunciado, querendo elevar algo em detrimento de outro sempre dará azo para diminuição de algum bem, provocando um mal, mesmo que não seja desejado” (FSP, 15/09/78). Esta era a avaliação que justificou a absolvição do cronista. Se, por um lado, a defesa dizia que a intenção era de firmar laços entre civis e militares e que houve um mal-entendido, por outro, a acusação o absolvía por considerá-lo alguém que não havia medido seus atos. Ironicamente, em ambos os lados, a qualidade literária de Diaféria era posta em dúvida.

Na continuação do veredicto constava que a justificativa de suas intenções deixava em dúvida se houve, de fato, ofensa às Forças Armadas. Porém, Diaféria era visto como alguém muito experiente para um deslize tão primário, “é de se reconhecer que a experiência do irrogado dá base para a crença de que o mesmo poderia avaliar os resultados de sua vontade consciente”. Não estava saindo do caso como alguém isento de responsabilidades. Contudo, para que fosse efetivada a sentença proposta pela acusação, de acordo com os autos e dentro da lei vigente, era necessário que houvesse “certeza consciente, plena, direta e total de que houve a ação dolosa para confirmar o crime” (FSP, 15/09/78).

O Conselho absolveu o cronista de acordo com o artigo 439 do Código de Processo Penal Militar¹²². Além disso, não se pode esquecer que a saída de Frota do cargo de ministro, o perdão do Exército e a consequente defesa do promotor que antes fazia a acusação foram manobras importantes para que Diaféria fosse absolvido. Se o caso levantava questões importantes em 1977, quando instaurado, e aguçava percepções críticas em relação aos aparatos do governo militar, em 1978, manter o processo ao cronista punha em questionamentos, cada vez mais veementes, a imagem daquele regime.

No dia seguinte, 16 de setembro, o editorial *Acima de paixões* comemorava a decisão do judiciário militar, contrapondo ao ato passional de Sylvio Frota em 1977. Simultaneamente à defesa ao cronista, a *Folha* elogiava a Justiça Militar de São Paulo, que “confirmou o alto conceito de que goza”. Além disso, inseria o processo ao cronista como parte importante da trajetória política nacional:

É impossível dissociar o episódio Diaféria do contexto político em que ele se iniciou, se desenvolveu e chegou ao cabo. A iniciativa de processar o jornalista concretizou-se, não por coincidência, num momento em que de áreas próximas ao Executivo provinham nítidos sinais de inconformismo com a política de distensão orientada pelo presidente Geisel. Inseria-se, assim, num plano mais amplo em que visados não eram apenas jornais e jornalistas, mas principalmente, e acima de tudo, as lentas e difíceis passadas que o

¹²² Art. 439. O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça: (...) e) não existir prova suficiente para a condenação.

País começava a dar em direção da normalidade democrática. (FSP, 16/09/78)

No desenrolar do processo em 1978, o caso foi produzido midiaticamente como uma referência de reivindicação e marca de um período de dificuldade política em relação à distensão. A *Folha* se colocava como parte deste acontecimento, marcava seu espaço como resistência, afirmando que “foi, no conjunto, um episódio penoso para todos quantos dele participaram, direta ou indiretamente” (FSP, 16/09/78).

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a ABI, que estavam desde o início apoiando o cronista, se pronunciaram satisfeitos com a decisão. A *Folha* publicou cartas de duas leitoras que se apresentavam felizes em “ver um erro corrigido”, que notavam que o cronista tinha “sentimentos muito humanos” e que era tranquilizador o desfecho (FSP, 16/09/78). De acordo com o juiz, ao final do veredicto, “com isso, o processo está praticamente encerrado, apesar de já estar correndo o prazo regulamentar para apresentação de recurso” (FSP, 15/09/78). O que não era esperado era que, de fato, o caso prosseguiria.

3.6 VOO (NÃO TÃO) BAIXO

Lourenço Diaféria estava afastado de suas funções na *Folha de S. Paulo*. Enquanto isso, leitores pediam seu retorno. No final de 1978 o cronista retornou ao jornal. Na capa do dia 16 de outubro, uma nota com uma foto e o aviso do retorno de Diaféria para o dia seguinte. A manchete do dia voltava-se para o acontecimento político do dia anterior: como esperado, João Figueiredo - chefe do SNI no governo Médici e da Casa Militar no governo vigente - era anunciado como candidato eleito indiretamente para presidente, sob a legenda da Arena e o apoio de Ernesto Geisel.

Na manchete, a fala de Figueiredo: “Prendo quem for contra a abertura”, em resposta ao momento de demandas pelo reestabelecimento da democracia, que já não poderiam ser ignoradas. Afirmava, após ser eleito na “mais tumultuada eleição indireta que já houve desde 1964”, que “é para abrir mesmo, e quem quiser que não abra eu prendo, arrebento...não tenha dúvida” (FSP, 16/10/78). Aparecia no jornal como uma escolha positiva para o rumo do país, embora sua fala fosse contraditória, diante de um suposto desejo de democratizar o governo e usar da violência para o alcance deste objetivo (Figura 7).

No dia seguinte, Lourenço Diaféria voltava ao caderno *Ilustrada* com a crônica intitulada *Vôo Baixo*. Se antes ocupava a última página do caderno cultural, agora estampava a primeira. No lugar em que publicava, permaneciam as crônicas do escritor Carlos Drummond de Andrade ou do teatrólogo e jornalista Flávio Rangel.

O texto de Diaféria trazia, já no título, uma fala sobre ter cautela após o ocorrido. Elaborou a crônica sobre o aumento do preço da *Folha de S. Paulo*, do custo de vida e de um abaixo assinado que teria participado em relação a isto. Mediando com a questão da assinatura, dizia: “de lá pra cá, para evitar mal entendidos, fiz um bonito curso de caligrafia e abri fichas em meia dúzia de cartórios de notas, onde se reconhecem firmas, para que doravante não parem dúvidas sobre meus propósitos e mesmo sobre meus despropósitos”. Dialogava com o processo sofrido em relação a *Herói. Morto. Nós.* e sua absolvição por não haver certeza de má fé em sua elaboração.

Diaféria buscava demonstrar tranquilidade em relação ao processo pelo qual passava, embora as marcas deixadas pelos sucessivos acontecimentos após setembro de 1977 fossem evidentes. Propunha-se a continuar com seu ofício de “narrar desgraças e alegrias”, pronto para oferecer “nada mais que o trivial”. Voltava identificando-se como um escritor de “crônica das esquinas”. Ao final, colocava:

No mais, tudo bem.

Aqui ao lado, os sinos da Catedral da Sé anunciam que temos papa.

De fato, esticando a vista, descubro no meio da fumaça preta das chaminés da centenária Mooca o vapor branco de um apito de fábrica. É a turma das 5 que sai.

E temos também o futuro presidente, que avisa: manda prender quem for contra a abertura.

Custou, mas parece que enfim estamos todos livres. (FSP, 17/10/78)

Diaféria relacionava a fumaça branca que anunciava a eleição de um novo papa - João Paulo II -, à fumaça e vapor das fábricas e chaminés que mostravam os esforços diários dos trabalhadores. A contradição permanece na ironia em relação à fala do candidato eleito para presidente, exposta na manchete do dia anterior. Afinal, se era necessário o uso de força para o processo de abertura democrática e reativação das liberdades civis, estas já não existiam.

Neste mesmo mês, final do governo Geisel, foi promulgada a Emenda Constitucional Número 11, revogando todos os atos institucionais e complementares que estivessem em desacordo com a Constituição Federal. Extinguia-se as penas de morte e de prisão perpétua, por exemplo, mas permaneciam as penas aplicáveis pela publicação de “noticiário falso ou truncado, de modo a indispor as autoridades com o povo” (FSP, 18/10/78).

Figura 7 - Volta de Lourenço Diaféria à Folha de S. Paulo



LOURENÇO DIAFERIA

a partir de amanhã na "Folha"



No 1º dia, a fumaça é negra

Por duas vezes a fumaça espelida pela chaminé da capela Sistina entrou era negra, indicando que os 111 cardeais às encostas desde sábado para eleger o sucessor de João Paulo II, não haviam chegado a um acordo sobre o novo papa. Apesar das reiteradas afirmações do Vaticano de que, desta vez, a cor da fumaça não seria escura como aconteceu na eleição de falecido Adriano Cardeal, levou ao medo de que a fumaça não seja a mesma que a fumaça que saiu da chaminé da capela Sistina, pois os cardeais de fumaça branca também saíram da chaminé durante a eleição.

No Vaticano, esperava-se que os cardeais deviam chegar a um acordo entre as duas alas, talvez ainda hoje mesmo. Os nomes favoritos são Ugo Poletti, vigário de Roma, Giuseppe Siri, de Gênova, Giovanni Benelli, de Florença, e Giovanni Colombo, de Milão.

Candidatos defendem sindicalismo livre

A defesa de um sindicalismo livre e a condenação da política salarial do governo constituem o principal ponto em torno do qual ocorrem cinco candidatos a deputado federal pelo MDB, ligados à área sindical.

Querido ferramentista, Aurélio Pereira considera que "a Lei Falco é a coisa mais ruim, na boca dos candidatos". Defende "o fim do aparelho salarial", a liberdade sindical e democrática. O jornalista Aurélio Pereira afirma que o movimento sindical "copia um modelo sindicalista da Europa". Segundo ele, o movimento sindicalista não pode ser representado por um partido político, mas sim por um movimento sindical.

Candidato à reeleição, o deputado Pedro Paulo Brandão defende a coletividade parlamentar ao estabelecimento de um novo pacto que atenda às reivindicações trabalhistas. Outro deputado, Rui Brito, quer as "indicações" sobre o Estado e das paróquias.

Já para o advogado Daniel Passos, a par-

ticipação dos chamados candidatos populares no Congresso "será tanto maior quanto for o engajamento político do povo".

NOVOS PARTIDOS

O deputado do MDB, desfilou entre a formação de um novo partido que congregue "metistas, democratas e socialistas", que servirá de divisor de águas para o que se opõem ao regime de exceção.

Segundo Airton Soares, esse partido terá um caráter transitório, "vão entre as bandeiras de luta até a defesa da liberdade de organização partidária, onde o trabalho extraparlamentar será o fator mais importante da atuação política".

A formação de novos partidos também foi defendida pelo senador Paulo Roberto, que afirmou que, hoje, não há deputados da Arena quanto ao do MDB ou da constituinte que "representam apenas uma terra".

Afirma Figueiredo, após a vitória, e estende as mãos aos seus adversários

Em sua primeira entrevista, logo após eleger a vice-presidente do Brasil, o general João Batista Figueiredo, cercado por repórteres e dezenas de pessoas que procuravam cumprimentá-lo, no hotel Alvorada, naquela cidade, reiterou suas propostas quanto à abertura política, declarou: "É para abrir o nome, e quem quiser que não abra eu prezo, abrirei, não tenho dúvida".

Já às 10 horas, em seu pronunciamento à Nação, em sessão especial de rádio e TV, o futuro presidente da República reconheceu que a ditadura e a própria ditadura tiveram a culpa da situação do Brasil. "Foi a culpa da ditadura, não a culpa do povo", afirmou. "Foi a culpa da ditadura, não a culpa do povo", afirmou. "Foi a culpa da ditadura, não a culpa do povo", afirmou.

Os deputados do MDB afirmaram que não voltaram mais para o Congresso. O MDB afirmou que não voltaram mais para o Congresso. O MDB afirmou que não voltaram mais para o Congresso.

GALESIAS LUTAVAM

Devido à natureza da matéria, grande número de interessados — na maioria partidários —, voltaram a se reunir no plenário do Congresso. Embora os guardas de segurança dissessem a todos que as galeias não seriam abertas depois das 10h, muita gente entrou, inclusive os deputados que estavam tentando por funcionários partidários, espionagem de outros deputados e congressistas e certo de uma contenda de galeias entre os dois blocos.

Devido ao discurso dos dois presidentes partidários, o senador Paulo Roberto, o deputado do MDB, desfilou entre a formação de um novo partido que congregue "metistas, democratas e socialistas", que servirá de divisor de águas para o que se opõem ao regime de exceção.

Segundo Airton Soares, esse partido terá um caráter transitório, "vão entre as bandeiras de luta até a defesa da liberdade de organização partidária, onde o trabalho extraparlamentar será o fator mais importante da atuação política".

Palmeiras derruba o último invicto

Um milagrosismo aconteceu e a última jogada de ataque — a cobrança de falta — foi o que definiu o triunfo do Palmeiras sobre o Corinthians no campo de 2 a 3 e o Corinthians, o campeão da Copa Libertadores de 1980, não conseguiu vencer o Palmeiras no jogo de ida da semifinal da Copa Libertadores de 1980.

Palmeiras venceu o jogo de ida da semifinal da Copa Libertadores de 1980, com o placar de 2 a 3. O Corinthians, o campeão da Copa Libertadores de 1980, não conseguiu vencer o Palmeiras no jogo de ida da semifinal da Copa Libertadores de 1980.

Congresso vota emenda Montoro

A partir das 10 horas da manhã de hoje, o Congresso Nacional começa a apreciação da "emenda Montoro", apresentada pelo senador paulista, que trata de uma alteração no artigo 174 da Constituição, permitindo a criação de novos municípios.

Aprovada a emenda, serão convocadas eleições para todos os municípios, independentemente das condições de habitação, na sua sede urbana, e no caso de municípios que não tenham sede urbana, serão convocadas eleições para todos os municípios.

220 mil fiéis homenageiam a Padroeira

Cerca de 220 mil pessoas estiveram em São Paulo, em homenagem à Padroeira do Brasil, Nossa Senhora do Carmo, no dia 16 de outubro, aniversário da Padroeira. A festa foi realizada no Parque do Ibirapuera, com a presença de autoridades locais e nacionais.

Aprovado plano energético de Jimmy Carter

O plano energético de Jimmy Carter, aprovado pelo Congresso, prevê a construção de novas usinas nucleares e a expansão da produção de energia elétrica. O plano também prevê a construção de novas usinas nucleares e a expansão da produção de energia elétrica.

Patricia Hearst decidiu casar-se com um policial

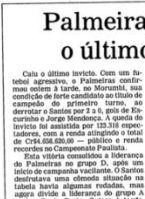
A atriz Patricia Hearst, conhecida por seu papel na série "The Day After Tomorrow", decidiu casar-se com um policial. O casamento foi realizado em uma cerimônia privada em sua casa.



Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

A agência oficial de notícias da Argélia, APF, informou ontem que o presidente Houari Boumedienne não estava mais vivo. A notícia foi confirmada por fontes oficiais da Argélia.



Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

A agência oficial de notícias da Argélia, APF, informou ontem que o presidente Houari Boumedienne não estava mais vivo. A notícia foi confirmada por fontes oficiais da Argélia.

Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

A agência oficial de notícias da Argélia, APF, informou ontem que o presidente Houari Boumedienne não estava mais vivo. A notícia foi confirmada por fontes oficiais da Argélia.

Argel desmante o desaparecimento de Boumedienne

A agência oficial de notícias da Argélia, APF, informou ontem que o presidente Houari Boumedienne não estava mais vivo. A notícia foi confirmada por fontes oficiais da Argélia.

Mesmo sem o AI-5, a Lei de Segurança Nacional que, “além de definir alguns crimes de imprensa, atribuía ao ministro da Justiça competências para apreender e suspender impressos, caso estes implicassem crimes contra a segurança nacional”, teria esta interferência abolida apenas durante o governo de Figueiredo, com a Lei nº 7.170, de 1983 (ABREU, 2002, p.27). Nela, de acordo com a reportagem da *Folha*, “os tão utilizados delitos de opinião desaparecem, foi introduzida a suspensão condicional da pena quando inferior a dois anos, a greve de funcionários públicos deixou de ser considerada ofensiva à segurança nacional e só os presidentes dos Três Poderes podem invocar a LSN por ofensa à honra” (FSP, 14/12/84).

Em 20 de outubro, poucos dias após do que se supunha como o encerramento do caso, foi publicada a notícia: *Promotor quer reabrir no STM o caso de Diaféria*.

Embora não atuasse no julgamento do jornalista Lourenço Diaféria, o procurador de Justiça Militar José Garcia de Freitas Júnior, em exercício na 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição de Justiça Militar na fase de recurso do processo, recorreu ontem ao Superior Tribunal Militar da decisão de primeira instância que absolveu o jornalista(...) Apesar de a absolvição do jornalista ter sido solicitada pelo próprio promotor encarregado do processo, os procurados Gomes de Freitas salienta que no julgamento houve um voto vencido, e que o juiz que o proferiu estava convencido da culpabilidade do acusado, ante a exteriorização da vontade e intenção do réu em praticar as ofensas ao Exército e bem assim ao seu patrono, Duque de Caxias, “mormente atendo-se à experiência jornalística de 22 anos do mesmo” (FSP, 20/10/78)

A tentativa de Lourenço Diaféria de manter em suas crônicas uma postura crítica ao regime e usar em sua defesa a intenção de unir civis e militares sem injuriar a estes, criou uma dissonância no processo. São evidentes os motivos pelos quais o cronista e seus defensores disseram não haver desejo de ofensa em *Herói. Morto. Nós.*, uma articulação para que não se tornasse culpado. Por outro lado, a tentativa de manter sua fala pública ousadamente oposicionista, mesmo diante das reformulações do jornal já exploradas, tornava-o constantemente vigiado. Com base nisto, o procurador voltou-se ao processo

considerando, além das acusações postas anteriormente, “que o acusado ‘manteve silêncio e não veio, pela mesma coluna de seu jornal, explicar outras possíveis intenções, desdizendo-se apenas quando interrogado, o que não apaga a ofensa preliminar’. Em razão desse recurso, os autos serão enviados para o STM que decidirá, em caráter definitivo” (FSP, 20/10/78).

O caso voltou a ser comentado no jornal apenas no ano seguinte. Nos meses finais de 1978, Diaféria permaneceu como cronista da *Ilustrada*, com textos que questionavam entre diversos problemas urbanos e relações humanas, a situação social e política do país. Agora tinha as marcas de uma acusação que aumentava significativamente sua visibilidade. Continuava comentando a vida do trabalhador urbano, das crianças, das famílias, mas cada vez mais o gerenciamento do Estado, desde a educação escolar até o sistema penitenciário, passou a ser abordado pelo cronista.

Ao despedir-se do ano, como costumava fazer, publicou uma crônica intitulada *Até o próximo*, em 30 de dezembro, tratando da morte de pessoas comuns, sem motivos políticos e sem grande repercussão. Diante de seu ofício, perguntava: “por que devo me lembrar agora do recém-nascido que o frio matou a céu aberto e da partida de Dona Maria?”. Colocava a resposta em meio à analogia circense, como a qual explicava seu trabalho e, de certa forma, sua motivação.

Enfia tua máscara de palhaço, cronista, e rola no picadeiro. Diz para o distinto público que estás mais velho, e mais sabido. Que a tua casca, que pensas ser grossa, está calcinada. E que aprendeste mais uma vez, na grande escola, que a vida é a exata insistência de reagir à lâmina da morte que corta em pedaços os bichos e a humanidade. Sai fora da tua janela, da tua porta, e grita: - Cara, abençoa a vida, cara!

Vende teu peixe, faz uma cabriola, aceita a vida com o que ela tem de lama e miasmas, mostra um pouco de luz, para que 78 não saia assim tão pardacento e cru: vejam, na fenda do muro, trazida a semente no bico do pássaro insuspeito, brotou uma tênue florzinha.

Para uns, será apenas mato.

Mas não será também uma florzinha? (FSP, 30/12/78)

Após o desencadeamento do processo, se via como “mais sabido” com a “casca calcinada”, mais experiente e maduro. Justificava que descrever alegrias em meio ao sofrimento fazia parte de seus artifícios de manter a esperança diante do leitor. Embora esta tentativa não tivesse sempre sucesso, pois os problemas correntes, por vezes, tinham urgência de serem expostos, Diaféria continuava:

Já basta a saudade dos que quiseram chegar ao fim do caminho, e não chegaram. Quantos começaram a caminhada, e não estão mais do nosso lado! Quantos vazios, quantas partidas, quantas nuvens desmanchadas no céu feito de cordeiros, quantas paradas cardíacas, quanta leucemia, quantos tiros disparados, quantos pingentes pinchados, quantos saldos encerrados, quantos olhos machucados, quantas bocas sufocadas, quantos sorrisos truncados, quantos hálitos suspensos, quantos planos enterrados! Mas parece que estou vendo o Velho 78 dizendo:
- Isto é que é a vida, rapaz.
Suspiros, suspiros (FSP, 30/12/78).

Com a alusão ao cordeiro, usado para sacrifícios religiosos, Lourenço Diaféria lembrava os que morreram na luta contra a ditadura. Mortes geralmente marcadas pelo uso da tortura física, os “olhos machucados”, as “bocas sufocadas”, que “enterrariam os planos”. Estes não “chegaram ao fim do caminho” e o cronista assume estarem “do nosso lado”. Ou seja, admite reconhecer-se com quem lutava contra o Estado autoritário. Diferente do que fazia ao longo do processo, em que se defendia e era defendido como uma pessoa sem interesses e vinculações políticas, Diaféria se posicionou.

Como quem percorria um trajeto de poucas alegrias e muitas perdas, o homem perplexo narrado pelo cronista parecia ter se acostumado, mas não se acomodado, ao processo de silenciamento pela violência manejado pelo governo. Mesmo parecendo desmotivado em certos momentos, Diaféria permaneceu atuante com sua literatura. A crise tornou-se uma evidente acompanhante do processo de reabertura política, conduzida lenta e gradualmente pelo próprio governo. Ao final

da crônica, resumia os eventos esperados para 1979, aguardando para o próximo “balanço das alegrias e tristezas”¹²³.

3.7 A CONDENAÇÃO DE DIAFÉRIA PELO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

O caso de Lourenço Diaféria - que havia sido reaberto com a solicitação da reforma da sentença pelo procurado José Garcia de Freitas Júnior - foi julgado no STM, com êxito dos acusadores. Freitas Júnior estava no lugar de Dácio Gomes de Araújo, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, por este estar de férias (FSP, 18/04/79). Na decisão divulgada em 17 de abril de 1979, Diaféria foi condenado, em Brasília, a oito meses de prisão.

A acusação pelo STM teve unanimidade de votos para o deferimento da acusação, porque o cronista teria infringido o artigo 219 do CPM, referente à ofensa às Forças Armadas. Contudo, foi concedido *sursis*, ou seja, a suspensão condicional da pena para casos em que não fosse considerado necessário a reclusão do réu. Além de não aceitar as declarações dadas por Diaféria sobre a não intenção de ofensa às Forças Armadas, a reportagem da *Folha* descreveu que “o STM também não entendeu a matéria como uma ‘simples crônica’ (expressão da Auditoria, na sentença absolutória)” (FSP, 18/04/79).

A sentença indicava que a infração penal era incontestável e que estava evidente que “o jornalista Lourenço Carlos Diaféria, com o excesso de sua linguagem e de suas imagens, ofendeu, frontalmente, as forças armadas”¹²⁴. Pois, diziam, se quisesse apenas enaltecer o sargento Hollembach, poderia ter escolhido outras palavras. Considerando esta ofensa como “gratuita e deliberada” e ainda publicada em um jornal de grande circulação nacional, consideravam que “milhões de brasileiros” se sentiram consternados ao lerem as

¹²³ No início de 1979 aguardava-se a posse de João Figueiredo, um governo que, em continuação às pretensões de Geisel, prometia uma gestão mais próxima às demandas sociais, sem deixar os princípios do regime. A anistia, por exemplo, era uma das reivindicações que estava na agenda da transição. O governo teve que lidar com a pressão social para a abertura, com os problemas econômicos e com a crescente inflação. Esta, agravada por mais uma crise do petróleo, decorrente de tensões político religiosas no Irã.

¹²⁴ Recurso criminal nº 1.413. Supremo Tribunal Federal, 12 de fevereiro de 1980. p.42

palavras do cronista¹²⁵. O potencial crítico e questionador foi visto como uma ameaça à estabilidade política e social.

Finalmente (merece dizê-lo), um povo que não cultua a memória dos seus heróis e dos seus filhos ilustres não tem passado nem tradições nem história, onde as gerações presentes e vindouras possam se fortificar e engrandecer nos exemplos e nas lições dignificantes dos seus maiores. É um povo anêmico e desfibrado, cuja moral se perde na estima e no respeito de outras Nações, presa fácil para o inimigo vigilante e para a infiltração de idéias exóticas, meio de cultura para a cizânia, para a desordem, para a anarquia.¹²⁶

Tratava-se da importância de uma determinada condução do conhecimento histórico para a manutenção da coesão nacional. Assim como funcionavam as propagandas do governo, o esforço com as instituições como a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e a Assessoria de Relações Públicas (ARP); além de ações voltadas para a educação. A educação era um campo estratégico. Além de os militares aliam a superação dos problemas sociais com a educação da população, esta seria local privilegiado de disputa com as ideologias contrárias ao governo¹²⁷.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Foi investido em reformas nos ensinos básicos e universitários para a construção de uma proposta que fosse condizente aos seus intentos. Algumas iniciativas ganharam destaque, como o *Movimento Brasileiro de Alfabetização* (MOBRAL), pela Lei nº 5.379 de 1967. Este projeto atendia a jovens e adultos que estavam fora das etapas de formação condizente com sua faixa etária. Também foi incluída a disciplina de *Educação Moral e Cívica* (EMC) que representava uma radicalização nacionalista na formação dos jovens, apesar da aparente semelhança com o propósito da disciplina de *Organização Social e Política Brasileira* (OSPB), criada em 1962 por Anísio Teixeira, suas diretrizes se mostram mais conservadoras. Em seu texto são descritos oito pontos centrais, por exemplo: “a) defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus” e “h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade”. Esses preceitos eram tidos como formadores de uma consciência nacional, com a aplicação de EMC em todos os níveis de ensino, sendo que nos graus médios

Mesmo o cronista tendo afirmado suas intenções serem outras, na sentença foi firmado que não houve o mesmo ato “na própria imprensa de que se serviu para PROPALAR as suas aleivosias”¹²⁸. A questão das ofensas era levantada, entendia-se que elas “se dirijam a um todo comunitário, atingindo-o, de modo geral”¹²⁹. Assim, com notório incômodo pelas justificativas do cronista, estava na sentença que:

Pela documentação que o acusado juntou aos autos, firmada, por autoridades civis e eclesiásticas, vê-se, desde logo, que o Sr. LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA, se outrora não fosse a sua intenção, teria recursos, de sobra, para elaborar uma crônica, convincente, brilhante e talentosa, sem descer a tal ponto, de sorte a escrever as ofensas gratuitas e injustas, ora apreciadas.

Nem se diga que essas ofensas tenham sido fruto de uma linguagem falada quando, quase sempre, a emoção se sobrepõe ao fluxo espontâneo das palavras.

Pelo contrário, o sr. LOURENÇO CARLOS DIAFÉRIA meditou-as, mediu-as e pesou-as, pois quem escreve pensa muitas vezes.¹³⁰

A crônica jornalística tem um tempo de elaboração curto, por conta do suporte ao qual se dirige. Contudo, ela não tende a ser tão espontânea e sem possibilidade de revisão. As críticas eram evidentes em *Herói. Morto. Nós.*, mas naquele momento, a constante negação de sua intenção e os elogios às Forças Armadas e seus símbolos, consistiam em estratégias legítimas de defesa.

Ao comentar as relações de Diaféria, chamava a atenção para a “documentação que o acusado juntou dos autos”, da qual não teve acesso, mas que se afirmava haver sido elaborada por “autoridades civis e eclesiásticas”. Personagens da Igreja voltados às lutas democráticas, como o cardeal Arns, e algumas autoridades civis como os políticos do MDB e até mesmo da Arena, que defendiam o cronista publicamente,

não deveria excluir a OSPB e, no ensino superior, incluindo pós-graduação, era ministrada sob a forma de *Estudo dos Problemas Brasileiros*.

¹²⁸ Recurso criminal nº 1.413. Supremo Tribunal Federal, 12 de fevereiro de 1980. p.44

¹²⁹ Ibidem. p.45

¹³⁰ Ibidem. p.46

estavam também inseridos na trama jurídica. O principal era ainda o cardeal dom Paulo Evaristo Arns que, além de se demonstrar abalado com o retrocesso, distribuiu o seguinte comunicado à imprensa:

A condenação contra Lourenço Diaféria deve chocar toda a Opinião Pública e causar o impacto que a nós causou. Conhecendo como conheço o profissional sempre respeitoso e acatado, o pai de família exemplar, o cidadão e patriota cioso de nossas coisas e o cristão seguidos do Evangelho, lamento que essa condenação o tenha atingido. Espero que não seja mau presságio para a situação atual e futura do Brasil – acrescentou. Quero dar a ele, e aos demais jornalistas atingidos na sua pessoa, meu apoio e minha amizade. Que os seus filhos menores e a esposa não descreiam no Brasil pelo que acaba de acontecer. Que lhe seja ao menos concedido o direito a sursis. (FSP, 18/04/79)

O religioso permanecia na defesa de Lourenço Diaféria, argumentando quanto à sua postura como pai, fiel à Igreja e trabalhador. Abria o debate, colocando o caso do cronista em perspectiva nacional, esperando que não fosse um “mau presságio para a situação atual e futura do Brasil”. Do mesmo modo, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, David de Moraes, considerou que a decisão do STM era “um erro judiciário”, “absolutamente lamentável e contrária aos anunciados propósitos de abertura do regime brasileiro” (FSP, 18/04/79).

A Igreja e o Sindicato foram vozes recorrentes em defesa do cronista. Sua participação política também era organizada nestes espaços. A proximidade com o movimento da Firmeza Permanente, manejado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, parecia cada vez mais evidente. O presidente da Comissão, José Carlos Dias, pronunciou-se contra o que também considerou um “erro judiciário”, para ele:

A intranquilidade se amplia – acentuou – quando percebemos como é frágil a segurança nacional de nosso país, que se sente ameaçada a ponto de necessitar da condenação de um escritor e militante cristão como Lourenço Diaféria. Mas tenho esperança de que o Supremo Tribunal

Federal venha a reparar este erro, já que a condenação do STM é um mau sinal para o momento político que estamos vivendo (FSP, 18/04/79)

Sua fala condensava diversas questões daquele contexto. A acusação sob a legislação de segurança nacional foi criticada desde o início do caso. Além disso, o incômodo inicial de Sylvio Frota com a publicação de *Herói. Morto. Nós.* teve notória relação com o receio da subversão da ordem ou incitação contra o Exército. Mas também havia a preocupação pessoal em manter o *status* de sua arma, garantir as eleições e sua perspectiva política em relação ao que via como afrouxamento político. Diaféria aparecia como um caso exemplar, mas não necessariamente ameaçador em si.

Após a saída de Frota e a vitória de Figueiredo, com uma proposta mais condizente ao reestabelecimento das liberdades democráticas, a continuação do processo causou estranhamentos. Em um período no qual se propunha a reabertura política, o retrocesso com a efetivação da condenação ia ao encontro de uma perspectiva ligada ao que não se vislumbrava para o futuro, visto como um “mau sinal para o momento político”.

No editorial de 19 de abril, dia seguinte à reportagem sobre a decisão, a *Folha de S. Paulo* divulgou o editorial sobre o caso intitulado *Condenado, mas inocente*: “não nos parece justo que a decisão se possa fundar na escolha arbitrária de frases solta de um texto jornalístico”. Reivindicava que fosse considerada a trajetória de Diaféria. O cronista era defendido naquele editorial, posto como inocente, independente da condenação pelo Código Militar.

Retomava, assim, a crítica posta anteriormente, de que a ação ia contra a proposta de abertura:

Quanto à condenação em si, ela em nada contribui para a abertura política de que o presidente Figueiredo se deseja futor, jurando implantar a democracia neste País. Muito pelo contrário. A decisão do STM opera nitidamente em sentido oposto.

E isso é algo que preocupa e confunde a sociedade brasileira (FSP, 19/04/79).

O caso, como outrora era exemplar do cerceamento das liberdades e usado como forma de demonstrar as arbitrariedades do

governo, agora representava a assimetria entre as expectativas e promessas de reabertura e as ações do governo. Era debatida também a controvérsia da reabertura do caso em vias de projetos de redemocratização que estavam sendo apoiados pela imprensa e que era pauta também daquele que assumiria a presidência. Como afirmava o deputado Freitas Nobre, do MDB, tal decisão era uma medida “perigosa para a vida democrática do País” (FSP, 19/04/79). Se Figueiredo ganhava apoio pelo discurso em prol da abertura e contra a chamada “linha dura”, era incoerente a falta de solução do caso iniciado por Frota, um dos expoentes deste grupo e que havia sido afastado do governo.

Houve protesto na Assembleia Legislativa de São Paulo. O deputado emedebista Eduardo Matarazzo Suplicy distribuiu à imprensa um abaixo assinado por 53 deputados do MDB e 12 da Arena - mesmo o partido estando em posição de “respeito à decisão do STM” - que protestavam contra a condenação do cronista da *Folha*. Afirmavam que tal julgamento “se contrapõe à proposta de abertura política do governo, visto que o Poder Judiciário baseou-se em uma Lei arbitrária, consequente de um regime autoritário distante dos anseios da democracia da maioria do povo brasileiro” (FSP, 19/04/79).

3.8 UM ATAQUE À IMPRENSA NA REABERTURA

Neste mesmo período foi divulgado no jornal *O Estado de S. Paulo* um documento de setembro de 1978, do *Centro de Informações do Exército*. Nele estavam medidas contra jornais que assumiam posturas críticas em relação ao governo vigente, especialmente voltado para a imprensa “alternativa”. A nota de repúdio transcrita na *Folha*, concluía que tal plano “fere a democracia e o direito que tem a sociedade brasileira de ser corretamente informada sobre tudo o que ocorre no País” (FSP, 19/04/79) e inseria o processo de Diaféria nas ações desta condução política.

Em 18 de abril de 1979, mesmo dia em que foi noticiada a condenação de Diaféria, *O Estado* publicou a íntegra do documento oficial, que dividia a imprensa em quatro eixos, para delimitar “o campo de atuação dos diversos setores contestatórios”, eram eles: a grande ou empresarial, na qual estava o próprio *O Estado* e a *Folha*; “nanica”; universitária; e clerical. Considerava que elas dialogavam e que, naquela conjuntura, todas deveriam ser observadas. Mas iniciava menosprezando a segunda, seu objeto de análise:

Na década de 60 deu-se o surgimento da imprensa denominada “independente”, “nanica” ou “alternativa”. Aparentemente, o fundamento que rege o nascimento dessa imprensa é: reunião de alguns jornalistas que, não obtendo colaboração adequada nos órgãos existentes, montaram o seu próprio jornal, geralmente em sistema de cooperativa. (OESP, 18/04/79)

Baseando-se na imagem de que universitários colaboravam com tais títulos por falta de inserção no mercado, reclamavam que “para tal, precisem apoiar ideias marxistas e/ou defender pontos de vista contestatórios ao regime do País”. Isto fechava o que chamavam de um “ciclo de doutrinação marxista”, iniciado nas universidades. Assim, eram feitas “sugestões de caráter prático e possíveis de provocarem resultado satisfatório” para coibir a ação desta considerada “nefasta imprensa nanica contestatória”. Mas, entendia-se que, ironicamente, as ações do governo “procuram não atingir a liberdade de pensamento” (OESP, 18/04/79).

Eram medidas de curto prazo, como ordem de detalhamento da origem das verbas de sustentação destes impressos e proibição de colaboração de indivíduos ou organizações que estivessem respondendo às ações judiciais referentes aos crimes previstos na LSN. A médio e longo prazo, estavam a reavaliação da qualidade e quantidade de faculdades de Comunicação e a atuação repressiva sobre o eixo estudantil em que atuavam “agentes comunistas”. Além disso, abrir maior espaço para jornalistas anticomunistas, reavaliar a Lei de Imprensa e agilizar o processo judiciário em questões relacionadas.

Na mesma página d’*O Estado de S. Paulo*, havia um texto do jornalista Evandro Paranaguá e duas notícias sobre processos contra os jornalistas Lourenço Diaféria e Antônio Carlos Fon. Paranaguá comentava as pressões econômicas e administrativas que o governo pretendia usar para combater a imprensa “alternativa” com a justificativa de que determinadas falas em público podiam gerar crises políticas.

Ao lado, a chamada *Jornalista condenado a 8 meses de prisão*, sobre o andamento do caso de Lourenço Diaféria. A disposição na página parecia exemplificar como se dava a perseguição do regime em relação aos jornalistas. Havia também a notícia de que o jornalista Antonio Carlos Fon, dedicado à área policial, do mesmo modo incluso na Lei de Segurança Nacional, por pedido do ministro do Exército,

então o general Fernando Bethlen. Antonio Fon era acusado por ter publicado, na revista *Veja*, as reportagens *Descendo aos porões* e *Um poder na sombra*, em que tratava da tortura de presos políticos¹³¹. Estas foram consideradas pelos militares como “deturpadoras” e com o intuito de “atirar a opinião pública contra as autoridades constituídas”.

É interessante notar que há, na documentação do Deops/SP, uma lista de jornalistas envolvidos na “imprensa nanica ou alternativa”. Este tipo de atividade foi relatada como emergente pela “busca de mercado de trabalho, face à carência de colocação adequada nos órgãos da imprensa tradicional”, em consonância com o que foi exposto no documento transcrito pelo *O Estado*. Mais uma vez, não era citado o caráter crítico e de oposição como possível motivo de existência. Entretanto, o resultado deste tipo de impresso era visto para além de um recorte de mercado, mas como uma área que demandava atenção do governo por seu caráter subversivo¹³².

Falava-se da ausência de apoio financeiro por anúncios e deduzia-se que havia “apoio de pessoas ou grupos ligados à subversão”. As matérias deste tipo de imprensa chamavam a atenção dos militares pela “linguagem tipicamente marxista”, a que demonstraria “claramente as linhas editoriais dos citados periódicos que, apoiando os temas de contestação ao regime, inserem-se em uma tendência bastante radical, totalmente contrária aos interesses nacionais”. Dizia-se que os colaboradores deste nicho teriam, em geral, antecedentes nos Órgãos de Informações e Segurança, identificados como “elementos radicais” por suas posturas políticas.

Na lista anexa das imprensas qualificadas como “menores” estava a *Revista Repórter Três*, publicação mensal da *Editora Três*. Entre os jornalistas listados, o nome do cronista da *Folha de S. Paulo*, Lourenço Diaféria, sob o comando do Diretor de Redação Paulo Patarra, vinculado à *Revista Realidade*¹³³. Esta publicação da Editora Abril, lançada em 1966 e existente até 1976, era considerada uma publicação

¹³¹ Em 1979 foram copiladas no livro *Tortura: A história da repressão política no Brasil*, publicado pela *Global editora e distribuidora*, aberta em 1973 e, de acordo com a própria, no início teve sua produção voltada para obras de referência no pensamento socialista. Além disso, os direitos autorais foram cedidos para o Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo e para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do mesmo estado.

¹³² *Imprensa “nanica” ou “alternativa”*. 05/01/79. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiê do Deops. 50-Z-0-14925

¹³³ *Ibidem*.

crítica ao regime, engajada e inovadora para sua época¹³⁴. Diaféria, inserido na lista do Deops/SP como Repórter Convidado da *Repórter Três* era, no mesmo período, escritor da grande imprensa. Neste sentido, ainda no mesmo texto, era afirmado que nem só a “imprensa nanica” tinha tais atitudes contrárias aos interesses nacionais e que “muitos jornais da ‘grande imprensa’ valem-se dos suplementos especiais para veicular ideias de caráter contestatório ou desenvolver temas literários e sociais tendenciosos”. Estes seriam “verdadeiros jornais ‘nanicos’, acobertados por jornais tradicionais”.

No jornal *Movimento*, um importante título da “imprensa alternativa” da época, na edição semanal de 23 a 29 de abril de 1979, estava a reportagem: *A imprensa ideal para o regime: nada vê, nada ouve, nada fala*. O caso de Lourenço Diaféria era inserido em um quadro mais amplo para embasar o descontentamento com o modelo político vigente. A reportagem dialogava com o documento oficial recentemente publicado n’*O Estado de S. Paulo*. Denunciava que “o regime não gosta desta imprensa alternativa. É compreensível. (...) O que revolta é ver o regime tentar sufocar esta imprensa, valendo-se dos métodos mais escusos, violando suas próprias leis e ignorando as promessas democráticas que repete a todo dia”. Para *O Movimento*, mesmo com a suspensão da censura, métodos indiretos eram utilizados.

Embora o foco central fosse a imprensa alternativa, a elaboração contra ela era incompatível com a plena liberdade de expressão, mesmo da chamada “grande imprensa”. *O Movimento* citava a sentença contra Lourenço Diaféria como exemplar, bem como a de Evandro Paranaguá e Antonio Carlos Fon. Concluía que “o que o regime gostaria é de ter apenas uma imprensa dócil (...), uma imprensa que não investiga, não entrevista, não dá furos, não publica documentos inéditos, não critica, não ironiza, não tem verve, sabor, pujança. Mas isto é a antiimprensa!”.

Se Sylvio Frota, enquanto ministro do Exército, havia articulado a acusação de Lourenço Diaféria na LSN, em 1977, Fernando Bethlen, em sua atuação no mesmo cargo, buscou a acusação de Antonio Fon em 1979. Era a vez de Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro da mesma Arma no governo Figueiredo, pedir o enquadramento de Evandro Paranaguá também na LSN. Este era acusado por ter divulgado

¹³⁴ Para mais informações sobre a revista da Editora Abril, suas características e vinculações com o momento de elaboração, ver: FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968, Tempo de reportagem na imprensa brasileira*, Porto Alegre, Editora da Ulbra, AGE Editora, 1999, 285p

o documento confidencial do Centro de Informações do Exército (FSP, 20/04/79).

A situação foi prontamente comparada ao caso do cronista da *Folha*. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a ABI, como faziam com Diaféria, divulgaram uma nota de repúdio ao ocorrido:

Faz parte, na verdade, de uma ofensiva do regime contra a liberdade de imprensa, já evidenciada antes do enquadramento na Lei de Segurança Nacional dos jornalistas Antônio Carlos Ferreira, diretor-responsável do jornal “movimento”, Antônio Carlos Fon, repórter da revista “Veja”, Hélio Fernandes, editor-responsável da “Tribuna da Imprensa” e dos editores do “Pasquim”, que culmina com a condenação, pelo Superior Tribunal Militar, do jornalista Lourenço Diaféria (FSP, 20/04/79).

Afirmavam inclusive que, com estes acontecimentos, “o governo demonstra mais uma vez a fragilidade de seu processo de abertura democrática”, especialmente por recorrer “a um expediente que já se torna rotineiro no País, prefere perseguir aqueles que denunciam a violência, a punir os que a pratica”. A nota das organizações, em alusão às denúncias e aos atos de tortura, era mais enfática na crítica do que a reportagem escrita por Paranaguá. Lourenço Diaféria aparecia como parte de um quadro mais amplo, mas ainda como muito significativo pelo andamento de seu processo e pela duração da ação judicial. Não era um caso isolado, o que reitera a importância de perceber em seus detalhes algumas características do contexto e experiências possíveis. Em editorial, a *Folha* concluiu que as duas acusações reforçavam a preocupação com a liberdade de imprensa, afirmando contabilizar 14 iniciativas judiciais contra jornalistas ou jornais entre 1977 e 1979 (FSP, 21/04/79). No entendimento de Jarbas Passarinho, então líder da Arena no Senado, Lourenço Diaféria era “uma pomba sem fel. Mas a meu ver, tocou num tabu, de modo que sua crônica teve grande repercussão”. Considerando o cronista um ingênuo que tratou de temas que não deveria, conclui que a condenação “naturalmente será eliminada, quando vier uma anistia, sem deixar, portanto, mácula alguma no passado de Diaféria” (FSP, 21/04/79).

Neste meio, o jurista e criminalista Paulo José da Costa Júnior escreveu, na *Folha*, que considerava “injusta e desajustada” a acusação à Diaféria:

Estivemos juntos, logo após a denúncia, em meu apartamento. Ele e eu, ninguém mais. Falamos então, longamente sobre o que pretendia realmente no artigo. É possível que não tivesse sido feliz no expressar-se, em algum trecho. Mas os pontos dúbios foram esclarecidos, por ocasião do interrogatório a que foi submetido durante a instrução criminal.

Sabem outra? Pois eu ia até assumir a sua defesa. Depois nem sei bem porque, não assumi. Agora já que não fui seu defensor, tenho condições de isenção para afirmar a sua inocência. Digo isto à vontade. Como simples cronista como seu concorrente, muito mais modesto é verdade. Não como seu advogado (FSP, 22/04/79).

Garantindo que não tinha intenção de injuriar o Exército e reiterando sua postura patriótica, mais um de seus amigos expunha-se em público para defendê-lo. A interpretação da crônica, bem como a motivação do cronista para escrevê-la era debatida, de modo que suas convicções políticas e participações eram modeladas para que coubessem em sua defesa.

Estas relações surtiavam efeitos. Os questionamentos levantados pelas defesas, especialmente em relação à conduta do cronista, criavam um ambiente de desconfiança pela injustiça com um pai de família sem pretensões políticas. Neste sentido, havia uma carta do leitor que questionou o processo a partir do que era exposto no jornal: “Será que foi considerado o passado do sr. Diaféria, a sua intimidade psíquica, será que foi investigado o homem no âmbito de sua alma e de sua conduta social?”. Além de expressar que

Sinto-me arrasado, pois um pai de família, escritor conhecido e lido, recomendado por bispos e cardeais, cidadão útil e prestante, ser condenado, ser julgado tão severamente, por algo que, se procedente, não deixa de ser um tanto abstrato, se compararmos com tanto de concreto que ainda acontece por aqui (FSP, 25/04/79).

Durante os próximos meses, Lourenço Diaféria continuou publicando suas crônicas na *Folha de S. Paulo*, mesmo tendo sido condenado. Em agosto de 1979, o advogado de defesa, Leonardo

Frankenthal, entrou com recurso no STF solicitando a reforma da decisão do STM, afirmando que “o apelado já foi punido em demasia” nos dois anos do processo (FSP, 11/08/79). Em outubro, o recurso chegou ao Tribunal. Assim, “ao recorrer ao STF para reformar a decisão do STM, o jornalista pede o restabelecimento da sentença de primeiro grau da Auditoria Militar de São Paulo, onde foi absolvido” (FSP, 21/10/79).

O recurso foi elaborado de acordo com a Emenda Constitucional de 1969, artigo 119, item III, letras “a” e “d”, com base nas quais compreende-se que compete ao STF julgar, mediante recurso extraordinário, as decisões de outros tribunais quando contrariam a Constituição e interpretam a lei de forma diferente de outro tribunal, como havia ocorrido com a decisão do STM¹³⁵. Reiterava que a Justiça Militar não era o órgão competente para o caso, melhor tipificado na Lei de Imprensa.

Assim, descrevendo sobre o que se trata o *animus injurandi* e o *animus diffamandi*, o advogado explicava que Lourenço Diaféria não agiu de acordo com nenhum destes. Não difamava pois não havia, na crônica, “a imputação de um fato concreto ofensivo à reputação de alguém”; tampouco *animus injurandi*, que consiste “na intenção perversa, maldosa, no desejo de atingir o sentimento de dignidade e o respeito dos atributos morais”¹³⁶. Mas assume que “o que se diz que o apelante fez foi assacar palavras indelicadas, grosseiras ou chulas”, o que não estaria enquadrado no texto penal. Além de que, para o advogado, nenhum fato teria sido dito na crônica, apenas tratou-se de opiniões pessoais e “fruto do enfoque de um fato verdadeiro: o ato de bravura de um sargento”¹³⁷.

Frankenthal não foi um advogado militante, os casos defendidos eram os mais variados. Neste momento, pediu ao STF o *habeas corpus* em favor do cronista com o objetivo de anular o processo movido pela Justiça Militar. O argumento a favor de seu cliente foi baseado em um outro caso que Frankenthal defendia junto ao STF. Era o *Rota 66*, no qual cinco soldados da Polícia Militar eram acusados de matar três jovens em 1975. Os cinco acusados foram processados pela justiça comum e, considerando que esta não tinha competência para julgar militares, pediu o *habeas corpus* para o STF, solicitando a anulação do

¹³⁵ Recurso criminal nº 1.413. Supremo Tribunal Federal, 12 de fevereiro de 1980. p.47

¹³⁶ Ibidem. p.49-50

¹³⁷ Ibidem. p.56

processo, que foi concedida. Desta vez, utilizava do mesmo argumento para a absolvição de Diaféria, entendendo que a Justiça Militar era inadequada para julgar o cronista (FSP, 26/10/79).

Naquele momento, o crescimento da oposição nas eleições e nas mobilizações deixava evidente a necessidade de mudanças. Partindo de questões fundamentais para este processo como a revogação dos atos institucionais, a anistia foi considerada uma conquista social devido ao esforço daqueles que lutaram a seu favor (PORTO, 2009, p.45). A anistia era uma demanda anterior a 1979, quando foi efetivada¹³⁸. Um dos interesses do governo, segundo o senador Jarbas Passarinho, era que “a anistia se combinaria com o restabelecimento do pluralismo partidário, com o objetivo de fracionar o MDB, que, de partido da oposição consentida, se tornara desaguadouro eleitoral do descontentamento com o regime” (LEMOS, 2002, p.294). Assim, a lei aprovada em agosto de 1979 (lei nº 6.683/79), ainda tema em constante debate, não atendia aos objetivos daqueles movimentos sociais. Não abrangia os “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”, mas os cometidos por militares eram amenizados e compreendidos como de “motivação política”.

Ao final, em 29 de dezembro, Diaféria assinou *O show do ano*, fazendo seu balanço sobre 1979. A inflação e as dificuldades socioeconômicas estiveram entre as tônicas das reivindicações do ano. Ironizava a situação corrente e descrita anteriormente, sugerindo um programa especial para a televisão. Neste, o presidente discursaria, mostrando as boas intenções do candidato, mas com um diálogo demonstrando que “a imprensa distorce tudo”. Apresentava-se cético em relação ao andamento das promessas de reabertura política:

A avó do repórter, dona Democracia, toma o último gole de sidra, traduz a letra da canção, suspira:

- Vou morrer vendo esses caras tentando. Me dá uma Jurubeba aí, meu filho, senão tua vó não

¹³⁸ Campanhas com este objetivo surgiram durante o governo de Geisel, com a criação, em 1975, do *Movimento Feminino pela Anistia* e, em 1977, durante a efervescência das manifestações, realizavam os *Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia* e formavam os *Comitês Primeiro de Maio pela Anistia*. Em 1978 era formado o *Comitê Brasileiro pela Anistia*. Este lutava pela “anistia ampla, geral e irrestrita”, que atingisse todos os punidos, especialmente os que lutaram contra o regime.

aguenta outra década com a mesma letra e música.
(FSP, 29/12/79)

3.9 *HERÓI. MORTO. NÓS* NAS ANÁLISES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em 1980, três anos após a publicação de *Herói. Morto. Nós.*, o caso de Lourenço Diaféria estava, finalmente, em seu último estágio jurídico. O cronista já havia sido preso por cinco dias na Polícia Federal e o processo tramitado entre a Justiça Militar, o STM e chegava ao STF. Durante este desenrolar, mesmo com períodos de afastamento, o cronista permaneceu atuando na *Folha de S. Paulo*.

No dia 12 de fevereiro de 1980, a sentença da condenação de Diaféria - a oito meses de prisão feita pelo STM - foi reformada pelo STF. Retornou à absolvição promulgada pela Justiça Militar, em 1978. A absolvição ganhou uma nota na capa do jornal, *Supremo revoga a condenação de Diaféria (3 a 1)*, e uma reportagem. Não ganhou a manchete nem cobertura especial. O caso já não tinha o apelo midiático de outrora. A notícia destacava que:

Apenas o relator, ministro Cunha Peixoto, se recusou a restabelecer a sentença absolutória. Os demais ministros que integram a 1ª Turma do STF acolheram o recurso para encerrar o caso com a absolvição. Os ministros Rafael Mayer, Xavier de Albuquerque e Soares Munhós ao discordarem do voto do relator, argumentaram que “aceitar a condenação imposta pelo STM, seria apenas para reparar um possível prejuízo à opinião pública, pelos conceitos emitidos na questionada crônica”. Mas levando em consideração a recente Lei da Anistia e ainda a não existência de censura à imprensa, os três ministros da 1ª Turma do STF restabeleceram a sentença absolutória, anulando, assim, a condenação importa pelo STM.

Os ministros do STF, ao aceitarem a absolvição dada pela Auditoria Militar de São Paulo, consideraram, ainda, que Lourenço Diaféria, “com mais de vinte anos na sua atuação de escritor e jornalista, já não é mais um foca”. (FSP, 13/02/79)

O relato inicial foi feito pelo Procurador da República, Aristides Junqueira Alvarenga, defendendo o apelo de absolvição. Chamou a atenção dos ministros para questões como a diferença da Lei de Imprensa e o Código Penal Militar (CPM) e a necessidade de considerar a distinção entre fatos e opiniões. Isto era essencial para o enquadramento no artigo 219 do CPM, sob o qual Diaféria estava sendo acusado, que tratava de “propalar fatos inverídicos”. Considerava o procurador que “opiniões pessoais podem ter conteúdo ofensivo, mas não suprem a exigência do tipo penal em causa”¹³⁹.

Além disso, lembrava que naquele momento não era vigente a mesma legislação de 1977, início do processo. Concluía que “despicienda, entretanto, qualquer capitulação com base neste diploma legal, já que abrangido pela lei nº 6.683/79, não sendo mais permitida a emissão da opinio delicti por parte do Ministério Público, dada a natureza do instituto da anistia.”¹⁴⁰. O processo em 1980 carregava características de um outro contexto que o de sua origem e fechava o caso demonstrando como transitou por diferentes momentos da ditadura militar.

Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto era um advogado mineiro que havia sido nomeado ministro do STF em 1975; foi voto vencido ao optar por responsabilizar o cronista por ofensa às Forças Armadas. Dos que votaram a favor do recurso para encerrar o processo, estavam os ministros Luiz Rafael Mayer, ministro desde 1978, nascido no Recife e que havia trabalhado como advogado do Sindicato dos Trabalhadores de Pernambuco e como diretor de Estudos Sociais da Federação dos Círculos Operários do mesmo estado; Francisco Manoel Xavier de Albuquerque, nascido em Manaus, nomeado para o STF em 1972, e Pedro Soares Muñoz, do Rio Grande do Sul, nomeado ministro em 1977. No documento do recurso criminal do STF foi encontrado o relatório dos votos de Cunha Peixoto, favorável à acusação, e de Rafael Mayer, favorável ao recurso. Os demais apenas demonstraram concordar com este último.

O ministro Cunha Peixoto estabeleceu em sua justificativa de voto a diferença de um crime de difamação, de imputar fatos, definido no artigo 139 do Código Penal Comum, e o de propalar fatos inverídicos do Código Penal Militar, no qual Diaféria estava sendo acusado. “Imputar fato, verdadeiro ou não, a outrem (art. 139 do C.P.), é uma

¹³⁹ Recurso criminal nº 1.413. Supremo Tribunal Federal, 12 de fevereiro de 1980. p.56

¹⁴⁰ Ibidem. p.56-57

coisa; propalar fatos inverídicos, ou, segundo a linguagem popular, “espalhar boatos”, é outra totalmente diferente”¹⁴¹. Ou seja, ao primeiro cabia a atribuição de um fato ofensivo, mesmo que verdadeiro, e o segundo de divulgar fatos inventados.

Para ele, a absolvição em primeira instância e o argumento usado pela defesa, com base na “teoria dos animi”, ia contra o direito positivo e visaria “complicar a matéria, para desviar os juízes, para criar nos debates aquela áurea charlatanesca de psicologia vulgar, que este em pleno contraste com a seriedade da justiça”¹⁴². Em sua leitura, buscava fazer das peças disponíveis os objetos de análise e não a intenção do autor ou subjetividades.

Permanecia em debate se o cronista havia exposto fatos concretos, mesmo que inverídicos, ou se eram apenas opiniões. Para o ministro havia notória distinção entre estes dois. O fato inverídico não tem “suporte na realidade objetiva”, “não passa de um conjunto de imagens idealizadas”; enquanto a opinião “é o conceito emitido por um indivíduo para expressar a sua visão do mundo exterior”¹⁴³. Considerava que na crônica havia “afirmações seguras – e até mesmo categórica – de fatos, ou seja, de acontecimentos do mundo exterior”, ou seja, não tipificava uma opinião. Como dito anteriormente, a defesa de Diaféria, para além de sua trajetória pessoal, foi baseada em suas intenções ao escrever a crônica. Isto, além de uma questão subjetiva e difícil de ser medida, era passível de diversas interpretações, como ocorreu, dependendo dos objetivos e lugares ocupados por cada participante do processo.

Trechos nos quais o cronista usava como sujeito o “povo”, como “o povo urina nos heróis de pedestal”, serviram de exemplo. Para o ministro, consistiam em fatos inverídicos que Diaféria reconhecia, pois buscou “transformá-los em conceitos totalmente diferentes quando de suas declarações na fase extrajudicial”. A situação ainda era agravada por passar a “emitir conceitos próprios” ao promover distinções como ao escrever que Hollembach não fazia parte de “revoluções de bar, na base do uísque e da farolagem”. Usava do próprio depoimento do cronista como meio de provar o conhecimento do mesmo sobre a inverdade de suas palavras e da má-fé em sua ação. Na leitura de Cunha Peixoto, se Diaféria afirmou que reconhecia Duque de Caxias “como militar, tribuno, estadista, pacificador, exemplo de bravura, e que

¹⁴¹ Ibidem. p.65-66

¹⁴² Ibidem. p.63

¹⁴³ Ibidem. p.66

dedicou cerca de setenta anos de sua vida a honrar as Forças Armadas” era contraditório que na *Folha de S. Paulo* escrevesse que o Patrono do Exército era “um homem a cavalo reduzido a uma estátua”.

Seu voto a favor da penalização do delito justificava-se por acreditar que o cronista estava ciente tanto da falsidade do que foi propagado em *Herói. Morto. Nós.* quanto da capacidade de provocar descrédito do público à instituição. Mas, se em outros momentos o debate da motivação ou *animus* do cronista estava em pauta, entrando neste assunto as possíveis interpretações do texto, para o ministro, este não deveria ser o cerne do processo. Neste sentido, afirmava que, “se o faz deliberadamente, ou por mera leviandade, são circunstâncias que não influem na tipificação do delito em causa”¹⁴⁴.

Dentro de seus critérios, colocava-se contra a absolvição de Diaféria. Posto ainda que sua ofensa não seria apenas para ao Duque de Caxias, pois, no plural, “o povo urina nos heróis de pedestal”. Para Cunha Peixoto, a crônica era um caso bem elaborado pelo escritor, uma vez que

Esta diferença não pode ter escapado a um jornalista de elevada cultura, como ficou provado, com cerca de vinte anos de experiência profissional, além de escritor.

Não se trata, no caso, de um inexperiente “foca”, impulsivo e desatento no escrever. As próprias testemunhas da defesa o retratam como um homem sóbrio, ponderado, profissional zeloso e responsável. Assim, não se pode sequer alegar que o recorrente desconhece o sentido e as consequências do que escreveu. Como ficou esclarecido no acórdão recorrido, caso o recorrente realmente não quisesse escrever o que escreveu, certamente não lhe faltariam competência nem tempo para enaltecer o gesto heroico do sargento sem a necessidade de denegrir a imagem e o conceito do patrono do Exército. E se, após publicada a malsinada crônica, (...), oportunidade não lhe faltariam, através de outro artigo publicado no jornal onde trabalhava, de esclarecer os fatos, informando a opinião pública e restabelecendo a verdade histórica.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Ibidem. p.64

¹⁴⁵ Ibidem. p.71

Considerando o cronista já experiente e não um iniciante na redação do jornal, via-o como culpado. Com outra leitura acerca da publicação, estava o relatório de voto do ministro Rafael Mayer. Este texto foi apropriado também pelos outros dois ministros que julgavam o caso, Xavier de Albuquerque e Soares Munhós. A centralidade de sua análise estava em verificar se “o fato narrado pela denúncia corresponde, com exatidão, aos elementos componentes da tipicidade do crime desenhado no art. 219 do CPM”. Neste sentido, considerava já equivocado o pedido de enquadramento em crime contra a segurança nacional, julgado por instâncias militares, e não uma acusação tipificada de acordo com a Lei de Imprensa.

Da mesma forma, conceituava o que seria ou não definido como fato. Questionava:

Ora, para que se tenha esse fato nuclear, que se faz potencialmente danoso à honra das Forças Armadas ao ser objeto de divulgação, sendo cientemente inverídico, é necessário seja um fato preciso e determinado, além de ser um fato quanto à consistência lógica, isto é, como evento caracterizado pela objetividade e exterioridade. Não será logicamente um fato o que se proponha como puro conceito ou imagem mental, imanente ao espírito, mas o que se tenha, ainda que pela aparência ou como fruto da imaginação, como acontecimento do mundo exterior, com as características, a verossimilhança e o potencial de dano de um fato, um fenômeno exterior, em condições de ser propalado como se verdadeiro fosse.¹⁴⁶

Para ser um fato, era necessário ser verossimilhante e relatado com indicações de veracidade, “fato preciso, não enunciado de maneira vaga e indeterminada”¹⁴⁷. Conclui que, com base nesta concepção, e isto sendo central para o enquadramento na legislação proposta, não percebeu no texto a confirmação de haver a descrição de um fato ou que fosse capaz de ofender ou abalar o crédito das Forças Armadas.

¹⁴⁶ Ibidem. p.76

¹⁴⁷ Ibidem. p.77

Embora concordasse que havia “imagens, metáforas e outros recursos literários” usados para construir um contraste depreciativo aos heróis nacionais representados por Duque de Caxias, em sua leitura, isto foi feito não para o ataque às Armas e sim para “ênfatizar dialeticamente a superioridade do heroísmo que identificou no sargento” ¹⁴⁸. Para o ministro, as frases “de efeito literário” postas na crônica não tinham “sentido de fato” e, mesmo se postas de forma depreciativa ao Duque, deveriam ser “tomadas no contexto para o realce da aceitação do herói de sangue e osso” ¹⁴⁹.

Dentre outros, podemos verificar um dos trechos tomados também por Cunha Peixoto: “o povo urina nos heróis de pedestais”. Mayer concordava que houvesse a depreciação e o menosprezo dos símbolos da instituição militar, “mas não se veja, à revelia da realidade, o fato propalado e divulgado em detrimento do crédito das Forças Armadas” ¹⁵⁰. E, mesmo se tomados como fatos, prossegue em sua interpretação, “não teriam a eficácia ou potencialidade deles reclamada pelo tipo criminal, pois seriam fatos que não se imputam às Forças Armadas nem a elas se dirigem”.

Assim, concordando com a decisão do juiz Nelson Guimarães, votava a favor da reforma da decisão de condenar o cronista da *Folha de S. Paulo*. Ao final, afirmava que, de acordo com a acusação, as “notas de injúria somente teriam correspondência aos crimes contra a segurança nacional (...), mas em relação a cuja prossecução penal se alça o esquecimento propiciado pela última lei de anistia, abrangente da espécie” ¹⁵¹. Lourenço Diaféria não foi anistiado, como ocorreu com presos e exilados políticos; o que interferiu em seu processo foi mais a proposta da lei de reconciliação e de transição para um momento político supostamente mais democrático. A decisão de Rafael Mayer e dos dois outros ministros absolveu o cronista na última instância percorrida pelo caso. Era, juridicamente, o final do processo iniciado por Sylvio Frota em 1977.

3.10 OBRIGADO, AMIZADE

A edição da *Folha de S. Paulo* de 14 de fevereiro de 1980 trouxe duas importantes publicações para o fechamento do processo: o editorial

¹⁴⁸ Ibidem. p.77

¹⁴⁹ Ibidem. p.77

¹⁵⁰ Ibidem. p.78

¹⁵¹ Ibidem. p.78

e uma crônica de Lourenço Diaféria. A primeira, sob o significativo título *Anistia para a liberdade*, remetia o fim do processo à então recente Lei da Anistia e à inexistência de censura à imprensa, diante de um “clima de apagar ressentimentos”. Era elogiada a decisão do STF por agir de acordo com as premissas da reabertura política e reparando o que era considerado como um erro cometido com Diaféria.

O central nesta fala já não era o cronista; buscava-se dar centralidade à própria atuação da imprensa, reafirmada como “uma das instituições imprescindíveis para a vida política e social nos países democráticos”. A imprensa livre, posta como uma das bases da democracia, buscava reaproximar-se do governo e firmar seu espaço diante do novo período político:

Ao permitir que opiniões divergentes, conceitos opostos venham a público, ela evita que o consenso político venha a se transformar numa espécie de conformismo uniforme. Ao veicular as diferenças, o inusitado e até escandaloso, a imprensa livre chama a atenção para os muitos aspectos da coisa pública, evitando que o consenso seja manipulado, como ocorre em regimes totalitários (FSP, 14/02/80)

O editorial encerra o caso afirmando, esperançosamente, que “a decisão final do Supremo no caso Diaféria mostra que o caminho prevacente é o do Estado de Direito fundado na justiça e na equidade” (FSP, 14/02/80).

O jornal, em seu constante esforço por afirmar sua relevância e legitimidade nos debates políticos, fez o caso do cronista exemplar da questão da liberdade de imprensa. Esta, além de uma reivindicação para a manutenção da democracia, foi, por outro lado, essencial para o estabelecimento econômico e social de empresas de comunicação como a *Folha*. Colocar-se como protagonista, de certa forma, aumentou a visibilidade do jornal e se tornou uma estratégia importante para, em momentos de disputa como os anos finais da ditadura, destacar sua importância na política nacional.

Na primeira página do caderno *Ilustrada*, da mesma edição, estava a crônica de Lourenço Diaféria, *Obrigado, amizade*. Nela, assim como em *Ainda bem que existem os irerês*, publicada em setembro de 1977, fez um texto de agradecimento àqueles que estiveram ao seu lado. Esta crônica é também muito significativa por ser o fechamento do

processo nas palavras do cronista. Mesmo que eventualmente tenha comentado sobre o ocorrido em outras publicações, este foi o primeiro texto após a absolvição e integralmente dedicado a ela.

Sem falar diretamente do final do trâmite jurídico, iniciou a crônica pedindo aos leitores: “façam de conta que hoje estou sem assunto”. Diaféria, ainda movido pelos acontecimentos, afirmava não estar “bem certo de encontrar o remanso de espírito para dizer exatamente o que deveria dizer”. Reiterou a posição do escritor do gênero, muitas vezes “sem maquilagem”, expondo-se ao leitor pelas suas opiniões e, no caso, com as consequências da exposição destas.

Embora seja um texto inserido em um meio determinado, pautado por demandas e recortes deste, há nele muito das ideias do autor voluntariamente expostas. Diaféria assumia que “é sempre necessário um mínimo de frieza para que a crônica não desemboque num filete de paixão, num desabafo tolo que não se usa mais nos jornais sérios”, como ocorria, inclusive, em *Herói. Morto. Nós*. Parecia ser também uma resposta às críticas como as de Cláudio Abramo, de que agiu como um “provocador” ou que “qualquer jornalista médio” saberia que a crítica não deveria ser feita; das considerações como dos relatores do processo, afirmando que tinha opiniões pessoais ofensivas; ou até mesmo da argumentação da defesa, feita para seu próprio advogado, assumindo que teria usado “palavras indelicadas, grosseiras ou chulas” (FSP, 14/02/80).

Contava: “a última vez em que tive esta inexplicável sensação de não saber onde chegar foi há muitos anos, numa madrugada, a primeira madrugada de jornal”, o tempo em que era “foca”, ou seja, novato, inexperiente e iniciante, na empresa de comunicação. Respondia ao ministro Cunha Peixoto, que votou a favor de sua condenação justificando que como “não se trata, no caso, de um inexperiente ‘foca’, impulsivo e desatento no escrever”, era capaz de prever as consequências de sua escrita, ao invés de fazer, como Diaféria afirmou, “um desabafo tolo” (FSP, 14/02/80).

Mas era como um “foca”, movido por paixões, que o cronista se via e desejava se apresentar. Um iniciante próximo aos trabalhadores dos maquinários de impressão do jornal e não dos níveis mais elevados na hierarquia da empresa. Elogiando o tempo de estagiário, fez da crítica uma das pautas de seu texto e assumia, elogiosamente, o perfil que lhe era dado ao ser visto como alguém experiente.

Por que escrevo estas coisas neste dia sem assunto?

Por uma razão muito simples. Como foca, e convencido de o ser, é que consegui recolher dentro da mochila das experiências os cacos e bugigangas das esquinas e meios-fios da cidade. Essa mochila, ainda que esmolambada, é meu único lastro. Nada mais tenho além dela. Mas a cada dia, ao cavar mais um palmo de tumba, descubro pequenos diamantes, do besouro ao paralelepípedo. De tanto observar criaturas do subsolo, essa gente sem sinais particulares, acabei por inventar um código curioso, que muitas vezes é feito de silêncios. Alguns de meus melhores leitores são aqueles que me entendem quando não escrevo nenhuma palavra. (FSP, 14/02/80)

Além de ser “foca”, reiterava a caracterização de seu trabalho, sempre atento às experiências cotidianas, seus fragmentos, as “bugigangas” e as “criaturas do subsolo”.

Prosseguia com o que se tornou central neste texto, o agradecimento aos que o apoiaram. “Hoje, por exemplo, quando não tenho assunto nenhum, quero dizer quatro ou cinco palavras sobre a torrente de amizades que levou para o oceano do esquecimento os destroços e calhaus que vieram dar às minhas praias” (FSP, 14/02/80). Além da ironia de não ter assunto, referia-se, em analogias, aos problemas enfrentados na acusação jurídica.

Mesmo considerando ter diversos nomes que mereciam ser lembrados, seleciona apenas alguns, devido ao espaço disponível em sua coluna. Como o “corajoso cardeal”, referindo-se a dom Paulo Evaristo Arns, e do porteiro do jornal, “um homenzarrão de quase dois metros de altura que mais uma vez me levantou das cismas abissais com seu simples e forte aperto de mão”. Este último era importante para a elaboração do autor, na medida em que se colocar próximo aos personagens comuns e menos favorecidos da cidade era parte de uma determinada concepção de atuação social e, assim, recorrente em sua literatura.

Agradeceu aos leitores, voltando-se às leitoras, que acreditava serem maioria: “recebi alguns beijos de mulheres bonitas. Velhinhas sensatas e assustadas rezaram terços e escreveram cartas, cujo teor não revelarei para não criar contratemplos a elas”. Expressar seu contato com o público demonstrava também que sua visibilidade era anterior ao processo e que, embora em diversos momentos tivesse se tornado bandeira de algumas demandas, acreditava haver uma preocupação em

torno de seu caso por outros motivos que não eram a liberdade de imprensa ou a reabertura política.

Mas há um agradecimento em especial, dedicado ao advogado criminalista Leonardo Frankhental. Como dito, Frankhental havia defendido pessoas de diferentes posições políticas, como o delegado Sergio Fleury e o próprio cronista. Em um escritório pelo qual “passaram alguns dos maiores criminosos e dos maiores inocentes deste País”. Mas Diaféria se propôs a humanizar o conhecido “leão dos tribunais”, caracterizado por uma “poderosa força de brigador, aliada a um enternecimento com as pequenas pessoas ofendidas e desesperadas”.

Descreveu a aproximação, considerando, “sem dúvida o caso de uma amizade com a força de um dardo” com um “rapaz bem sucedido profissionalmente, que às vezes me escrevia recados em que repontava uma pétala de lirismo”, que “enviava versos de sua filha, me falava de sua mulher, e, se não me engano, me contou qualquer coisa de bichos e jardins”. Ao advogado agradecia dizendo que “até hoje não lhe mandei sequer um cartão de boas festas. Mas em algum lugar de meu ser existe há muito um registro, um entalhe moral feito com o mais vigoroso fogo da emoção, e os filhos de meus filhos lhe oscularão a lembrança e a memória” (FSP, 14/02/80).

Terminava a crônica *Obrigado, amizade* falando sobre um desconhecido, um “chinês anônimo”, do qual recordava “apenas de seus olhos, sua face tensa, sua palidez chinesamente delicada, ao me oferecer um lenço limpo para me cobrir menos o frio, e mais a decepção de não ter sido entendido” (FSP, 14/02/80). Reivindica não ter sido entendido e expõe sua agonia durante o processo, mesmo que, em suas elaborações literárias durante período, de 1977 a 1980, se apresentasse, nos textos, geralmente tranquilo e crente em sua absolvição. Esta era uma das estratégias do escritor e era assim que se colocava no último trecho. Ao mesmo tempo em que propunha fazer do seu espaço de cronista um lugar de manutenção de crítica, buscava fazer também de suas crônicas leituras mais esperançosas do momento vivido.

Falava sobre sua atividade de cronista, com suas recorrentes imagens circenses:

Quanto ao mais, fazendo aquela engraçada vênua dos palhaços e dos malabaristas, tiro meu chapéu alvinegro com humildade e respeito, saúdo a distinta plateia, e aviso que o espetáculo continua enquanto houver lona, picadeiro e corda bamba (FSP, 14/02/80).

Assim, concluía tirando o “chapéu alvinegro” em referência ao time ao qual torcia, o Corinthians. Tratando seus leitores como uma “distinta plateia”, colocava-se como “palhaço” e “malabarista”, entre situações inusitadas, artifícios de linguagem, sorrisos que muitas vezes escondiam tristezas. Crente de que “o espetáculo continua” enquanto houver espaço para suas publicações com o infindável material do cotidiano a ser tratado pelo cronista. A quem, como afirmou Machado, “todo o mundo lhe pertence”.

3.11 DIAFÉRIA E O SINDICATO

Nas eleições do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de 1980, após a greve e vivenciando os percalços desencadeados por ela, Lourenço Diaféria foi Suplente da Executiva da chapa *Movimento de Fortalecimento Sindical (MFS)*¹⁵². Nas eleições, a disputa se dava entre o MFS, liderado por Emir Macedo Nogueira, versus a *Chapa da Convenção*, comandada por Rui Falcão, cujo *slogan* era “a participação democrática da categoria”¹⁵³. Se nos doze primeiros anos da ditadura o Sindicato dos Jornalistas esteve sob o comando de sindicalistas de direita, “ironicamente foi nesse período que entrou em vigor a nova Lei de Imprensa (fevereiro de 1967), e os jornalistas conseguiram a regulamentação da profissão (Decreto – Lei nº972), vinculada à exigência do curso superior de Jornalismo (outubro de 1969)” (LE MOS, 2008, p. 47). Aconteceu, com isso, a redução do caráter reivindicatório deste espaço.

Em 1974, coincidindo com o projeto de Ernesto Geisel de reabertura política, uma oposição formada por jornalistas de esquerda se organizou para candidatar-se para gerir o Sindicato. Formavam o MFS, que, presidido por Audálio Dantas, repórter da *Revista Realidade*, se tornava a chapa vitoriosa daquele ano. Neste período, a organização passou a ser mais atuante no cenário político, junto com outras entidades civis, como visto ao longo do processo de Diaféria. Na eleição seguinte, em 1978, o MFS ganhou, com o nome de David de Moraes. Foi um momento de revitalização, especialmente pela criação do Conselho

¹⁵² *Boletim do Movimento de Fortalecimento do Sindicato*. 1980. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 30B-38-1375

¹⁵³ *Boletim Informativo da Chapa da Convenção*. 1980. Arquivo do Estado de São Paulo. Dossiês do Deops. 30B-38-1387

Consultivo de Representantes de Redação (CCRR), fortalecendo a relação das redações com o Sindicato.

Nesta gestão do MFS, “a principal motivação da nova diretoria era incorporar nos jornalistas o espírito do Novo Sindicalismo, cuja liderança principal era Luis Inácio da Silva, levando os jornalistas ao movimento grevista de 1979” (SILVA, 2005). Com início em 23 de maio de 1979, ocorreu a greve da categoria. Mas, “a luta sindical não se resumia somente à disputa salarial, mas também à reflexão dos jornalistas como intelectuais e o resgate de autonomia interpretativa”¹⁵⁴. Contudo, o resultado não foi favorável aos trabalhadores, que tiveram que lidar com questões como as demissões e a articulação dos empresários na Associação Nacional dos Jornais (GENTILLI, 2001)

Audálio Dantas foi voz presente na defesa de Lourenço Diaféria durante o processo. Sob sua gestão, o Sindicato esteve ao lado do cronista da *Folha*, mobilizando-se contra a violência no regime e tendo, como caso marcante do período, atuado na denúncia da morte de Vladimir Herzog e a consequente manifestação pública na Praça da Sé. Isto contribuía para efetivar a aproximação entre jornalistas e seu sindicato. Há a possibilidade de que Lourenço Diaféria tivesse assumido sua participação no MFS por ter sido beneficiado pelos esforços do grupo e por acreditar nestas premissas de mudança. Vale lembrar que a proximidade de Diaféria com organizadores da *Revista Realidade* já havia sido notificada pelo Deops/SP quando esteve como convidado da *Revista Repórter Três*.

Em sua produção era recorrente a reflexão sobre o trabalho de cronista e de jornalista, mas em relação à questão do trabalhador e do sindicato há uma que chama a atenção pelo modo como se posiciona em prol deste modelo de organização civil. *Bilhete pra um operário* foi uma crônica em que Diaféria deixava explícita sua simpatia pelo líder sindical Luís Inácio da Silva, o Lula, símbolo da articulação do operariado no processo de redemocratização (FSP, 15/09/80) e cuja prática sindical era espalhada no de sua própria categoria.

Vale colocar que meses antes da publicação, em fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT) havia sido lançado como legenda política, unindo os sindicalistas a vertentes da esquerda, como os militantes católicos. Nascia como:

¹⁵⁴ O SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. Memorial da Resistência de São Paulo: Programa Lugares da Memória. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br>>

Um partido *independente* do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças *burguesas*, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das principais tradições que haviam animado as lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas e, principalmente, de terem atrelado os trabalhadores a causas e a propósitos *populistas* e *burgueses*. (AARAO, 2007, p.2-3)

Assim, quando da fundação do PT, a preocupação com o operariado, as dificuldades econômicas e sociais de trabalhadores e trabalhadoras, a vinculação com ideias geridas e espraiadas pela Igreja, a proximidade com o espaço sindical e sua própria experiência com a política dos militares, possibilitavam que Lourenço Diaféria se identificasse com tais propostas. Iniciava a crônica narrando:

Pegaram um dia um operário e disseram-lhe:
Senta-te no banco dos réus.
És acusado de haveres nascido com sonhos na cabeça. És acusado de teres os cabelos encaracolados. És acusado de teres bigodes vastos, negros, provocativos.
És acusado de teres alguns pedaços de dedo a menos que o comum dos mortais, podados pelas engrenagens das máquinas (FSP, 15/09/80).

Ficava evidente que dialogava com os acontecimentos relacionados a Lula, tanto pelas características físicas que descrevia, quanto pelos indícios que serão explorados a seguir. O volumoso bigode e cabelos chamavam a atenção nas manifestações e na mídia, tornando-se marca do sindicalista, identificando-o; bem como o a perda do dedo mínimo da mão esquerda, devido a um acidente de trabalho. Diaféria prosseguia buscando dar significado às características de Lula:

És acusado de não seres magro nem raquítico como teus irmãos deviam ser.
És acusado de jogares baralho e dares dor de cabeça aos homens sérios deste país.
És acusado de usares gravata em vez de macacão, vestindo-se com roupas só permissíveis no enterro

do melhor amigo. És acusado de frequentares reuniões e discutires com sábios e iluminados sem pedir licença nem apresentar diploma. És acusado de te haverem visto com ministros, criaturas importantes, e não te ocorrer submeter-se a elas (FSP, 15/09/80).

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, “em 1975, elegeu-se presidente da entidade. Lula compareceu à posse de terno, gravata e colete. O traje virou alvo de comentários. Nunca um sindicalista havia se vestido assim” (FSP, 11/09/2006). Estes atos faziam parte, na elaboração da crônica, de pequenas, porém significativas formas de questionar o que era socialmente posto. Bem como, “és acusado de usares sapato 42, de couro, quando o normal é sandália havaiana.”.

O modelo de organização de base do sindicato aproximava Diaféria do discurso do líder petista. Dizia, “és acusado de não teres te colocado no lugar cavado para o oprimido”, assim como era a premissa da Firmeza Permanente. Não significa que este sindicalismo tenha proximidade direta com o grupo católico, mas a forma de ação deste estava em consonância com a luta sindical. Especialmente contra a opressão e a favor do protagonismo das camadas menos favorecidas, questões importantes para o Secretariado Justiça e Não-Violência. Tanto que, como apresentou Frei Betto (2003), o modelo de participação do PT de um partido de “baixo para cima” conquistou o apoio das CEBs, próximas ao Secretariado (p.16).

A própria figura do líder sindical também era importante para esta aproximação:

A formação religiosa de Lula facilitou sua aproximação com a Pastoral Operária, integrada também por metalúrgicos que se destacavam na atividade sindical. Devoto de Jesus e de São Francisco de Assis, Lula gosta de orar, tem por hábito fazer o sinal-da-cruz antes das refeições, e nunca falta à Missa do Trabalhador, celebrada todo dia 1º de maio na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo. No entanto, preserva a fé com a mesma discrição com que protege a família do assédio da mídia. (BETTO, 2003, p.17)

A atuação de Lula nas Greves do ABC era comentada com entusiasmo pelo cronista: “és acusado de haveres gritado com toda a

força de teus pulmões fuliginosos”, fazendo referência às indústrias com a qual os trabalhadores conviviam. Por fim,

És acusado de não seres o que queriam que tu fosses.

Meu caro operário sentado no banco dos réus, por favor, recebe este recado:

Se existir mesmo essa senhora difusa e vaga a que chamam de Justiça, confia nela.

Não creio que essa matrona seja cega. (FSP, 15/09/80)

Mas não era apenas pela simpatia por Luís Inácio da Silva, nem somente pela crença no recém-institucionalizado Partido dos Trabalhadores, que Diaféria foi motivado a escrever *Bilhete pra um Operário* naquele 15 de setembro de 1980. Na mesma edição do jornal estava a resposta de Lula pelo seu enquadramento na LSN. Este era acusado de “incitação à desobediência coletiva às leis e à luta pela violência entre as classes sociais” por um discurso aos trabalhadores de Brasília, no Acre (FSP, 12/09/80), e era indiciado também, com outros sindicalistas, devido à greve dos metalúrgicos em maio do mesmo ano (FSP, 16/09/80). Enquanto isso, a Secretaria Nacional de Imprensa do PT comentou que “‘o governo está decidido a obstaculizar de todas as formas possíveis’ o registro partidário, e ‘apela agora para a draconiana Lei de Segurança Nacional. Mas o PT está igualmente convicto de que a firmeza e a decisão dos trabalhadores impedirão que o regime tenha êxito’” (FSP, 16/09/80).

Como presidente nacional do Partido, Lula afirmou que havia “meia dúzia de militares que se encastelaram no poder e acham que não podem errar”, lamentando que “no País, não se pode ‘falar mal’ dos militares”; “se falar, já está enquadrado na Lei de Segurança Nacional” (FSP, 15/09/80). Lourenço Diaféria, que já havia sofrido processo por supostamente ter propalado fatos inverídicos e injúrias em relação ao Exército, comovia-se com o caso e com a fala recente. Ainda na mesma reportagem, estava o pronunciamento de Lula afirmando:

O povo independe de regime, o povo precisa de liberdade, precisa conquistar o direito de viver com dignidade. É essa a proposta do Partido dos Trabalhadores: dar o direito ao povo de falar porque nem todos têm o direito de falar igual aos militares. Porque os militares, a eles não está

reservado o direito de serem os donos da verdade como querem ser. O dono da verdade é o povo (FSP, 15/09/80).

Foram diversas as crônicas que partilhavam desta opinião de que cabia ao “povo” as decisões em nível nacional. Acreditavam que este tinha poder e discernimento para escolher seu próprio destino, em contraposição ao governo autoritário sob o qual viviam.

3.12 A CAMINHADA DA ESPERANÇA

Em uma de suas últimas crônicas na *Folha de S. Paulo*, intitulada *A loucura da paz*, de 18 de outubro de 1980, Lourenço Diaféria reclamava por direitos humanos, comentando a abrangência do termo. Dizia que:

Prestando atenção nos episódios do cotidiano, acabei por descobrir que os direitos humanos começam e acabam não nas cadeias e patíbulos, e sim nas fábricas, nos escritórios, nas agências de notícias, nas repartições públicas, (...) e nas esquinas de nossa rua. Pois direito humano é prerrogativa de não se ser subjugado por pensar diferente, falar diferente, querer diferente, e por insistir em permanecer diferente, apesar das pressões (FSP, 18/10/80).

Sintetizava, neste trecho, seus valores e a relação com a realidade que vivenciava, desde a crítica ao regime até a proximidade com a Igreja. Mas a crônica jornalística tinha como motivador o Prêmio Nobel da Paz concedido ao argentino Adolfo Pérez Esquivel. Um ativista dos direitos humanos em seu país de origem, que coordenou o *Servicio Paz y Justicia em América Latina*, organização que difundia a não-violência ativa como instrumento de luta.

Lourenço Diaféria contava ter tomado conhecimento de Esquivel “numa reunião do Secretariado Nacional de Justiça e Não Violência, que se localizava num prédio na avenida Ipiranga, aqui em São Paulo”. Assumia, neste momento, que participava das reuniões de luta contra o governo militar. Se o Nobel argentino, por participar do movimento, era “um utópico – desses que não acreditam que o ódio e as armas movem o mundo”, assim o cronista também se pensava. E que se opunha “com firmeza permanente, às soluções armadas, às soluções de força, às

soluções de tortura, às soluções de perseguição, às soluções de terror, massacre e retaliação” (FSP, 18/10/1980).

Falava de Esquivel como quem fala de si. A crônica soava como um desabafo de alguém que se projetava no outro, cujas ideias se assemelham.

Adolfo Perez Esquivel faz parte desse quase ignorado grupo de sonhadores que o mundo chama de loucos, e que, com clarividência, enxergam além da visão de nossos olhos ofuscados pela perspectiva da vitória imediata. Esquivel e os que pensam como ele jogam o jogo da eternidade. É uma questão de fé. Não apenas fé na matéria ou no determinismo. Esquivel tem fé no espírito do homem. Por ser essa fé desarmada, tranquila e pacífica, ela tem mais fôlego e mais certeza e menos desespero, e não se funda simplesmente em discursos, manifestos, passeatas, comícios e tratados.

O trabalho de Esquivel penetra na vida cotidiana, com o gesto da firmeza permanente, estendendo seus braços na direção do ser humana esteja onde estiver, sempre que sobre este pesarem o ultraje, a ameaça, a injustiça, a degradação, o vilipêndio (FSP, 18/10/80).

Era parte dos que “pensam como ele”. Afinal, mesmo com todos os revezes do processo e talvez até mesmo por causa deles, mantinha-se firme em sua esperança nas pessoas e nas premissas do movimento.

Em 1996, Lourenço Diaféria publicou o livro *A caminhada da esperança*, em homenagem aos 250 anos da Arquidiocese de São Paulo e aos 50 anos da ordenação sacerdotal e 25 de Arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns. O escritor cedeu os direitos autorais da obra à Arquidiocese. Ali, traçou a trajetória da instituição, desde sua constituição, intercalando breves textos sobre a biografia dos bispos e o contexto da cidade, com descrições dos principais acontecimentos. Logo no prefácio, assinado pelo Arcebispo de Mariana, Luciano Mendes de Almeida, era exposto à “admiração amiga” do cronista com Dom Paulo, além de sua devoção em relação à Igreja. O capítulo sobre o Arcebispo intitulava-se *Dom Paulo Evaristo Arns: a coragem da paz*, em alusão à atuação política do religioso. Este era apresentado como alguém que não haveria como se referir com indiferença ou frieza; bem como era

elogiado seu caráter humanitário e de proximidade com a população. Entretanto, mesmo em se tratando de uma obra voltada para a circulação na comunidade religiosa, até mesmo pelo pedido e apoio da mesma, os debates políticos aparecem na narrativa.

Este livro coroou a proximidade e o afeto de Lourenço Diaféria para com Evaristo Arns, tornando-se também uma forma de agradecimento. Colocando sempre o religioso como uma personalidade em defesa dos Direitos Humanos, afirmava:

Essa sistemática, persistente e corajosa defesa da pessoa humana é um dos motivos que têm levado determinados segmentos da sociedade a desferir críticas e a fazer reparos à atuação do cardeal, imaginando que ele faria melhor se silenciasse sua consciência cristã diante da barbárie e das injustiças praticadas em nome da manutenção da ordem. Evidentemente, dom Paulo Evaristo é a favor da ordem, da ordem que começa na defesa da dignidade humana. Mais do que da ordem, dom Paulo Evaristo é um defensor da paz. E mais do que um defensor da paz, dom Paulo Evaristo é um construtor da paz. É um lutador desarmado. Sem guarda-costas. (DIAFERIA, 1996, p.180)

O caso da fábrica de cimento Perus – de onde foi apropriado o termo “queixadas” – também foi comentado pelo cronista neste livro. Este defendia a não-violência como um ato de coragem, demonstrando sua familiaridade com o movimento e concordância com sua forma de ação e princípios cristãos. Diaféria terminava com um texto intitulado *Esperança sempre*, dando continuidade à vontade de mudança através de meios pacíficos, inspirado na atuação e palavra de Dom Paulo Evaristo Arns.

3.13 ENTRE CHUPINS E ANDORINHAS, O CRONISTA SE DESPEDE

A última crônica de Lourenço Diaféria para a *Folha de S. Paulo*, publicada em 6 de novembro de 1980, foi *A árvore e a árvore*. Narrava:

É de madrugada, quando os últimos bêbados se recolhem trôpegos fugindo da aurora, e a brisa matinal leva o sono do rosto das operárias que

marcham em direção às fábricas; é nesse momento fluido e tênue que pode ser captado o sussurro das árvores, em meio aos pipilos dos pardais alvoroçados (FSP, 06/11/80).

As árvores, no texto, eram observadoras dos passantes e dos acontecimentos, dialogavam sobre a vida de pássaros, seus “inquilinos”.

Em alusão aos humanos, comentava que os pássaros reclamavam do custo de vida, fazendo a contraposição entre aqueles que vivenciavam as dificuldades, como as de encontrar habitação: “a própria bem-te-vi se lastima de que o galho onde eles moram quase não tem folhas”. Contudo, “ouvi dizer que alguns têm boa mordomia”, afirmava uma das árvores.

- Ah, os canários da terra...Grande vantagem! Têm alpiste importada, ovo cozido, verdurinha fresca todos os dias, mas, em compensação, vivem presos na gaiola.

- Perderam a liberdade.

- Desaprenderam até de voar! (FSP, 06/11/80)

Os pássaros de gaiola perdiam a liberdade. Lembravam aqueles que cooptavam com as premissas dos militares e, até mesmo, como no início do regime havia feito a própria imprensa em prol de benefícios. Mas havia outro tipo que gerava problemas na comunidade descrita pelo cronista:

- Reparou que ninguém acaba com chupim? Eles estão em tucum, paineira, sibipiruna.

- Tem chupim até no pau-ferro.

- Se adaptam a qualquer lugar. Bichinho aproveitador está ali. Sabe quando vão acabar com os chupins aqui na zona?

- Quando, dona Magnólia?

- Dia de São Nunca. E enquanto isso, os bem-te-vis que se danem (FSP, 06/11/80).

Os chupins, pássaros conhecidos por colocar seus ovos em ninhos de outras aves para que os filhotes sejam alimentados por elas, eram a analogia aos que tiravam vantagem dos demais. Ao aproveitarem do trabalho dos outros pássaros, reproduziam-se e se mantinham seguros. Prevalciam-se dos demais, numa possível alusão aos políticos que se

aproximavam dos militares com o objetivo de se manter próximos ao poder.

Enquanto isso, o bem-te-vi representava a maioria da população, que sofria com os percalços dos problemas econômicos e sociais da época, mas cujas preocupações voltavam-se à manutenção de suas condições. Na maioria, eram os que se calavam e, contrário à noção da não-violência ativa, não agiam para não gerar tensão, seguiam sem lutar por ideais.

- Não sei como eles não se revoltam.

- Revoltam nada. Bem-te-vi só sabe dizer: “Bem te vi! Bem te vi!”. Viu, e daí? Que adianta ver? As árvores também vêm cada uma, mas não adianta reclamar. (FSP, 06/11/80)

Os bem-te-vis eram acomodados, também por não saberem como atuar. Viam o que acontecia, mas sem agir. Criticados pela passividade ou pelo seu silêncio. Mas havia os que desejavam mudanças e que atuavam para isto:

- Houve o caso daquela andorinha, está esquecendo?

- A tolinha. Só porque morava em beiral, achava que podia modificar a situação. Uma andorinha só não muda coisa alguma. Bastou chegar aqui o tucano, deitou falação, disse que fazia e aprontava, tudo se amoitou.

- Aquele tucano foi demais. Verde-amarelo, e bom de bico!

- É, dona Magnólia, mas qualquer dia a árvore cai, não cai?

- Sei lá. Ainda bem que a Prefeitura vai mandar plantar mais cem mil árvores na cidade. Só assim para resolver o problema da moradia dos passarinhos (FSP, 06/11/80).

As andorinhas tinham vontade de mudança. Mas isto surtia efeito quando unidas. Eram como se pretendiam os fiéis da Firmeza Permanente, os atuantes dos movimentos sociais, os sindicalistas, os que, enfim, lutavam juntos pelos seus ideais. Muitas vezes, amedrontadas por pássaros maiores, supostamente mais fortes – tucanos, como dizia o cronista, como eram os militares.

Assim saiu Lourenço Diaféria, sem aparentes despedidas ou motivos explícitos¹⁵⁵. Poucas cartas de leitores que reclamassem o fim das crônicas de Diaféria foram aceitas para publicação na *Folha de S. Paulo*. O motivo do silêncio em torno de sua saída não é apresentado. Talvez porque seu momento de maior visibilidade era o início do processo.

Ele também ganhou expressão em outros meios. Foi cronista no *Jornal da Tarde*, *Diário Popular*, *Diário do Grande ABC*. Trabalhou para rádios como a Excelsior e a Record; além de emissoras de televisão. Saiu da *Folha* em novembro de 1980 e, em 5 de dezembro do mesmo ano, noticiava-se que estava na Rádio Excelsior (FSP, 05/12/80). Em 1983, de acordo com o jornal, permanecia como comentarista do programa que, “em suas três horas, é ao mesmo tempo um programa informativo local, nacional, internacional e de comentários”, com Ênio Pesce, Luís Carlos Ramos e Heródoto Barbeiro (FSP, 01/07/83).

Seus textos continuavam sendo adaptados ao teatro. Como foi o caso da peça *Operário em construção*, entre textos de Maiakovski, Vinicius de Moraes e Tiago de Melo. Elaborada e encenada pelo Grupo de Teatro Forja, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sobre “um paralelo entre o operário e o artista na construção da riqueza material e espiritual da sociedade” (FSP, 29/08/81). Ou seja, ainda em consonância com os interesses apresentados pelo autor.

Publicou diversos livros, citados no início deste trabalho. Além disso, participou em eventos, programas televisivos e palestras, fez também trabalhos publicitários – tipo de material que foi alvo de críticas em seus textos quando era cronista da *Folha*. Trabalhou, por exemplo, para os supermercados Pão de Açúcar (FSP, 22/12/81) e para a empresa aérea *Vasp*, participando da elaboração da revista *Passagem*, “em cuja contracapa, estilo envelope, poderão ser guardados o bilhete, a ficha de embarque e o cartão de bagagem”. A revista contava com temáticas turísticas e, além destas, “reportagens, contos e cartuns” de autores como Diaféria e Millôr Fernandes (FSP, 10/02/84).

¹⁵⁵ Flávio Rangel, em uma de suas crônicas, em 8 de agosto de 1980, quando suas publicações e as de Diaféria se intercalavam na primeira página da *Ilustrada*, chama Josué Guimarães, chefe da sucursal do Rio Grande do Sul, de “notável romancista” e “também brilhante e fogueiro jornalista” (FSP, 08/08/80). Guimarães entrava para o rol de cronistas da *Folha*, assumindo, junto com Rangel, o espaço que era ocupado por Diaféria, onde logo também estariam outros jornalistas como Mauro Santayana, que já estava na redação deste jornal desde meados da década de 1970.

Voltou a ser comentado em notícia quando, em 1982, a Polícia Federal suspendeu o lançamento do livro *Uma lufada que abalou São Paulo*, do então deputado estadual José Yunes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com sua apresentação. No livro, a gestão de Paulo Maluf era considerada como “um período de atos violentos e corrupção de toda ordem”. Isso aconteceu porque o ex-governador do estado de São Paulo entendeu o livro como “uma propaganda eleitoral que denigre a imagem de uma autoridade”, com “calúnias, difamações e injúrias” (FSP, 29/10/82).

Lourenço Carlos Diaféria faleceu em setembro de 2008, sem grande repercussão na mídia. A *Folha de S. Paulo* publicou a notícia, ironicamente, no caderno *Cotidiano*. Assim como seus principais personagens, saía sem fazer alarde, sem grandes chamadas. Pecaram na elaboração da nota, que não deu a devida proporção às importantes idas e vindas do cronista em tempos turbulentos e de notoriedade para o jornal. Ou o devido espaço àquele que se propunha fazer questionamentos e que se dedicava apaixonadamente ao seu ofício de cronista. Talvez seja o caso de não haver grandes mártires e vilões, além da imagem construída acerca do sargento Silvio Hollembach e de Duque de Caxias. Afinal, mesmo em momentos difíceis, os personagens eram, além de jornalistas, militares, militantes, pessoas com alegrias, tristezas, acertos e tropeços. Na despedida, a *Folha de S. Paulo* escreveu que *Herói. Morto. Nós.* havia sido sua última crônica, quando esta significava apenas o começo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou um momento em que falei: agora vai tudo a olho. É inútil separar isto ou aquilo. O que vinha, mandava em frente. Recolhi o material, aprontei, dei uma revisada, aquilo já não é mais totalmente meu. É como balão, que cai no quintal, a molecada tasca. Cada um fica com um pedaço. O leitor é um grande tascador de balão. Aí levantei da cadeira, dei uma espreguiçada, tomei um café, fui dar uma espiada nos jornais do dia. Aqueles negócios que vocês sabem. Aumento de preços, coisa e tal. Aquele negócio. Falei: pombas! Não mudou nada. Está tudo igual. De forma que vai começar tudo de novo (DIAFÉRIA, FSP, 07/01/76)

Antonio Candido (2010) sugere que para compreender a integridade de uma obra se faz necessário a interpretação dialética entre texto e contexto. Neste caso, o social é percebido como elemento, parte interna da obra, e não como algo externo, causa, significado ou registro. Ela é social, tanto na medida em que depende do meio em que é elaborada, quanto por atuar na sociedade, produzindo efeitos. Se os fatores sociais são agentes da estrutura, é necessário considerarmos que eles são intrínsecos, independente da conscientização ou não do autor ou do seu público sobre tal relação. Não se deve conceber que todas as mediações da obra com o mundo sejam atos propositais, calculados. Afinal, imerso neste mundo, o autor referencia seu texto, mesmo sem predisposição em fazê-lo. Tampouco é o caso de negar a singularidade do sujeito, sem a qual toda obra teria as mesmas motivações e particularidades. Ele não é um alguém que reflete a realidade, mas que a compreende, apreende, transforma e exprime.

Para Machado de Assis, “a crônica não gosta de lembranças tristes por mais heróicas que também sejam; não vai para epopéias, nem tragédias. Cousas doces, leves, sem sangue nem lágrimas” (ASSIS, 1894). Na análise destes textos, esta última consideração pode ser problematizada. As crônicas de Lourenço Diaféria partilharam, em grande medida, mais dos percalços do que dos louvores da vida diária. Talvez seja menosprezar os efeitos desta literatura considerá-la como algo que trate apenas de amenidades.

Se, durante a redemocratização, a preocupação girava em torno da possibilidade da efetivação de uma democracia participativa ou se a censura era alvejada como algo que deveria ser extinto com o fim dos governos dos militares, bem como as desigualdades sociais, as crônicas publicadas no caderno *Ilustrada* não fugiam da temática nem do sentimento de pertencimento ao cenário. Neste meio foi produzido seu texto de maior reverberação, *Herói. Morto. Nós..*

Por conta desta crônica, Lourenço Diaféria foi acusado de infringir a Lei de Segurança Nacional. O processo durou de 1977 a 1980, acompanhou os debates sobre a reabertura política e se vinculou às características de cada momento. Assim, seus textos permitem uma compreensão tanto da situação dos militares e da imprensa, quanto das reivindicações correntes naqueles anos. A disputa entre Sylvio Frota e Ernesto Geisel mostrou os meandros militares que possibilitam perceber a ditadura como um período menos homogêneo do que se imagina. Os meandros jurídicos e a relação dentro do próprio quadro militar apresentaram uma série de posições bem mais complexas do que dois lados opostos e coesos em si. Os embates e as memórias elaboradas, em especial por Frota, sobre o período, trouxeram debates que contribuíram para fugir de maniqueísmos sobre os ideais e projetos dispostos naquele momento.

Dentro do quadro militar, projetos de governo eram contrapostos e se cruzaram no debate sobre a atuação dos jornais. O caso de Diaféria serve como um pequeno recorte em que perpassaram estes acontecimentos. Dentro dos partidos políticos, o caso dividiu opiniões e mostrou que as pessoas não respondem apenas em consonância com os lugares que ocupam, outras relações entram em jogo. A atuação com a Igreja, ora utilizada na defesa, ora causando ainda mais incômodo entre os acusadores, apresentou o Movimento da Não-Violência enquanto um lugar de participação e de discussões, tanto para o escritor quanto para os movimentos de reivindicações da época.

Mesmo que o cronista dialogasse com as notícias da *Folha de S. Paulo*, seus textos não eram apenas sínteses de reportagens ou unicamente dependentes do meio. Mas estas questões são de grande relevância. Diaféria estava em um dos periódicos de maior circulação do país. A atuação da imprensa, e da mídia em geral, no campo político e social é perceptível. Ela se torna um objeto de notória relevância para a compreensão de situações e de processos históricos, especialmente na segunda metade do século XX. No dizer do jornalista Alberto Dines: “o jornal é o fragmento da história e da memória de um país” (1986, p. 124). A trajetória da *Folha* nos mostra sua linha empresarial, formadora

de suas decisões, discursos e colocando a informação como um bem a ser consumido. Mas também como um meio de comunicação expressivo no cenário nacional, elaborado por grupos e indivíduos com intenções e objetivos próprios e que tem uma perceptível força mobilizadora. Com isso, cabe percebermos, para além ao imediatismo do dia a dia, a densidade das relações e situações que o jornal apresenta.

Durante os anos da ditadura militar a imprensa teve um reconhecido papel. A partir da reabertura política, a reformulação da narrativa das mídias empresariais foi uma estratégia para afastar suas imagens de um regime que se via em crise¹⁵⁶. Contudo, a relação com os jornalistas, que vivenciavam um momento de expansão técnica e mercadológica na área, não foi amena mesmo dentro da chamada “grande imprensa”. Como apresentado, o episódio de Lourenço Diaféria acompanhou outros, isso apenas no recorte temporal proposto, que não

¹⁵⁶ No dia 30 de março de 2014, durante o cinquentenário do golpe civil-militar foi publicado na *Folha de S. Paulo* um editorial intitulado *1964*. Em um momento no qual as atenções se voltavam para um percurso pouco louvável do passado político brasileiro, o jornal optou por comentar seu posicionamento no período. No editorial, reiterava-se o repúdio ao regime e ao cerceamento das liberdades que ele impunha utilizando, por vezes, da violência. Neste aspecto, o maior peso dos atos violentos é de ordem daqueles que impuseram a “lei do mais forte”; mas o editorial enfatizava também a luta armada das esquerdas, o que, de certa forma, tentava justificar seu posicionamento na época. Argumentava que a direita política e parte dos liberais utilizaram o golpe para conter grupos armados acusados de pretenderem instalar uma ditadura comunista no país, a narrativa da *Folha* permanece na afirmativa da ameaça anticapitalista (FSP, 30/03/2014). No mesmo editorial, dizia-se que nem todas as críticas ao regime eram fundamentadas, uma vez que as realizações econômicas, de acordo com o jornal, desmentiam uma determinada narrativa em torno da estagnação e do retrocesso. Para isso, além do crescimento econômico e da inflação que considerava baixa, levantava a questão da ampliação e modernização dos meios de comunicação – situação da qual foi parte. Além disso, conferia centralidade à crise do petróleo e às dívidas externas na perda de apoio da sociedade; negligenciando, assim, outros descontentamentos como as lutas pelos direitos civis. Ao fim, detinha-se à sua justificativa afirmando que o apoio havia sido um erro e que deveria ter se mantido na defesa da democracia e das liberdades individuais. Entretanto que as condições do período, visto nesta leitura como um “longo e doloroso aprendizado para todos que atuam no espaço público”, fez com que agissem “como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias”. Nota-se que há um esforço em explicar sua postura, uma vez que se entende que a imprensa interfere no condicionamento político e social por onde circula.

compreendeu todo o período do regime. Nesse sentido, o jornal enquanto fonte também permitiu a aproximação com elaborações produzidas durante os acontecimentos e que tiveram circulação sob uma pretensa imagem de neutralidade. A imprensa foi central para esta pesquisa.

Contudo, foram as referências pessoais que fizeram de Diaféria um atento observador do cotidiano. Foi essencial, para a compreensão do processo e das crônicas, conhecer as relações que mantinha naquele momento. Não seria o mesmo sem o Brás, pois sua proximidade com aquele cenário fazia com que diversas reivindicações, como melhores condições para camadas sociais menos favorecidas, o conhecimento do cotidiano de operários e da migração para centros urbanos integrassem o modo como o cronista entendia seu lugar e elaborava sua obra. Da Igreja, Diaféria trouxe seus valores, a crença nas pessoas e que nenhum sacrifício era em vão. A partir dela se aproximou do Movimento da Não-Violência, cujos modos de ação permitiram pensarmos sobre sua postura durante o processo em que foi acusado de infringir a LSN. Veio desta participação também o contato com Dom Paulo Evaristo Arns, figura de conhecida importância na luta a favor dos direitos humanos e de oposição à ditadura. Entre outros, como jornalistas, políticos e leitores, sua proximidade com o advogado Leonardo Frankenthal, com suas defesas por vezes contraditórias, demonstrou que as relações não se estabelecem apenas por ideais políticos, nem mesmo em um momento como aquele.

Por fim, Lourenço Diaféria foi peça importante na trajetória do jornal durante a ditadura, inclusive em relação ao afastamento dos militares. O *Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog*, concedido a profissionais com reconhecidos serviços prestados às causas da Democracia, Paz e Justiça, teve, na 32ª edição, em 25 de outubro de 2010, Diaféria como um dos homenageados. Na celebração póstuma, um ano depois da mesma homenagem ter sido feita a Audálio Dantas, Lourenço Diaféria foi lembrado pelo seu caráter e produção literária: “Lembram-se dos seus textos preciosos e da pessoa amável, direta, reflexiva e exigente. Não era egoísta, nem generoso. Procurava ser justo, sempre” (GOMES, 2010). O processo foi lembrado, posto em centralidade na sua trajetória; talvez de forma tão emblemática que acabou por reduzir o percurso do cronista.

No discurso de homenagem afirmou-se: “Ficou na *Folha* até 1977, ano em que foi preso e processado com base na Lei de Segurança Nacional pela autoria da crônica ‘Herói. Morto. Nós’, considerada ofensiva às Forças Armadas”. Na notícia sobre a morte do cronista, a

própria *Folha* publicou: “Sua última e controvertida crônica comparava o heroísmo de um bombeiro que morreu em Brasília ao salvar no zoológico uma criança e o duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, que ele ironicamente criticava, como forma de atingir o regime militar” (FSP, 18/09/2008). Os últimos anos do cronista haviam sumido da narrativa do jornal.

As razões pelas quais foi dito que Lourenço Diaféria saiu da *Folha de S. Paulo* são incertas. É este talvez o maior questionamento que fica deste trabalho. Podemos pensar que há um esquecimento do autor ou mesmo que os protagonismos dos embates foram dados a outros, como a própria empresa. De qualquer forma, é um descaso com um cronista que circulou nos meios de crítica à ditadura, que foi importante para a caracterização daquele jornal e cujo processo foi para além da sua prisão, que culminou na coluna em branco. Diante desta trajetória, algumas relações foram estremecidas, outras se firmaram, mas a disputa acerca do significado de seu processo foi, muitas vezes, maior do que o interesse pelo personagem principal.

Em meio a tantas fontes, a compreensão da trajetória de Lourenço Diaféria e de sua produção literária naquele momento mostra o que o próprio cronista buscava apresentar: as manchetes são parciais e nem sempre o mais interessante; e dar atenção aos personagens menos comentados é um exercício de grande valia. A intenção nesta análise foi perceber um autor, imerso no jornal, e suas relações durante um período específico. Sem necessidade de fazer dele um herói romantizado, mas entender que foi um sujeito com alegrias e tristezas e que suas posições e ações foram tomadas e entendidas pelos seus contemporâneos sob as condicionantes do seu próprio tempo.

POSFÁCIO

AS CARTAS DE TRUDI LANDAU

Cada um com seu modo de ser. Você escolheu o distanciamento e vive para si. Eu vivi muito tempo só para dentro de mim, agora estou vivendo para fora e estou percebendo que minhas idéias coincidem com as de muita gente boa, que minha vontade de tornar o mundo mais decente está caindo em solo adubado e motivando outros, assim como outros me motivam em muita coisa. (LANDAU, 1992, p.58)

Voltando à crônica exposta na introdução, *Lágrimas de Alegria*, percebemos que ela é melhor entendida junto ao contexto em que foi elaborada. Mesmo sem a intenção de dialogar com o jornal, a publicação de Trudi Landau, lida apenas em livro, abre-se para leituras diversas que nem sempre permitem compreendermos as sutilezas e vinculações da elaboração desta literatura. É nesse sentido que nos atentarmos às relações mais próximas, o que, neste caso, pode remeter ao jornal, possibilita verificarmos as relações da obra com a realidade em que foi produzida.

Trudi comentava a prisão de seu amigo Lourenço Diaféria, durante o espinhoso episódio decorrente da publicação da crônica *Herói. Morto. Nós*. Mas, afinal, quem foi Trudi Landau? Ao me aproximar da trajetória de Diaféria, uma personagem se destacou em meio aos políticos, jornalistas, militantes, intelectuais e religiosos. Era uma leitora que comentava seus textos em cartas ao jornal e que, com carinho pelo escritor e ímpetos de crítica, mostrava uma face cada vez mais humana e real de si mesma e do cronista. Era Gertrude Joseph ou, como era conhecida, Trudi Landau.

Na edição da *Folha de S. Paulo* de 20 de fevereiro de 1974, Diaféria assinou a crônica *Assuntos particulares*, em que, pela primeira vez, comentou sobre a leitora. Dizia:

A sra. Trudi me escreve – treze cartas, com a de ontem trazendo críticas, reparos, observações astuciosas e, por fim, perguntando se esta coluna é feita em equipe.

Certamente. Oramos em quatro, na maior harmonia: o (...) edita e reclama dos meus atrasos,

o Celsinho (...) e dita o espaço, eu invento desculpas e histórias, assobio e chupo cana, e alguém lá em baixo, na fotocomposição se encarrega do resto da operação. Ganhamos um tutu que não é mole e, por isso, com habitual assiduidade o lugar mais fácil de nos encontrar é tomando o melhor uísque (...) altas horas da madrugada no último bar aberto da rua. O que explica a senhora não me ter encontrado comportadamente à mesa de trabalho, nas várias vezes em que aqui estive a minha caça. Sei que devo ter caído muito em seu conceito, mas vovó já dizia que eu não tinha mesmo jeito. Porém há uma coisa: acho suas cartas agradabilíssimas. Se eu não fosse tão dispersivo, já teria arranjado uma secretária para me pôr em dia a correspondência. (FSP, 20/02/74)¹⁵⁷

O cronista da *Folha* não imaginava, neste momento, que ela persistiria e eles se tornariam amigos; que ele seria o “padrinho” dela, como dito na crônica de abertura deste trabalho.

Nascida na Alemanha, em 1920, Trudi veio para o Brasil em janeiro de 1946. Escreveu, na década de 1970, para os jornais *Brasil-Post* e *Deutsche Zeitung*, em seu idioma de origem e, de 1975 a 1989, foi cronista do *Notícias Populares*, de São Paulo. Além disso, escreveu livros e publicou seus textos em outros impressos¹⁵⁸. Ficou conhecida “durante os anos da ditadura, por suas cartas corajosas às redações dos jornais, denunciando arbitrariedades e injustiças” (LANDAU, 1992).

Gertrude Joseph nasceu na cidade de Colônia. Os pais tinham uma loja de roupas feitas, onde trabalhavam o dia inteiro, a menina ficava muito sozinha. Quando tinha 13 anos, veio Hitler e ela ficou sabendo que as outras meninas da escola não podiam mais sair com ela: todos lhe diziam que ela “era judia, de raça inferior, culpada de todos os problemas do mundo”. Aos 19 anos, fez escondida do pai, uma operação plástica no nariz

¹⁵⁷Algumas partes da crônica estão ilegíveis, por isso alguns cortes no trecho transcrito. Outras partes, mesmo ilegíveis, foram preenchidas por serem apenas metade de uma ou outra palavra em que era possível compreender o todo.

¹⁵⁸ Trudi Landau é autora de *Crônicas do meu tempo*, de 1981, e *Vlado Herzog, o que faltava contar*, de 1986. Este foi seu livro de maior respaldo na mídia.

para perder a característica semita, uma semana antes de estourar a guerra. Fugiu com o pai (a mãe já tinha isso para a Palestina) – para a Bélgica, mas o velho foi preso, tempos depois e enviado de volta à Alemanha, onde morreu numa câmara de gás. Gertrude foi para a França, onde lutou com os Maquis na resistência aos alemães e conheceu Jean Landau, com quem se casou. Seu único filho, Emanuel, já nasceu no Brasil, em 1946. Aqui em São Paulo, ela trabalhou durante muitos anos como secretária bilíngue (fala e escreve também inglês e francês). Emanuel, aos 8 anos, teve encefalite. Com o passar dos anos, os problemas causados pela doença foram crescendo e ele, mesmo aos 27 anos, parecia uma criança. Com dificuldades de se enquadrar no mundo, acabou se suicidando. Traumatizada, Gertrude deixou o emprego.

Foi quando começou a se interessar pela leitura de jornais e descobriu uma nova maneira de se ocupar: escrever. Primeiro vieram as cartas, depois o livro. Comprou a máquina elétrica e um gravador portátil muito prático, onde grava as idéias ou frases que lhe ocorrem quando não tem um papel à mão. Fala quase sem sotaque, embora tenha aprendido o português apenas conversando com as empregadas domésticas e os vizinhos. Nunca leu um autor clássico nacional e nunca aprendeu gramática.

- Conheço poucas palavras e deve ser por isso que escrevo de uma maneira tão clara e tão simples – disse ela.

Na sua solidão, descobriu um personagem e sobre ela escreveu várias colunas na **Notícias Populares**: sua cadelinha Gipsy. Uma tarde, a cadelinha comeu um pouco de grama e, não se sentindo bem, vomitou em seguida. Daí a pouquinho, estava boa outra vez. Trudi – este nome é um apelido caseiro – começou a imaginar o quanto o homem é inferior aos animais em certas soluções que podem ser tão simples. E passou, nas colunas, a conversar com Gipsy, como se ela fosse uma pessoa sábia. Assim, encontrou uma maneira de colocar muita coisa filosófica, na boca de um personagem fictício e achou boa a

solução: um diálogo imaginário com a cadelinha, pode falar de moda, de medicina, de atualidades, do comportamento humano, sempre que tem um comentário a fazer. E Trudi tem sempre um comentário a fazer. (FSP, 01/03/77)

Este longo trecho foi a melhor, mais completa e sensível descrição sobre Trudi. O texto foi publicado em primeiro de março de 1977, no caderno *Ilustrada* da *Folha de S. Paulo*. Em uma matéria assinada por Dirceu Soares, ocupando toda a extensão de uma página, estava com o chamativo título: *Trudi, a cartamaníaca*.

No centro da página havia uma charge com um jornalista suicidado e, ao lado, um médico legista relatando ao policial: “trata-se de um caso raro, sr. inspetor; ele nunca foi citado pela Trudi Landau”. Abaixo, fotos da leitora: uma senhora de óculos, cabelos curtos, com diversos recortes de jornais nas mãos. Na reportagem, explicava:

Nos últimos três anos é a recordista de comparecimento nas **Seções dos Leitores** e houve uma época em que remetia duas a três cartas por semana para cada jornal. De tanto escrever para jornais, acabou conhecida dos jornalistas: todos acham que ela tem jeito para escrever. (FSP, 01/03/77)

A maioria das cartas eram endereçadas a Lourenço Diaféria. Trudi falava de seu gosto por escrever cartas desde quando morava na Alemanha, mas que, em português, e para jornais, havia começado em 1973. “Muitas eram de reclamações contra coisas da vida ou da cidade, mas a maioria era observações sobre detalhes curiosos de uma notícia”, afirmava. Neste movimento de aproximação com a imprensa nacional, começou seu interesse pelo cronista:

As primeiras foram para o cronista Lourenço Diaféria, um grande observador do comportamento humano. Mandou-lhe 13 cartas seguidas e, no dia em que ele respondeu uma delas, através da sua coluna nesta **Folha de S. Paulo**, ficou contentíssima. Continuou mandando outras e, uma tarde, veio procurá-lo na redação. Ele não estava no momento e ela começou a imaginar que ele não existia: talvez fosse um grupo de jornalistas que escrevessem sob um

pseudônimo só. Nova carta a Diaféria: você existe? Ele respondeu que sim e mandou-lhe um convite para o lançamento de seu livro, **Gato em terra de Tamborim**. Lá, ela o conheceu pessoalmente. (FSP, 01/03/77)

Explicava, neste trecho, o comentário que Diaféria havia feito na crônica *Assuntos particulares*, citada inicialmente. Trudi circulava pelos mais variados assuntos, demonstrava interesse pela política, bem como por questões do cotidiano e das relações humanas. A escritora, além de enviar seus escritos, colecionava-os. Tinha “todos os recortes das cartas e das colunas publicadas, arquivadas em álbuns”, os quais segurava nas fotos da reportagem.

Em 12 de junho de 1977 - mesmo dia em que Diaféria divulgou o livro *A Firmeza Permanente: A Força da Não-Violência* no jornal - foi publicada uma carta de Trudi no jornal. Ela respondia a outra carta publicada na semana anterior, de um leitor que havia elogiado o caderno *Folhetim* e sugerido colaborações de colunistas como Diaféria ¹⁵⁹.

A última carta na seção reservada aos leitores (em 5/6) é do pessoal de Itapetininga, reclamando que três colaboradores fariam falta no *Folhetim*: Maciel, Freire e Diaféria. Não posso opinar sobre os dois primeiros, mas quanto ao Diaféria, esse cara faz falta em qualquer jornal ou semanário desta capital. Suas crônicas são bálsamo para nossas mentes machucadas pelo noticiário e pela acidez e aspereza de artigos e comunicados. Uma informação para quem nunca encontrou o Lourenço pessoalmente: é um sujeito formidável; nem pertence ao nosso século. É sobra daqueles nobres verdadeiros, cuja raça já se extinguiu, há muito tempo. (FSP, 12/06/77)

¹⁵⁹ O *Folhetim* foi lançado em janeiro de 1977. Inserido nas edições de domingo, foi dirigido inicialmente por Tarso de Castro, um dos fundadores do *Pasquim* e buscava ser “o primeiro caderno cultural ‘alternativo’ dentro da grande imprensa no Brasil, recheado de humor, irreverência e uma certa ‘marginalidade’”

Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/folhetim_index.htm

Compreendia a crônica como uma leveza dentro do peso das notícias do jornal, mas também uma voz crítica em relação aos acontecimentos.

Como leitora, também era próxima de Carlos Drummond de Andrade. Considerava que ele a “inspirava” (LANDAU, 1992, p. 12). De acordo com ela, “não sabia da importância de Drummond como poeta ou qualquer outro assunto a seu respeito, mas fiquei inspirada pelo que escrevia e mandava cartas à redação do jornal, comentando as crônicas de Drummond, fazendo uma espécie de contra-crônica” (1992, p. 7). Mas estas cartas não ficaram restritas aos comentários dos textos publicados e nem mesmo ao intermédio do jornal.

Muitas foram transcritas no livro *Carlinhos querido: a amizade postal entre o poeta Carlos Drummond de Andrade e a escritora Trudi Landau*, publicado em 1992. Neste, são apresentadas as correspondências que enviava para Drummond desde 1975, junto aos breves comentários sobre as que recebia do escritor. Em muitas delas, falava sobre seu amigo Lourenço Diaféria.

Inicialmente, quando Carlos Drummond de Andrade passou a publicar suas crônicas no espaço que era de Diaféria, em 1978, Trudi escreveu sobre a troca. Em carta datada de 24 de fevereiro de 1978, reclamava:

Caro Sr. Drummond de Andrade,
Meu marido não quer ler as suas crônicas na Folha, de raiva, pois o espaço que ocupa antes pertencia ao formidável Lourenço Diaféria e alegrava, logo ao café da manhã a quem o lia, antes mesmo de atentar para as manchetes de primeira página.
Não adianta eu insistir que o senhor é quem menos culpa tem. Já vejo as coisas de modo diferente, como expressei numa carta publicada pela Folha em 16 p.p. (LANDAU, 1992, p. 9)

Esta foi a segunda correspondência transcrita no livro, logo após uma breve explicação sobre a prisão de Diaféria. A carta enviada ao jornal, que comenta, dava as boas-vindas a Drummond ao mesmo tempo em que criticava a saída do outro colunista.

Em uma destas, de 1981, Trudi falou da prisão do cronista em setembro de 1977, assim como fez em *Lágrimas de Alegria*. Contava que “no dia que soltaram o Lourenço da prisão, quase matei Jeannot do coração”. Havia dito “soltaram o Lourenço”, mas como eu estava

chorando, minha voz ficou atrapalhada e ele entendeu ‘mataram o Lourenço’ – o que não teria sido coisa muito impossível no ano de 1977” (LANDAU, 1992, p. 74).

O diálogo entre cronista e leitor, tão enfatizado por aqueles que escrevem sobre e de acordo com o gênero, tem em Trudi um caso exemplar. Com uma trajetória repleta de dramas, encontrava nas crônicas quase que diárias e nas narrativas de fácil acesso para alguém que se ambientava com o idioma, um lugar de debate e, de certa forma, de conforto. Via neles alguém para conversar. Assim, em suas cartas expostas no livro encontramos diversos momentos em que acompanhou o processo jurídico de Diaféria, repleto de seus comentários pessoais e passionais.

Quando o cronista foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça Militar, em setembro de 1978, Trudi escreveu para Drummond. Sua explicação nos possibilita compreender como se dava, no âmbito não institucionalizado da justiça ou da empresa de comunicação, as relações em torno do processo. Contava:

Meu amigo Lourenço Diaféria foi absolvido, finalmente, um ano após audiências, incertezas, temores. Você não imagina quanta gente lhe telefonou; mandaram flores, cartas, telegramas. Sua casa encheu-se de visitas. Eu estava perto dele na sala do tribunal. Deliberaram mais de duas horas. O que mais demorou foi a redação do veredicto que assim começa: “A inconsequência é a mãe dos problemas”. Isso lá é começo de sentença? Enrolaram tanto que, no começo, o advogado Leonardo Frankental até me parecia com semblante preocupado. E todos nós, ouvintes na sala, pensamos imediatamente na mãe do juiz, do promotor e do resto dos uniformizados. Não dava para entender para que lado eles iam levando o argumento. Finalmente vi Frankental soltar um suspiro de alívio e virar a cabeça para a plateia com leve aceno, como quem diz: “estamos a salvo!” (LANDAU, 1992, p.19)

Esta foi a primeira parte da carta que terminava contando sobre seus escritos denunciadores da tortura. Antes, concluía sobre o caso que “tanta corrupção por aí, tanta ladroeira, tanta fome e miséria e eles gastam tempo e dinheiro com o julgamento de um jornalista que disse:

‘A espada do Duque de Caxias já se oxidou no coração do povo’”. Em comentário sobre as cartas de Drummond estava que “num P.S. ainda afirma que também ficou feliz com a absolvição do Diaféria e pergunta: ‘que reparação se dá a quem sofreu um processo injusto? Absolvê-lo apenas? Fica nisso?’”. Foi neste mesmo dia que, de acordo com Trudi, Drummond passou a assinar “apenas Carlos, deixando o sobrenome de lado, assim encerrando o período de correspondência mais formal” (LANDAU, 1992, p.23).

Mesmo tendo contato com Diaféria, permanece enviando comentários ao jornal. Em 10 de fevereiro de 1979, quando este já havia voltado às suas atividades na *Folha*, Trudi responde a uma crônica em que eram sugeridas fantasias de carnaval. Em *Ui! o grito de carnaval* ironicamente eram apresentadas sugestões relacionando as peças ao contexto vivido. Um exemplo era a fantasia de “salário mínimo”, em que um iria um “folião completamente despido. As partes pudendas, caso houver, deverão ser protegidas por um fundo de garantia, cuja retirada é feita sem nenhum pagamento antecipado” (FSP, 06/02/79). Mas Trudi, com aparente dificuldade em compreender ironias e vendo, por sua vivência e luta contra a violência, a importância de cuidar com a elaboração de um texto de grande espraio, reclamava:

O querido Lourenço Diaféria confiou demais na equipe dessa “Folha” para ajudá-lo a inventar fantasias para o Carnaval vindouro. Fiquei horrorizada com sua proposta “Lamê-Light” de 6/2, pois ela é puro incentivo ao assassinato. Logo se nota que ninguém aí da redação tem conhecimentos de medicina. Cobrindo um corpo nu com spray incolor e depois com uma camada de purpurina e ainda com petróleo, o amigo estaria obstruindo todos os poros do folião (de olhos puxados ou não) matando-o incontinenti, pois estaria impedindo sua pele de respirar. Peço ao cronista, que sei de índole antiviolência, que desencoraje, urgentemente, seus leitores a optar pela fantasia publicada em “Ui, o grito de Carnaval”, antes que aconteça algum desastre. (FSP, 10/02/79)

Quando Diaféria foi condenado a prisão, em abril de 1979, logo após ser solicitada a reforma da sentença anterior e votada no Supremo Tribunal Militar, Trudi escreveu uma carta totalmente dedicada ao

ocorrido. Segue o texto na íntegra, por conta da espontaneidade e da intimidade com que fala tanto com o destinatário, Drummond, quanto sobre o acusado.

Gostei muito de sua amável cartinha de 13 de abril e tinha a intenção de lhe escrever uma resposta alegre, mas lá vêm os filhos da mãe em Brasília que mereceriam não ter tido mães respeitáveis e, numa sujeira de corte secreta, condenam o Lourenço Diaféria a oito meses de prisão. Foi pura sacanagem. Não havia como, pois ele tinha sido absolvido aqui. Condenaram-no sem que o advogado dele soubesse. Creio que foi vingança por aquilo que fez o juiz no caso Herzog ao dar o veredito sem dar oportunidade às “otoridades” de reagir.

Você pode imaginar que eu soltei minhas cartinhas aos jornais. O Lourenço já está cansado daquele processo ridículo, para não dizer de saco cheio. Sentiu muito pelo constrangimento a que foram submetidas as testemunhas de São Paulo. E você tinha que ver, era glorioso exército pra lá, e eminente promotor pra cá, e inteligente defensor pra lá. Que palhaçada, Carlos, a repetição de quão bom pai o Lourenço era e de quão bom cristão e que grande patriota e que homem digno e pai de cinco filhos.

É realmente constrangedor; não o era para as testemunhas que estavam todas mais do que dispostas a dizer o que fosse necessário, mas para o Lourenço ouvir as testemunhas naquela ânsia de ajuda-lo, de elogiá-lo, quando na verdade alguém deveria ter gritado: “Todos vocês aí com aquela panca, vocês nem chegam aos tornozelos do Lourenço. O Lourenço é gente, é decente; escreveu porque é pura verdade e o Duque de Caxias seria o primeiro a se revoltar com esse processo ridículo.” Bem, sou suspeita, Carlos, pois adoramos o Lourenço, mas mesmo para os outros jornalistas aquele era um triste circo. Por que não vão caçar aqueles que pegaram o dinheiro grosso com o negócio atômico em Angra dos Reis? Você viu, agora está aparecendo a negociata!

É melhor eu parar. Hoje não serei capaz de fazer uma cartinha sensata. Nós estávamos tão tranquilos, certo de que o caso tinha terminado. Estamos todos ocupados a combater a inflação, economizar gasolina, ajudar os governantes com pensamento positivo e bumba, vem um negócio desses.

Na França não prenderiam ninguém por escrever que o povo urina no pedestal de Napoleão, nem na Alemanha por molhar o de Frederico, o grande. Quando me acalmar escreverei sobre coisas mais amenas.

Mas assim mesmo um forte abraço, e estamos conversados, sua amiga.

Trudi (LANDAU, 1992, p. 31)

Trudi demonstrava, revoltada, seu descontentamento com a sentença imposta pelo Supremo Tribunal Militar. Descrevia a situação de Diaféria, em contraposição ao tom esperançoso e positivo que este mantinha em suas crônicas. Era uma leitura do cronista a partir de um olhar mais íntimo, ela notava seu constrangimento tanto em relação ao processo quanto em relação aos que se dispuseram a depor. Estas falas, muitas vezes expostas nos jornais sobre sua situação familiar, seus valores cristãos e sua conduta pessoal, apareciam na carta como recursos das testemunhas na “ânsia de ajudá-lo”. Assumia também que a crítica na crônica era “pura verdade”, reiterando que a crença de que era intencional.

Na carta seguinte, 24 de abril de 1979, dialogava com a notícia publicada pela *Folha de S. Paulo* sobre a fala de Jarbas Passarinho, senador da Arena. Ironicamente contou a Drummond que “até Jarbas Passarinho houve por bem classificar, dias atrás, o Lourenço em sua própria categoria (aves), ao declarar que o cronista era “uma pomba sem fel”... Já comprei alpiste para entregar ao Lourenço neste fim de semana quando nos encontrarmos”. E que a conclusão de Passarinho de que a pena seria eliminada pela anistia não bastava, deveria ser anulada por improcedência “já que ele foi absolvido aqui por um bando de militares, também estes pertencentes ao glorioso exército” (LANDAU, 1992, p. 32).

Em julho daquele ano - na mesma carta em que comentava sobre a limpeza que seria feita nos dentes de Gipsy – disse que Diaféria havia sido chamado para ouvir a sentença e que foi lhe concedido *sursis*, mas “ele não pode ausentar-se do Estado sem permissão por escrito, precisa

apresentar-se a cada três meses e outras coisitas mais. A anistia, até agora, não vai beneficiá-lo. Ele também não pretende pedir. O advogado já recorreu”. Na sequência, apresentava uma conversa por telefone entre os dois, na qual relatava que, entre diversos assuntos, ele “contou ainda uma piada pornográfica, o que me surpreendeu”.

Drummond havia recortado um trecho de jornal e, dizia Trudi, “Lourenço Diaféria, que iria mandar-me”. Ela se tornava mais do que uma leitora, mas uma figura recorrente entre os cronistas. O recorte era uma carta publicada no *Jornal do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1979:

Que país? Se alguém me perguntar que país é este, responderei que é uma terra onde assassino covarde de família abastada pega dois anos por ter dado quatro tiros no tosto de sua amante, enquanto um jornalista decente, querido, mas pobre, é condenado a oito meses por causa de uma crônica enaltecendo o heroísmo de um sargento mas na qual, supostamente, teria maculado a imagem de um militar morto, há muitos anos. Trudi Landau – São Paulo (LANDAU, 1992, p.53)

Trudi comparava a condenação de Diaféria, pela publicação de *Herói. Morto. Nós.*, com a de Doca Street, pelo assassinato da socialite Ângela Diniz. Junto com o recorte, estava a anotação de Drummond: “‘Salve, redresseuse de torts!’ (Salve, defensora dos injustiçados!)”. (LANDAU, 1992, p.53).

Em 13 de fevereiro de 1980, quando Diaféria foi absolvido, Trudi telefonou para Drummond. Contou-lhe o ocorrido e “ele respondeu que já havia visto na televisão. Ficou muito satisfeito”. O episódio com o cronista havia fechado seu ciclo, acompanhado não só pelos jornais impressos. Naquela altura dos acontecimentos, as cartas pareciam gerar desconforto ao seu destinatário do Rio de Janeiro. Dizia ela, “assegurei que já estava diminuindo o fluxo de cartas. ‘Esta semana nem envie!’.” (LANDAU, 1992, p.59).

Não são compiladas as cartas de Drummond, e as falas do poeta são apenas descritas e interpretadas pela autora do livro. Isto significa que muitas de suas considerações são leituras de Trudi daqueles acontecimentos.

Em 6 de março chamei e o peguei mal humorado. Censurou-me pelo tom frívolo que usei na crônica sobre os preparativos da viagem, que realmente fazia parecer que eu me aprontava para pintar e bordar lá fora. Isso o scandalizou. Eu disse rindo que era só brincadeira, que não ia “aproveitar” por estar viajando sozinha. Mas ele desligou o telefone na minha cara, como se estivesse com ciúmes. (LANDAU, 1992, p.59)

Sua trajetória, com cenas de sofrimento e perdas afetivas, parecia motivá-la a escrever, por vezes parecendo invasiva. Tratava em suas cartas da vida pessoal, falava de seu marido, da família dos escritores e até mesmo de questões íntimas. Considerava “os Diaféria” como amigos muito próximos que tinha no Brasil, participando de aniversários e viagens juntos. O casal Landau costumava ir a Peruíbe, no litoral do estado de São Paulo, com o cronista e sua esposa Geisa. Aparentemente, tinham casas de veraneio vizinhas:

Desta vez levamos Gipsy para Peruíbe. Ela gosta daqui, rola na grama e faz ralarará de prazer. O ar é puro e o sol está num céu azul. Mas dentro de casa faz frio. Há primaveras (creio que se chamam buganvílias) atrás da casa, com cachos cheios de flores bem vermelhas. Também os hibiscos estão floridos, ao longo da parede com a casa do Lourenço. A Geisa disse que gosta de ver, ao abrir as janelas de manhã, as flores por cima do muro. (LANDAU, 1992, p.160)

As transcrições vão até o falecimento de Carlos Drummond, em 1987. Então, não há mais descrições sobre o contato com Lourenço Diaféria na obra reunida por Trudi. Mas ele foi, sem dúvidas, um dos mais lidos e mais comentados personagens em suas cartas.

Entre outras, era próxima de dom Evaristo Arns; de Zora, a mãe de Vladimir Herzog; do jornalista que havia sido presidente do Sindicato da categoria, Audálio Dantas. Sua proximidade com Zora Herzog se dava especialmente pela participação na comunidade judaica. Estas relações auxiliam na compreensão de sua posição política. A questão de sua origem era recorrentemente comentada por ela, bem como as investigações e processos relacionados à morte de Vladmir. Trudi, inclusive, escreveu um livro sobre o caso, intitulado *Vlado*

Herzog, o que faltava contar, publicado em 1986, pela Editora Vozes. Com Zora, dividia a dor de terem perdido o filho.

Assim, as cartas a Carlos Drummond de Andrade não se resumiam aos comentários sobre Lourenço Diaféria. Trudi mantinha diálogos bastante bem humorados e atentos sobre os acontecimentos nacionais, literatura, outros textos jornalísticos e até mesmo sobre sua cadelinha Gipsy. Constantemente elogiava Drummond, como em 1978, dizendo que “o amigo, sr. Carlos, queira ou não, também pertence neste país aos bichos tratados como VIP, e mesmo que isso lhe cause desgosto, será sempre tratado como tal a não ser que se encontre nu e sem óculos em alguma praia deserta”. Mantinha também notória preocupação com ele, como em 1979, quando este se afastou do jornal: “quando anunciaram na Folha, que você iria ‘fazer uma viagem ao exterior’, até me assustei. Na sua idade, viajar ao exterior muitas vezes significa consulta a um médico” (LANDAU, 1992, p.33).

Recorrentemente, contava de dramas pessoais, das lutas em relação à perseguição judaica e à perda de seu filho. Trudi Landau e seu marido Jeannot foram morar no Lar Golda Meir, atual Residencial Israelita Albert Einstein, em 1998. O escritor Edmilson Caminha, também correspondente de Trudi, no livro *Lutar com palavras*, conta que “com idade avançada, enfermos e sem filhos, doaram a casa para a instituição que agora vivem, desfizeram-se dos outros bens e se transferiram para o estabelecimento de amparo aos idosos mantido por judeus paulistanos” (CAMINHA, 2001, p. 67). No trecho de uma carta recebida e publicada por Caminha, constava que:

De móveis vieram duas camas e um armário. Trouxemos alguns quadros e espelhos, o vestuário e algumas fotografias. De livros, somente dicionários e afins, os do Carlinhos [Drummond de Andrade] e outros, autografados. (...) Para mim é um alívio estar aqui e não mais precisar preocupar-me com comida, roupa etc. Não mais tinha condições de cuidar da minha casa. Os amigos ficaram meio horrorizados. Imaginam o Lar Golda Meir com aspecto daqueles asilos que a gente vê às vezes na TV, com velhos abandonados. Aqui é como apart-hotel, com mais empregados que residentes, serviço médico e tudo bem organizado. (...) O dia que você estiver em São Paulo, venha nos ver. (...) O Jeannot dorme bem, eu nem tanto, já que não me mexo durante o

dia e sinto enjôo e angústia. Não mais sou aquela que você conheceu, mas me esforço para escrever aos amigos (...). Habemus novo (ou velho) presidente e governador. Parece que os tempos que virão não serão muito promissores. Pelo menos não teremos preocupações com nossos dias finais de vida; até do enterro o Lar vai cuidar. Nós já temos as sepulturas compradas ao lado da do meu filho. Uma preocupação a menos, e não vai ter trabalho para meu cunhado. (LANDAU apud CAMINHA, 2001, p.67-68)

Embora com tantos registros, pouco se falou sobre Trudi Landau. Quantos, como ela, estiveram em meio a estas redes, opinando, atuando, participando? O que sua trajetória, sem assédio e sem holofotes, pode nos mostrar? Ela foi uma leitora atenta que expôs sua interpretação de forma crítica, bem-humorada e sensível. Mesmo que notoriamente impulsiva, suas paixões e ansiedades a colocaram em acontecimentos de grande visibilidade midiática. Ela soube expor, entre reivindicações políticas e banalidades, que somos resultado de diversas interações, e que a trajetória nunca é apenas vinculada ao que o pesquisador deseja ver. Ela reitera a ideia de que não devemos compreender sujeitos – sejam Lourenço Diaféria, Cláudio Abramo ou mesmo Sylvio Frota – de forma maniqueísta.

Trudi é um daqueles personagens encantadores para quem busca os detalhes. Relacionou-se com personalidades de sua época e esteve presente em importantes eventos do século XX. Judia e perseguida por nazistas, sobrevivente de um dos maiores genocídios da história, veio ao Brasil para deparar-se com uma ditadura. Perdeu seu filho, que se suicidou. Inquieta, esteve em contato com pessoas que lutavam pelos direitos humanos e pelo fim do regime vigente. Foi próxima de personalidades de reconhecimento nacional, como a família de Vladimir Herzog, Carlos Drummond de Andrade e D. Evaristo Arns, por exemplo. Entre seu carinho pela cadela Gipsy, a defesa dos animais, a preocupação com as amizades e a vontade de expor sua opinião; foi, sem dúvidas, uma testemunha interessante desse período. Trudi era alguém que, em meio à sua solidão, tinha ânsia de ser ouvida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 161-175

ARNT, Hérís. Jornalismo e ficção: as narrativas do cotidiano. In: Revista Contemporânea nº 03 Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

ASSIS, Machado. *O Jornal e o livro*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

BETTO, Frei. *Lula: um operário na presidência*. São Paulo: Casa Amarela, 2003

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antônio [et all.]. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992

_____. *Literatura e sociedade*. 11ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. O personagem do romance. In: _____. *A personagem de ficção*. São Paulo. Perspectiva, 2005, p. 53 a 80.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARDOSO, Joselina Alves. *Crônica literária no jornal: História, Estrutura e Funcionamento*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.p.25

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Introdução In: _____. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho*. Revista Symposium. Ano 10, nº1, jan-jun, 2006.

DIMAS, Antônio. Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo? In: *Revista Littera*. RJ, n. 12 – Ano IV - set/dez 1974. (pp. 46-51).

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 265-275

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*, São Paulo: Cia da Letras, 2004.

GENTILLI, Victor. O jornalismo brasileiro nos anos 70. *Encontro Anual da Compôs*, 2001. Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/gentilli2001.rtf>

GLEDSON, John. Introdução. In: *Machado de Assis: bons dias!* 3ª ed. Campinas, Ed. Unicamp, 2008.

GLYNN, Carrol; HERBST, Suzan; O'KEEFE, Garret; SHAPIRO, Robert. *Public Opinion*. Boulder: Westview Press. 2004. Cap. 1. The meanings of public opinion (pp. 3-35)

GRANJA, Lucia. *Machado de Assis - as primeiras crônicas: o surgimento do grande ironista*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP: Campinas, 1992.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004

LEMONS, Jaqueline. História e atualidade da profissão e da organização dos jornalistas em São Paulo. In: *Revista Integração*, USJT, São Paulo, ano XIV, nº52, 2008, p,43-50

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. In: *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, dez, 2002, p.287-313

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes históricas*. 2 a ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (Ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

MELLO, João M. C. de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: NOVAIS, Fernando (Dir.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MIGUEL, Luis Felipe. Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. *Revista Brasileira de História* São Paulo, v. 20, nº 39, 2000

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*, Zahar, 2014

PENA, Felipe. *Jornalismo Literário como gênero e conceito*. In: Anais do XXIX. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília: 2006

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014

PORTO, Fabíola Brigante Del. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro*. In: Revista Perseu, nº3, ano 3, São Paulo, 2009.

RAMOS, Ricardo. *Do reclame a comunicação: pequena história da propaganda no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Atual, 1985

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas*. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf>

_____. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: Denise Rollemberg; Samantha Viz Quadrat. (Org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. Série Princípios. São Paulo, Ed. Ática, 2001

SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (orgs.). *Jornalismo e literatura*. A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002. p.27-46

SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. A imprensa e o processo de redemocratização do Brasil. *Revista Sociedade em Debate*, Pelotas, nov. 1998. p. 19-35. Disponível em: http://www.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/arq_artigos/12_v4n3nov1998/2.Jairo.pdf

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 608p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO,

Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2009. p.243-282

SILVA, Marco Antônio Roxo da. *Sindicato, memória e história – a greve dos jornalistas de 1961*. In: 3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2005, Novo Hamburgo. GT História do Jornalismo, 2005.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. In: *Costumes em Comum*. São Paulo. Cia. das Letras, 1998.

WILLIAMS, Raymond. Literatura e Formas. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

_____. Culture is ordinary In: Gable, Robin (ed.). *Resources of hope*. London. Verso, 1989.

YSHIDA, Kelly. *Crônicas de uma crise anunciada: Lourenço Diaféria e a Folha de São Paulo no início da redemocratização brasileira (1974-1978)*. 115 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação).

Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Humanas e da Educação. Curso de História. Florianópolis, 2012.

ZWETSCH, Roberto. *Da Não-Violência Ativa ou Firmeza-Permanente à Educação para a Paz*. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, v.22, maio-ago 2010. p.2-12

ZWETSCH, Roberto. *A luta contra a Ditadura Civil-militar a partir da prática da não-violência ativa*. Revista Cultura e comunidade, Belo Horizonte, MG, v. 9, n.15, jan-jun 2014. p.7-28

FONTES

Arquivo do Estado de São Paulo

Boletim do Movimento de Fortalecimento do Sindicato. 1980. Dossiês do Deops. 30B-38-1375

Boletim Informativo da Chapa da Convenção. 1980. Dossiês do Deops. 30B-38-1387

Imprensa “nanica” ou “alternativa”. 05/01/79. Dossiê do Deops. 50-Z-0-14925

Justiça Militar Federal – 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM). 17/01/78. Dossiês do Deops. 50-Z-9-42152

Lourenço Carlos Diaféria. 12/03/81. Dossiês do Deops. 52-Z-0-28547

Nota à Imprensa. 16/09/77. Dossiês do Deops. 50-C-0-5088

Ocorrências registradas: campo político. 15/09/77. Dossiês do Deops. 21-Z-14-3649

Observações junto ao Campus da Universidade de São Paulo. 15/09/77. Dossiês do Deops. 50-C-0-3960

Observações junto ao Campus da Universidade de São Paulo. 16/09/77. Dossiês do Deops. 50-C-0-3961

Arquivo digital do Supremo Tribunal Federal

Recurso criminal nº 1.413, 12 de fevereiro de 1980.

Leis

Código de Processo Penal Militar. Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969.

Código Penal Militar. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

Lei de Segurança Nacional. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969

Livros

ABRAMO, Cláudio. *A Regra do Jogo*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988

ARNS, Dom Paulo Evaristo, et alii. *A Firmeza Permanente: A força da não-violência*. São Paulo: Loyola/Vega, 1977.

CAMINHA, Edmílson. *Lutar com palavras*. Brasília: Thesaurus, 2001

CARTA, Mino. Claudio revisitado, in: *Carta Capital*, 23/03/2012. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/claudio-revisitado/?autor=42> Acessado em 22 de maio de 2012

DIAFÉRIA, Lourenço. *Berra coração*. 2 ed. São Paulo: Summus editorial, 1977

_____. *Circo dos cavalões*. São Paulo: Summus editorial, 1978

_____. *A morte sem colete*. 2 edição, São Paulo: Editora Moderna, 1983

_____. *A longa busca da comodidade*. São Paulo: Editora Ceres, 1988

_____. *O invisível cavalo voador*. São Paulo: FTD, 1990

_____. *A caminhada da esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 1996

_____. *Brás: sotaques e desmemórias*. São Paulo: Boitempo, 2002

_____. *O imitador de gatos e outras crônicas*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2003

DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, José Marques de (Orgs.). *A imprensa em questão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*. Rio, Jorge Zahar Ed., 2006.

GOMES, Sérgio. *Homenagem a Lourenço Diaféria*. 32º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog. 25 de outubro de 2010.

JOSÉ, Elias. *Um pássaro em pânico*. 3 edição. São Paulo: Ática, 1986

LANDAU, Trudi. *Crônicas do meu tempo*. São Paulo: Massao Ono, Roswhita Kempf, 1981.

_____. *Carlinhos querido: a amizade postal entre o poeta Carlos Drummond de Andrade e a escritora Trudi Landau*. São Paulo: Keila & Rosenfeld, 1992.

Periódicos

Carta Capital, 18 de maio de 2012.

Folha de S. Paulo, 1964 – 1980.

Jornal da Associação brasileira de Imprensa. Ano XXVI. Rio de Janeiro, setembro de 1977.

Jornal do Brasil, 30 de janeiro de 1977.

_____. 21 de setembro de 1977.

Movimento, 23 a 29 de abril de 1979.

O Estado de S. Paulo, 10 de setembro de 1977.

_____. 18 de abril de 1979.

Revista Manchete, 17 de setembro de 1977.